



UNIFACS

UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES*

**UNIFACS UNIVERSIDADE SALVADOR
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

CREMILDO ATANAZIO DE SOUZA

**O BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE
INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA DA POBREZA
MULTIDIMENSIONAL**

Salvador
2016

CREMILDO ATANAZIO DE SOUZA

**O BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE
INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA DA POBREZA
MULTIDIMENSIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

Salvador
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Souza, Cremildo Atanzio de

O biodiesel com certificado social como política pública de inclusão social: estudo de caso sob a perspectiva da pobreza multidimensional./ Cremildo Atanzio de Souza.- Salvador: UNIFACS, 2016.

251 f. : il.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientadora: Prof. Dr. Edivaldo Machado Boaventura.

1. Biodiesel - Políticas públicas. 2. Inclusão social. 3. Pobreza. I. Boaventura, Edivaldo Machado, orient. II. Título.

CDD: 621.042

CREMILDO ATANAZIO DE SOUZA

O BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE
INCLUSÃO SOCIAL: ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA DA POBREZA
MULTIDIMENSIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, da UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Edivaldo Machado Boaventura (Orientador) _____
Doutor em Administração Educacional pela *The Pennsylvania State University, USA*
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Laumar Neves de Souza _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Carlos Alberto da Costa Gomes _____
Doutor em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado Maior do Exército
UNIFACS Universidade Salvador, Laureate International Universities

Trazíbulo Henrique Pardo Casas _____
Doutor em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
– UFRS
Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS

Lídia Boaventura Pimenta _____
Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Salvador, 18 de agosto de 2016.

À minha mãe, que me fez entender, na carne, que as dificuldades existem apenas para deixarem de existir pela força do trabalho e da dedicação.

Ao meu pai, pelo seu amor e pelas longas e, às vezes, duras discussões sobre a presença/ausência de um Deus onisciente, onipotente e criador de todas as coisas.

Aos meus irmãos, pela tolerância, companheirismo, comparsaria, intrigas, brincadeiras e alcunhas.

Aos meus filhos Igor, Yam, Yuri e Ayna, pelos estímulos, mesmo indiretos, pelos carinhos e afagos, pelos apoios, pela existência de cada uma dessas quatro preciosidades ainda em processo de lapidação.

A Telma Regina Gomes Cardozo, a mulher da minha vida.

AGRADECIMENTOS

São muitos, são especiais, representam o íntimo do meu desejo de, em uma citação, reconhecer a colaboração de tantos para a consecução de um objetivo perseguido ao longo de muitos anos.

Sem pretender traçar uma linha histórica, do ponto de vista cronológico, agradeço àqueles e àquelas que, de todas as formas, me ajudaram desde as primeiras letras.

Assim, agradeço à professora Gisélia Ramos Maia (*in memoriam*), minha primeira professora. Fez a mágica do aparecimento das letras na minha vida.

Às professoras Ana, Edwiges, Tereza (Terezão), Nilma Portugal, todas minhas saudosas mestras do, atualmente, Ensino Fundamental.

Ao amigo e professor Lamartine Almeida Mota e a sua esposa Tânia, no Ensino Médio.

Aos professores Luís Henrique, Ronald Olivar Amorim, Cipriano Luckesi e Trazíbulo Henrique Pardo Casas, essenciais durante a Graduação.

Aos professores das Pós-Graduações: Pedro Oliveira, Ivan da Costa Marques, Fernando Manso, Lídia Segre, Roberto S. Bartholo Jr., Carlos Alberto Costa Gomes, Fernando Pedrão, Alcides Caldas e ao meu orientador, Edvaldo Machado Boaventura.

Aos amigos dos estudos filosóficos, de poesia, de caminhadas, de adolescência e dos muitos projetos de reformas do mundo: Marcos Vinícius Boaventura, Aristócles Soares Boaventura, Claudio Leão Moraes, Antonio Raimundo dos Santos Lima, José Raimundo, o Francês, Marco Claudio Pinho (*in memoriam*), Roberval Alves Pereira, Wilson Pereira de Jesus, Luís Antonio de Carvalho Valverde, Ailton Evangelista de Santana, Vacil Medeiros Batista, José Gevásio Batista, Marivanda Hora Batista, Maria Luiza Pires Gouveia, Rudival Santana Silva, Juscelino do Quebra Queixo, Manuel e José (Calixto) (*in memoriam*).

Aos parceiros do Mestrado: Paulo Sérgio de Souza Coelho, Einstein Aguiar, Moema, Nivaldo, Álvaro, Jôsi, Daniela, Valentim e Fagundes.

Aos meus colegas da Universidade Estadual de Feira de Santana: Prof. José Carlos Barreto de Santana, João Cardeal, Jorge Aliomar Barreiros, Cesar Barbosa, Jossel Borges, Saulo José, Carlos Eduardo, José Raimundo Oliveira, Ildes Ferreira e o grande estimulador, Trazíbulo Henrique Pardo Casas e sua companheira Eliene Lima.

Aos contribuintes dos impostos estaduais do estado da Bahia, que colaboraram com essa titulação por meio da concessão de uma Bolsa de Estudos cedida pelo Governo do Estado, ao longo dos últimos quarenta e oito meses de duração desta pesquisa.

Aos diretores e cooperados da COOPAF, especialmente ao senhor Luís Barata.

E, finalmente, a todas as outras pessoas que, apesar de não citadas nominalmente, contribuíram com a realização deste trabalho.

Pensa-se que um homem chora porque o ser amado morreu de um momento para outro. Mas sua verdadeira mágoa é menos fútil: é saber que nem o sofrimento dura, a própria dor carece de sentido. (CAMUS, 1983).

RESUMO

O presente trabalho tem como foco mensurar os efeitos da Política Pública de Inclusão Social de Agricultores familiares por meio do uso do biodiesel com certificado social, na perspectiva de análise a partir da pobreza multidimensional. Para tanto, foi realizada pesquisa tendo como delineamento um estudo de caso etnográfico com uso da técnica de coleta de dados qualitativos a partir da concepção etnológica de coleta e, depois, a aplicação de um questionário fechado sob a técnica da pesquisa por saturação. Dessa forma, o trabalho de coleta consumiu quase seis anos de convívio *in loco* com os integrantes da amostra, tendo sido produzidas filmagens, consultas a mais de 10.000 documentos, participação ativa em mais de 50 reuniões e outros contatos pessoais com integrantes de uma cooperativa de produção de agricultores familiares, com vistas a, penetrando neste universo, conhecer profundamente os resultados da execução da Política Pública em questão, seguido, no ano de 2016, da aplicação de um questionário fechado. No aspecto teórico conceitual, buscou-se analisar o estado da arte das concepções de Políticas Públicas concernentes à temática – inclusão social, pobreza e pobreza multidimensional como suporte para melhor entendimento do objeto de estudo. O trabalho de pesquisa também apresenta a situação quantitativa da pobreza no Estado da Bahia e no município baiano de Morro do chapéu, *lôcus* da pesquisa, enquanto indicadora das necessidades de inclusão social a partir de uma análise utilitarista, embora o foco da inclusão social tratada no estudo seja aquela que tem como fundamento a pobreza multidimensional no sentido de desenvolvimento das *capabilities* – capacidades, em uma tradução livre – particulares que habilitem seu portador ao cumprimento de “funções”, inclusive aquelas relacionadas ao direito de escolhas também econômicas. Por conta do uso do biodiesel com certificado social como Política Pública de inclusão social dos agricultores familiares, a pesquisa apresenta, também, um relato da inserção desse combustível na matriz energética mundial e nacional.

Palavras-chave: Inclusão Social. Pobreza. Pobreza Multidimensional. Biodiesel. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work focuses on measuring the effects of public policy of social inclusion of family farmers through the use of biodiesel with social certificate, in the analysis perspective from the multidimensional poverty. Therefore, research was conducted with was design in an ethnographic case study was made using the qualitative data collection technique from the ethnological collection conception, then the application of a questionnaire enclosed in the technical research saturations. Thus, the collection work consumed nearly six years of living in place with the members of the sample having been produced footages, consultations to more than 10,000 documents, active participation in more than 50 meetings and other personal contacts with members of cooperative production of family farmers, the sample universe with the objective of penetrating this universe to deeply know the results of this public policy implementation followed by the application of a closed questionnaire in 2016. In the conceptual theoretical aspect, it sought to analyze the state of the art concepts of public policy concerning the study; social inclusion; poverty; multidimensional poverty as support for better understanding of the object of the study. The research also shows the quantitative situation of poverty in the State of Bahia and Bahia municipality of “Morro do Chapéu”, research locus, as indicators of social inclusion needs from an utilitarian analysis although the focus of social inclusion treated in the study is one which is based on the multidimensional poverty towards development of individuals capabilities – “capacidades”, in a free translation – which enable its bearer to the fulfillment of “functions”, including those related to the right to make economic choices as well. Because of the use of social certified biodiesel as a public policy of social inclusion of family farmers, this research also presents an account of the insertion of the fuel in the global and national energy matrix.

Keywords: Social Inclusion. Poverty. Multidimensional Poverty. Biodiesel. Policy Public.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução dos componentes do conceito de pobreza	56
Figura 2 – Municípios que compõem a Chapada Diamantina	114
Figura 3 – Intervalo do valor do PIB per capita dos municípios baianos por número de habitantes.....	117
Figura 4 – Modalidades de geração de contribuição econômica local para o PIB regional	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução da participação de unidades da Agricultura Familiar no processo de Produção do Biodiesel (2005 a 2010)	91
Gráfico 2 – Proporção de pessoas em condição de pobreza, indigência e extrema pobreza Bahia – 1992-2009	105
Gráfico 3 – Percentual de pobreza, por cor/raça – Bahia – 1992-2009.....	105
Gráfico 4 – Percentual de indigência, por cor/raça – Bahia – 1992-2009	106
Gráfico 5 – Tendência linear para pobreza – Bahia – 1992-2030	107
Gráfico 6 – Tendência linear para indigência – Bahia – 1992-2018.....	108
Gráfico 7 – Tendência linear para extrema pobreza – Bahia – 1992-2014	108
Gráfico 8 – Distância em termos monetários das pessoas em condição de extrema pobreza da linha de R\$ 66,00 mensais – Bahia – 2009	109
Gráfico 9 – População extremamente pobre total e com hiato superior e inferior a R\$ 20,00 em relação à linha de extrema pobreza – Bahia – 2009	110
Gráfico 10 – População extremamente pobre total e com hiato superior e inferior a R\$ 30,00 em relação à linha de extrema pobreza – Bahia – 2009	110
Gráfico 11 – Distância em termos monetários das pessoas em condição de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico da linha de R\$70,00 mensais – Bahia – 2010.....	111
Gráfico 12 – População extremamente pobre na Bahia, total e com hiato superior e inferior a R\$20,00 em relação à linha de extrema pobreza, considerando a base do CadÚnico de junho de 2010.....	112
Gráfico 13 – População extremamente pobre na Bahia, total e com hiato superior e inferior a R\$30,00 em relação à linha de extrema pobreza, considerando a base do CadÚnico de junho de 2010.....	112
Gráfico 14 – Qual(is) o(s) seu(s) interesses para se tornar cooperado.....	145
Gráfico 15 – Qual(is) a(s) Razão(ões) o levaram a se tornar um cooperado?	146
Gráfico 16 – Você participa de outros grupos? Quais?	146
Gráfico 17 – Sua participação na COOPAF é diferente dos outros grupos que você participa?.....	147
Gráfico 18 – Depois de se tornar cooperado, sua renda aumentou e sua relação com a família modificou?	147
Gráfico 19 – Qual o nível de participação na cooperativa?	148
Gráfico 20 – Como você se sente, hoje, sendo um dos cooperados da COOPAF?.....	148

Gráfico 21 – Antes de se tornar cooperado você era pobre ou o quê?	149
Gráfico 22 – E você agora, depois da cooperativa, mudou?	149
Gráfico 23 – Como você acha que as pessoas lhe veem agora que você pertence à COOPAF?	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução do quadro político brasileiro – 1930-1992.....	38
Quadro 2 – Welfare State no Brasil: periodização.....	42
Quadro 3 – Quadro do Estado de Bem-Estar Social no Brasil com sua Periodização	43
Quadro 4 – Situação da pobreza no município de Morro de Chapéu, segundo dados do ODM.....	120
Quadro 5 – Relação dos objetivos específicos da pesquisa versus elementos do instrumento de coleta	134
Quadro 6 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 01.....	139
Quadro 7 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 02.....	139
Quadro 8 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 03.....	139
Quadro 9 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 04.....	140
Quadro 10 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 05.....	141
Quadro 11 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 06.....	141
Quadro 12 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 07.....	142
Quadro 13 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 08.....	142
Quadro 14 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 09.....	142
Quadro 15 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 10.....	143
Quadro 16 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 11.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matriz Energética Mundial no ano de 2014	73
Tabela 2 – Dados da população de formação urbana do estado da Bahia em 1782 (Com a grafia original)	101
Tabela 3 – Distribuição do Rendimento Familiar per capita, Bahia – 2009	107
Tabela 4 – Estimativas para erradicação da extrema pobreza na Bahia	109
Tabela 5 – Estimativas, a partir do CadÚnico, para erradicação da extrema pobreza na Bahia	111
Tabela 6 – Distribuição dos Municípios Baianos por número de habitantes – 2006	116
Tabela 7 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Per Capita da participação no Produto Interno Bruto estadual, segundo grupos de municípios baianos por estimativa de habitantes em 2005	116
Tabela 8 – Perfil Municipal da Cidade de Morro do Chapéu	119
Tabela 9 – Distribuição relativa da existência de bens e serviços na residência do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	154
Tabela 10 – Distribuição relativa da quantidade de cômodos segundo a condição domiciliar do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	155
Tabela 11 – Distribuição relativa da quantidade de dormitórios segundo o número de entes familiares no domicílio do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	156
Tabela 12 – Idade média dos entes familiares residentes no domicílio do trabalhador associado à COOPAF, segundo o sexo e condição de estudo do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	157
Tabela 13 – Distribuição relativa dos entes familiares residentes no domicílio do trabalhador associado a COOPAF, segundo o sexo e condição de estudo do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	158
Tabela 14 – Distribuição relativa dos associados à COOPAF que sabem ler, segundo a faixa etária do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	158
Tabela 15 – Distribuição relativa dos cooperados, que são naturais de Morro do Chapéu – Bahia – 2016	159
Tabela 16 – Distribuição percentual dos cooperados, que frequentam instituições de ensino – Morro do Chapéu – Bahia – 2016	160
Tabela 17 – Distribuição relativa dos associados à COOPAF, segundo o curso que frequentam – Morro do Chapéu – Bahia – 2016	160

Tabela 18 – Distribuição relativa dos associados COOPAF que não estudam, segundo o curso mais elevado que frequentou – Morro do Chapéu – Bahia – 2016.....	161
Tabela 19 – Distribuição relativa dos associados à COOPAF, segundo a classe social do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016.....	162
Tabela 20 – Distribuição relativa da existência de outros rendimentos do cooperado, segundo a fonte – Morro do Chapéu, Bahia – 2016.....	163
Tabela 21 – Distribuição relativa da percepção, segundo as possibilidades de escolhas na vida e por possibilidades de escolha para família do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	164
Tabela 22 – Distribuição relativa da percepção, segundo as possibilidades financeiras e por poder aquisitivo do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	165
Tabela 23 – Distribuição relativa da percepção, segundo o bem-estar coletivo e por bem-estar individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016.....	165
Tabela 24 – Distribuição relativa da percepção, segundo o bem-estar coletivo e por capacidade de ampliar o bem-estar individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	166
Tabela 25 – Distribuição relativa da percepção, segundo o bem-estar coletivo e por relação com a comunidade do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016.....	166
Tabela 26 – Distribuição relativa da percepção, segundo a alimentação dos familiares e por alimentação individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	167
Tabela 27 – Distribuição relativa da percepção, segundo o vestuário dos familiares e por vestuário individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016.....	167
Tabela 28 – Distribuição percentual da percepção, segundo a relação com a família e por reação em conflitos familiares do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016	168

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Cooperativa Internacional
AUT	Autonomia
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BR	Bens e Recursos
CEPAL	Comisión Económica para América Latina y El Caribe
CFPP	Ponto de Entupimento de Filtro a Frio
CLACSO	Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
CME	Coconut Methyl Ester (Biodiesel produzido a partir do Coco).
COFINS	Contribuição Financeira para a Seguridade Social
COOPAF	Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia
CP	Consumo Pessoal
CROP	Comparative Research Programe on Poverty
d.C.	Depois de Cristo
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf (Identificação do Agricultor Familiar)
DIG	Dignidade
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAME	Fatty Acid Methyl Ester (Biodiesel produzido a partir da Canola)
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNDAJ	Fundação Joaquim Nabuco
FUZZI	Procedimento lógico visto como extensão da lógica booleana, usado por alguns pesquisadores como ferramenta, adaptada para medir intervalos de pobreza.
GINI	Parâmetro Internacional usado para medir a Concentração de Renda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação

IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHAD	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
IPEA	Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPI	Imposto sobre a Produção Industrial
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM	Objetivos Do Milênio
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPHI	Oxford Poverty and Human Development Initiative
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro S/A
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PME	Palm Oil-Derived Methyl Ester (Biodiesel produzido a partir da Palma)
PNB	Produto Nacional Bruto
PNPB	Programa Nacional de Produção de Biodiesel
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RME	Rapeseed Methyl Ester (Biodiesel produzido a partir da Colza)
SEBRAE	Serviços Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEG	Segurança
SEI	Superintendência de Estudos Sociais da Bahia
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem no Transporte
SESC	Serviço Social do Comércio

SESI	Serviço Social da Indústria
SEST	Serviço Social do Transporte
SME	Soy Methyl Ester (Biodiesel produzido a partir da Soja)
SP	Serviços Públicos
UE	União Europeia
UNDP	United Nations Development Programme
USDE	Unit of Sustainable Development and Environment
WWFC	World Wide Fuel Charter

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 DOIS PARADIGMAS USADOS PARA A ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E ANÁLISE EVOLUTIVA DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS	28
2.1 O PARADIGMA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	28
2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRATADAS COMO “PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL”	32
2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VISTAS SOB A “TEORIA DA CIDADANIA”	34
2.4 ANÁLISE EVOLUTIVA DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL	37
3 SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL	47
3.1 INCLUSÃO SOCIAL	47
3.2 POBREZA	50
3.2.1 Aspectos semânticos e sociais da palavra “pobreza”	51
3.2.2 Conceitos e caracterizações da pobreza	53
3.2.3 A Pobreza Multidimensional	65
4 O BIODIESEL NO MUNDO E NO BRASIL E SUA UTILIZAÇÃO COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A INCLUSÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES	70
4.1 HISTÓRICO, CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DO BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL	70
4.2 HISTÓRICO DO BIODIESEL NO MUNDO	70
4.3 O BIODIESEL NO BRASIL	78
4.4 BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO E ESPECIFICIDADES DO USO	89
4.5 AÇÕES E ATUAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DA BAHIA – COOPAF	91
5 INFORMAÇÕES SOBRE A POBREZA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL NO ESTADO DA BAHIA E NO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU ...	98
5.1 A POBREZA NO ESTADO DA BAHIA	99
5.2 A POBREZA NO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU	113
6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	122
6.1 CARACTERIZAÇÕES, TIPO E ESCOPO DA PESQUISA	122
6.2 UNIVERSO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA E ESPECIFICIDADES DO FENÔMENO ESTUDADO	126
6.3 ASPECTOS E DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA AMOSTRA POR SATURAÇÃO TEÓRICA PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS FECHADOS	131

6.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA COLETA DA PESQUISA POR SATURAÇÃO	132
6.5 TÉCNICAS USADAS NA ANÁLISE DOS DADOS	134
6.6 LIMITES DA PESQUISA	136
7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	138
7.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS ETNOGRÁFICOS	138
7.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO DOS COOPERADOS E DOS QUESTIONÁRIOS FECHADOS.....	150
7.2.1 Perfil e análise dos cooperados da COOPAF	151
7.2.2 Apresentação e análise dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários fechados	153
<i>7.2.2.1 Características dos domicílios.....</i>	<i>153</i>
<i>7.2.2.2 Caracterização dos entes familiares.....</i>	<i>156</i>
<i>7.2.2.3 Dados referentes à migração e identificação dos cooperados.....</i>	<i>158</i>
<i>7.2.2.4 Dados referentes à instrução escolar.....</i>	<i>159</i>
<i>7.2.2.5 Dados referentes à renda.....</i>	<i>161</i>
<i>7.2.2.6 Dados sobre a inclusão social com base na condição de cooperado da COOPAF</i>	<i>163</i>
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	169
8.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS	169
8.1.11º Bloco: O biodiesel com certificado social como Política Pública de inclusão social.....	170
8.1.22º Bloco: A Inclusão Social sob a perspectiva da pobreza multidimensional.....	171
8.1.33º Bloco: A COOPAF e os resultados obtidos por seus cooperados com a execução da Política Pública do biodiesel com certificado social	173
8.2 RECOMENDAÇÕES.....	176
REFERÊNCIAS.....	177
APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS DIRECIONADAS.....	189
APÊNDICE B – ENTREVISTAS DIRECIONADAS.....	190
APÊNDICE C – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO ABERTO APLICADO AOS COOPERADOS	215
APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO FECHADO APLICADO AOS INTEGRANTES DO ESPAÇO AMOSTRAL	216
APÊNDICE E – TABELAS DE APURAÇÃO DO PONTO DE SATURAÇÃO	218
ANEXO A – FICHA DE INSCRIÇÃO NA COOPAF.....	222
ANEXO B – ESTATUTO SOCIAL DA COOPAF	225

1 INTRODUÇÃO

O marco recente das conquistas sociais pelo povo brasileiro é representado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, porque permitiu e consolidou o espargimento de direitos sociais até então represados.

Portanto, desde o restabelecimento do estado democrático no Brasil em 1985, que culminou com a Constituição de 1988, Políticas Públicas gerais e específicas, ao assegurarem a universalização da seguridade e da assistência social, por exemplo, definem como base de ação o que se denomina universalmente como inclusão social.

O termo *inclusão social*, tratado sob a ótica das chamadas Políticas Públicas, quer indicar o rol de ações que parecem, a rigor, perseguir a inserção, em algum espaço social, cultural e econômico, de uma parcela da população nacional como se tal processo fosse capaz de eliminar, por exemplo, a pobreza, e como se a pobreza fosse um processo simples de exclusão em algum ou em todos os espaços sociais, culturais e econômicos.

Nesse sentido, esta pesquisa, como indica seu título, O BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA DE INCLUSÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES: UM ESTUDO DE CASO SOB A PERSPECTIVA DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL, persegue como objetivo geral investigar o processo de implementação da política pública de utilização do biodiesel com certificado social para a inclusão de agricultores familiares sob a perspectiva da pobreza multidimensional, tomando como *lócus* de pesquisa uma cooperativa de agricultores familiares com sede na cidade baiana de Morro do Chapéu.

Neste contexto, o estudo define como objetivos específicos: a) mapear os paradigmas que norteiam a elaboração da Política Pública estudada; b) demonstrar algumas nuances da categoria “inclusão social”; c) identificar a pobreza e a pobreza multidimensional; d) apresentar o biodiesel com certificado social como Política Pública de inserção social de agricultores familiares por meio do relato da inserção do biodiesel no mundo e na cadeia energética nacional.

Para tanto, a pesquisa parte da seguinte problematização: Em que medida se evidencia a implementação da Política Pública de inserção social de agricultores familiares mediante o uso do biodiesel com certificado social na Cooperativa de Produção dos Agricultores Familiares do Estado da Bahia (COOPAF), sob a perspectiva da pobreza multidimensional?

Em se tratando de justificar o presente trabalho, identificamos como recorrente a aplicação de esforços para erradicação da pobreza, por exemplo, em âmbito mundial e local, tendo como foco o que se denomina como inclusão social.

Tais esforços, inclusive aqueles relacionados a uma vasta produção acadêmica, intentam identificar, analisar e mensurar as razões da pobreza, com vistas ao desenvolvimento de ações capazes de produzirem Políticas Públicas suficientemente aptas a, na pior das hipóteses, minorar os efeitos desse fenômeno mundial, por meio da inclusão social, em sentido mais amplo.

Muitos desses esforços são traduzidos em ações executadas por governos e outros organismos nacionais, internacionais e transnacionais, envolvendo aspectos sociais e econômicos, quer sejam em níveis macro ou microeconômicos com impactos diretos ou indiretos na população dos considerados pobres.

Via de regra, tais ações, como aquela identificada como os Objetivos do Milênio (ODM), propugnada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e os países integrantes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e com aplicação mundial, identificam os pobres em duas categorias: a) Pobres extremos, como sendo o conjunto de indivíduos que sobrevivem com até US\$1,25 ao dia, o que representava 14,4% da população mundial em 2015; e b) Pobres, o percentual da população mundial que, individualmente, sobrevive com a renda diária situada no espaço intervalar entre US\$1,26 e US\$2, equivalentes a 33% da população mundial em 2015. Nessa perspectiva, os ODM perseguiram, como um dos seus principais escopos, a erradicação da pobreza extrema em 2015.

Sem embargo, as ações que demonstram as preocupações com a situação da pobreza, e da inclusão social dos considerados pobres, extremos ou não, remontam à Baixa Idade Média, e tinham como responsáveis a Igreja Católica, bispos, monges, candidatos a santos e alguns abastados, que visavam a uma suposta salvação metafísica por considerarem que, para o pobre, “sendo rico, o Cristo se fez pobre para que fôsseis ricos pela pobreza” (SÃO PAULO, II Coríntios 8:9); e, para o rico, “Deus teria podido fazer todos os homens ricos, mas quis que houvesse pobres neste mundo para que os ricos tenham uma oportunidade de redimir seus pecados”, tomando por base o pensamento de Santo Elói, como demonstrado por Mollat (1989).

A rigor, até o século XIII, segundo Mollat (1989), a pobreza e a inclusão social foram tratadas exclusivamente sob a perspectiva da caridade cristã, sendo, a partir de então, objeto de uma institucionalização circunstancial em função do desenvolvimento

econômico verificado na Europa naquele século. Três séculos depois, no ano de 1531, as consequências dos efeitos econômicos e sociais daquele desenvolvimento culminaram com a criação de um conjunto de normas que visavam ao controle do fenômeno da pobreza e da inclusão social, denominadas de *Poor Laws*, decretadas pelo governo holandês e, logo depois, no século XVII, em plena efervescência da Revolução Industrial, com a edição das *Poor Laws* inglesas em 1660, como afirmado por Polanyi (2000).

Entretanto, é somente a partir do século XVIII, com a afirmação dos pressupostos da economia de mercado e com o surgimento da chamada “Economia Política”, de Adam Smith, em 1780, que a pobreza passa a ser estudada sob a perspectiva da racionalidade científica concomitantemente com os estudos sobre a formação social inglesa e depois mundial. Desde então, proliferaram pesquisas que não só intentaram, e intentam ainda, identificar e mensurar os pobres no mundo como também visavam e visam a estabelecer políticas para a sua erradicação, por meio da inclusão social.

Sob essa argumentação genérica da pobreza e da tentativa de inclusão social dos considerados pobres, realizamos uma pesquisa qualitativa tendo como delineamento um estudo de caso com a utilização do método etnográfico no levantamento de dados empíricos, ancorado em uma amostragem por saturação, na tentativa de responder ao problema da pesquisa.

De antemão, é relevante informar que o tratamento da inclusão social discutida neste trabalho tem como base conceitual os pressupostos da identificada pobreza multidimensional estudada por Amartya Sen (1976; 1983a; 1983b; 2000; 2001). Para Sen (2001), o combate à pobreza e, portanto, a inclusão social no seu aspecto multidimensional, envolve a satisfação de necessidades subjetivas essenciais a partir da existência de um contexto estrutural no qual as ditas necessidades substantivas elementares, como a alimentação, por exemplo, estejam devidamente contempladas. Por esta razão é que Sen (2001) esclarece que políticas de combate à pobreza e de inclusão social, a partir da lógica multidimensional, devem dotar o classificado “pobre” da capacidade para a realização de escolhas, quaisquer que sejam em relação à sua própria *persona*¹ e em relação ao seu núcleo familiar e social; o que implica, portanto,

¹ Optamos pela utilização da expressão em latim, no sentido de realçar os aspectos relativos à subjetividade que matiza as individualidades.

em habilitar o(s) indivíduo(s) de potencialidades para a sua realização social, econômica e subjetiva que o(s) possibilite a se fazer(em) ouvir, ser(em) ouvido(s), participar(em) e interferir(em) nos seus grupos de referência, por exemplo.

Desta forma, a tese defendida neste trabalho é de que a Política Pública de inclusão social dos agricultores familiares sob a perspectiva da pobreza multidimensional, a partir da utilização do biodiesel com certificado social, por não integrar o universo daqueles considerados pobres sob a égide exclusiva da variável renda, indica objetivamente que seus resultados possibilitam a realização do que Sen (2001) denomina como funcionamentos.

Apesar disso, a pesquisa aponta para a dificuldade de identificar ou construir instrumentos de medição de realização desses funcionamentos, dado o caráter de subjetividade que permeia tais instrumentos.

Senão, vejamos: como mensurar a realização e inclusão social de uma *persona* ou de um grupo social quanto à potencialidade de se fazer ouvir e ser ouvido e à sua participação nos seus grupos de referência?

Em termos econômicos, há fartura de dados, informações e métricas capazes de mensurar a evolução econômica da *persona* e sua inclusão financeira, embora precária, ou dos grupos sociais estudados. Mas, como afirma Sen (2001), no contexto da análise da pobreza multidimensional a renda é apenas um, e apenas mais um, dos elementos de indicação da pobreza e inclusão social sem ser o único ou o mais importante.

Portanto, o presente trabalho de pesquisa distancia-se, sem se descolar, dos estudos sobre a pobreza e a inclusão social que têm como base conceitual, exclusivamente, a variável renda, como proposto de forma geral pelos ODM e por variadas Políticas Públicas de erradicação da pobreza.

É pertinente também deixar claro que, apesar de focar nos pressupostos da pobreza multidimensional, este trabalho aborda, conceitualmente, também outros perfis de pobreza que matizam o contexto social e econômico de todos os países.

Assim, o trabalho relata a pobreza estudada por Lúcio Kowarick (2010), ao retratar os riscos aos quais são submetidos os moradores das favelas paulistas, mostrados em um estudo de caso naquela capital brasileira, como uma modalidade de pobreza.

Também são relatados, neste trabalho, aspectos atuais da pobreza na Europa e, especialmente, na França a partir do estudo de Paugam (2003), quando, após

análise dos “gloriosos 30 anos” pós-Segunda Guerra Mundial, demonstra pelo menos uma nova modalidade de pobreza: aquela que segrega os róis dos considerados pobres e excluídos sociais, entre aqueles que gozam de benefícios e controles governamentais, e os que sobrevivem longe do controle do Estado.

Em suma, no que concerne à pobreza enquanto exclusão social, intenta-se noticiar uma linha teórica do fenômeno trafegando por várias abordagens e com seus respectivos conceitos, em uma tentativa de compreensão da sua ocorrência no tempo e no espaço.

Quanto à dificuldade de mensuração dos resultados perseguidos com a pesquisa, recorreremos ao método etnográfico de coleta de dados (LATOURET; WOOLGAR, 1997), a partir do procedimento de observação dos cooperados da COOPAF. Em seguida, usando o método da pesquisa por saturação, aplicamos um questionário fechado, neste ano de 2016, na perspectiva de atendimento ao objetivo de mensuração e avaliação dos resultados encontrados, em que pese a sensibilidade dos dados obtidos pelo seu alto índice de subjetividade, como é próprio da análise da pobreza multidimensional.

Como informado anteriormente, o universo da pesquisa abrangeu os cooperados da COOPAF em conformidade com os ditames hauridos da legislação que definiu a utilização do biodiesel com certificação social como uma Política Pública de inclusão social dos agricultores familiares, por meio do Decreto Federal nº. 5.297/2004.

Desta forma, durante seis anos (2006 a 2012), o pesquisador compartilhou de vários momentos da COOPAF, frequentando sua sede social e participando das assembleias dos integrantes da instituição e reuniões de trabalhos das instâncias administrativas da unidade, bem como efetuando visitas a propriedades e campos de produção dos cooperados para a obtenção dos dados etnográficos. Dessas ações, produziu-se um questionário de entrevistas abertas, cujos resultados encontram-se relatados no capítulo que trata da análise dos dados obtidos com o estudo e visam a demonstrar aspectos subjetivos da Política Pública estudada, sob a perspectiva dos sujeitos atingidos pela ação.

O método etnográfico foi originalmente utilizado nos estudos relacionados à obtenção de conhecimento profundo de tribos, na busca de informações de seus costumes exóticos e aspectos culturais, contribuindo para a construção de um

repertório de costumes, relações familiares e comportamentos religiosos mais complexos daqueles grupos.

Para além da sua aplicação específica em tribos descoladas do nosso contexto social, os franceses Gérard Lemaire e Bernard-Pierre Lécuyer (LATOUR, 1997a) iniciaram o uso da etnologia para os europeus e antropologia para os norte-americanos, em estudos relacionados à produção de artefatos tecnológicos, mergulhando no processo de produção destes, sendo seguidos, por exemplo, por Mike Lynch e também Latour (1997a; 1997b), acompanhando o trabalho de criação em laboratórios científicos.

Assim, o método etnográfico tem o mister de, ao levar o pesquisador para o convívio direto com os integrantes do universo da pesquisa, coletar e levantar dados altamente subjetivos e impossíveis de serem captados pelo método dedutivo.

Pelo caráter da coleta de aspectos não mensuráveis estatisticamente da etnografia, neste trabalho, recorreremos também à utilização do levantamento de dados pelo método de saturação mediante a utilização de um questionário fechado que foi aplicado pelo próprio pesquisador, na perspectiva de tentar dar suporte aos dados subjetivos coletados, com a delimitação da amostra por meio da saturação dos dados, como explicitado no capítulo 6, no qual tratamos sobre a metodologia.

A amostra de trabalho desta pesquisa, como dito acima, é o conjunto dos agricultores familiares da COOPAF. Entretanto, considerando as subjetividades que retratam o estado de pobreza e exclusão social sob a ótica multidimensional e até mesmo o caráter objetivo do fenômeno, se tratados a partir do fator renda, por exemplo, fica evidenciado o estado de exclusão social do coletivo estudado, sob a perspectiva da análise multidimensional da pobreza, em algumas das muitas características desse estado.

Dessa forma, reafirmamos que o objetivo do trabalho é investigar os efeitos da Política Pública de inserção social dos agricultores familiares sob a perspectiva da pobreza multidimensional a partir da utilização do biodiesel com certificado social, no intervalo de tempo entre 2012 e 2016.

Para tanto, estruturamos o trabalho em capítulos: no primeiro, fazemos a introdução ao estudo; no segundo, tratamos dos paradigmas que norteiam a Política Pública estudada na pesquisa ao tempo em que descrevemos a evolução da obtenção de direitos e afirmação da cidadania no Brasil e um relato conciso de algumas Políticas Públicas brasileiras de inclusão social; no terceiro capítulo, tratamos das nuances

conceituais e filosóficas da categoria inclusão social, dos aspectos relacionados à semântica da palavra pobreza para, em seguida, discorrermos sobre conceitos e caracterizações da pobreza e da pobreza multidimensional; no quarto capítulo, historiamos a utilização do biodiesel no mundo e no Brasil, para, logo depois, descrever acerca da criação da Política Pública que utiliza o biodiesel com certificado social como instrumento de inclusão social dos agricultores familiares e da definição do biodiesel com certificação social e a apresentação da COOPAF e o seu papel na execução da Política Pública, contextualizando-a. No quinto capítulo, demonstramos a origem e a conjuntura de pobreza no estado da Bahia e no município de Morro do Chapéu, ensejando a necessidade de inclusão social nos termos tratados pela Política Pública estudada; no sexto capítulo, tratamos da metodologia utilizada na coleta e análise dos dados; no sétimo capítulo, expomos os dados coletados e sua análise, para, no último capítulo, apresentarmos as conclusões e considerações finais, seguidas das referências, apêndices e anexos.

2 DOIS PARADIGMAS USADOS PARA A ELABORAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E ANÁLISE EVOLUTIVA DAS POLÍTICAS BRASILEIRAS

2.1 O PARADIGMA DE ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Objetivamente, as Políticas Públicas, qualquer que seja a base teórica utilizada para o estudo da sua aplicação, uso e análise de resultados, parece apontar para duas estratégias que, “embora possam parecer idênticas”, baseiam-se em aspectos distintos e conduzem à objetivos aparentemente diferentes, como explica Santos (1979, p. 42).

Tais Políticas Públicas estão relacionadas com a base teórica do identificado *maximin*, que parte do pressuposto da maximização das igualdades, e aquelas outras que têm como base de apoio a minimização das desigualdades, qualificadas como *minimax*.

Portanto, independentemente do conceito que se possa atribuir ou das normas que possam ser admitidas ao conceito de justiça social, inclusão social ou às estratégias de desenvolvimento social adotadas por quaisquer governos ou organismos, os seus objetivos finais parecem ser em atendimento a uma das duas proposições expostas acima.

Assim, conforme expõe Santos (1979), a possibilidade da construção de um “protodiagnóstico” da situação social de um país, por exemplo, para permitir a avaliação das Políticas Públicas em uso, esbarra na dificuldade de delineamento da situação geral das carências locais e regionais e, por consequência, dos desequilíbrios existentes socialmente.

Concretamente, tais dificuldades são retratadas, também, na

[...] ausência de informações pertinentes, precisas e confiáveis, assim como a inexistência de instrumental de análise capaz de decidir questões importantes – por exemplo, o efetivo impacto de diferentes políticas (*outcome analysis* na literatura inglesa) –, tornam a tarefa do analista e de quem deve tomar decisões extremamente precária. (SANTOS, 1979, p. 43).

Igualmente, como será demonstrado no próximo capítulo, o próprio conceito e sentimento íntimo da condição de pobreza e de inclusão social, por exemplo, são fluidos, às vezes subjetivos, sem delimitação local e espacial, portanto, sujeitos a variações pessoais, sociais e contextuais, que tornam difícil, senão impossível, sua

mensuração, desde aspectos mais abrangentes do que aqueles fornecidos pela análise puramente econômica de tal fenômeno.

Nesse sentido, os paradigmas que apresentamos para mensuração e análise das Políticas Públicas não têm a intenção teórica de apresentar nem de definir um modelo padrão para essa ação, mas sim de, ao apresentá-los, ratificar a dificuldade que os instrumentos de análise trazem, pelas suas próprias limitações pragmáticas e teóricas, e definir a abordagem teórica assumida na pesquisa.

Por essa razão, deste ponto em diante, abandonaremos a análise das Políticas Públicas no aspecto *lato sensu* para tentar um mergulho desde uma percepção *strictu sensu*, a partir do estudo das Políticas Públicas brasileiras.

Como primeiro passo para o desenvolvimento da nossa análise, mesmo com os riscos inerentes a qualquer processo de classificação, utilizaremos o padrão de seleção proposto por Santos (1979), que agrupa as Políticas Públicas brasileiras em um conjunto de três categorias, cujos elementos são:

- a) as Políticas Públicas preventivas;
- b) as Políticas Públicas compensatórias;
- c) as Políticas Públicas caracterizadas como de *strictu sensu*, porque destinadas a grupos sociais específicos, normalmente trabalhadores formais engajados em setores produtivos específicos.

Para Santos (1979), as Políticas Públicas brasileiras identificadas como preventivas, especialmente aquelas que são criadas e desenvolvidas pelos governos nas três esferas federativas, têm por finalidade, no seu limite de ação, produzir o mínimo de desigualdade social, como todas as demais Políticas Públicas, porém, sob a perspectiva de antecipação de um estado social melhor no porvir.

As identificadas Políticas Públicas compensatórias têm por finalidade “remediar desequilíbrios gerados pelo processo de acumulação.” (SANTOS, 1979, p. 23). E, finalmente, o conjunto das Políticas Públicas brasileiras, identificadas aqui como Políticas Públicas de *strictu sensu*, “são aquelas explicitamente orientadas, ao menos em intenção, para a redistribuição de renda e benefícios sociais” (SANTOS, 1979, p. 28) entre o grupo laboral engajado no mercado de trabalho público ou privado.

Neste contexto, são classificadas como Políticas Públicas preventivas as ações relacionadas à geração de emprego, salário, renda, saúde pública, saneamento, educação e nutrição.

São consideradas como Políticas Públicas compensatórias as ações pertinentes à concessão de benefícios previdenciários, como as aposentadorias, independentemente de contribuição formal; as ações voltadas para a educação de adultos; a atuação na formação profissional; a política de habitação e a assistência aos menores.

Como Política Pública *strictu sensu*, temos o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP) e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo.

Delimitado o universo da nossa abordagem sobre a análise de Políticas Públicas, tentaremos, agora, uma imersão no que seria um esquema geral de análise a partir da abordagem de Política Pública que este trabalho pretende utilizar.

Se admitirmos que em dado momento haverá parâmetros de acumulação e de equidade no seio de uma determinada camada social, teremos então uma explicação para a mudança de uma Política Pública específica. Entretanto, conforme esclarece Santos (1979), Políticas Públicas, ou não, são passíveis de mudanças quando estas se verificam, também, na composição das elites políticas.

Ou seja, mudanças das oligarquias políticas dominantes implicam na alteração, também, das ações relacionadas às Políticas Públicas vigentes.

Mas, de maneira objetiva, como conceituar as elites? Indicando trivialmente o conjunto de indivíduos que ocupam cargos de mando ou classificando-os como “[...] um conjunto especial de pessoas, reconhecidas pela comunidade, na posse de algum atributo específico e que, por isso, estão mais habilitados a, de certo modo, monopolizarem as instituições de poder” (SANTOS, 1979, p. 53), ou considerando-os como um grupo de pessoas que, pelas muitas injunções sociais do tipo origem familiar, vinculação com os grupos de mando político partidário situacionista, etc., ocupam postos de mando reconhecidos pela comunidade?

Sob uma alternativa “mais adequada e por isso mesmo mais estimulante e desafiadora”, Michels (1959, *apud* SANTOS, 1979, p. 53) conceitua as elites como sendo um grupo de *personas* dotadas de “acesso diferenciado a bens e valores, entre eles a própria perpetuação no exercício do poder”, distinguidos pelas próprias instituições. Ou seja:

[...] as elites não são, naturalmente, segregadas e filtradas pela sociedade, mas produzidas pelas próprias instituições, sejam as instituições econômicas, sejam as burocrático-administrativas, públicas e privadas, sejam as políticas. (MICHELS, 1959, *apud* SANTOS, 1979, p. 53).

Essa rápida abordagem sobre tal conceito do que seria a “elite”, embora sob uma fundamentação teórica datada dos anos 1950, tem como fulcro, diferentemente do que afirmou o ex-presidente do Brasil no seu discurso na CEPAL em 2006², reafirmar que apesar da visão “endógena” que se aplica hoje na elaboração das Políticas Públicas, estas ainda são planejadas e executadas em muitos aspectos sob os interesses de uma “elite”, política e econômica.

Dessa forma, vamos identificar nas Políticas Públicas, como de resto, em todas as ações sociais, o prolongamento do poder das elites em se perpetuarem nos controles das instituições de poder e, diante desse controle, a força para “definir os objetivos a que a comunidade se deve propor alcançar mediante ação dessas instituições.” (SANTOS, 1979, p. 54).

Sem embargo, se considerarmos as colocações feitas acima, contextualizando-as com os pressupostos ideológicos e político-econômicos em vigor no mundo ocidental e especialmente na América do Sul e mais particularmente no Brasil, vamos nos defrontar com uma realidade dramática das Políticas Públicas brasileiras, como de resto em todos os quadrantes do planeta, voltadas muito mais para o atendimento das demandas econômicas das populações carentes do que propriamente para as suas demandas comunitárias e culturais intergrupais. Essas, primariamente, identificariam uma multidimensionalidade de carências, especialmente da pobreza e da inclusão social, como tratamos neste trabalho.

Feitas tais considerações, retomamos, nos itens seguintes, aspectos relacionados aos paradigmas das Políticas Públicas tratadas como “perspectiva do serviço social” e das abordadas com base na “teoria da cidadania”, com breve contextualização histórica.

² No ano de 2003, o ex-presidente do Brasil, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, em um discurso pronunciado na *Comisión Económica para a América Latina y El Caribe – CEPAL*, afirmava que: “A democracia tem um método próprio para a definição de Políticas Públicas. As decisões resultam de uma adaptação negociada de interesses, de acordo com as normas transparentes definidas no espaço público [...]. As políticas não refletem a suposta onisciência de tecnocratas esclarecidos, mas representam a depuração de interesses legítimos, um concerto de vontades, entre elas a do próprio governo.” (BID, 2007, p.15).

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS TRATADAS COMO “PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL”

A abordagem das Políticas Públicas que têm como base a “perspectiva do serviço social” é considerada a mais tradicional e mais antiga forma de ação pública e, segundo Coimbra (1987), é tida como tradicional em função de ter se mantido desde a sua formulação sem alterações, ou seja, assegura até hoje sua característica mais relevante: “sua vocação para o empírico e pragmático”.

Entende-se essa Política Pública como “o estudo sistemático dos problemas sociais singulares e de suas soluções por elementos localizados” (MISHRA, 1981, p. 3). Portanto, refere-se a uma prática distante das preocupações teóricas ou especulativas.

Por outro lado, o *status* de antiguidade lhe é atribuído porque, exceto “escritos esparsos de autores do século XIX, como Marx e os economistas clássicos, foi a que em primeiro lugar se dedicou a considerar sistematicamente as políticas sociais” (COIMBRA, 1987, p. 65).

A indiferença dessa abordagem com os aspectos teóricos que envolvem atualmente as questões sociais parece estar relacionada aos pressupostos históricos da sua gênese.

Surgida inicialmente na Inglaterra e depois nos Estados Unidos da América, a abordagem do serviço social tinha como fundamento a reação à teoria liberal com seu viés de ortodoxia e extremos próprios do século XIX, que usava como fundamento o abandono à própria sorte de todos aqueles incapazes de, por conta própria, enfrentarem e vencerem a competitividade do mercado (COIMBRA, 1987).

Assim, o fundamento que subjaz as Políticas Públicas sob a “perspectiva do serviço social”, aponta, em última instância, para a promoção da “melhoria social”, e não com a construção de um corolário teórico sobre as “determinações dos problemas sociais.” (COIMBRA, 1987, p. 77).

Nesse sentido concebe-se que seus autores seriam movidos, sobretudo, pelo desejo de “consertar” e “remendar” o mundo em detrimento da busca pelo seu entendimento.

No que concerne a esse entendimento, alguns autores, entre eles Mishar (1981), afirmam que as Políticas Públicas sob a lógica de “Serviço Social” têm como foco de abordagem apenas as questões locais, regionais e, no máximo, as situações

específicas de uma nação, favorecendo ao que aquele autor considera como sendo uma “pouca atenção” para abordagens “generalizantes e comparativas”.

Ainda segundo Mishar (1981), tal viés faz com que as ações embasadas nessa prática pública tenham como tendência, finalmente, focar seus esforços exclusivamente no atendimento de demandas governamentais e empresariais particulares sem, evidentemente, abordar contextos mundiais, por exemplo, na sua execução.

Dessa forma, parece que as Políticas Públicas, sob essa égide, serão sempre definidas a partir muito mais de uma prática governamental em detrimento de um pensamento teórico aprofundado sobre a gênese das desigualdades sociais, por exemplo.

Nesse contexto, Coimbra (1987, p. 80), afirma que “[...] a perspectiva do serviço social simplesmente não tem um conceito próprio do que é política social”, derivando então para a convivência com inúmeros problemas de fundamentação teórica e de interpretação que o referido autor identifica com um “empirismo ingênuo”.

Porém, muito recentemente esse quadro de ingenuidade começou, parcialmente, a mudar (COIMBRA, 1987, p. 81), principalmente pela constatação de que a visão puramente empírica da sua prática podia levá-la a uma “leitura míope e desfocada da realidade dos problemas sociais”.

Apesar de tais avanços, em síntese, a caracterização, ainda, das Políticas Públicas que têm como base a perspectiva do “Serviço Social”, apresenta como traços principais, segundo Mishar (1981), bem como no entendimento de Coimbra (1987):

- a) Focalização dos estudos das Políticas Públicas e dos problemas nas questões estritamente locais e nacionais;
- b) Ato de privilegiar, exclusivamente, programas de governos e/ou empresariais isolados;
- c) Adoção de abordagens essencialmente voltadas para “a prática”;
- d) Tendência a ter um enfoque multidisciplinar e teoricamente confuso;
- e) Busca eminente por uma abordagem empirista; e,
- f) Posicionamento ingênuo perante os efeitos ideológicos de sua própria prática.

Ainda assim, identificam-se nas práticas das Políticas Públicas sob o enfoque estudado alguns aspectos positivos da sua execução, como:

- a) Ênfase nas situações sociais locais e nacionais;
- b) Preocupação com problemas socialmente relevantes para as coletividades locais e nacionais, ao tratar de temas que afetam de forma dramática determinados segmentos sociais, mostrando aos demais sua existência e gravidade;
- c) Desenvolvimento, na população, de adesão a valores humanitários, ainda que esses possam ser ingênuos; e, finalmente,
- d) Pode-se afirmar que, em síntese, sua aplicação denota uma preocupação com a sociedade local no sentido da promoção de mudanças sociais diretas e imediatas.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS VISTAS SOB A “TEORIA DA CIDADANIA”

Se comparadas com as práticas das Políticas Públicas baseadas na perspectiva do “Serviço Social” que, segundo Coimbra (1987), não chegava a ser uma “Teoria” em função do seu empirismo pragmático, pode-se afirmar que somente a partir dos anos 1970 é que emerge uma abordagem teórica para as Políticas Públicas, com o despertar do interesse dos estudiosos marxistas pela política social, formatando a “Teoria da Cidadania”.

De origem marshalliana, por estar baseada em um ensaio escrito por T. H. Marshall logo depois da 2ª Guerra Mundial, com o título de *Classe social e cidadania*, tem como princípio basal o conceito de cidadania atribuído por esta teoria, para a qual “o entendimento da política social é inseparável da compreensão do processo de expansão e de transformação da cidadania no mundo moderno.” (COIMBRA, 1987, p. 81).

A pretensão de Marshall com o seu ensaio seminal visava a examinar a complexidade das relações existentes entre as noções de classe social e cidadania. Para ele, classe social é o reflexo dos elementos sociais definidores das diferenciações e desigualdades que caracterizam as sociedades modernas. Já a cidadania seria definida por “uma igualdade básica entre as pessoas, decorrentes, em

suas palavras, da participação integral de todas na comunidade nacional.” (COIMBRA, 1987, p. 81).

Nesse sentido, Marshall define a conhecida tríade do que, ainda hoje, se entende como cidadania: o exercício dos direitos civis, políticos e sociais, que não teriam surgidos historicamente juntos, mas que teriam sido incorporados social e gradualmente no contexto do convívio social até que os três se fundissem, pela sua irrestrita adoção, propiciando a cidadania integral, prevista pelo autor para ocorrer no século XX.

Contextualmente, Marshall definiu os direitos civis como sendo aqueles “necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça”. Definiu os direitos políticos como sendo o direito inerente a qualquer indivíduo de participar do poder político na condição de membro dos organismos sociais, investido de autoridade política ou como eleitor dos integrantes desses organismos; em síntese, o direito de votar e de ser votado. E, finalmente, os direitos sociais, identificados como a condição de um mínimo de bem-estar, que envolva os aspectos econômicos, de segurança, além do direito de participar e usufruir das heranças sociais da coletividade e a convivência civilizada dentro dos padrões prevalentes nas sociedades de convívio das individualidades.

Para Marshall, a evolução e afirmação dos direitos supracitados seriam concretizados em momentos diferentes, e separados no tempo e no espaço. Dessa forma, o século XVII teria dado partida à afirmação dos direitos civis, o século XIX teria propiciado a afirmação e o início da generalização dos direitos políticos, e o século XX teria estabelecido as condições para a implantação dos direitos sociais.

Em que pese a potencialidade de replicação das teorias de Marshall em todo o mundo ocidental, deve-se convir que seu enunciado teve como base territorial e social a Inglaterra pós-Segunda Guerra Mundial, o que torna a precisão da cronologia proposta suscetível de falhas em contextos diferentes.

Também é passível de crítica no ensaio de Marshall o fato de que “ele escassamente consegue explicar os processos históricos concretos subjacentes à afirmação de cada tipo de direito.” (COIMBRA, 1987, p. 82).

Nesse sentido, conclui-se que sem reportar-se aos aspectos históricos de surgimento e afirmação de cada um dos direitos em questão, estes tendem a serem “vistos como um processo evolutivo, fundamentalmente linear e incremental”

(COIMBRA, 1987, p. 83), sendo, então, “desproblematizado”, indicando ser um processo natural.

Apesar disso, não se pode desprezar as contribuições de Marshall na definição de algumas abordagens no que se refere aos estudos das Políticas Públicas. Ora, é de Marshall, por exemplo, a ideia que os serviços educacionais e sociais deveriam ser vistos em pé de igualdade, a imprensa deveria ser livre, os sistemas de justiça e os parlamentos deveriam ter representação universal, propondo então que nenhum desses fosse tratado socialmente com importância secundária.

É nesse sentido que Coimbra (1987) afirma que Marshall tirou da “cozinha” as discussões sobre Políticas Públicas, trazendo-as para a “sala de visitas” da sociedade contemporânea.

Sem dúvida, os conceitos propostos por Marshall, na sua teoria, carregam alguns problemas sob o ponto de vista qualitativo. Um desses problemas, conforme abordado por Coimbra (1987), refere-se à quantificação de “mínimo” quando Marshall o define como o ponto de partida para um bem-estar econômico e de segurança e de participação nas instituições sociais, bem como a qualificação de “um ser civilizado”, no contexto das inter-relações sociais tão complexas como as vividas contemporaneamente.

Então, indaga-se:

- a) O que seria exatamente esse mínimo necessário?;
- b) O que exatamente quer dizer “participar, por completo da herança social?” como previsto nos direitos políticos?;
- c) o que é a “vida de um ser civilizado?”;
- d) qual o padrão em que tal civilidade é fixada?; e,
- e) a quem será atribuído o poder de definir e fixar tais critérios?

O próprio Coimbra (1987, p. 84) informa que as respostas apresentadas por Marshall para essas indagações foram vagas, porque inteiramente abertas, como que se dissesse “depende”.

Por conta da imprecisão teórica e histórica, em muitos aspectos, das concepções de Marshall, Coimbra (1987) credita a elas algumas similaridades com os pressupostos fundamentais assumidos pelas perspectivas das Políticas Públicas e sociais como “Serviço Social”.

Assim, na perspectiva das Políticas Públicas a partir da visão da “Cidadania”, sua aplicação tende, também, a ser “institucional” e, até certo ponto, desprovida de fundamentação teórica sólida, já que, como visto, a concepção de direitos sociais na qual ela se baseia é, como afirma Coimbra (1987, p. 86), “muito vaga e imprecisa”.

Ainda assim, podemos identificar a significativa contribuição de Marshall, desde a sua proposta, na elaboração de critérios válidos para o estabelecimento da “diferenciação e avaliação ética da política social de qualquer país ou época”, a partir da noção de igualdade, embutida na proposta de cidadania. Isto porque

O conceito de Cidadania, assim, não se resume à posse de determinado conjunto de direitos, que podem variar de sociedade para sociedade de acordo com suas diferenças contratas. Antes, ela implica possuir os mesmos direitos, na esfera do civil, do político e do social. Implica, portanto, que todos tenham iguais condições de acesso ao mínimo que a sociedade, no estado de desenvolvimento em que estiver, aceita como tolerável. (COIMBRA, 1987, p. 85).

Apresentadas as bases teóricas da formatação e aplicação das Políticas Públicas no Brasil, à guisa de historiar sua gênese e evolução, expomos no próximo item uma análise evolutiva das ações públicas nacionais no contexto das teorias expostas.

2.4 ANÁLISE EVOLUTIVA DE APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

São recorrentes os estudos que afirmam que o Brasil é um dos países de maior desigualdade na distribuição de renda e que tal situação estaria diretamente relacionada ao processo colonial e escravista de desenvolvimento praticado no país, durante o qual teriam sido forjadas as situações econômicas, ainda hoje prevalentes, que impossibilitam a camada mais pobre da população de ter seu nível de renda aumentado para, assim, reduzir o hiato da desigualdade social, relativa, pelo menos, à renda com as consequências daí decorrentes (FURTADO, 1959; TAVARES, 1978; BRESSER PEREIRA, 1980; 1998; HOFFMANN, 2001).

A partir da afirmação acima, podemos compreender que, institucionalmente, as Políticas Públicas desenvolvidas no Brasil se acomodam de forma justa com a teoria marshalliana misturada com a teoria das Políticas Públicas como Serviço Social, tratadas anteriormente, como descreve Carvalho (2002), ao relatar a evolução da cidadania brasileira, identificando cronologicamente os períodos de afirmação dos três direitos preconizados na teoria de Marshal (1948).

Para Carvalho (2002), os primeiros passos do Brasil rumo à cidadania são dados em 1822 e vão, historicamente, até 1930, com os direitos políticos, embora não universais, tomando a dianteira no processo de afirmação social do país.

Apesar disso, tais direitos sofreram períodos de turbulências e fragilidades em específicos lapsos de tempo, nesse interregno e até os anos 1990, em função das ideologias que permearam o pensamento das elites dominantes em conformidade com o quadro político partidário preponderante, demonstradas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Evolução do quadro político brasileiro – 1930-1992

Período	Regime Político	Presidente da República
1930 – 1945	AUTORITARISMO POPULISTA Implantação do Corporativismo Estatal: Populismo Trabalhista	Getúlio Vargas
1945 – 1964	DEMOCRACIA POPULISTA Pluripartidarismo limitado; Eleições Livres em todos os níveis; Sufrágio Universal, exceto analfabetos; Sistema Presidencialista Setembro 1961 a janeiro 1963: Sistema Parlamentarista	Eurico G. Dutra (46-50) Getúlio Vargas (50-54) Café Filho (54-56) J. Kubitscheck (56-60) Jânio Quadros (60-61) João Goulart (61-64)
1964-1984	AUTORITARISMO MILITAR Extinção dos Partidos Políticos Bipartidarismo; Escolha Indireta do Presidente da República; Nomeação de Governadores e Prefeitos das Capitais e Áreas de Segurança Nacional Abertura Gradual do Regime; Reformulação Partidária; Extinção do Bipartidarismo; Eleições Livres para Governos Estaduais; Escolha Indireta do Presidente da República (civil)	Gal. Castelo Branco (66-68) Gal. Costa e Silva (68-70) Gal. Garrastazu Médici (70-74) Gal. Ernesto Geisel (74-79) Gal. João Batista Figueiredo (79-85)
1985	DEMOCRACIA Pluralismo Partidário Pleno; Sufrágio Universal Extensivo aos Analfabetos; Eleições Livres para todos os níveis; Sistema Presidencialista; República Federativa	Tancredo Neves (março/abril 1985) José Sarney (85-89)
1988	Promulgação da Constituição	
1989	Eleição Direta para Presidente da República em dois turnos	
1990	Posse do 1º Presidente Civil Eleito pelo Voto Direto	Fernando Collor (90 – 92)

Fonte: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da UNICAMP (1991).

Nota: Adaptado pelo autor desta tese (2016).

Assim, entre 1930 e 1945, afirmaram-se os direitos sociais, especialmente no primeiro período do governo Vargas, culminando com a edição da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), motivo de profundas discussões desde 1920, para só depois de 1945 e até 1964 firmarem-se os direitos civis, retomados em 1988 com a promulgação da atual Constituição brasileira (CARVALHO, 2002).

Portanto, pode-se afirmar, com base no histórico do processo de cidadania nacional, que tem como expressão máxima, até então, a Constituição de 1988, que o Brasil, consolidando e universalizando a seguridade e a assistência social, produziu uma Política Pública de extensão e amplitude nacional.

É nesse sentido que o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) (2009, p. 31) afirma que

[...] ao buscar resgatar parte da enorme dívida social brasileira, a Constituição Federal de 1988 ressignificou os princípios da justiça e da solidariedade e colocou a ação social do Estado em novo patamar, ampliando os âmbitos da vida coletiva que passaram a estar sob sua responsabilidade e inscrevendo inúmeras garantias sociais básicas entre os direitos que gozam de proteção legal. [...] Entre outras conquistas, inseriu-se na organização das políticas sociais brasileiras a ideia de seguridade social para promover a articulação dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social e afiançar o compromisso com a garantia de segurança aos indivíduos diante de riscos como a doença e a pobreza relacionada à insuficiência de renda, ao desemprego ou à incapacidade para o trabalho.

Assim, as chamadas Políticas Públicas de transferência de renda passaram a integrar a agenda pública brasileira, e em 1991 o Senado aprovou o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), cujo objetivo era atender a todos os brasileiros maiores de 25 anos que recebessem menos de 45 cruzeiros com um valor entre 30% ou até 50% da diferença da sua renda àquele valor equivalente, na época, a dois salários mínimos do ano corrente (SUPLICY; BUARQUE, 1997; COSTA, 2005; DINIZ, 2007; MAIOR, 2008).

A efetivação dessa Política Pública ocorreu em 1995 com a sua implantação nas cidades de Campinas e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, Salvador, no estado da Bahia, e no Distrito Federal. A partir de então, programas dessa natureza expandiram-se amplamente (SUPLICY; BUARQUE, 1997; CASTRO; LIMA; SILVA, 2010).

Segundo Costa (2005), a partir dos anos 1990 as políticas sociais de transferência de rendas no país foram gradativamente substituindo as antigas formas

de intervenção na área social, como a concessão de alimentos, a prestação de serviços, por exemplo, inaugurando uma nova forma de atingir as populações carentes e marginalizadas, com a perspectiva de lhes fornecer ensinamentos sobre a eficiência nos gastos, bem como uma formação ética, ao tentar impedir o clientelismo, ensejando uma maior autonomia àqueles beneficiários.

Sob esta nova forma de ação de Política Pública, podemos identificar três etapas no âmbito do Governo Federal na evolução das políticas de transferência de rendas, a saber:

- a) A instituição do Benefício de Prestação Continuada (BPC) em 1993, mediante a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que, definido pela Constituição de 1998, tinha como finalidade destinar à população com idade superior a 65 anos ou mais e aos portadores de deficiências incapacitantes para o trabalho e integrantes de famílias cuja renda familiar não fosse superior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente, o valor de um salário mínimo mensal. Tal benefício passou a ser concedido a partir de 1996, e continua ainda hoje;
- b) Implantação, na segunda metade dos anos 1990 no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso dos Programas Sociais de transferência de rendas de caráter focalizado: O PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás.

O PETI, criado em 1996, tem como objetivo transferir rendas para as famílias com crianças até 16 anos que estejam trabalhando ou submetidas ao risco de trabalharem em atividades consideradas perigosas e prejudiciais à saúde.

O valor do benefício, em 2010, era de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais) por criança residente na área rural e R\$ 40,00 (quarenta reais) para crianças da zona urbana, desde que as famílias as afastassem, definitivamente, do trabalho, e as mantivessem com a frequência escolar mensal de no mínimo 85% das aulas ministradas, bem como houvesse o acompanhamento do desenvolvimento infantil das crianças menores de sete anos, com a atualização do calendário de vacinas próprio e a vigilância alimentar nutricional (BRASIL, 2009).

O Bolsa Escola, criado e implantado em 2001, tem como objetivo atender a crianças com idade entre 6 e 15 anos, pela concessão de um auxílio financeiro no

valor de R\$15,00 (quinze reais) por criança, limitado a no máximo R\$45,00 (quarenta e cinco reais) por família com renda mensal de até R\$90,00 (noventa reais), desde que comprovada a frequência escolar das crianças atendidas em pelo menos 85% das atividades desenvolvidas pelas escolas.

O Bolsa Alimentação, também criado em 2001, tinha como pretensão combater a mortalidade infantil, mediante a concessão de um auxílio pecuniário no valor de R\$ 15,00 (quinze reais) por criança de 0 a 6 anos, ou às mulheres grávidas, podendo chegar ao valor máximo de R\$45,00 (quarenta e cinco reais) por família, condicionado à atualização do cartão de vacinação para as crianças e, para as parturientes, ao comparecimento aos Postos de Saúde para o acompanhamento Pré-Natal, bem como a prática do aleitamento materno no período mínimo de seis meses (BRASIL, 2001).

O programa de Auxílio Gás, criado em dezembro de 2001, não estabeleceu nenhum condicionante, e teria sido instituído como medida compensatória para o subsídio do gás de cozinha, então extinto. Nesse programa, cada família com renda mensal *per capita* de até R\$90,00 (noventa reais) recebia o valor mensal de R\$7,50 (sete reais e cinquenta centavos), pagos bimestralmente.

A terceira etapa do novo modelo das políticas sociais brasileiras foi iniciada em 2003, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a criação do Programa Fome Zero, que tinha como objetivo inibir a insegurança alimentar, por meio da transferência de R\$50,00 (cinquenta reais) para cada família com renda *per capita* igual ou menor que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente. Tal transferência tinha o prazo mínimo de seis meses de duração, podendo ser renovada por mais dezoito meses.

Decorrente das ações do Governo Federal para o atendimento dos programas sociais de transferência de rendas, Silva (2006, p. 2) afirma que

Até 2003 registrava-se uma diversidade de Programas de Transferência de Renda no Brasil com a implementação de experiências de iniciativa dos municípios e de estados, além de diversos programas federais implementados de modo descentralizados nos municípios brasileiros.

De fato, após as iniciativas desse ente federativo, o Governo Federal, vários municípios e estados replicaram muitas daquelas políticas sociais, com o intento de atender a outros quinhões sociais que, por várias razões, não conseguiam usufruir dos benefícios federais.

As ações governamentais federais mais recentes no que se refere às Políticas Públicas de transferência de renda brasileiras abrangem, pelo menos, três grandes programas sociais:

- a) o programa Bolsa Família, de 2004;
- b) o programa do Biodiesel com Certificação Social de 2005, estudado nesse trabalho; e,
- c) o Programa Minha Casa, Minha Vida, de 2009.

Entretanto, é pertinente relatar os resultados da aplicação de Políticas Públicas brasileiras antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, como forma de historiar ações de inclusão social, tal como é entendido pelos gestores públicos.

Nesse sentido, convém recorrer aos estudos desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) (1991), da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que integrou em 1991 o Projeto *Social Policies for the Urban Poor in Southern Latin America: Welfare Reforms in Democratic Contest*. Esses estudos demonstram que as Políticas Públicas brasileiras, como do resto do mundo ocidental, independentemente dos matizes ideológicos, são consequência direta, em boa dosagem, da formulação do *Welfare State*.

Assim, a análise das Políticas Públicas brasileiras antecedentes ao preconizado pela Constituição Federal de 1988 segue o roteiro de consolidação e crises desse modelo de bem-estar, resumido no Quadro 2, abaixo:

Quadro 2 – Welfare State no Brasil: periodização

1930 – 1964	Introdução e Expansão Fragmentada
1930 – 1943	Introdução
1943 – 1964	Expansão Fragmentada e Seletiva
1964-1977	Consolidação Institucional
1964-1967	Expansão Massiva
1977 – 1988	Crise e Ensaio de Reformulação
1977-1985	Ajustamento Conservador
1985-1988	Reformulação Progressista: Tentativas
1988	Reestruturação do Sistema/Nova Constituição
1988 – 1991	Implementação das Reformas Formação da Nova Agenda de Reformas

Fonte: NEPP/UNICAMP (1991).

Dessa forma, podemos verificar que, segundo os estudos desenvolvidos pelo NEPP (1991):

- a) a incorporação dos segmentos sociais brasileiros no processo político decisorial pode ser explicado pela capacidade de organização das categorias laborais e, depois, dos profissionais de classe média;
- b) com respeito às categorias laborais, a incorporação social é iniciada com os trabalhadores urbanos ligados às atividades do setor público (portuários, ferroviários), que primeiro conseguem definir e acessar os benefícios securitários espargindo, depois, tais benefícios para os demais segmentos de trabalhadores urbanos, trabalhadores de classe média, outros funcionários públicos, e, em seguida, a outros trabalhadores da indústria e comércio, alcançando em 1971 os trabalhadores rurais;
- c) como demonstrado anteriormente, somente em 1988 é que, de fato, o país cria uma rede de política social universalista, inclusive no que tange à assistência de saúde com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS).

Utilizando os próprios dados fornecidos pelo NEPP (1991), descrevemos abaixo o desenvolvimento das Políticas Públicas no país, relacionando-as com as periodizações propostas no quadro acima, na perspectiva de inventariar as ações sociais do Estado e dos Governos brasileiros até a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Quadro 3 – Quadro do Estado de Bem-Estar Social no Brasil com sua Periodização

PERIODIZAÇÃO	AÇÕES
1930/1943 INTRODUÇÃO	<p>PREVIDÊNCIA – Até 1930, formação de 47 Caixas de Aposentadoria e Pensões. De 1933 a 1938, Criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).</p> <p>ASSIST. SOCIAL E PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – 1940, Criação do Plano de Alimentação de trabalhadores. 1942, criação da Legião Brasileira de Assistência.</p> <p>SAÚDE – 1930, criação do Ministério da Educação e Saúde. 1942, criação do Serviço Especial de Saúde Pública.</p> <p>EDUCAÇÃO – 1930, definição da Escolaridade Básica de 4 anos. 1931, Aplicação da reforma Francisco Campos e Organização do Ensino Secundário. 1942, reforma Capanema (Ensino Secundário).</p>

PERIODIZAÇÃO	AÇÕES
	<p>HABITAÇÃO – IAPs - Institutos de Aposentadorias e Pensões - passam a financiar habitação para seus segurados.</p> <p>TRABALHO – 1932, criação do código de menores (14 anos), jornada de trabalho de oito horas diárias, instituição da Carteira de Trabalho. 1933-1934, instituição do direito às férias. 1940, instituição do salário mínimo.</p>
<p>1943/1964 EXPANSÃO FRAGMENTADA E SELETIVA</p>	<p>PREVIDÊNCIA – 1953, unificação das CAPs dos ferroviários. 1960, criação da Lei Orgânica da Previdência Social (LOPS).</p> <p>ASSIST. SOCIAL E PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – 1950, criação do Programa de Alimentação a Gestantes e Programa de Alimentação Escolar. 1964, criação da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM).</p> <p>SAÚDE – 1953, criação do Ministério da Saúde. 1956, criação do Departamento Nacional de Endemias Rurais.</p> <p>EDUCAÇÃO – 1953, criação do Ministério da educação. 1961, criada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e do Conselho Federal de Educação.</p> <p>HABITAÇÃO – 1946, criação da Fundação da Casa Popular. 1964, criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).</p> <p>TRABALHO – 1943, edição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). 1949, criação do Repouso Semanal Remunerado. 1962, criação do 13º salário (Gratificação de Natal). 1963, criação do Salário Família.</p>
<p>1964/1977 CONSOLIDAÇÃO INSTITUCIONAL</p>	<p>PREVIDÊNCIA – 1967, criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). 1971, criação do PRORURAL/FUNRURAL. 1972, admitem-se as empregadas domésticas como contribuintes individuais do INPS. 1973, admitem-se os Autônomos como contribuintes individuais do INPS. 1974, criação do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), criação do DATAPREV, criação da renda mensal vitalícia. 1977, criação do SINPAS e a unificação do FPAS.</p> <p>ASSIST. SOCIAL E PROGRAMAS DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO – 1972, criação do INAM. 1973, criação do I PRONAM. 1975, criação do PNS. 1976, criação do II PRONAM. 1977, criação do PCA e do PAT.</p>

PERIODIZAÇÃO	AÇÕES
	<p>SAÚDE – 1971, criação do CEME (distribuição de medicamentos). 1974, criação do Plano de Pronto Ação. 1976, criação do PIASS. 1977, criação do INAMPS.</p> <p>EDUCAÇÃO – 1964, criação do Salário Educação. 1968, instituída a Reforma Universitária. 1970, criação do MOBREAL (Programa de Alfabetização). 1971, definida a expansão da Escolaridade Básica para 8 anos. 1972, criação do Programa do Livro Didático.</p> <p>HABITAÇÃO – 1966, criação das COHABS, como agentes promotores do BNH. 1973, criação do PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular). 1975, criação do PROFLURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados). 1977, criação do FICAM.</p> <p>TRABALHO – 1964, instituído o direito à greve. 1966, criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). 1972, criação do PIS/PASEP. 1976, criação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).</p>
<p>1977/1985 CRISE E AJUSTAMENTO CONSERVADOR</p>	<p>PREVIDÊNCIA – 1982, elevação das alíquotas de contribuição do INSS e criação do FINSOCIAL.</p> <p>ASSIST. SOCIAL E PROGRAMAS DE ALIM. E NUTRIÇÃO – 1985, criação do PSA.</p> <p>SAÚDE – 1984, criação das Ações Integradas de Saúde.</p> <p>EDUCAÇÃO – 1983, determinação da vinculação das Receitas Tributárias dos entes federativos para a educação.</p> <p>HABITAÇÃO – 1979, criação do PROMORAR (Programa da Erradicação da Sub-habitação). 1984, criação da linha de financiamento para a Autoconstrução.</p>
<p>1985/1987 AJUSTAMENTO PROGRESSISTA</p>	<p>PREVIDÊNCIA – Elevação do Piso dos Benefícios. Ampliação dos tipos de benefícios rurais, criação do seguro desemprego.</p> <p>ASSIST. SOCIAL E PROGRAMAS DE ALIM. E NUTRIÇÃO – 1986, criação do SEAC, criação do PNLCC e do PAIE.</p> <p>SAÚDE – Implantação dos convênios SUDS.</p> <p>HABITAÇÃO – 1986, extinção do BNH.</p> <p>TRABALHO – 1985, criação do Vale Transporte. 1986, criação do Seguro Desemprego.</p>
<p>REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA</p>	<p>PREVIDÊNCIA – Ampliação do Conceito de Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência Social)</p> <p>TRABALHO – Redução de horas semanais de trabalho; jornada de seis horas para turnos ininterruptos; férias com acréscimo de remuneração.</p>

PERIODIZAÇÃO	AÇÕES
1988 (CONSTITUIÇÃO)	– PREVIDÊNCIA – Fixação de Orçamento para a Seguridade Social; equiparação de direitos entre os segurados Urbanos e Rurais; introdução da seletividade na concessão de benefícios. ASSIST. SOCIAL E PROGRAMAS DE ALIM. E NUTRIÇÃO – Instituição do Direito à Proteção da Família, Maternidade, Infância, Adolescência e velhice; concessão de benefício previdenciário de um salário mínimo para Idosos e Deficientes. SAÚDE – Criação do Sistema Unificado de Saúde (SUS). EDUCAÇÃO – Extensão do Direito a Creches e Pré-Escola. TRABALHO – Extensão de direitos a empregados domésticos. Ampliação do direito de greve e da liberdade sindical.

Fonte: NEPP/UNICAMP (1991).

Inventariadas as ações sociais do estado brasileiro até 1988, e ratificada sua identificação com a base teórica da teoria da cidadania e com a teoria do serviço social, tentaremos no capítulo seguinte tratar de aspectos relacionados à “inclusão social”, “pobreza” e “pobreza multidimensional”, que são os lastros teóricos basilares da pesquisa.

3 SOBRE INCLUSÃO SOCIAL, POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Após a apresentação dos pressupostos de base dos paradigmas de Políticas Públicas tratadas nesta pesquisa, buscaremos, agora, conceituar e definir os aspectos relacionados às categorias “Inclusão Social”, “Pobreza” e “Pobreza Multidimensional”, buscando explicitar a base conceitual dessas categorias tratadas no estudo e que devem fundamentar os resultados encontrados.

3.1 INCLUSÃO SOCIAL

Considerando, inicialmente, a complexidade, diversidade e abrangência conceitual da categoria “inclusão social”, tentaremos abordá-la a partir da categoria social que corresponde à sua, igualmente complexa, diversa e abrangente antítese, ou seja a “exclusão social”.

Nesse sentido, recorreremos, primeiramente, ao estudo desenvolvido por Robert Castel (2006, p. 70), intitulado *Classes Sociais, Desigualdades Sociais, Exclusão Social*, no qual esse autor afirma que se referir à exclusão social nada mais é do que “ater-se a uma concepção negativa e abstrata dos fenômenos de dissolução social”.

Nesse contexto, fica evidenciado que, então, a inclusão social passa a identificar o conjunto das ações, ainda que abstratas, de refazimento, das ligações sociais.

Para o próprio Castel (2006, p. 63), nos anos 1960 e 1970, os principais conceitos mobilizadores da sociologia clássica giravam em torno das definições de classes sociais cujo cerne das discussões girava em volta das questões sociais, balizadas pelos conflitos que opunham grupos sociais homogêneos na luta pela “repartição dos benefícios do crescimento” econômico.

Neste contexto, afirma Castel (2006), a noção de exclusão social é posterior, na perspectiva de que os excluídos sociais não compõem a homogeneidade das classes sociais dominantes, pois

[...] são mais precisamente conjuntos de indivíduos separados de seus atributos coletivos, entregues a si próprios, e que acumulam a maioria das desvantagens sociais: pobreza, falta de trabalho, sociabilidade restrita, condições precárias de moradia, grande exposição a todos os riscos da existência, etc. (CASTEL, 2006. p. 63)

Portanto, a partir do pensamento de Castel (2006), a *priori*, a “inclusão social”, possível seria o conjunto de ações que tinham como objetivo homogeneizar o “conjunto de indivíduos separados” em todos ou em algum espaço social para a construção de pelo menos uma “homogeneidade” que poderia propiciar uma ligação social.

É assim que, para Castel (2006, p. 65)

[...] a questão das desigualdades formava o coração da questão social nesse tipo de sociedade. Na formação social que continua fortemente estratificada, com grandes disparidades não somente de rendimento, mas também de prestígio, de poder, de oportunidades, o grande desafio é saber em que medida e como grupos sociais tão diversos podem continuar a ‘fazer sociedade’, isto é, a agir com um mínimo de coesão social ou de solidariedade no seio de um mesmo conjunto’.

É neste sentido que o pensamento de Castel (2006, p. 64), ao tratar da exclusão social – aqui entendida como antítese da inclusão social –, aponta para o quão vago e indeterminado é o discurso sobre a exclusão social, na medida em que esta, ao pretender tratar daqueles classificados como indivíduos dessocializados, fica impedida de ver e ler “[...] as dinâmicas coletivas e as relações globais de dominação que estão sempre em ação na nossa sociedade”.

Portanto, o entendimento de Castel (2006) conduz à percepção de que o processo de inclusão social, enquanto tentativa de eliminar a chamada exclusão social tal qual descrito anteriormente, aponta para o que autores, como Martins (1997, p. 20), identificam como uma inclusão precária, porque, nesses casos, as Políticas Públicas de inclusão social executam

[...] políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para a classe dominante.

Em outra perspectiva de análise do processo de “exclusão social” e, portanto, da sua antítese, a inclusão social, o mesmo Martins (1997, p. 27) vai afirmar que, sociologicamente, a “exclusão social” não existe, já que os indivíduos só são excluídos após a morte, não somente a morte física, mas também sua “morte simbólica”. Nessa hipótese, a ideia de “inclusão social” também não existiria.

Para Martins (1997), bem como para Castel (2006), a questão se baseia na utilização da categoria “exclusão social”, pois:

[...] rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva.

Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, não se dão fora dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, fazem parte deles ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, dentro da realidade que produziu os problemas que as causam. (MARTINS, 1997, p. 14).

Portanto, arremata Martins (1997), aquilo que se classifica como exclusão social é o momento de percepção que cada indivíduo e os coletivos sociais podem ter em relação àquilo que objetivamente se traduz em alguma privação: privação de emprego, privação de meios para participar do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança. Em outras palavras, segundo Martins (1997), é o que vulgarmente se denomina como pobreza.

Nessa perspectiva reafirmamos que a inclusão social tratada neste estudo, passa a ser o conjunto de ações das Políticas Públicas atuais que, mesmo com os equívocos epistemológicos, ideológicos e sociais, correspondam à satisfação, em algum nível, das carências e faltas proporcionadas por sistemas econômicos excludentes.

Por isso, o sentido que Martins (1997) atribui ao que vulgarmente se denomina como “inclusão social” representa em algum espaço político, econômico e social a resultante imponderável das ações dos excluídos. Portanto, Martins (1997) informa que o esquema de prostituição aos quais as adolescentes da cidade de Fortaleza, no Nordeste do Brasil, se submetem é uma ação que visa à inclusão dessas adolescentes economicamente, com a respectiva desintegração social e moral.

Esse mesmo raciocínio de inclusão em algum espaço social, econômico ou cultural tanto pelos habitantes das favelas brasileiras como dos integrantes de movimentos sociais, como o Movimento dos Sem Terra (MST) e similares, sinaliza o que se classifica, de forma geral, como inclusão precária, porque envolve concomitantemente algum processo de inclusão, seguido da desintegração social e/ou moral, que compromete a condição humana.

Tratar o processo de inclusão social sob a perspectiva capitalista implica na percepção de que

O capitalismo, na verdade, desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é uma regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica. O problema está justamente nessa inclusão. (MARTINS, 1997, p. 32).

Sob essa lógica, o próprio Martins (1997) afirma que o sistema capitalista não sobreviveria sob a tônica da exclusão, pois as pessoas excluídas das suas terras, por exemplo, mesmo por meio do processo legítimo de venda, são reabsorvidas em outra frente de serviço de forma, às vezes, dramática criando uma grande massa de pessoas sobrantes, com nenhuma chance de serem reincluídas nos padrões de desenvolvimento econômico atuais.

Desse modo, o lapso temporal entre o momento da “exclusão” e da nova inclusão, quando acontece, está se transformando em um *modus vivendi*, deixando de ser apenas um período transitório.

Por essa razão, nesta pesquisa tratamos da categoria “inclusão social” nos termos definidos pela Política Pública de utilização do biodiesel com certificado social como instrumento de inclusão social dos agricultores familiares a partir das categorias descritas no próximo capítulo, inserindo o processo dessa inclusão como funções para a realização das capacidades de escolhas, por exemplo, que os indivíduos devem ter no contexto da pobreza multidimensional (SEN, 1976; 1983a; 1983b; 2000; 2001).

3.2 POBREZA

Admitindo, em última instância, que a categoria “inclusão social” visa ao atendimento, em algum espaço social, econômico ou cultural, da ausência objetiva de bens ou direitos individuais ou coletivos inerentes aos considerados, em algum momento, pobres, trataremos agora da categoria pobreza.

Para tanto, iniciamos nossa abordagem com um pequeno relato da evolução semântica da palavra “pobreza” e seus impactos na manifestação dos sentimentos e comportamentos humanos relacionados aos pobres. Depois, analisaremos alguns conceitos e categorias de pobreza, relacionando-os, sempre que possível, com suas caracterizações. Em seguida, apresentaremos a abordagem da pobreza a partir da multidimensionalidade dos seus fatores, conforme proposto por Amartya Sen (1976;

1983a; 1983b; 2000; 2001), que é a base fundante da pobreza e, portanto, da inclusão social abordada neste estudo.

3.2.1 Aspectos semânticos e sociais da palavra “pobreza”

Para Mollat (1989), a rigor, a evolução do uso das palavras “pobres” e “pobreza” vai corresponder às mudanças profundas e lentas do que esses dois vocábulos desejam exprimir, e o que desejam também exprimir seus sinônimos e seus antônimos, suas associações e oposições verbais.

Tais usos, por um bom tempo, permitiram a determinação e precisão da diversidade de estados de pobreza e a complexidade dos estados de espírito e comportamentos suscitados.

Entrementes, observa-se que as atitudes suscitadas são reconhecidas a partir de um único ponto de vista: o olhar dos outros sobre os pobres, como afirma Mollat (1989). Este olhar unidirecional pode ser resultante de pelo menos dois fatores de um mesmo matiz: a) o fato de que os pobres nunca se organizaram como uma classe social; e b) e de que os pobres, nas suas ações, visarem unicamente à satisfação das suas próprias necessidades ou do seu núcleo familiar.

Do ponto de vista semântico, entretanto, o termo “pobreza”, muito comum para nós, ocidentais, tem origem latina e foi diversificado pelas várias línguas ditas “vulgares”, desde o século XIII e, principalmente, no século XV (MOLLAT, 1989).

Desta forma, fixou-se nos espíritos e nos discursos dos homens a disseminação da miséria, seu agravamento qualitativo e a incômoda consciência de seus efeitos, conforme explica Mollat (1989, p. 2):

Um exemplo significativo é a evolução semântica das palavras latinas *paupertas* e *pauper* cujos derivados enriquecem as línguas germânicas e eslavas: em francês, *povreté* e *pauvreté*, *povre* e *pauvre*, em italiano *povertá* e *povero*, em português e em espanhol *pobreza* e *pobre*, em inglês *poverty* e *poor*. Pouco importa, por exemplo, a diversidade das formas alemãs *Armut* e *arm*, pois os encaminhamentos semânticos correspondem aos mesmos procedimentos mentais. As noções exprimidas são fundamentalmente idênticas e as realidades vividas, semelhantes.

Porém, conforme reitera Mollat (1989), o contraste que passa a caracterizar a designação semântica da pobreza entre as duas grandes fases linguísticas da Idade Média teria provocado alteração da percepção metafísica para uma situação social temerária. Nesse período, os sinônimos latinos da palavra *pauper* evoluíram da forma

adjetiva para a forma substantiva. Tal fato, muito comum na época, queria exprimir a identificação com um “estado” ou uma “ordem social”, como se pode observar com relação à palavra *nobilis*, que conferia a um determinado indivíduo uma qualidade moral de nobreza antes de definir sua inserção social no mundo dos senhores.

Na esteira dessa perda da adjetivação, conforme expressa Mollat (1989), é possível estabelecer uma classificação tipológica em que os quadros podem corresponder a uma variedade de formas de adversidades e julgamentos e sentimentos formulados em relação aos desvalidos. Dessa forma, a situação de impecúnia e o despojamento em geral vividos eram reconhecidos pelas expressões *egens, egenus, indigens, inops, insufficiens, meidicus, mister*. A deficiência alimentar, pelas expressões *esurien, famelicus*. A deficiência de vestuário, pelas expressões *mudus, pannosus*. Para o conjunto das deficiências físicas que caracterizavam os pobres, havia os seguintes vocábulos: para a cegueira, o vocábulo *caecus*; para a claudicação, *claudus*; para os reumatismos deformantes, *contractus*, em uma sequência vocabular e de sentimentos que mantinham os classificados pobres, qualquer que fosse a expressão semântica, à margem do contexto social preponderante.

Para Mollat (1989), as expressões semânticas imantadas pelos sentimentos que suscitam às vezes exprimiam e exprimem sentimentos de compaixão ao determinarem um matiz favorável, como na classificação semântica *miserabilis, miserabilis persona*, para indicar um tipo de pobre, aquele contrito da sua condição imutável de pobreza. Outras vezes, segundo o mesmo autor, esse matiz deriva para a admiração pela descrição do “pobre envergonhado” (*pauper verecundus*), como também o respeito à imagem do Cristo dando ao pobre o nome de “pobre de Cristo” (*pauper Chisti*). Há ainda a semântica que indica a condescendência, como no diminutivo pobrezinho (*pauperculus, paupertinus*); e a condescendência ao desdém e ao desprezo, com as expressões *ignobilis, vilis, abjectio, humilitas, etc.*

Na contemporaneidade, em que pesem os vários estudos que intentam classificar e tipificar os tipos de pobreza, muitos estudiosos grafam o vocábulo “exclusão” como suficiente para dar conta do contingente variado e amplo dos pobres atuais.

Do ponto de vista objetivo, entretanto, a expressão semântica “exclusão” abarca ampla variedade de situações ao ponto de que, segundo Martins (1997, p. 16), “Todos os problemas sociais passam a ser atribuídos a essa coisa vaga e indefinida

que chamam de exclusão [...] como se a exclusão fosse um deus-demônio que explicasse tudo [...]”.

Ainda para Martins (1997, p. 27), “[...] só os mortos são excluídos, e nas nossas sociedades a completa exclusão dos mortos não se dá nem mesmo com a morte física; ela só se completa depois de lenta e complicada morte simbólica”.

Destarte, o ponto de vista semântico da pobreza entendida como exclusão, a nossa contemporaneidade tem convivido com os pobres e os estados de pobreza sob o manto de várias expressões construídas a partir do foco e das motivações intelectuais, políticas e acadêmicas que as norteiam. Tais aspectos serão demonstrados no tópico seguinte, quando tentaremos conceituar e caracterizar os estados de pobreza.

3.2.2 Conceitos e caracterizações da pobreza

Seja porque “sendo rico, o Cristo se fez pobre por vós a fim de que fosseis ricos pela sua pobreza” (SÃO PAULO, II Coríntios 8:9); seja porque, segundo Santo Éloi, “Deus teria podido fazer todos os homens ricos, mas quis que houvesse pobres neste mundo para que os ricos tenham uma oportunidade de redimir seus pecados” (MOLLAT, 1989, p. 45); seja porque, segundo Rousseau (2007, p. 38-39),

[...] há na espécie humana duas espécies de desigualdade: uma, que chamo de natural ou física, porque é estabelecida pela natureza, e que consiste na diferença das idades, da saúde, das forças do corpo e das qualidades do espírito, ou da alma; a outra, que se pode chamar de desigualdade moral ou política, porque depende de uma espécie de convenção, e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens. Consiste esta nos diferentes privilégios de que gozam alguns com prejuízo dos outros, como ser mais ricos, mais honrados, mais poderosos do que os outros, ou mesmo fazerem-se obedecer por eles [...].

Seja porque, finalmente,

[...] A pobreza no plano sócio-histórico seria fruto do encadeamento causal de processos que conduzem às situações de precariedade (considerando, por exemplo, a existência de desequilíbrio sócio econômicos regionais ou internacionais, o modo de funcionamento do Estado e as políticas seguidas ou ainda o recurso instrumental a movimentos migratórios de origem tanto interna como externa e às situações de inadaptação que esses movimentos produzem a diferentes níveis). A pobreza aparece assim explicada ao nível do próprio sistema social que se revelaria incapaz ou pouco eficiente na correção de algumas das suas disfunções ou, de acordo com uma leitura mais pessimista, o próprio sistema funcionaria com base na produção de desigualdades e das situações de pobreza e de exclusão social que daí podem decorrer. (BALSA; SOULET; BONETI, 2006, p. 21).

Buscaremos, agora, identificar teoricamente o que é mesmo a pobreza sob a ótica de alguns estudiosos da temática. Para tanto, inicialmente, nos apropriamos dos estudos realizados por Codes (2008), que tinham como intenção consolidar um conceito para o fenômeno, a partir das necessidades não satisfeitas desse contingente humano.

Para Codes (2008), o conceito de pobreza está lastreado na ausência da satisfação de certas necessidades humanas, e é construído, evolutivamente, com a complexidade do ambiente social, que engendraria, gradualmente, um padrão de necessidades cada vez mais amplas, no tempo e no espaço, cuja falta de satisfação delimitaria um pobre ou um estado de pobreza.

Codes (2008), então, sugere que, em um primeiro momento, o conceito de pobreza tenha sido construído a partir da ausência da satisfação de consumo pessoal (CP) de alguns indivíduos – esse conceito, queremos crer, estaria diretamente relacionado a um estado de pobreza que podemos, historicamente, situar até meados do século XVI, com base nos estudos desenvolvidos por Mollat (1989). Nesse ambiente, o CP seria traduzido pela ausência de alimentos, vestuário e um abrigo seguro contra as intempéries, mesmo que tais ausências tenham sido resultantes de ações voluntárias – opção pela não inclusão no mundo produtivo – ou de ações involuntárias – ruínas familiares, orfandade, viuvez, deficiências físicas etc.

Um olhar para o mundo a partir do século XVI, especificamente o mundo circunscrito à Inglaterra, onde a falência do modelo feudal de produção começa a dar lugar ao ainda incipiente modelo de produção capitalista que se avizinha, faz com que encontremos as cidades de então em um processo de ebulição e transformações socioeconômicas avassaladoras e provocadoras de novas iniciativas para salvaguardar a paz e a prosperidade para alguns e, ao mesmo tempo, amenizar o risco representado pelo número cada vez mais crescente de pobres e miseráveis que poderiam ameaçar a paz e o equilíbrio do convívio social.

Esse novo retrato da sociedade de então amplia as necessidades de satisfação das pessoas, especificamente aquelas que não tinham sequer como manter seu consumo pessoal. Assim, segundo Codes (2008), um conceito de pobreza neste contexto é dado pela falta de satisfação concomitante de bens inerentes ao CP, assim como de bens relacionados aos Serviços Públicos (SP), ainda incipientes, mas necessários à manutenção de um mínimo de organização e de uma paz social.

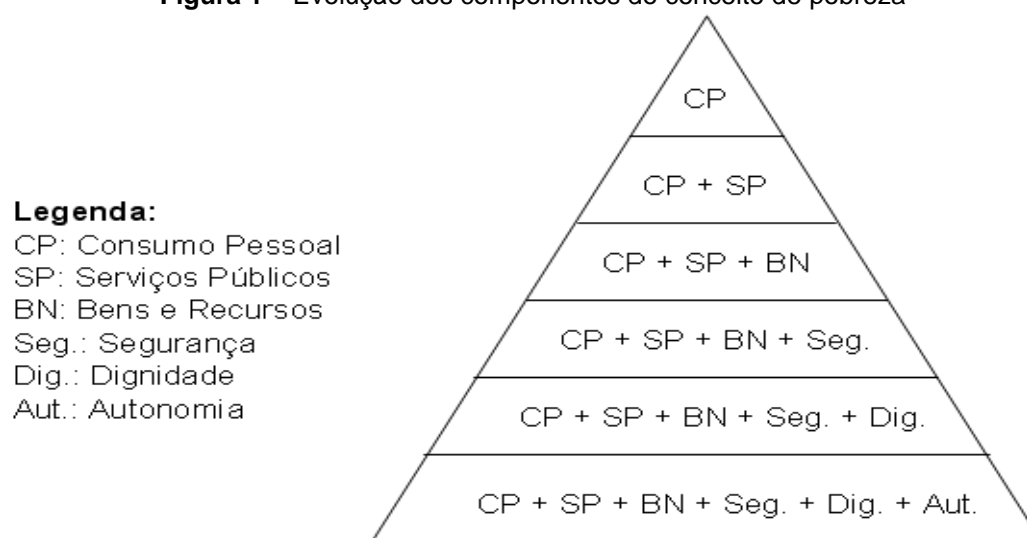
A partir do recrudescimento da decadência do modelo de produção feudal, gradualmente vai se firmando um novo modelo produtivo, econômico e social cada vez mais complexo, porque começa a erigir os alicerces de constituição de um mercado de trabalho, até então formalmente inexistente, segundo Polanyi (2000), para atender às exigências da economia de mercado que, lentamente, vai se instalando no ambiente europeu e mundial.

Assim, as cidades e os habitantes delas, especialmente os pobres e miseráveis, passam a ter e a sentir novas necessidades. E a insatisfação dessas novas necessidades acaba por formatar uma ampliação do conceito de pobreza que, além de elencar a ausência de satisfação de bens inerentes ao CP e de bens inerentes à insatisfação dos SP, agora traz também a insatisfação com a ausência de necessidades novas, relativas à ausência da satisfação de Bens e Recursos (BR). No contexto de uma sociedade capitalista/mercantil, os BR compõem uma cesta de recursos necessários para habilitar os indivíduos no processo de inserção nos processos produtivos.

A essa altura de evolução social experimentada no mundo ocidental impregnado pelos novos ventos trazidos pelo sistema capitalista de produção, que muda a feição de cidades e vilas e requer instrumentos legais que assegurem a propriedade, Codes (2008) amplia o conceito, admitindo que a pobreza se configura, agora, como a insatisfação das necessidades acima descritas – CP, SP, BR – e com a ausência da satisfação com as situações relacionadas com a Segurança (SEG).

À medida que o novo sistema de produção/consumo social adquire novos contornos, amplia-se, naturalmente, a complexidade do convívio social em função da nova formatação das cidades que, por seu turno, desencadeia novas necessidades inter-relacionais coerentes com as novas e intrigantes maneiras individuais e sociais que passam a vigorar no novo ambiente social. Assim, inserem-se, no âmbito do que se conceitua como pobreza, as demandas sociais relativas à necessidade de satisfação do reconhecimento da Dignidade (DIG), dos indivíduos e dos grupos sociais, para, em seguida, segundo a própria Codes (2008), emergir a necessidade de satisfação da Autonomia (AUT), fechando, no entender da autora, o triângulo evolutivo de tentativa de construção de um conceito de pobreza no tempo e no espaço, conforme a Figura 1, a seguir.

Figura 1 – Evolução dos componentes do conceito de pobreza



Fonte: Codes (2008, p. 27).

A contribuição de Codes (2008) nessa tentativa de demonstrar o processo evolutivo da construção de um conceito de pobreza é fortalecida pelos estudos desenvolvidos ao longo do trabalho de vários autores, como Martins (1987), e tem o mérito de nos remeter aos estudos empíricos desenvolvidos especificamente por Mollat (1989), demonstrando, tanto na Europa quanto no Oriente, as condições em que os chamados pobres eram considerados como tais em momentos distintos dos processos de evolução dos meios de produção, em um amplo espectro que engloba todas as nuances dos comportamentos sociais daí advindos.

No nosso entendimento, o triângulo conceitual proposto por Codes (2008), na medida em que afirma que o estado de pobreza é resultante de condicionantes de múltiplas faces, indica a impossibilidade da sua erradicação ou minoração a partir da satisfação de uma única variável: a renda, por exemplo, como apostam algumas Políticas Públicas.

Por outro lado, o modelo conceitual proposto ao elencar os elementos que, não ofertados socialmente, seriam em última instância as razões da pobreza dificultam os procedimentos de sua mensuração porque são incapazes de serem quantificados estatisticamente. Como mensurar aspectos como a dignidade, a autonomia, a segurança individuais ou coletivas?

Outra perspectiva de conceituação do estado de pobreza que abordaremos agora refere-se à percepção do fenômeno por meio dos estudos desenvolvidos por Lavinias (2003), para a qual a pobreza é um problema fundamentalmente urbano, na

medida em que o embate entre os cidadãos em situação precária, recém-chegados do campo, buscam inserir-se nos processos de produção econômica e social nas grandes cidades, suscitando o que a autora vai classificar como

[...] o primeiro conflito derivado da necessidade de integração **que se dá na disputa pela apropriação do espaço urbano, na luta pela moradia e pelo controle dos novos *lôcus* de produção**. Por isso mesmo, a pobreza, enquanto questão, nasce com o selo urbano. (LAVINAS, 2003, p. 26, grifo nosso).

Nesse sentido, a autora reitera a urbanidade do fenômeno ao afirmar que

[...] a pobreza é urbana não apenas porque a maioria dos pobres vive nas cidades e zonas metropolitanas, ou porque a reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social que é, na verdade, o que estrutura o conjunto de relações e interações entre a sociedade civil, o Estado e o mercado. Ela também é urbana porque desafia a governabilidade urbana, exige dos governos locais soluções rápidas e efetivas, inscreve no território da cidade marcas indelévels das contradições sociais que a reconfiguram e recontextualizam a cada momento. Ela é urbana porque cada vez mais as formas de regulação de pobreza são mediadas por compromissos instituídos no processo de construção da cidadania urbana. (LAVINAS, 2003, p. 26).

No que tange a caracterização dos estados de pobreza, Lavinias (2003), mesmo sem fazer referência direta, corrobora que a categoria pobreza, além de urbana, é identificada pela falta de satisfação elencada no triângulo conceitual proposto por Codes (1998), descrito anteriormente. Dessa forma, para Lavinias (2003), o caminho para o enfrentamento do problema demanda a releitura do contexto político institucional social de compreensão da pobreza e a identificação dos seus aspectos socioeconômicos determinantes.

Nesse sentido, a percepção da pobreza, tomando por referência exclusivamente a renda, expressa uma análise apressada e generalizada, incapaz de mensurar que, a rigor, estados de pobreza situam-se no âmbito da falta ampla de variados recursos, muitos dos quais subjetivos, e que tais faltas expõem a riscos a sobrevivência de individualidades e coletividades inteiras.

No que concerne, ainda, ao que se pode identificar como situação de pobreza, encontramos em Max-Neef, Elizalde e Openhayn (1986) a afirmação de que as necessidades dos seres humanos se inserem em um contexto sistemático inter-relacionado e interativo que integra dois grupos:

(i) as necessidades existenciais que dizem respeito ao ser, ao ter, ao fazer e ao interagir; e (ii) as necessidades axiológicas que tratam da subsistência, da proteção, do afeto, da compreensão, da participação, da criação, do ócio, da identidade e da liberdade [...]. (MAX-NEEF; ELIZALDE; OPENHAYN, 1986, p. 63).

Essas últimas são desprovidas de qualquer hierarquização ou dicotomia, pois que, segundo os autores, tratam-se de necessidades substantivas. Acreditamos que este tipo de abordagem da pobreza reforça, em primeiro lugar, a multidimensão dos fatores determinantes do fenômeno e, em segundo lugar, expressa de forma direta a carga de subjetividade de fatores que permeiam e ajudam a definir tais estados.

Diferentemente das acepções de pobreza expressas até aqui, vamos encontrar em Simmel (1998), considerado por alguns estudiosos como o fundador da sociologia da pobreza, que a caracterização desta não deve ser levada em conta a partir da ausência da satisfação das necessidades substantivas nem, a rigor, de uma renda. Para o autor, a pobreza é caracterizada pelo contingente de indivíduos assistidos, especialmente pelos governos, pois

Os pobres, enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem de déficits ou privações específicas, mas os que recebem assistência ou deveriam recebê-la, em conformidade com as regras sociais existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão-somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica. (SIMMEL, 1998, p. 85).

Para Lavinias (2003), a concepção de pobreza defendida por Simmel (1998) é matizada por, pelo menos, três aspectos considerados pelo autor na sua formulação conceitual de pobreza. O primeiro, afirma a autora, consiste na compreensão de que a “pobreza é uma construção social, pois é enunciada como uma categoria específica, que responde a critérios de identificação” (LAVINAS, 2003, p. 32). Por essa razão, a identificação e a metodologia do seu combate só é possível automaticamente mediante a sua quantificação ou mensuração. Nesse sentido, a percepção de Simmel é similar à dos primeiros estudiosos do fenômeno, os economistas e estatísticos ingleses, que, pesquisando orçamentos familiares junto às camadas pobres, tentaram estabelecer uma “definição substantiva desse fenômeno social”, como demonstrado por Paugam (2010)³.

³ Para aprofundamento da análise de Paugam, consultar: PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo: Cortez, 2003.

O segundo aspecto a ser considerado na compreensão da pobreza proposta por Simmel, conforme Lavinias (2003, p. 25),

[...] diz respeito à noção relacional implícita na definição de Simmel, pois a pobreza, ao pressupor uma 'reação da sociedade', expressa a existência de uma relação de interdependência, a existência de vínculos, entre aqueles designados como pobres e os demais. Logo, os pobres não são aqueles que se encontram excluídos da sociedade ou à sua margem, mas os que, fazendo parte desse todo orgânico, são contemplados por medidas assistenciais. Nesse sentido, dar assistência ao pobre ou combater a pobreza aparece como um fator de equilíbrio e de coesão social, que atua em prol da comunidade como um todo. Em lugar de se constituir num fator contra o risco (seguro), a assistência é entendida como um mecanismo de proteção da sociedade em benefício próprio (redução do risco dos não pobres frente aos pobres). Na visão simmeliana, 'a pobreza deve ser combatida em prol da prosperidade pública'.

O terceiro e último aspecto a ser observado na concepção de pobreza proposta por Simmel, segundo Lavinias (2013), refere-se à relação de direitos e deveres implícita na assistência a ser prestada aos assistidos. Quanto a isso, é um direito dos pobres serem assistidos, e um dever da sociedade assisti-los. Contudo, quais os limites dessa assistência? Para a autora, tal limite, embora represente um direito, como o próprio direito à vida, não tem como objetivo a promoção da igualdade de oportunidades sociais, mas a manutenção de um elo social que não coloque em cheque o "equilíbrio social".

Isso explica por que tradicionalmente as políticas assistenciais de combate à pobreza adotam distintos níveis de patamares mínimos, onde o que está em jogo é a definição ótima desse mínimo necessário à manutenção dessa relação em condições aceitáveis, pois conceder mais do que o mínimo seria ética e moralmente indesejável, indo além do que implica o dever de assistir. Por outro lado, não assegurar o mínimo poderia ameaçar a estrutura social. Direitos e deveres são, assim, regulados, em torno a um mínimo, que varia segundo o modelo de solidariedade nacional e de harmonia social. Nesse modelo de solidariedade, a assistência é um dever da comunidade e um direito do pobre. (LAVINAS, 2013, p. 40).

Também com base em estudos desenvolvidos em solo francês, e a partir dos pressupostos teóricos inaugurados por Simmel (1998), Paugam (2003) desenvolve pesquisa tratando da *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. Essa chamada "nova pobreza" mergulha no universo dos cidadãos franceses assistidos pelo governo daquele país para extrair as características da "nova pobreza", institucionalizada pelas Políticas Públicas de governo e/ou de estado franceses.

O estudo de Paugam (2003) parte do pressuposto de que a pobreza na França, após o período de "prosperidade econômica, ao longo dos 'Trinta Gloriosos'" – período de trinta anos iniciados pouco antes do fim da Segunda Guerra Mundial e findo em

1968, aproximadamente –, durante o qual os pobres eram classificados como “os sem abrigo ou mendigos que se situavam à margem da sociedade”, bem como as chamadas “famílias fardo”, que eram desprovidas de raízes e, por isso, incluídas prioritariamente nas redes de atendimento do serviço social francês. Segundo o autor, aqueles pobres estavam concentrados em cortiços, favelas e *cités* de trânsito, sendo lembrados episodicamente e entregues aos serviços sociais ou a voluntários corajosos para ajudá-los ou defendê-los.

No seu trabalho, Paugam (2003) confirma a dificuldade de mensuração do estado de pobreza a partir, exclusivamente, de métodos quantitativos, ou sociológicos ou culturais. O autor, então, apropria-se da solução conceitual apresentada por Georg Simmel, para o qual:

O fato de alguém ser pobre não significa ainda que ele pertença a uma categorial social específica de “pobres”. Ele pode ser um pobre comerciante, um pobre artista ou um pobre empregado, mas continua se situando em uma categoria definida por uma atividade específica ou uma posição. Nessa categoria ele pode ocupar, devido a sua pobreza, uma posição que se modificará gradualmente. Mas os indivíduos que, em diversos *status* e ocupações se encontram nessa situação, eles não ficam ainda reagrupados de alguma maneira numa totalidade sociológica particular distinta da classe social à qual pertencem. É a partir do momento em que passam a ser *assistidos*, talvez mesmo quando sua situação poderia normalmente lhes dar direito à assistência, mesmo antes de esta ser concedida, que eles se tornam parte de um grupo caracterizado pela pobreza. Esse grupo não permanece unificado pela interação entre seus membros, mas pela atitude coletiva que a sociedade em sua totalidade adota em relação a ele. (SIMMEL, 1998, p. 46, *apud* PAUGAM, 2003, p. 54).

E realiza seu estudo sobre a pobreza analisando a situação dos pobres franceses a partir da sua vinculação com as redes de assistência postas à disposição pelo governo. Assim, a “Desqualificação Social” que caracteriza a “Nova Pobreza”, descrita por Paugam (2003), caracteriza as populações desqualificadas socialmente como sendo: um exército de “assistidos”, os que dependem diretamente da Assistência Pública; os “fragilizados”, aqueles que guardam certa distância dos serviços assistenciais; e os “marginalizados”, aqueles que, abandonando a Assistência Pública, “rompem com os vínculos sociais”.

A análise de Paugam (2003), embora restrita ao universo da população francesa carente e, de forma direta ou indireta, “controlada” pelos serviços assistenciais do governo francês, revela uma foto do novo tipo de pobreza que emerge nos grandes centros urbanos dos países desenvolvidos (SOUZA, C., 2012).

O sociólogo brasileiro Martins (1997), em seus estudos sobre o tema pobreza, e tendo como objetivo preparar “educadores populares”, trata do que ele classifica como

[...] toda tentativa de rever criticamente as certezas infundadas e fantasiosas e a rigidez conceitual que a elas corresponde, a rigidez dos rótulos que parecem explicar, mas que de fato acobertam, distorcem e mistificam a realidade e a prática, esbarra nos dogmas das ideologias de partido ou das ideologias populistas decorrentes do trabalho popular e de base. (MARTINS, 1997, p. 7-8).

A abordagem de Martins (1997), a partir da carga ideológica impregnada em certos conceitos, reporta-se especificamente ao uso conceitual atribuído à palavra “exclusão social”, enquanto suposto estado social e espacial característicos dos pobres e miseráveis de forma geral. Para uma melhor compreensão das proposições do autor, é necessário reportar-se, primeiro, a seu conceito de pobreza. Para ele, a pobreza pode ser entendida como a percepção de um estado de privação: de emprego, de meios para participar do mercado de consumo, de bem-estar, de direitos, de liberdade, de esperança. Segundo, ao tratamento destinado pelo autor para a categoria “exclusão”, especialmente a exclusão reservada àqueles considerados pobres.

Do ponto de vista socioeconômico, e tomando por base o sistema de produção e reprodução capitalista no qual estamos imersos, Martins (1997) afirma que esse sistema não sobreviveria, nem sobrevive, produzindo a exclusão. Assim, o sistema capitalista propicia a exclusão do pequeno proprietário rural pela expropriação (apesar do direito à propriedade, e por conta deste direito) desse seu meio de produção, para depois incluí-lo como mercadoria – mão de obra venal –, e consumidor, reproduzidor das leis de mercado.

Nesse sentido é que Martins (1997) afirma a existência de uma nova desigualdade social, que aqui caracterizamos como uma faceta diferenciada da pobreza mundial. A novidade dessa pobreza refere-se ao lapso temporal provocado pelo processo de exclusão/inclusão típica do modelo de produção capitalista, como relata o próprio Martins (1997, p. 32):

[...] porque antes, logo que se dava a exclusão, em curtíssimo prazo, se dava também a inclusão: os camponeses eram expulsos do campo e eram absorvidos pela indústria, logo em seguida. A exclusão não tinha visibilidade como exclusão porque eles eram excluídos e reincluídos, em outro plano, num outro modo de viver, de pensar a vida, de trabalhar, e assim por diante. O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque

começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação.

Portanto, para Martins (1997), situações como as moradias em favelas; a prostituição de crianças na cidade de Fortaleza, na região Nordeste do Brasil; a organização de milícias e outros grupos criminosos mundo afora; o Movimento dos Sem-Terra e Sem-Teto, entre outras, propicia a criação de uma “sociedade paralela que é includente do ponto de vista econômico e excludente do ponto de vista social, moral e até político”. Ou seja, a ideologia por trás dos conceitos – que, na maioria das vezes, firmam categorias – é desprovida da visão, no nosso caso, do excluído que, intimamente, sente-se incluído, embora, segundo a visão de Martins (1997), de forma precária e desumana, ensejando a afirmação de uma nova e anômica sociedade.

Depreende-se da análise desenvolvida pelo autor que as práticas das Políticas Públicas de Estado para a erradicação da pobreza, ao validarem e reforçarem o modelo capitalista de produção e consumo de bens, agem como se a pobreza fosse determinada por uma única variável: a renda.

Outra abordagem de pobreza preponderante no rincão nacional é desenvolvida por Kowarick (2009), quando analisa a vulnerabilidade em bairros populares da cidade de São Paulo, historiando a condição dos favelados de uma comunidade paulista por meio de um instigante estudo de caso, reafirmando, em parte, a noção de exclusão/inclusão tratada por Martins (1997), conforme descrito nos últimos parágrafos acima. Do trabalho de Kowarick (2009) nos interessa, aqui, enquanto suporte teórico, o cruzamento de olhares daquele autor com referência à pobreza prevalente nos Estados Unidos da América, na França e no Brasil urbano.

Segundo o Kowarick (2009, p. 30), a pobreza dos norte-americanos “sempre teve uma tônica fortemente ética”, afinal, afirmava-se que os indivíduos que se encontravam em situação de dificuldade para a satisfação das suas necessidades, assim estavam por sua inteira responsabilidade, “pois careciam de atributos como força de vontade e energia moral” (KOWARICK, 2009, p. 35). Ou seja, atribui-se culpa às vítimas da pobreza, associando-os a comportamentos indolentes, de desorganização familiar e até mesmo de criminalidade, isentando, portanto, as estruturas socioeconômicas como fatores de contribuição para a pobreza.

Para Kowarick (2009, p.31),

Este tipo de representação sociocultural esteve ligado ao credo americano de que, ao beber nas águas do puritanismo da ética protestante e do espírito do capitalismo, elege-se o individualismo e a competição enquanto atributos básicos para conquistar os benefícios de uma sociedade que se fundamenta em ideais igualitários, na independência e iniciativa pessoal (Katz, 1993, p. 6-7). Neste contexto que proclama a igualdade de oportunidades, a marginalização social e econômica passa a ser encarada enquanto fraqueza peculiar de indivíduos ou grupos que, enquanto tais, não possuem a perseverança ou o treinamento moral na vida. Nesse sentido, o dilema americano estaria concentrado nas realidades e nas explicações da histórica marginalização social e econômica das populações afro-americanas.

Diferentemente dos estadunidenses, a sociedade francesa, apesar da prevalência do modelo neoliberal, admite e age como se a erradicação (é possível? ou a minoração, como entendemos) da pobreza, classificada lá como vulnerabilidade social, fosse uma responsabilidade do Estado.

Desde o período denominado de os “Trinta Anos Gloriosos” – e como resultado de pesquisas e levantamentos – que o Estado francês, de forma unânime, desenvolve esforços para minimizar a questão da pobreza. Primeiro centrado na construção e aprimoramento de moradias; segundo, em meados dos anos 1970, com a constatação de que a pobreza, apesar dos esforços, inaugurava a ampliação dos seus efeitos, porque “[...] a vulnerabilidade deixa de afetar só os grupos periféricos para se tornar um problema que desaba sobre as camadas que ocupam os estratos inferiores da pirâmide social.” (KOWARICK, 2009, p. 37).

Sequencialmente, houve o agravamento dos efeitos das políticas econômicas relacionadas à geração de emprego. Isso exclui do mundo do trabalho “regular” os menos habilitados por *déficit* educacional e passa, a partir dos anos 1990, a englobar também estratos sociais de nível educacional mais elevado. Dessa maneira, advêm o desemprego e a precarização do trabalho, ensejando um “rebaixamento de *status* e da perda de raízes ligadas à sociabilidade primária”, o que acaba por se fazer vislumbrar, na França, um novo estágio de instabilidade social, que Paugam (2003, p. 55) identifica como a característica da “Nova Pobreza”.

O estudo de Kowarick (2009) sobre a pobreza no Brasil se limita a discutir “a vulnerabilidade socioeconômica e civil” a partir da consolidação, nos anos 1980 e 1990, de um sistema político democrático. É bem verdade que a problemática da pobreza, no seu aspecto sociológico, tem contribuído para ricas e insistentes discussões teóricas e empíricas que, de forma geral, dificultam a estabilização de um

conceito universal, exceto quando tais discussões incorporam o viés econômico. Nesse caso, é pacífica a constatação inaugurada pela Economia Política, da relação direta na qual a pobreza aparece sempre relacionada ao crescimento econômico, ensejando que esse crescimento – que implica no aumento dos excedentes, para o capital – repercute inversamente no coletivo dos proprietários da mercadoria, força de trabalho.

No Brasil, segundo Kowarick (2009), a vulnerabilidade social (para ele: pobreza), carrega variados ingredientes históricos e simbólicos que forjaram esta nação – a história de um feudalismo às avessas, que teve como base a mão de obra escrava. Como consequência disso, atinge um amplo espectro social, porque os estamentos democráticos inaugurados com a Constituição Federal de 1988 não foram, ainda, capazes de proporcionar uma cidadania plena.

Desta forma, Kowarick (2009), diferentemente de Martins (1997), admite a existência dos processos de exclusão ao afirmar:

Antes de enfrentar a questão da vulnerabilidade socioeconômica e civil da atualidade brasileira, convém apontar que a problemática da “exclusão”, sob várias nomenclaturas conceituais, tem larga tradição nas nossas ciências sociais. Retórica e enfaticamente, sempre se falou em “capitalismo excludente”, e a mesma adjetivação foi também usada para dinâmica produtiva, industrialização, urbanização ou para alianças e sistema político. O entendimento era que mudanças significativas – diversificação e crescimento econômico, migração para as cidades e as oportunidades socioeconômicas e políticas que este processo abria – sempre deixavam de incorporar grandes parcelas nos benefícios do desenvolvimento e da modernização. Estes eram incompletos, inacabados, elitistas ou até predatórios, para as versões interpretativas que associavam o crescimento à pobreza, cuja síntese combinava os desiguais em um conjunto tenebroso: a Belíndia, mistura atrofiada de Bélgica e Índia, espécie de “ornitorrinco tupiniquim. (KOWARICK, 2009, p. 68).

Desde seus aspectos teóricos e empíricos, a pobreza exposta por Kowarick (2009), aqui tratada no seu aspecto de promotora de vulnerabilidade social, indica a “existência de dois mundos crescentemente irreduzíveis, onde as pessoas se encontram ‘separadas em estamentos’: a modernidade brasileira estaria produzindo [...] uma espécie de sociedade de tipo feudal.” (MARTINS, 1997, p. 33).

Outra perspectiva conceitual de pobreza é apresentada por Balsa, Soulet e Boneti (2006), cuja análise admite a multidimensionalidade dos fatores que concorrem para a situação da pobreza, seja ela individual e/ou coletiva, e, apesar disso, sugere uma conceituação de pobreza sob os efeitos das ocorrências sociais no contexto

específico do modelo de produção capitalista, mediado pelo sistema de mercado e das consequências da sua prevalência.

Então, do ponto de vista histórico, os resultados das pesquisas desenvolvidas por Balsa, Soulet e Boneti (2006) reforçam os pressupostos teóricos relativos à pobreza relatados pelos pensadores ingleses do século XIX, quando a relacionavam ao desenvolvimento das nações desde a eclosão do modelo de produção pós-feudal, dotando-o de contemporaneidade tanto no seu aspecto empírico quanto conceitual.

Outros autores, e a relação destes é significativamente extensa, estudaram o tema pobreza, exaustivamente ou não, ao longo do tempo e ainda hoje o fazem. Para atendimento dos objetivos desta pesquisa, sintetizamos o volume desses conceitos na concepção de pobreza proposta por Rocha (2007, p. 85), ao afirmar sucintamente que “a pobreza significa não ter os meios necessários para agir de modo satisfatório no conjunto social em que se vive”.

Sem sermos sequenciais nem históricos, pretendemos, com as considerações acima, expor alguns aspectos dos muitos estudos sobre a pobreza, com o objetivo de fundamentar teoricamente esta pesquisa. Evidentemente que não pretendíamos mostrar aqui as várias abordagens sobre o tema, desenvolvidas por importantes e inúmeros pesquisadores antigos e contemporâneos. A intenção foi tão somente, como exposto na introdução, convocar aliados, no sentido usado por Latour (1997a), para fortalecer o conceito de pobreza utilizado na pesquisa que tem por base os chamados “funcionamentos” nos termos usados por Sen (2001), do qual trataremos agora.

3.2.3 A Pobreza Multidimensional

Os estudos sobre a pobreza multidimensional são muitos e focam vários aspectos das dimensões dos fatores para mensuração da pobreza. Nessa abordagem, tomamos por base o estudo de Oliveira (2010), no qual são focados três aspectos para o entendimento da pobreza multidimensional: a) intensidade/severidade; b) tempo/ duração; e, c) dimensões/ extensões. Cada um desses aspectos foca preocupações particulares, embora se inter-relacionem com algumas imperfeições (OLIVEIRA, 2007, p. 7).

O aspecto “intensidade/severidade relaciona-se com a mensuração do grau da pobreza e é bastante usado nas abordagens tradicionais de pobreza, comportando índices de medição que visam, de alguma forma, sob a perspectiva multidimensional,

a atribuir ao fator renda apenas o caminho para a consecução das funções para o desenvolvimento das capacidades de realização individual e coletivas que trataremos abaixo.

O aspecto tempo/duração, se preocupa com a mensuração da pobreza a partir do seu aspecto temporal com relação à permanência do indivíduo ou coletivo de indivíduos no estado de pobreza.

Finalmente o aspecto dimensões e extensões preocupa-se com os vários fatores que podem provocar privações e que impeçam indivíduos e seus coletivos de usufruírem uma vida satisfatória. É nesse sentido que a pobreza multidimensional se distancia das análises de pobreza que têm como variável preponderante uma única variável, como a renda, por exemplo. Ou seja, nesse contexto, nenhum indicador isoladamente é suficiente para a mensuração do estado de pobreza. Daí a expressão multidimensionalidade para a categoria pobreza.

Tendo como expoente as ideias do economista indiano Amartya Sen (2001), a pobreza multidimensional ainda é a menos conhecida se comparada com a chamada “pobreza monetária”, aquela que tem como variável definidora a renda; “pobreza monetária absoluta” que é aquela definida a partir da obtenção de uma renda mínima para a sobrevivência, que equivale a uma renda de U\$ 1,25 diariamente e cuja erradicação os ODM previam em 2015; “pobreza monetária relativa” e “pobreza não monetária relativa” e “absoluta”. A pobreza multidimensional parte do princípio de que os indivíduos e seus coletivos precisam estar dotados de elementos estruturantes que lhes possibilitem “capacidade” para a realização de seus “funcionamentos”.

Dessa forma, Sen (2001) sugere que a pobreza e, por extensão, a inclusão social, devem ser consideradas ou classificadas e mensuradas a partir da capacidade individual ou coletiva da realização de “funcionamentos”. Ele informa que:

O bem-estar de uma pessoa pode ser concebido em termos da qualidade (a “bem-dade” [*well-ness*], por assim dizer) do “estado” da pessoa [*the person’s being*]. Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações [*beings and doings*]. A realização de uma pessoa pode ser concebida, sob esse aspecto, como o vetor de seus funcionamentos. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura etc., até realizações mais complexas, tais como ser feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante. A asserção é de que os funcionamentos são constitutivos do “estado” [*being*] de uma pessoa, e uma avaliação do bem-estar tem de assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes. (SEN, 2001, p. 79).

Para Sen (2001, p. 13), a realização dos funcionamentos, sejam estes relacionados a um indivíduo ou a um coletivo de indivíduos, estaria diretamente vinculada com a “perspectiva da capacidade que destaca a liberdade substantiva que as pessoas têm para levar suas vidas”, sendo essas capacidades o poder para “fazer ou deixar de fazer (incluindo ‘formar’, ‘escolher’, ‘buscar’, ‘revisar’ e ‘abandonar’ objetivos), sem os quais não há escolha genuína”. Os indivíduos ou seus coletivos tendem a se tornar dependentes das oportunidades reais disponíveis no contexto social vivido, e, como afirma o próprio Sen (2001, p. 13),

[...] oportunidades reais não são parâmetros medidos por recursos disponibilizados às pessoas, mas funções cujos valores são determinados por uma série de fatores: recursos, talentos, condicionamentos, direitos, expectativas, escolhas anteriores, consequências controláveis ou não de ações individuais ou coletivas, autoestima, poder de iniciativa, voz na comunidade, processos decisórios etc.

Portanto, para o entendimento da proposta apresentada por Sen (2001), é necessário abordar algumas categorias de “ordenamentos sociais”, especialmente aqueles relacionados com os fatores que definem as desigualdades sociais ou a pobreza como propomos aqui.

Nesse sentido, e dentro da lógica da abordagem da pobreza, e por consequência da inclusão social, a partir das chamadas “desigualdades”, como se a meta fosse a busca de uma “igualdade”, Sen (2001, p. 21) indaga: “Igualdade de quê? de renda? de bem-estar? igualdade de direitos e liberdades?”. O autor sustenta que a igualdade a ser buscada está relacionada “com a necessidade de ter igual consideração, em algum nível, por todas as pessoas, interesse cuja ausência tenderia a destruir uma proposta de plausibilidade social” (SEN, 2001, p. 21).

Outra categoria abordada por Sen (2001), e diretamente relacionada com a igualdade/desigualdade, é aquela vinculada à diversidade da raça humana de tal modo que “exigir a igualdade em termos de uma variável, renda, por exemplo, tende a ser incompatível – **de fato e não somente na teoria** – como querer a igualdade em termos de outra” (SEN, 2001, p. 23, grifo nosso), principalmente em se tratando de condições de sobrevivência iguais entre desiguais. Por isso, afirma Sen (2001, p. 30):

Os seres humanos são profundamente diversos. Somos diferentes uns dos outros não somente em características externas (p. ex., nas riquezas herdadas, no ambiente social e natural em que vivemos), mas também em nossas características pessoais (p. ex., idade, sexo, propensão a doenças,

aptidões físicas e mentais). A avaliação das demandas de igualdade tem de ajustar-se à existência de uma diversidade humana generalizada.

Portanto, como afirma Sen (2001, p. 52), a desigualdade pode ser e, em nosso entender, é “uma consequência da igualdade em algum outro espaço – fundamentalmente mais importante”. Ou seja, apesar da diversidade humana, é possível a construção de parâmetros de igualdades sociais, mantidas as diferenças substantivas que distinguem um indivíduo do outro e, por consequência, seus coletivos.

Três outras categorias/fatores que podem facilitar o entendimento dos funcionamentos referidos por Sen (2001) referem-se à “Liberdade”, à “Realização” e aos “Recursos”. A “Liberdade”, enquanto fator que contribui para a realização dos “funcionamentos”, consiste na existência de condições externas e, porque somos desiguais, internas de cada individualidade e de seus coletivos, para “executar” suas realizações, seus “funcionamentos”.

Se considerarmos, como propõe Sen (2001), que uma das características da medida de posição da pessoa em um ordenamento social é a sua “liberdade para realizar”, e que é esta “liberdade” que extrapola a noção constitucional de poder ir e vir, poderemos compreender, então, que:

[...] A desigualdade pode ser vista em termos de realizações e liberdades, e elas não necessitam coincidir. Esta distinção é relevante também para julgar a eficiência, que pode ser vista em termos de realizações individuais ou liberdades para realizar. Por isso, a distinção entre realização e liberdade é bastante central para a avaliação social **da pobreza**. (SEN, 2001, p. 69, grifo nosso).

Nesse sentido, a noção de “liberdade” enquanto fator para realização de “funcionamentos” implica em um conjunto amplo de condições sociais, políticas, culturais etc., alicerçadas nas peculiaridades singulares de indivíduos e coletividades.

A realização, a partir dos “funcionamentos”, deve ser definida de qual modo nos termos do nosso estudo? “Por meio da utilidade (prazeres obtidos ou desejos satisfeitos), ou pela opulência (rendas ganhas ou consumo usufruídos), ou por meio da qualidade de vida (medidas de padrões de vida)”? (SEN, 2001, p. 69). Dependendo da definição escolhida, estaremos estandardizando um padrão de desigualdade a que submeteremos nossa análise de pobreza e de inclusão social.

Assim, as desigualdades podem ser consideradas a partir de uma ótica instrumental, exemplificada pelo utilitarismo que limita as comparações interpessoais

na avaliação social às realizações, apenas, e identificam as realizações com as utilidades realizadas – aquisição de bens, por exemplo. Desigualdades também podem ser medidas desde as funções de bem-estar, que focam, a rigor, a chamada satisfação de preferências e satisfação do consumidor, e, finalmente, desigualdades podem ser medidas pelas estruturas “arrovianas” relacionadas às “escolhas sociais”, que “[...] também têm sido direcionadas principalmente para as preferências individuais sobre estados de coisas [*states of affairs*], em vez de considerar a liberdade de escolher entre estados de coisas” (SEN, 2001, p. 70).

Assim, a questão das realizações enquanto instrumento de concretização dos “funcionamentos” reforça a nossa tese da dificuldade de erradicação da pobreza em função da subjetividade dos fatores que a definem.

Finalmente, quanto aos “recursos” como categoria de análise dos “funcionamentos”, tal como proposto por Sen (2001), estes, caracterizados como bens primários disponíveis, devem efetivamente fornecer as bases para o exercício das “liberdades” de escolhas para as realizações dos “funcionamentos”.

Em síntese, as proposições sobre a pobreza e de inclusão social e, por consequência, o entendimento do que se fazer para a sua minoração, segundo os estudos desenvolvidos por Sen (2001), inserem no contexto da discussão sobre o tema aspectos subjetivos relevantes para o entendimento do fenômeno persistente da pobreza no mundo desde sempre. Quer dizer, a realização de “funcionamentos” enquanto prática suficientemente robusta para a minoração da pobreza relaciona-se com condições objetivas disponíveis – trabalho sob condições libertárias e com boa remuneração, cidadania, estruturas sociais claramente definidas e tendente a reconhecer e respeitar as desigualdades individuais etc. – bem como com um conjunto complexo e sutil de condições subjetivas, que seriam os meios de realização plena das individualidades. Em outras palavras, inclusão social no âmbito dos embates e contradições que o ato de inclusão suscita.

Definido o escopo de ação da Política Pública estudada, no próximo capítulo abordamos o biodiesel no mundo e no Brasil e sua definição como uma Política Pública de inclusão social.

4 O BIODIESEL NO MUNDO E NO BRASIL E SUA UTILIZAÇÃO COMO UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A INCLUSÃO SOCIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES

4.1 HISTÓRICO, CONCEITO, CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVOS DO BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL

Neste capítulo, pretendemos descrever e contextualizar o objeto de estudo da pesquisa. Para tanto, resgatamos o processo histórico de desenvolvimento e o uso do biodiesel no mundo e no Brasil, seu conceito, suas características e, finalmente, abordamos suas especificidades e formas da utilização no Brasil, desde a inserção dessa fonte de energia como uma Política Pública de inclusão social dos agricultores familiares a partir da sua certificação social.

Sob esta perspectiva, apresentamos aspectos da Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares do Estado da Bahia (COOPAF), *locus* do estudo.

4.2 HISTÓRICO DO BIODIESEL NO MUNDO

Datam de 1853 as primeiras tentativas da utilização de óleos vegetais, por meio da transesterificação – processo químico que permite a reação de lipídios, óleos ou gorduras de origem animal ou vegetal, com um álcool na presença de um catalisador. Essas tentativas foram executadas, primeiramente, pelos químicos E. Duffy e J. Patrick, com a intenção de extrair desse processo a glicerina para ser usada na fabricação de sabão. A partir desse procedimento de transesterificação, foi possível produzir a matriz do que hoje chamamos de biocombustíveis, que, aliás, só veio a ser usado como combustível para motores estacionários ou não a partir de 1893, com a criação, por Rudolf Diesel, de um motor cuja estrutura era de um cilindro de ferro de três metros com um volante em sua base, que funcionou pela primeira vez em Ausburg, na Alemanha, no dia 10 de agosto, utilizando como combustível o óleo de amendoim modificado pela transesterificação (DOURADO, 2015).

Segundo os relatos da época, Rudolf Diesel teria desenvolvido seu equipamento para uso de óleo mineral, entretanto, a pedido do governo francês, usou o óleo vegetal produzido a partir do amendoim, com a intenção de atender às demandas econômicas de exploração desse vegetal, abundante nas colônias africanas, então sob domínio francês.

De fato, o motor de Diesel, apesar de originalmente previsto para funcionar com óleo mineral, funcionou perfeitamente com o óleo vegetal, a ponto de apenas alguns dos presentes naquele experimento saberem que seria usado este último tipo de óleo.

Desde 1893 até o desenvolvimento dos motores movidos pelos combustíveis fósseis (o diesel de petróleo, em 1920), os biocombustíveis – dentre eles, o biodiesel – foram usados largamente em muitos países europeus em substituição aos combustíveis fósseis e ao vapor, utilizados nos motores estacionários ou não.

Nesse período, convém lembrar os esforços de Henry Ford, por exemplo, que desenvolveu o seu modelo Ford T, em 1908, para usar como combustível o etanol derivado do cânhamo de milho, um biocombustível, portanto.

Entretanto, industriais americanos da década de 1930, como William Randolph Hearst, os Rockefellers e Andrew Mellon (então Secretário do Tesouro dos Estados Unidos), entre outros que tinham interesse financeiros por possuírem investimentos significativos relacionados à indústria do petróleo, engendraram campanhas para desacreditar a utilização do cânhamo, o que se concretizou com a promulgação da Lei Fiscal da Maconha, de 1937, nos Estados Unidos da América. Desse modo, provocaram, inicialmente, a morte da indústria de biocombustíveis naquele país (PAHL, 2004). Desde então, firmou-se como padrão internacional o uso dos combustíveis baseados em resíduos fósseis, principalmente em motores estacionários e veiculares.

Nesse ínterim, vários acontecimentos nos anos 1970 fizeram ressurgir, internacionalmente, o interesse pelo uso dos biocombustíveis. Tais acontecimentos referem-se, principalmente, a uma anunciada crise na produção dos combustíveis fósseis, como o petróleo, estimulada em parte pela ação de um bloco de países produtores de petróleo fóssil, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP, fundada nos anos 1960, que teria aumentado significativamente o preço do barril de petróleo. Essa crise esteve ainda aliada à especulação da exaustão da produção dos combustíveis fósseis, além das estratégias políticas dos EUA em manter suas reservas petrolíferas como mecanismo de manutenção e de domínio estratégico mundial, a partir de uma prevista possibilidade de exaustão da prospecção do óleo (SUAREZ; MENEGHETTI, 2007).

Conceitualmente, o que se denomina como biocombustíveis é o conjunto de combustíveis produzidos a partir do uso de biomassa (matéria orgânica), quer dizer, fontes renováveis, vegetais ou compostos de origem animal.

Segundo informações da Petrobras (2007), as fontes mundiais mais conhecidas na produção dos biocombustíveis são a cana-de-açúcar, o milho, a soja, as sementes de girassol, a madeira e a celulose, a partir dos quais podem ser produzidos o etanol e o biodiesel.

Outras pesquisas indicam que os biocombustíveis também podem ser produzidos com a utilização de gordura animal e, mais recentemente, a Universidade Federal da Bahia (UFBA) tem desenvolvido estudos para a produção do biodiesel a partir de determinadas algas marinhas (DOURADO, 2007).

Do ponto de vista ambiental, os biocombustíveis proporcionam a possibilidade da produção de um tipo de combustível capaz de provocar menor impacto ambiental, porque são biodegradáveis e obtidos a partir de fontes renováveis. Ou seja, fontes que podem ser recompostas em um ritmo suportável na sua utilização e, portanto, sem riscos ou restrições de esgotamento, como, imagina-se, pode vir a acontecer com os combustíveis fósseis apesar das descobertas recentes de jazidas petrolíferas nas chamadas “camadas pré-sal”⁴ mundo afora.

Ainda no contexto das preocupações políticas e ambientais que varrem o mundo, aborda-se a perspectiva de que os recursos energéticos fósseis, mantidos os atuais modelos tecnológicos, não são suficientes para atendimento das crescentes demandas destes pela humanidade. Além disso, a sua produção e uso contribuem para o acúmulo de resíduos tóxicos capazes de degradar e eliminar a vida planetária.

Nesse contexto, a utilização dos biocombustíveis representa a potencialidade de modificação da cadeia energética mundial, mudando o uso das fontes de energias, das fósseis, que são as atuais, para as renováveis.

Tal possibilidade é reforçada a partir da constatação de que a matriz energética mundial em 2014, por exemplo, segundo dados obtidos da *BP Energy Statistical Review* (apud AZEVEDO, 2014), tinha a seguinte configuração percentual em relação ao consumo mundial (Tabela 1):

⁴ O pré-sal, segundo o site da Petrobras (2014), é uma sequência de rochas sedimentares formadas há mais de 100 milhões de anos no espaço geográfico, criada pela separação do antigo continente Gondwana. Mais especificamente pela separação dos atuais continentes americano e africano, que começou há cerca de 150 milhões de anos. Entre os dois continentes formaram-se, inicialmente, grandes depressões, que deram origem a grandes lagos. Ali foram depositadas, ao longo de milhões de anos, as rochas geradoras de petróleo do pré-sal. Como todos os rios dos continentes que se separavam corriam para as regiões mais baixas, grandes volumes de matéria orgânica foram ali se depositando.

Tabela 1 – Matriz Energética Mundial no ano de 2014

 FONTE DE ENERGIA	 CONSUMO MUNDIAL (%)
Energia Nuclear	4.4
Energia Eólica	1.1
Biocombustíveis	0.5
Óleo (Petróleo)	32.6
Gás Natural	23.5
Carvão Mineral	30.2
Hidroeletricidade	6.7
Energia Solar	0.2
Geotermal	0.8
TOTAL	100.0

Fonte: Azevedo (2014).

Nota: Adaptado pelo autor desta tese (2016).

Tais dados de consumo da energia mundial indicam que significativos 86,3% das fontes energéticas em 2014 eram oriundas de recursos fósseis, portanto, passíveis de exaustão.

É nesse contexto que pesquisadores, governos e organismos internacionais se voltaram para o incremento de fontes energéticas renováveis, biodegradáveis e, por consequência, limpas e sem possibilidade de exaustão.

Ainda com referência à utilização dos biocombustíveis, em 1912, a utilização de óleos vegetais tinha como objetivo a substituição do óleo de hulha e de alcatrão com potencial para, segundo afirmação de Rudolf Diesel (1893) em uma conferência, transformar-se em “produto”, substituindo o óleo diesel fóssil e gerando um volume considerável de recursos financeiros (SUAREZ; MENEGHETTI, 2007).

As previsões de Rudolf Diesel, apesar das ocorrências de alguns efeitos adversos identificados no uso sistemático dos biocombustíveis, especialmente o biodiesel, começaram a se realizar desde a proliferação, na Europa, do uso dessa nova fonte de energia.

Assim, entre os anos 1920 e 1930 e depois, durante a Segunda Guerra Mundial, relata-se que países como Bélgica, França, Itália, todo o Reino Unido, Portugal, Alemanha, Brasil, Argentina, Japão e China teriam testado e usado óleos vegetais como combustível para motores.

Decorrentes desse uso, problemas operacionais foram identificados, relacionados à alta viscosidade dos óleos vegetais em comparação ao diesel de

petróleo, o que produzia como resultado a baixa atomização do combustível no pulverizador de combustível e, muitas vezes, provocava a criação de depósitos e carbonização dos injetores, da câmara de combustão e das válvulas dos motores. Das muitas tentativas para evitar tais problemas, registra-se a prática de aquecimento do óleo vegetal, por meio da mistura com o diesel derivado de petróleo ou etanol, chamado de pirólise.

Entretanto, o caminho da institucionalização mundial do biodiesel teve início em 31 de agosto de 1937, quando o pesquisador belga G. Chavane obteve a patente número 422.877, que descrevia o procedimento para a transformação de óleos vegetais para uso em motores como combustível. Objetivamente, este procedimento descreve o processo da alcoólise, quer dizer, a transesterificação de óleos vegetais mediante o uso do etanol, de modo que tal ação separe os chamados ácidos graxos do glicerol, substituindo, portanto, o glicerol com outros álcoois lineares de cadeia curta. Essa técnica teria sido a primeira manifestação formal do que hoje conhecemos como biodiesel.

Outro passo técnico significativo para a afirmação mundial e institucional do biodiesel como combustível aconteceu em 1977, quando o pesquisador da Universidade Federal do Ceará (UFC), no Brasil, Professor Expedito Parente, inventou e solicitou patente do processo industrial para a produção de biodiesel. Tal processo foi patenteado e passou a ser classificado como biodiesel pelas normas internacionais, por apresentar uma “identidade e qualidade padronizada”. Entretanto, a planta industrial piloto para a produção de biodiesel no mundo foi instalada e começou a funcionar em 1987. Porém, a primeira planta instalada e funcionando com produção em escala industrial só começou a operar em abril de 1989, na África do Sul, com uma capacidade produtiva para processamento de 30 mil toneladas de sementes de colza por ano – a matéria-prima usada para a produção do óleo naquele momento (DOURADO, 2015).

Vale salientar que a instalação e funcionamento da primeira planta para a produção em escala industrial do biodiesel está diretamente relacionada ao processo de acumulação de conhecimentos e procedimentos típicos da prática técnico-científica – avanço gradual –, que, neste caso específico, culminou com os trabalhos iniciados em 1979 por alguns engenheiros agrícolas sul-africanos, com a pesquisa sobre o uso do óleo de girassol transesterificado e refinado aos padrões do óleo diesel fóssil, concluída e publicada internacionalmente em 1983, tendo, logo em seguida, tal

tecnologia sido adquirida pela empresa austríaca Gasek, que construiu a primeira planta-piloto do biodiesel.

A utilização dos biocombustíveis, e dentre esses o biodiesel, indica o acerto desta fonte energética enquanto modelo viável de substituição gradual das fontes energéticas fósseis, apesar de algumas desvantagens sugeridas pela utilização deste novo modelo energético para motores estacionários e/ou veiculares.

Dentre essas desvantagens, destacam-se as seguintes:

- a) Como o mercado vai proceder com a grande quantidade de glicerina produzida como subproduto do biodiesel, algo em torno de 5% a 10% do total da produção bruta, uma vez que a sua queima, mesmo parcial, pode produzir a acroleína que tem sido identificada como um produto capaz de provocar câncer?
- b) Como proceder em países como o Brasil e alguns da Ásia, onde as áreas de plantação da soja e do dendê, cujos óleos são excelentes fontes para a produção do biodiesel, vão invadindo florestas tropicais, comprometendo a biodiversidade da fauna e da flora, além de, em outra frente, contribuir com a escassez de alimentos pela invasão das áreas agrícolas produtoras destes?
- c) Que medidas tomar para impedir o esgotamento da capacidade produtiva do solo, a partir da produção intensiva da matéria-prima de origem vegetal, o que conduz a um aumento potencial da erradicação de espécies e ao surgimento de novos parasitas danosos às espécies vegetais e animais existentes?
- d) Apesar de emitir, inúmeras vezes, menos CO₂ que o diesel oriundo do petróleo, o biodiesel não é neutro nessa emissão. Portanto, como fazer com a produção de CO₂ presente na obtenção do biodiesel e relacionada com a energia necessária para a produção deste, vinculada com o consumo de adubos e locomoção de máquinas para o plantio, colheita e processamento até a produção, transporte e armazenamento?
- e) Como proceder com uma possível alta dos preços dos alimentos, provocado pelo aumento da demanda das matérias-primas para a produção do biodiesel? Veja-se, por exemplo, os fatos ocorridos em Portugal nos primeiros dias do mês de julho de 2007, quando o milho foi vendido a 200 euros por tonelada contra 152 euros em julho de 2006, e a cevada a 187 euros em julho de 2007 contra 127 euros em julho de 2006, e o trigo, vendido a 202 euros no

mês de julho de 2007 contra o valor de 137 euros em julho de 2006 e, finalmente, o bagaço de soja, vendido a 234 euros em 2007 contra 178 euros em 2006?

Por outro lado, aqueles que defendem a eficácia e a eficiência do uso de biodiesel enquanto nova fonte energética capaz de superar os gargalos produzidos pelas fontes de energia fóssil relacionam, dentre outras, as seguintes vantagens desse uso:

- a) Trata-se de uma fonte de energia renovável, portanto, as terras para cultivo poderão produzir uma considerável variedade de oleaginosas como fonte de matéria-prima para a produção do biodiesel.
- b) A produção de CO₂ é neutra, por se tratar de um combustível com matéria-prima renovável, diferentemente do combustível fóssil. Assim, sua obtenção e uso não contribuem para o aumento do CO₂ na atmosfera, o que acaba zerando o balanço entre a emissão dos gases pelos veículos e a absorção desses gases pelas plantas produtoras das oleaginosas.
- c) Como o biodiesel possui um alto ponto de fulgor, seu manuseio e armazenamento são mais seguros que aqueles relacionados ao diesel fóssil.
- d) Possui uma excelente lubricidade, o que lhe atribui importância, graças ao advento do petrodiesel com baixo teor de enxofre e com lubricidade parcialmente perdida no processo de produção.
- e) É um gerador de empregos no setor primário, contribuindo, portanto, com a redução do êxodo rural, o que diminuirá o inchaço das cidades, favorecendo um ciclo econômico de alta sustentabilidade, ajudando a forjar a autonomia dos países.
- f) Já que, hoje, o petróleo fóssil é obtido em poços cada vez mais profundos, o que tem onerado os gastos com a exploração, prospecção, extração e refino das riquezas naturais do subsolo, há a necessidade da exploração de recursos naturais da superfície, ensejando a criação de um novo nicho de mercado com a oportunidade de uma nova estratégia para o setor primário.
- g) A utilização do biodiesel não demanda modificações nos atuais motores que utilizam o diesel fóssil para o uso de uma mistura de biodiesel de até 20%

em relação ao diesel, sendo necessárias novas avaliações de desempenho dos motores quando essa mistura for acima dos 20% proposto.

Sem pretender adentrar nas polêmicas relativas às vantagens e/ou desvantagens do uso do biodiesel discutidas mundo afora, o que, aliás, não é objetivo deste capítulo nem desta pesquisa, descreveremos em seguida alguns dados referentes à utilização do biodiesel no mundo.

Como vimos, mesmo antes da institucionalização mundial do biodiesel, ele vinha, de alguma forma, sendo utilizado no espectro do que se convencionou chamar de biocombustíveis, apesar da supracitada ação dos investidores americanos, na década de 1930.

Entrementes, é a partir da instalação da primeira planta industrial do produto que seu uso ganha espaço mundial, passando a ser utilizado em vários segmentos industriais, automotivos e até em abastecimento energético para algumas cidades. Nesse contexto, convencionou-se, primeiro, a definição de uma nomenclatura capaz de determinar o padrão da mistura do biodiesel ao diesel fóssil. Assim, a expressão B100, por exemplo, indica uma utilização de 100% de biodiesel em um determinado motor; B20 indica a utilização 20% de biodiesel para 80% de diesel fóssil; B5, a utilização de 5% de biodiesel para 95% de diesel e, finalmente, B2, a utilização de 2% de biodiesel para 98% de diesel.

Com esse padrão definido, vários países passaram a incorporar o uso do biodiesel no âmbito de Políticas Públicas. Então, vamos encontrar, por exemplo, em 2005, a montadora Chrysler (pertencente ao grupo Daimler/Chrysler) produzindo e lançando no mercado americano o Jeep Liberty CRD a diesel, com mistura de 5% de biodiesel – B5. Esta mesma Daimler/Chrysler, em 2007, manifestou a intenção de permitir a utilização do biodiesel no padrão B20, à mercê da padronização da qualidade produtiva do biodiesel nos EUA. Desde 2004, após decidir atualizar seu sistema de transporte coletivo, a cidade de Halifax, na Nova Escócia, decidiu pela utilização de biodiesel, que tinha como matéria-prima o óleo de peixe, em toda sua frota de ônibus. Em 2007, a rede de *fast-food* McDonalds, no Reino Unido, fez o anúncio de que iria começar a produzir biodiesel a partir do resíduo de óleo de frituras, para utilização em sua frota de automóveis e utilitários. Em 15 de setembro de 2007, a companhia ferroviária inglesa *Royal Train* completou sua primeira viagem em um trem usando exclusivamente biodiesel – B100 –, mantendo este uso desde então, sem

apresentar problemas. No estado de Massachusetts, nos EUA, até o ano de 2010, a partir de uma lei aprovada pelo governador daquela unidade federativa, todo aquecimento doméstico deveria ser abastecido com biocombustíveis no padrão B2, e no padrão B5 até e após 2013. No mês de setembro de 2005, o estado americano de Minnesota deliberou que todo óleo diesel vendido ali deveria conter no mínimo 2% – B2 – de biodiesel.

4.3 O BIODIESEL NO BRASIL

Como na Europa e na América do Norte, conforme descrito acima, a utilização do biodiesel no Brasil é consequência da evolução do uso dos biocombustíveis. Assim, iniciamos este tópico relatando, também, a evolução do uso dos biocombustíveis no Brasil até o ano de 2005, quando, por Decreto Federal, insere-se na matriz energética do país o biodiesel, para, em seguida, tratarmos das especificidades do biodiesel com certificado social, que é o objeto do nosso estudo.

No Brasil, segundo dados da Petrobras (2007), depreende-se que as preocupações com a questão energética, no que se refere às fontes motrizes para motores estacionários ou não, têm seu início em 1905, estendendo-se, inicialmente, até o ano 1925, com os primeiros testes realizados com biocombustíveis, culminando com a geração de álcool combustível. Decorrente desses testes e da produção do álcool combustível – popularizado hoje como etanol –, em 1931 o governo brasileiro edita um Decreto obrigando a utilização de 5% de etanol em toda gasolina importada pelo país. Em 1938, por outro Decreto-Lei, este de número 737, o governo brasileiro estende aquela obrigatoriedade de uso da mistura de 5% de etanol também à gasolina produzida pelo país.

A preocupação nacional com a produção dos biocombustíveis, até então voltada exclusivamente para a produção de etanol, foi diminuída na década de 1960, e inclusive mundialmente, com a descoberta de “extensas reservas petrolíferas no Oriente Médio” (PETROBRAS, 2007, p. 4). Nos anos de 1960, tais descobertas motivaram a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que viria a ter papel fundamental na retomada das preocupações mundiais com a busca de fontes energéticas não fósseis, com o retorno aos estudos de produção e consumo dos biocombustíveis.

A contribuição da OPEP para a retomada mundial dos estudos para a produção e uso dos biocombustíveis aconteceu quando a Organização deflagrou, em 1973, o que se classificou como a maior crise mundial de petróleo, como descrito anteriormente.

Uma análise desprovida de crítica sobre essa crise vai identificar que ela teria sido provocada pela cartelização da produção petrolífera mundial pelos países produtores do Oriente Médio e mais a Venezuela, que teriam elevado significativamente os preços de venda do barril do petróleo – o óleo bruto, além de reduzirem as quantidades de óleo ofertadas ao mercado mundial.

Uma observação mais cuidadosa, entretanto, poderá identificar as estratégias políticas utilizadas pelos países do chamado Primeiro Mundo, notadamente dos Estados Unidos da América, que, sendo também um dos grandes produtores mundiais de petróleo, decidem por salvaguardar seus poços petrolíferos, transformando-os em uma reserva estratégica, considerando o resultado de estudos que indicavam, na época, a possibilidade de exaustão das reservas petrolíferas mundiais em 2035. Pode-se identificar também, nas ações dos EUA nos efeitos desta “crise”, a expansão da sua força hegemônica ocidental, na medida em que aquele país estimulou a criação de um “cinturão” em torno dos países produtores de petróleo, com ações invasivas das soberanias nacionais.

Efetivamente, a repercussão mundial do movimento da OPEP estimulou a retomada das pesquisas e estudos sobre a produção e uso dos biocombustíveis. Seja para tentar lutar contra a majoração do preço de venda do óleo bruto e a redução da oferta, seja pela constatação de que o petróleo como fonte energética fóssil era passível de exaustão, naturalmente.

No Brasil, objeto da nossa abordagem no momento, a retomada das pesquisas para a substituição ou ampliação da matriz energética nacional culminou, em 1975, com o lançamento do Programa Nacional do Álcool – Proálcool, visto como o “maior programa comercial de uso de biomassa para fins energéticos no mundo” (PETROBRAS, 2007, p. 4). Esse programa ampliava a adição do etanol a toda gasolina em uso no país, saindo de 5% de mistura para 20%, e abria um leque de Políticas Públicas incentivadoras da produção do etanol, traduzidas em incentivos fiscais para aumento da produção da cana-de-açúcar, matéria-prima do etanol nacional, concessão de empréstimos aos produtores e às indústrias de etanol com juros subsidiados, investimentos governamentais significativos em pesquisa e

desenvolvimento, isenção de impostos para produção e venda de equipamentos utilizados no plantio da cana-de-açúcar, transporte, produção, armazenamento e comercialização do etanol, entre outras medidas (PETROBRAS, 2007).

Com esse conjunto de ações, o Proálcool permitiu o desenvolvimento da tecnologia nacional da produção de etanol, tanto a jusante quanto à montante, capacitando a indústria nacional ao desenvolvimento de um motor automotivo *flex fuel*, ou seja, capaz de usar gasolina ou etanol, opcionalmente.

O sucesso daquele programa pode ser medido pelos resultados das vendas de veículos no país no ano de 2007, por exemplo. Naquele ano, segundo dados fornecidos pela Petrobras (2007), para cada 10 (dez) carros vendidos no país 9 (nove) possuíam motores *flex fuel*.

Quanto ao biodiesel no Brasil, podemos identificar dois momentos significativos para sua inserção na matriz energética nacional. O primeiro está diretamente relacionado aos resultados dos estudos iniciados em 1977, na Universidade Federal do Ceará, com o Professor Expedito Valente, que conseguiu produzir biodiesel a partir do óleo de algodão, obtendo a primeira patente mundial de biodiesel, em 1980. O segundo momento refere-se a um conjunto de ações governamentais com a criação de grupos de estudos e a promulgação de Portarias, Medidas Provisórias e Decretos-Leis que permitiram a realização de estudos cujos resultados podem ser traduzidos em estímulos e definição de Políticas Públicas que formataram as condições para a inserção do biodiesel na cadeia energética nacional e a afirmação da produção do biodiesel com certificado social como uma Política Pública de erradicação da pobreza (DOURADO, 2015).

Assim,

[...] Graças ao seu clima, à sua geografia, a vastas terras disponíveis para o cultivo de grãos e cana-de-açúcar **e, ainda à alta tecnologia desenvolvida pela Petrobras**, o Brasil se transformou nos últimos anos num dos maiores produtores de biocombustíveis em termos globais, e o quinto maior produtor mundial de biodiesel, com um potencial de crescimento singular e invejável. (PETROBRAS, 2007, p. 5, grifo nosso).

O governo brasileiro começou a agir visando à inserção do biodiesel em sua matriz energética. Nesse sentido, a primeira ação efetiva governamental para a consecução desse objetivo foi a edição, em 2 de julho de 2003, do Decreto da Casa Civil da Presidência da República, criando um Grupo de Trabalho para apresentar “estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal – biodiesel – como fonte

alternativa de energia, propondo ações necessárias para o uso do biodiesel” (BRASIL, 2003a).

Foram integrantes deste Grupo representantes dos seguintes órgãos (BRASIL, 2003a):

- a) Casa Civil da Presidência da República, coordenador do grupo;
- b) Ministério da Fazenda;
- c) Ministério dos Transportes;
- d) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- e) Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- f) Ministério de Minas e Energia;
- g) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- h) Ministério da Ciência e Tecnologia;
- i) Ministério do Meio Ambiente;
- j) Ministério do Desenvolvimento Agrário;
- k) Ministério da Integração Nacional;
- l) Ministério das Cidades.

A esse Grupo determinou-se o prazo de noventa dias, desde a data de designação de cada um dos seus membros, para a elaboração e encaminhamento do relatório técnico sobre a viabilidade de utilização do biodiesel como fonte alternativa de energia para apreciação da Câmara de Políticas de Infraestrutura, do Conselho de Governo.

Os resultados desse Grupo de Trabalho, embora não tenha sido disponibilizado publicamente o relatório dos estudos realizados, podem ser entendidos como favoráveis à utilização do biodiesel como alternativa energética para o país, uma vez que, em 23 de dezembro de 2003, por meio da edição de outro Decreto da Casa Civil da Presidência da República, foi instituída uma “Comissão Executiva Interministerial encarregada da implantação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal – biodiesel, como fonte alternativa de energia” (BRASIL, 2003b).

A comissão instituída pelo Decreto da Casa Civil do dia 23 de dezembro, com *status* e poderes executivos, foi encarregada de implantar as recomendações do Relatório produzido pelo Grupo definido no Decreto da Casa Civil de 2 de julho de 2003, sendo incumbida efetivamente de:

- I – coordenar a implantação das recomendações constantes do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal – biodiesel como fonte alternativa de energia, de que trata o Decreto de 2 de julho de 2003;
- II – elaborar, implementar e monitorar programa integrado para viabilização do biodiesel;
- III – propor os atos normativos que se fizerem necessários à implantação do programa previsto no inciso II;
- IV – analisar, avaliar e propor outras recomendações e ações, diretrizes e Políticas Públicas não previstas no Relatório mencionado no inciso I. (BRASIL, 2003b).

Então, a partir da criação e ação dessa Comissão Executiva, e em obediência às proposições contidas no relatório produzido pelo Grupo de Estudos anterior, são editadas novas Leis, Decretos e Portarias, definindo ações, procedimentos e regulamentos que formataram e vão, ainda, formatando a utilização do biodiesel no Brasil como parte integrante da sua matriz energética.

Afinal, a produção e o uso de uma matriz energética requerem ações dinâmicas e pragmáticas que se alteram no tempo e no espaço em função, por um lado, de fatores não actantes, que irão influir diretamente na produção e vendas das matérias-primas; e, por outro, de fatores actantes definidores, via de regra, do comportamento do mercado, enquanto conjunto de elementos que, segundo Callon (1998, p. 1),

[...] denotes the abstract mechanisms whereby supply and demand confront each other and adjust themselves in search of a compromise, the marketplace is far close to ordinary experience and refers to the place in which exchange occurs.⁵

Assim, foram editados os seguintes instrumentos legais apresentados abaixo em ordem cronológica, que formataram a utilização do biodiesel no Brasil como integrante da cadeia energética nacional e, concomitantemente, uma Política Pública de combate à pobreza:

- a) Resolução nº. 49, de 16 de novembro de 2004, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, que aprovou as recomendações do Programa Nacional de Biodiesel;

⁵ Em tradução livre: Indicam os mecanismos abstratos onde ofertas e demandas se confrontam e se ajustam pela definição de um preço, firmando um acordo. Assim, mercado é uma experiência comum e refere-se ao local onde ocorrem as trocas.

- b) Decreto nº. 5.297, de 6 de dezembro de 2004, que instituiu o Selo Combustível Social, para ser concedido aos produtores de biodiesel que promovessem a inclusão de agricultores familiares⁶ na cadeia produtiva desse produto;
- c) Lei nº. 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que estabeleceu e regulamentou a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira;
- d) Lei nº. 11.116, de 18 de maio de 2005, que deliberou sobre a criação de um Registro Especial dos produtores ou importadores de biodiesel e a concessão de benefícios fiscais sobre a incidência das contribuições do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), sobre as receitas da venda do biodiesel;
- e) Resolução nº. 5 do Conselho Nacional do Petróleo (CNPE), de 03 de outubro de 2007, que redefiniu o prazo de atendimento das regras de adição mínima – 2% – do biodiesel ao diesel fóssil, restringindo esta adição ao volume de biodiesel produzido pelos produtores possuidores do Selo Social;
- f) Instrução Normativa nº. 2, de 30 de setembro de 2005, que definiu critérios e procedimentos para o enquadramento de projetos de produção do biodiesel aos padrões do Selo Social;
- g) Resolução nº. 3, de 11 de setembro de 2006, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que criou mecanismos de incentivo para que os agricultores familiares que participam do programa do biodiesel cultivem mamona em combinação com cultivo de feijão, “desde que estejam em municípios que aderirem ao Garantia-Safra e desde que a área mínima combinada seja de 1,5 ha”. (BRASIL, 2006);
- h) Portaria nº. 97, de 14 de novembro de 2006, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que estendeu às instituições possuidoras da concessão de uso do Selo Combustível Social, criado pela Instrução Normativa nº. 1 do MDA em 05 de julho de 2006, ou que prestem serviços de assistência técnica às empresas com a referida concessão, possam executar essa assistência técnica

⁶ A definição de agricultores familiares está expressa na Lei nº. 11.326 de 24 de julho de 2006. Por esse instrumento legal são considerados agricultores familiares àqueles que praticam atividades econômicas no meio rural, desde que não detenham a posse ou a propriedade de área rural superior a quatro módulos fiscais (área de terra medindo entre 5 a 110 hectares), que utilizem como mão de obra os membros da própria família e cuja renda auferida pelo grupo familiar seja aquela gerada, principalmente, das atividades econômicas desenvolvidas na própria área rural.

grupalmente aos agricultores inseridos no Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), B;

- i) Resolução nº. 5, do CNPE, de 3 de outubro de 2007, que estabeleceu que o volume de biodiesel necessário para o atendimento ao consumo nacional, a partir do ano de 2008, seria obtido mediante a realização de leilões;
- j) Resolução nº. 7, do CNPE, de 5 de dezembro de 2007, que estabeleceu as regras para a formação de estoque de biodiesel no Brasil, cujo fornecimento seria restrito aos produtores detentores do Selo Combustível Social;
- k) Resolução nº. 2, do CNPE, de 13 de março de 2008, que antecipou para 1º de julho de 2008 a obrigatoriedade para atendimento do percentual mínimo de adição do biodiesel, de 2% para 3%, ao diesel fóssil;
- l) Decreto nº. 6.458, de 14 de maio de 2008, que alterou o artigo 4º, inciso III e parágrafo III do Decreto 5.294, de 6 de dezembro de 2004, definindo que para todo biodiesel produzido a partir de qualquer matéria-prima da agricultura familiar das regiões Norte, Nordeste e do semiárido será aplicado o coeficiente diferenciado de 100% de isenção sobre as contribuições do PIS e da COFINS;
- m) Decreto nº. 6.606, de 21 de outubro de 2008, que alterou o artigo 3º do Decreto nº. 5.294, de 6 de novembro de 2004, passando a estabelecer que o valor das alíquotas do PIS e da COFINS, para todo o biodiesel produzido no país, seja de R\$177,95 por metro cúbico;
- n) Instrução Normativa nº. 1, de 19 de fevereiro de 2009, que dispôs “sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão manutenção e uso do selo combustível social.” (BRASIL, 2009);
- o) Instrução Normativa nº. 1, de 20 de junho de 2011, que regulou a participação das cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima para os produtores de biodiesel, para fins, também, da concessão e manutenção do Selo Combustível Social;
- p) Portaria nº. 60, de 6 de setembro de 2012, que definiu e regulamentou os critérios e procedimentos para a concessão, manutenção e uso do Selo Combustível Social.

Do ponto de vista institucional, o governo brasileiro, ainda em atendimento às recomendações expressas no relatório inicial que referendou o uso do biodiesel no âmbito da matriz energética nacional, adotou medidas adicionais de incentivos à

produção, dentre as quais citamos como importantes: a concessão de recursos financeiros subsidiados aos produtores do óleo, bem como a concessão às cooperativas e associações dos agricultores familiares – o braço operacional do fornecimento das matérias-primas para o biodiesel sob o selo combustível social –, um alívio substancial do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), ao transferir para o produtor do biodiesel essa obrigação tributária.

Concomitantemente a essas e outras ações engendradas com vistas à afirmação do biodiesel enquanto integrante da matriz energética brasileira, convém relatar ainda a criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, dirigido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tinha e continua a ter como diretrizes:

- a) a implantação de um programa de produção sustentável, promovendo a inclusão social;
- b) o desenvolvimento de ações para a garantia de preços competitivos, com qualidade e manutenção do fornecimento de suprimentos;
- c) a produção de biodiesel a partir de diferentes oleaginosas para o fortalecimento das potencialidades regionais na produção de matérias-primas.

Entretanto, as Políticas Públicas, quaisquer que sejam as suas motivações e objetivos, não se realizam coletivamente apenas com a sua institucionalização. Aliás, as institucionalizações, especificamente de Políticas Públicas, exigem uma participação social significativa, sem a qual, segundo nosso entendimento, elas padecem de êxito.

Assim, considerando que a inserção do biodiesel como integrante da cadeia energética do Brasil é uma Política Pública de largo espectro, como pudemos observar a partir do conjunto de regras que a estabeleceram, convém abordar, antes de aprofundarmos sobre o seu papel também de Política Pública para a erradicação da pobreza, algumas idiossincrasias da sua execução, para que possamos nos apropriar das informações necessárias para um entendimento mais aprofundado desta política.

Inicialmente, vários estudos indicam a potencialidade da utilização de energias renováveis agrícolas para atendimento de demandas significativas de fontes energéticas no mundo, de forma incremental e segura. Entretanto, tais usos requerem soluções urgentes e eficazes para equacionar questões importantes, como a

viabilidade econômica e social do seu uso, a sustentabilidade ambiental, as vantagens comparativas agronômicas de cada fonte renovável para a geração de energia e, sobretudo, uma avaliação dos impactos regionais da sua produção em ambientes tão diversos, tal qual ocorre no Brasil e no mundo, como sugerem Castro, Lima e Silva (2010).

Nos estudos desenvolvidos pelo grupo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa/Agroenergia), publicados em 2010 (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010), algumas reflexões e dados empíricos são levantados, os quais apontam, em parte, certos gargalos da utilização do biodiesel na cadeia energética nacional, as soluções para a superação destas dificuldades e aventam com a possibilidade de sucesso futuro da opção do biodiesel enquanto fonte de energia renovável e relativamente limpa no Brasil.

As pesquisas apresentadas pela Embrapa/Agroenergia (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010) indicam que a adoção de uma nova matriz energética exige, por exemplo, a aplicação de vultosos recursos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) para o desenvolvimento local de tecnologias capazes de conferir ao produto a qualidade mensurada internacionalmente. Afinal, os mercados atuais são transnacionais e a competitividade dos produtos guarda estreita relação com a sua qualidade e a prática de preços competitivos (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010). Além disso, segundo os estudos citados, o desenvolvimento dessa nova matriz energética terá, obrigatoriamente, que vir a ser resultado de exaustivas pesquisas a serem executadas por futuros pesquisadores, além dos atuais, no processo regular de acumulação de conhecimentos típica do fazer científico. Indica o estudo, também, de acordo com dados de 2008, que o Brasil se classificava como o quinto produtor mundial de biodiesel, atrás apenas da União Europeia, dos Estados Unidos, da Indonésia e da Malásia, apesar de, naquele ano, o país não ter se posicionado tão bem quanto ao consumo do óleo.

Outro ponto de destaque, no que concerne à afirmação da Política Pública de inserção do biodiesel na cadeia energética nacional, refere-se aos aspectos operacionais da cadeia produtiva. Os dados sobre a produção de biodiesel no Brasil no ano de 2008, fornecidos pela Embrapa/Agroenergia (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010), demonstram que a série histórica da taxa de crescimento da produção do biodiesel no país, apesar de ser considerável, acontece em uma série decrescente,

ensejando alguma reflexão sobre esta ocorrência. Nesse sentido, os pesquisadores da Embrapa/Agroenergia (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010, p. 33) apontam que os riscos

[...] identificados em análise diagnóstica de cadeias produtivas estão relacionados a necessidades diversas, seja para a superação de fatores críticos que afetam o desempenho de forma negativa, seja para aumentar a influência de fatores que tem impacto positivo sobre este desempenho. Estas necessidades constituem as demandas (no caso demandas atuais, quando se trata de análise diagnóstica) de uma cadeia produtiva. Observe-se que os estudos de cadeias produtivas podem indicar demandas cuja solução é tecnológica (envolvendo geração ou difusão de tecnologia) e demandas não tecnológicas, envolvendo outros grupos sociais que participam ou influenciam as cadeias produtivas. As demandas tecnológicas podem ser do tipo D1, quando a solução já está disponível e pode ser transferida por organizações de assistência técnica e do tipo D2, quando a solução não está disponível e deve ser gerada por um projeto de P&D.

No contexto das questões operacionais levantadas no estudo, merecem destaque especial os aspectos relacionados à capacidade de produção ociosa que prevalece na indústria brasileira de biodiesel. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no ano de 2012, (AGÊNCIA BRASIL, 2012), o país tinha uma capacidade produtiva instalada de seis milhões de litros anuais, mas só produzia 44% desta capacidade, mantendo em ociosidade 56% da potencialidade produtiva. Para o mesmo Instituto, “uma das soluções para consolidar o programa do biodiesel no País seria a diversificação da produção agrícola, a redução da dependência de incentivos fiscais e a diminuição dos custos finais do produto.” (AGÊNCIA BRASIL, 2012).

Essa percepção dos pesquisadores do IPEA toma por parâmetro que

[...] a produção é altamente dependente da soja, que responde por 80% do volume produzido de biodiesel, diz o estudo. Por outro lado, a viabilidade econômica da produção com mamona, pinhão, girassol, canola e outras oleaginosas depende ainda de pesquisas e avanços tecnológicos. Além do foco na produção, é preciso mudanças na legislação do biodiesel, sugere o IPEA. Segundo o estudo, as discussões sobre a possível elevação dos atuais 5% para 7%, chegando a 20% de adição do biodiesel ao diesel, de forma paulatina, ao longo dos próximos anos, é tema central. (AGÊNCIA BRASIL, 2012).

Outra questão sobejamente discutida entre pesquisadores do biodiesel, inclusive objeto de aprofundamento pelos pesquisadores da Embrapa/Agroenergia (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010), refere-se exatamente ao uso das oleaginosas para a produção da matéria-prima a ser produzida pelos agricultores familiares. Na situação em que 80% da matéria-prima para a produção do biodiesel é oriunda da oleaginosa soja e que esta é uma cultura fundamentalmente praticada no país – via de regra pelo

agronegócio, portanto, por grandes capitalistas –, identificamos que pequenos grupos de agricultores familiares, segundo nossas pesquisas empíricas, ensaiam migrar para a produção desta oleaginosa.

Nessa nova opção de plantio, verificam-se dois interesses: o primeiro, do próprio agricultor familiar que visa a aumentar os rendimentos da sua lavoura; o segundo parece vir dos produtores do biodiesel, que precisariam obter de forma regular o fornecimento da matéria-prima para a produção do biodiesel com Certificado Social. Entretanto, e este é um dos grandes problemas da produção do biodiesel com selo combustível social, como descrito no próximo item, indaga-se como equacionar tais querelas socioeconômicas, considerando que, a rigor, os solos do Norte e Nordeste do Brasil, bem como do semiárido, não são, naturalmente, os mais indicados para o plantio da soja, por exemplo?

Uma das saídas para este impasse estaria na solução sugerida pelos pesquisadores da Embrapa/Agroenergia (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010), os quais propõem que as oleaginosas para a produção do biodiesel possam ser variadas, guardando as devidas peculiaridades regionais e contemplando oleaginosas como a canola/colza, o girassol, a palma/dendê, mamona, algodão, nabo forrageiro, peão manso e quaisquer outras oleaginosas adaptáveis aos solos e climas regionais. Convém lembrar, entretanto, que os preços internacionais do biodiesel estão diretamente relacionados com a matéria-prima utilizada na sua produção, uma vez que essa matéria-prima define a qualidade do biodiesel produzido, influenciando na formação do preço de venda.

Diante desse quadro, poderíamos intuir que o biodiesel produzido no Brasil seria exclusivamente para consumo interno. De qualquer sorte, o processo de produção comercial do biodiesel no país é muito recente (2005). É preciso, oportunamente, considerar que há uma preocupação mundial com a busca de energias renováveis em substituição incremental às fontes de energias fósseis, estas em visível exaustão física e econômica – os recursos fósseis são encontrados em poços cada vez mais profundos, o que requer maiores investimentos na prospecção. Por conta disso, as condições vantajosas do território brasileiro em termos quantitativos e qualitativos e a aplicação de recursos em P&D para desenvolvimento de novas tecnologias voltadas para o aprimoramento da cadeia do biodiesel no país, fazem com que seja possível vislumbrar um futuro viável para esse combustível

enquanto Política Pública de desenvolvimento de uma nova matriz energética para o Brasil.

4.4 O BIODIESEL COM CERTIFICADO SOCIAL: CARACTERIZAÇÃO E ESPECIFICIDADES DO USO

Os fatores determinantes para que o processo legal de inserção do biodiesel na matriz energética brasileira se transformasse em uma Política Pública para a inclusão social de agricultores familiares são basicamente o viés social explicitado na Lei 11.097/2005 e a criação do chamado “Selo Combustível Social”, propiciado pelo Decreto nº. 5.297, de 6 de dezembro de 2004. A preocupação social expressa na Lei, *a priori*, não parece ser definidora de uma Política Pública para a minoração da pobreza. Afinal, qual processo econômico ou político prescinde de estar embebido do social? A rigor, nenhum.

Entretanto, a exigência de que pelo menos 20% das oleaginosas utilizadas para a produção do óleo vegetal – que, depois de transesterificado, transforme-se em biodiesel – sejam adquiridas de agricultores familiares, o que possibilita a concessão do selo de combustível com certificado social e os benefícios fiscais concedidos à produção da mamona e da amêndoa de palma, por exemplo – culturas típicas do Norte, Nordeste e Semiárido do país e matéria-prima, também, para a produção de óleo vegetal para a obtenção do biodiesel –, além da expressão “inclusão dos membros da agricultura familiar”, dotam de especificidade o termo “social” expresso na Lei.

Nos termos do Decreto nº. 5.297/2004, da Instrução Normativa nº. 1, de 19 de fevereiro de 2009, e da Portaria nº. 60, de 6 de setembro de 2012, o Selo Combustível Social, certificação obrigatória para as empresas produtoras de óleos vegetais para a produção do biodiesel, seria e será concedido às empresas que: a) promoverem a inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e que lhes forneçam matéria-prima; e b) comprovarem regularidade perante o Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).

Para promover a inclusão social dos agricultores familiares, o produtor de biodiesel deve:

a) adquirir de agricultor familiar, em parcela não inferior ao percentual a ser definida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, matéria-prima para a produção de biodiesel, atualmente 20% (2015);

b) celebrar contratos com os agricultores familiares, especificando as condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade, conforme requisitos a serem estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário;

c) assegurar assistência e capacitação técnica aos agricultores familiares (BRASIL, 2004).

A regulamentação dos instrumentos legais que definiram a inclusão do biodiesel na matriz energética do Brasil e criaram o Selo Combustível Social determinaram as regras para a produção certificada. Tais regras incorporam as seguintes exigências:

(1) de todo biodiesel comercializado no país, 20% deve ser oriundo de produção certificada socialmente;

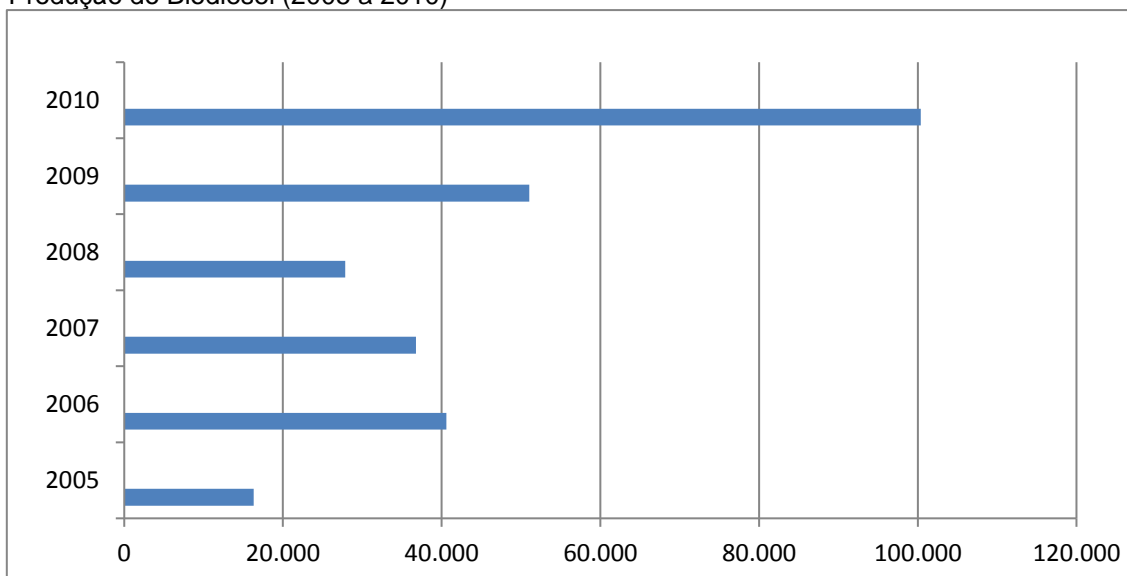
(2) dos 20% do total do biodiesel certificado socialmente, gradualmente, 50% devem ser oriundos de produtores localizados na Região Nordeste do país;

(3) os preços das matérias-primas adquiridas das Regiões Nordeste, Norte e no Semiárido gozarão, na venda do óleo produzido, de redução das contribuições sociais – PIS e COFINS – e do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

Em janeiro de 2013, o balanço das empresas possuidoras do Selo Combustível Social, conforme dados do MDA (2013), indicava que 70% das unidades produtoras de biodiesel no país, equivalente a 40 usinas de produção, possuíam este Selo.

Do ponto de vista da execução da Política Pública de erradicação da pobreza nos moldes propostos pelos seus gestores, o gráfico abaixo indica o crescimento, em série histórica de 2005 a 2010, da quantidade de unidades de integrantes da agricultura familiar inseridos no processo de produção do biodiesel (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução da participação de unidades da Agricultura Familiar no processo de Produção do Biodiesel (2005 a 2010)



Fonte: PNUD (2011).

Nota: Adaptado pelo autor (2016).

Explicado e relatado o “Biodiesel com Certificado Social”, tentemos agora descrever a forma de sua utilização como uma Política Pública de inclusão social, na maneira preconizada pelo seu instrumento legal e nos termos do que se propõe este estudo.

4.5 AÇÕES E ATUAÇÃO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO ESTADO DA BAHIA – COOPAF

A Cooperativa de Produção e Comercialização dos Agricultores Familiares do Estado da Bahia (COOPAF) começou a ser planejada no ano de 2005, quando um grupo de sete posseiros, sem documento de posse definitivo, de áreas utilizadas pelo governo do estado da Bahia para assentamento de agricultores familiares sem terras, do município de Morro do Chapéu, começaram a se reunir, sistematicamente, na sede daquele Sindicato, buscando encontrar alternativas para assegurar geração de renda deles próprios e de demais agricultores familiares do município, filiados ou não àquele Sindicato. Esses posseiros eram ligados partidariamente ao Partido Comunista do Brasil – PCdoB, sendo simpatizantes e liderados por um ex-deputado estadual, recém-eleito deputado federal no ano de 2004, e que acumulava, também, a presidência de uma representação local da Federação dos Trabalhadores da

Agricultura do Estado da Bahia (FETAG), e, dentre eles, quatro eram integrantes da Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Morro do Chapéu.

Com o aprofundamento daquelas discussões e por sugestão do Deputado/Presidente da FETAG, o grupo de posseiros passou a contar também com um ex-programador e ex-funcionário de relevante banco privado e, naquele momento, funcionário da FETAG, que, recebendo salários dessa Federação, seria porta-voz do Deputado/Presidente e consultor daquele grupo.

Em uma entrevista informal – foram várias – obtida com este funcionário, denominado doravante “Consultor”, tomamos conhecimento de que a sugestão para a criação de uma cooperativa para atendimento às exigências de inserção dela à Política Pública de “erradicação” da pobreza por meio da admissão do biodiesel na cadeia energética brasileira, recém-implantada, teria sido uma “imposição” daquele Deputado/Presidente. Este se encarregaria de “abrir” os caminhos para a obtenção de contratos e convênios com as empresas produtoras do óleo e o próprio governo Estadual e Federal, dos quais o PCdoB, partido político de filiação do Deputado/Presidente, era, naquele momento (2006), integrante da base de apoio político.

Portanto, os interesses do Deputado/Presidente em manter o controle da instituição, bem como, veremos adiante, assegurar a obtenção de vantagens pecuniárias pessoais, além da garantia de votos para as eleições futuras, motivaram as ações explanadas pelo nosso entrevistado:

Por orientação do Deputado, o Sindicato não deveria ser o instrumento de ligação entre os agricultores familiares e os produtores de biodiesel porque o seu presidente, à época, por exemplo, não era filiado ao PCdoB, nem tampouco era um liderado de confiança do Deputado/Presidente. (ENTREVISTADO N. 01, 2012).

Então, em junho de 2006, com mais 14 (quatorze) pessoas, perfazendo um total de 21 (vinte e um) agricultores familiares como cooperados, foram registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB), a Ata de Fundação, bem como os estatutos com a eleição da primeira Diretoria Executiva e dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, além dos Estatutos da COOPAF, dando caráter jurídico e legal à cooperativa.

Os documentos consultados e a observação participante realizada no período que vai de junho a dezembro de 2006 atestam que as ações da cooperativa nesse período foram voltadas para:

a) desenvolvimento do trabalho de captação de novos cooperados, o que era feito a partir de reuniões com agricultores familiares nas cidades e distritos do entorno da cidade-sede da cooperativa. Esta atividade tinha por objetivo adequar a cooperativa às exigências formais para a assinatura de um contrato de fornecimento de oleaginosas para uma empresa privada produtora de óleo vegetal para posterior transformação em biodiesel, que exigia o fornecimento de um grande volume de oleaginosas de forma intermitente;

b) formação das bases operacionais de funcionamento da cooperativa, por meio da contratação de técnicos e outros colaboradores, aquisição de máquinas e equipamentos, bem como de espaço físico para funcionamento da instituição.

Naturalmente que tais ações demandaram recursos financeiros que a cooperativa ainda não possuía. Porém, pela influência do Deputado/Presidente, tais recursos foram obtidos mediante empréstimos contraídos junto a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do estado da Bahia. Dessa forma, em 31 de março de 2007, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária para a apresentação e aprovação ou não das demonstrações contábeis e financeiras do período encerrado em 31 de dezembro de 2006. Na ocasião, os exatos 80 participantes presentes aprovaram por unanimidade um prejuízo financeiro, despesas maiores que as receitas, no valor de R\$ 244.225,98 (duzentos e quarenta e quatro mil, duzentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos).

Esse prejuízo, justificado pelos gestores da cooperativa como gastos aplicados no processo de criação, organização e preparação da entidade para o desempenho das suas atividades, que deveria, pelas regras estatutárias, ser suportado pelos cooperados, foi incorporado ao patrimônio da cooperativa, para ser compensado com possíveis resultados positivos futuros.

No final do ano de 2007, a COOPAF contava com quase 4 mil cooperados, e parte deles já produzia, como já faziam antes, e comercializavam, agora com a cooperativa, grãos de mamona, recebendo por esse fornecimento o valor por sacas de sessenta quilos praticado pelo mercado.

Com contrato de fornecimento das oleaginosas firmado com uma grande empresa com atuação estadual, no ano de 2007, os dados levantados nas demonstrações contábeis da cooperativa indicavam apuração das receitas por venda

de oleaginosas no valor de R\$ 2.626.494,64 (dois milhões, seiscentos e vinte e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos), das quais R\$ 1.778.813,54 (um milhão, setecentos e setenta e oito mil, oitocentos e treze reais e cinquenta e quatro centavos) foram pagos aos agricultores familiares, cooperados, pelo fornecimento de oleaginosas.

Ainda assim, naquele ano, foram apuradas perdas, quer dizer, prejuízos (total de receitas por vendas, menor que o total das despesas) no valor de R\$ 109.338,41 (cento e nove mil, trezentos e trinta e oito reais e quarenta e um centavos), mais uma vez aprovado por votação em Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com as regras estatutárias, sem que os cooperados, entretanto, tivessem, mais uma vez, suportado financeiramente aquele prejuízo, optando-se novamente para a sua reposição quando da ocorrência de ganhos futuros.

Como determinado pela Lei que criou o selo Combustível Social, a inserção dos agricultores familiares na Política Pública de minoração da pobreza, por meio da aquisição de matérias-primas para a produção do biodiesel, incluía a prestação de assistência técnica a esses agricultores, além da garantia de aquisição de toda a produção a preços de mercado, como já relatado anteriormente.

Até 2007, esse serviço de assistência técnica aos agricultores familiares cooperados da COOPAF era executado por técnicos de outras empresas contratadas para esta finalidade. A partir de 2008, por meio de alteração estatutária, a entidade ampliou seus objetivos sociais, passando também a prestar serviços de assistência técnica para seus cooperados e para outras entidades inseridas na Política Pública, bem como passou a adquirir outros produtos fornecidos pelos cooperados: mel, queijo, biscoitos artesanais feitos de mandioca, para fornecimento à Companhia Nacional de Alimentos (CONAB), em atendimento ao programa de merenda escolar. A intenção era de aumentar suas receitas e agregar outras atividades, inserindo novos cooperados – técnicos agrícolas – ao seu quadro de associados. Ainda assim, o valor das receitas (vendas e prestação de serviços) da entidade no ano de 2008 foi menor que aqueles alcançados em 2007, apesar da obtenção de ganhos e lucros como resultado final, diferentemente dos anos anteriores. Naquele ano de 2008, a cooperativa produziu receitas da venda de grãos no valor de R\$790.378,80 (setecentos e noventa mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos); receitas da prestação de serviços no valor de R\$179.538,25 (cento e setenta e nove mil, quinhentos e trinta e oito reais e vinte e cinco centavos); e receitas do Convênio

CONAB no valor de R\$356.489,59 (trezentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), perfazendo o montante de receitas no valor de R\$1.326.406,54 (um milhão, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos), dos quais R\$205.269,42 (duzentos e cinco mil, duzentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos) foram pagos aos cooperados que forneceram oleaginosas naquele ano.

Conforme as Demonstrações Contábeis e Financeiras de 2008, foram obtidos ganhos financeiros no valor de R\$431.362,16 (quatrocentos e trinta e um mil, trezentos e sessenta e dois reais e dezesseis centavos), efetivamente utilizados para a amortização das perdas (prejuízos) dos anos anteriores. A queda na geração das receitas do mesmo ano foi atribuída, pelo Conselho de Administração da entidade, à queda nas vendas de grãos em função da quebra da safra em decorrência das condições climáticas adversas no período. Entretanto, as observações *in loco* realizadas durante aquele ano e a pesquisa documental indicaram que a redução da receita estava relacionada à ruptura do contrato de fornecimento de oleaginosas para a única empresa compradora das oleaginosas (matérias-primas) produzidas pelos agricultores familiares associados à cooperativa.

O acesso, pelo pesquisador, a outros documentos e a sua participação nas reuniões da Diretoria mostrou que a ruptura contratual acima referida foi consequência do descumprimento, na forma contratual, de fornecimento de oleaginosas. Assim, além de perder essa fonte de receita, a entidade ficou obrigada à devolução de recursos financeiros antecipadamente recebidos da empresa produtora do óleo.

A partir do ano 2009, a COOPAF firmou contrato de fornecimento, inicialmente com a empresa Bio-Óleo e, posteriormente, com a Petrobras, processadora e distribuidora de biodiesel no país. Naquele ano, a COOPAF obteve um volume total de receitas no valor de R\$20.659.774,15 (vinte milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, setecentos e setenta e quatro reais e quinze centavos), dos quais R\$18.343.597,00 (dezoito milhões, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e sete reais) foram provenientes da venda de oleaginosas. Desse volume de receitas oriundas da venda de grãos, R\$16.697.774,33 (dezesseis milhões, seiscentos e noventa e sete mil, setecentos e setenta e quatro reais e trinta e três centavos) foram pagos aos cooperados – agricultores familiares – pelo fornecimento de oleaginosas. Daquele montante de receitas, foi obtido o valor de R\$1.724.438,01 (um milhão, setecentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais e um

centavo) como ganhos (lucros), que, mais uma vez, contrariando as regras estatutárias, não foi oferecido à distribuição entre os cooperados, naturalmente que por decisão destes.

No ano de 2010, mantido o contrato de fornecimento de oleaginosas com a Petrobras, os resultados financeiros alcançados pela COOPAF indicaram, conforme documentos contábeis, a geração de receitas no valor total de R\$30.152.547,46 (trinta milhões, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e seis centavos). E, desta receita, R\$23.215.000,00 (vinte e três milhões, duzentos e quinze mil reais) foram resultantes da venda de oleaginosas, tendo sido repassado aos agricultores familiares, como pagamento pelo fornecimento dos grãos, o valor de R\$16.570.657,20 (dezesesseis milhões, quinhentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e vinte centavos). Naquele ano de 2010, a COOPAF obteve um ganho (lucro) no valor de R\$2.958.296,45 (dois milhões, novecentos e cinquenta e oito mil, duzentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), mais uma vez não oferecido para distribuição entre os cooperados. Também em 2010, o Conselho de Administração da entidade apresentou à Assembleia Geral Ordinária o projeto para a aquisição das instalações de um laticínio, já existente no município de Morro do Chapéu, para que a COOPAF ampliasse seus objetivos sociais, passando a produzir derivados de leite a partir de leite de vaca adquirido de novos cooperados. Aprovado por unanimidade aquele projeto, no mesmo ano a cooperativa adquiriu, com pagamento parcelado, um imóvel rural, com instalações completas de um laticínio, passando, desde então, a produzir derivados de leite, especificamente iogurtes, para venda à Secretaria Estadual da Educação para atendimento ao programa de alimentação escolar. Ainda no ano de 2010, a COOPAF foi notificada pela Petrobras, por conta do não cumprimento de prazos de entrega de oleaginosas, que teriam sido objeto de pagamentos antecipados. Nessa notificação, conforme documentos consultados, a empresa suspendia a compra de oleaginosas à cooperativa e requeria a entrega dos produtos contratados e pagos ou a devolução intempestiva dos recursos pagos pelo fornecimento.

Por esta razão, e uma vez que a entidade não conseguiu regularizar o fornecimento de matérias-primas junto à Petrobras nem devolver os recursos já recebidos para aquele fornecimento, o ano de 2011 apresentou resultados pífios em relação aos dois anos imediatamente anteriores. Naquele mesmo ano, a receita total apurada pela cooperativa foi de R\$2.731.058,59 (dois milhões, setecentos e trinta e

um mil, cinquenta e oito reais e cinquenta e nove centavos), dos quais apenas R\$686.532,50 (seiscentos e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), oriundos da venda de oleaginosas, com um repasse de R\$1.158.472,75 (um milhão, cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e cinco centavos) para os cooperados fornecedores de leite e oleaginosas e, pelo aumento considerável das despesas, explicado no tópico seguinte, foi apurado uma perda (prejuízo) no valor de R\$6.449.306,65 (seis milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trezentos e seis reais e sessenta e cinco centavos), que, em conformidade com o Estatuto Social, deveria ser suportado proporcionalmente entre os cooperados. Mais uma vez, não foi.

Na Assembleia Geral Ordinária que aprovou os Resultados Financeiros e Contábeis do ano de 2011 e contou com a presença de mais de trezentos cooperados, foi eleita uma nova diretoria e autorizada a realização de uma Auditoria, seguida de perícia, a fim de apurar o crescimento desproporcional das despesas e as razões para o não cumprimento do contrato de fornecimento com a Petrobras.

Além dos aspectos administrativos e financeiros relatados acima, que até certo ponto indicam incremento de renda no município de Morro do Chapéu, sede da COOPAF, e a repercussão dessa entrada de recursos como renda dos cooperados, é conveniente relatar que, na perspectiva da pobreza, as ações da COOPAF parecem ter contribuído em alguns aspectos para a inclusão social relacionada à pobreza multidimensional, estudada e demonstrada por Amartya Sen (1976, 1983a, 1983b, 2000, 2001).

Tal elucubração é feita tomando como base o fato de que toda a administração da cooperativa foi sempre realizada com a participação ativa de parte significativa do quadro de cooperados. Além disso, o relato deles, como demonstrado adiante, traduz ações que indicam capacidade de executar escolhas em uma estrutura, a cooperativa e as suas comunidades, a partir de uma nova realidade social e econômica propiciadas pelas ações da COOPAF enquanto braço executor da Política Pública de inclusão social a partir do uso do biodiesel com certificado social.

5 INFORMAÇÕES SOBRE A POBREZA E A NECESSIDADE DE INCLUSÃO SOCIAL NO ESTADO DA BAHIA E NO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU

Para alguns autores, como Alencastro (2000), as disparidades econômicas e sociais, persistentes historicamente no Brasil em relação a alguns dos demais países da América do Sul, seriam consequência do modelo de colonização executado por Portugal a partir do Tratado de Tordesilhas assinado em 1494, o qual dividia as terras da América do Sul em propriedade de portugueses e espanhóis, sorrateiramente burlado pelos portugueses, e, portanto, em tudo diferente do modelo colonizador espanhol.

As críticas à colonização portuguesa no Brasil são vistas, também, por se constatar a adoção da estrutura social baseada em estamentos, característica de Portugal, a qual

[...] ao contrário da classe, [...] não vingam a igualdade das pessoas – o estamento é, na realidade, um grupo de membros cuja elevação se calca na desigualdade social. À abertura das classes, para as quais basta a dotação de meios econômicos ou de habilitações profissionais para integrá-las, opõe-se a tendência à exclusão dos recém-vindos, dos *parvenus*, não raro aceitos na camada senão depois de mais de uma geração. A entrada no estamento depende de qualidades que se impõem, que se cunham na personalidade, estilizando-lhe o perfil. Os estamentos florescem, de modo natural, nas sociedades em que o mercado não domina toda a economia, a sociedade feudal ou a patrimonial. (FAORO, 2001, p. 61).

Diferentemente da maioria dos demais países colonizadores europeus, esse sistema teria mantido um modelo de produção baseado em um identificado feudalismo tardio. Para autores como Alencastro (2000) e Pedrão (2003), com o apoio condicional da Igreja Católica, na sua ânsia de ampliar a riqueza econômica das suas empresas comerciais travestidas de redentoras de almas humanas, os nossos colonizadores portugueses praticaram aquele feudalismo tardio, visto estarem baseados no trabalho escravo calcado em

[...] um mercantilismo de tipo inferior, que se contentava com a exploração colonialista e não evoluía no sentido do protecionismo da indústria nacional como fizeram os Estados Inglês e Francês. Em consequência, durante toda a era do mercantilismo, atuou Portugal como especialista no comércio de intermediação internacional, no *carrying trade*, que retirava o capital de apoio ao trabalho produtivo do próprio país e o desviava para o estímulo à produção em outros países. (GORENDER, 1978, p.122).

Dessa forma, o Brasil é o herdeiro, no cone sul do planeta, de um modelo de desenvolvimento, como o Portugal antigo, baseado e mantido como um sistema

alimentado com a pobreza de determinadas regiões que, por consequência, vão enriquecer outras, contribuindo com as chamadas, hoje, disparidades regionais.

Como resultado deste modelo de política desenvolvimentista, descreve Spinola (2009), vamos vivendo, no Brasil, a ocorrência de bolsões de desenvolvimento econômico, localizados pontualmente em certas regiões e rapidamente transferidos para outras pela exaustão dos meios de produção, sendo essas regiões, então, transformadas e usadas como fornecedoras de mão de obra barata para uma nova produção de bens exportáveis. Exemplo disso é a política nacional de implantação de fábricas, as mais diversas, e, dentre essas, as montadoras de veículos e suas empresas satélites, fora das Regiões Sul e Sudeste, cuja produção daí gerada é exportada para os demais estados da federação, inclusive aqueles do Sul e do Sudeste.

É dentro desta lógica que se fez a análise sobre a pobreza regional do estado da Bahia.

5.1 A POBREZA NO ESTADO DA BAHIA

Para a análise da pobreza no estado da Bahia, dentre outras fontes estatísticas e históricas, recorreu-se aos levantamentos divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), produzidos e publicados em 2011 (CASTRO NETO; ALVES, 2011), e também de dados censitários do ano de 2010 disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além daqueles levantados dos microdados regionais obtidos do Censo de 2010.

Diferentemente da linha de pobreza abordada neste trabalho de pesquisa, a linha multidimensional, os dados em análise com relação à pobreza no estado da Bahia têm como fundamento teórico apenas a abordagem do fenômeno desde a precariedade/ausência de renda da população, ensejando sua erradicação, a partir da aplicação de Políticas Públicas compensatórias. Ainda assim, os dados representam uma das facetas do estado de pobreza da região, quantitativamente.

Desde a descoberta do Brasil até o ano de 1763, a Região Nordeste do Brasil e a Bahia, em particular, dominaram, segundo Spinola (2009), o “cenário político e econômico brasileiro”.

Como se sabe, o primeiro produto de exploração comercial do colonizador português foi o pau-brasil, por falta da descoberta das cobiçadas minas de ouro que os silvícolas, encontrados em solo pátrio, teriam ensaiado a existência.

Quando, em março de 1549, Salvador se transforma na sede do Governo Colonial, o estado da Bahia já despontava como um grande centro produtor de açúcar. De fato, o Brasil do século XVI, sob o domínio português do qual a Bahia era a sede e principal centro urbano industrial, político e administrativo, por força da política colonizadora, estava totalmente fundamentado na indústria açucareira, cujas produções, informa Spinola (2009, p. 35), “eram canalizadas inicialmente para os holandeses e, a partir do século XVIII, para os ingleses”.

Ora, até o ano de 1763, todos os dados sobre o desenvolvimento econômico do Brasil Colônia ratificam o sucesso da produção industrial brasileira e, em especial, do seu principal polo produtor, a Bahia, após a sua descoberta, desde o ciclo do pau-brasil até o ciclo do café no final do século XVIII e início do século XIX. Porém, a produção obtida da apropriação dos recursos naturais da Colônia era transferida integralmente para a coroa portuguesa e, às vezes, sem desembarcar em Portugal, tinha como destino primeiro a Holanda e depois a Inglaterra. Neste quadro da produção colonial brasileira, qual a condição socioeconômica da população regional?

Geograficamente, a população brasileira no século XVI estava distribuída, principalmente, por toda a costa baiana e litoral nordestino e toda a atividade econômica era baseada no plantio e colheita da cana-de-açúcar para a produção de açúcar com mão de obra escrava.

Desta forma, os dados para análise da pobreza populacional baiana neste período esbarram na ausência de instrumentais censitários capazes de fornecer elementos comparativos, uma vez que somente no início do século XIX é que tais instrumentos começam a incorporar procedimentos sistemáticos de apuração do número e perfil populacional.

Entretanto, esforços isolados eram empreendidos para a mensuração populacional, principalmente por questões de defesa das cidades e dos constantes conflitos bélicos pela posse e apreensão de indígenas para serem usados como escravos e domínio territorial. Um desses esforços encontra-se arquivado na Biblioteca Real da Ajuda, em Portugal, com data de 1792, indicando que a população da Bahia estava assim distribuída (Tabela 2):

Tabela 2 – Dados da população de formação urbana do estado da Bahia em 1782 (Com a grafia original)

Cidade – Villa – Povoação	Almas
Villa Alcobaça (Porto Seguro)	420
Villa Prado (Porto Seguro)	589
Villa de Porto Seguro	3.394
Villa de São Jorge dos Ilheos	2.000
Cidade da Bahia (Salvador)	20.000
Itaparica	2.000
Villa Cachoeira	3.000
São Felix	2.000
TOTAL	33.430

Fonte: Biblioteca da Ajuda, Portugal (1782 *apud* ANDRADE, 1986).

Como se pode observar, os dados não são suficientes para aprofundamentos analíticos quanto à situação da pobreza do estado no período. Afinal, dos números expostos, qual a quantidade de europeus, negros, índios, entre outros?

Porém, o século XIX vai propiciar dados suficientes para o entendimento das razões para o início e persistência da situação de pobreza no estado da Bahia. Dois expoentes das pesquisas (PEDRÃO, 2003; SPÍNOLA, 2009) dos antecedentes socioeconômicos ocorridos na Bahia que podem ter contribuído para o surgimento e a manutenção da pobreza, desenvolvem uma rica abordagem sobre as origens e as características das ocorrências econômicas no estado.

Para Pedrão (2003), o estado de pobreza da Bahia desde o século XIX teria sido motivado pela atuação desorganizada da produção econômica mercantilista com o uso da força laboral escrava, aliada à fragilização da indústria baiana e à interação incerta desta com a agricultura. Por essa razão, o autor afirma que

Ela, **a pobreza**, é fruto de diferentes processos convergentes que a transformam em um quadro complexo persistente e, mais ainda, agravante: há uma pobreza ancestral, dos escravos, dos índios e dos demais dominados; e uma pobreza causada pelo modo como se produziu e como se produz a riqueza e como se selecionam as pessoas que participam da produção e do consumo. (PEDRÃO, 2003, p. 238, grifo nosso).

No lado oposto das condições socioeconômicas que engendraram as condições para a persistência da pobreza no estado, o autor indica que o processo de produção da riqueza na Bahia tem sido caracterizado, desde então, pelos processos

de concentração tanto da propriedade quanto sob o aspecto regional e pela reprodução das desigualdades sociais.

Com base nas afirmações deste autor, Lacerda (2009, p. 88-9) afirma que

[...] todos os indivíduos pertencentes ao setor de subsistência da economia, que sempre constituiu parte expressiva da população baiana, foram excluídos desse processo. Como consequência, essas (concentração e desigualdade) também são características marcantes do ambiente econômico e social do estado, contribuindo para a ocorrência de situações de privações severas entre os indivíduos.

Analogamente ao que pode ser observado para o Brasil, o processo de crescimento da economia baiana foi tardio e regionalmente concentrado. Até a segunda metade do século XX, prevaleceu a forte dependência econômica de poucas *commodities* agrícolas – cacau, fumo e açúcar – cuja produção era limitada às regiões de Ilhéus (no caso do cacau) e do Recôncavo (no caso do fumo e do açúcar). No restante do Estado predominava a pecuária extensiva, de baixa produtividade. Com o enfraquecimento da produção no Recôncavo, a estrutura produtiva de então dependeu fortemente do comportamento do cacau, gerador de divisas despendidas em bens não produzidos internamente. De um modo geral, [...] tinha-se um forte produto de exportação, gerador de significativas divisas que eram direcionadas para outros mercados, e um setor comercial e financeiro importante, destacando-se neste último o Banco Econômico. Apesar disso, a Bahia não se industrializava e boa parte da sua população vivia na miséria.

Ainda segundo Lacerda (2009), somente a partir dos anos 1950 cria-se, no estado da Bahia, um sistema estadual de planejamento, tendo esse sistema contado com a participação governamental central no desenvolvimento de alguns projetos. Concomitantemente à aplicação do sistema estadual de planejamento, ou decorrente deste, constata Lacerda (2009) o aumento do investimento público federal no setor de infraestrutura do estado, traduzidos, principalmente, na construção da hidroelétrica de Paulo Afonso e na construção da estrada Rio – Bahia, a atual BR 116 norte e sul. É desse período também o início da exploração de petróleo no Recôncavo Baiano, acompanhado, posteriormente, da instalação da Refinaria Landulpho Alves.

Porém, afirma Lacerda (2009), somente no final da década de 1960 é que duas ocorrências significativas, (1) a criação do Centro Industrial de Aratu em 1966 e (2) a criação do Complexo Petroquímico de Camaçari em 1972, vão produzir efeitos da desconcentração industrial no estado. Também é nesse período que se verificam as mudanças espaciais ocorridas na Região Metropolitana de Salvador e o crescimento do PIB estadual, alavancados pela política desenvolvimentista desse crescimento econômico.

Portanto, conforme Lacerda (2009), a retração econômica vivida no país nos anos 1980 não teria atingido fortemente a economia baiana, tendo levado a indústria

local à utilização de alternativas, dentre as quais a busca por novos mercados no exterior, decorrente, principalmente, do cenário favorável mundialmente ao setor petroquímico. Nesse mesmo interregno, iniciam-se no estado as operações de metalurgia de cobre (1982), ampliada em 1987 e que vão contribuir também para o desempenho da atividade industrial local.

Para Lacerda (2009), essas características do setor produtivo do estado, especificamente da Região Metropolitana de Salvador (RMS),

[...] resultaram em alta geração de renda, mas baixa geração de emprego direto; elevada dependência da conjuntura econômica nacional e das indústrias produtoras de bens finais; reduzida integração entre as sub-regiões do Estado. (LACERDA, 2009, p. 88-9).

Já Spinola (2009, p. 36), ao realizar seus estudos sobre a economia baiana ao longo do século XX, produz uma análise das variantes cíclicas e os impactos destas na inter-relação com as ocorrências da “conjuntura política e econômica internacional, nacional e estadual e de sua inserção no processo de desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro”. Toda a abordagem desenvolvida pelo autor pretende explicar “o subdesenvolvimento registrado nos dias atuais”.

Para Spinola (2009, p. 37), o declínio econômico regional é iniciado

[...] com a transferência do Governo Geral de Salvador para o Rio de Janeiro em 1763, perdendo a província sua condição de capital política do país e todos os ganhos inerentes a essa condição. Conforme TAVARES (2001), isso se deveu ao fato de o polo de desenvolvimento do Brasil ter saído do Norte/Nordeste, firmando-se no Sudoeste (Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo). A descoberta do ouro nas Minas Gerais e posteriormente o advento do ciclo do café, plantado inicialmente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo, deslocaram o eixo da economia, marginalizando para sempre as províncias do Nordeste e do Norte.

Contextualizando as motivações políticas para a transferência da sede do Governo Geral da Bahia para o Rio de Janeiro, vamos identificar a atuação do Marquês de Pombal que, em obediência às diretrizes emanadas do nascente “iluminismo ilustrado”, promove o que ele classificou como uma “reestruturação administrativa da colônia”, que pretendia a centralização do poder. Assim, suas estratégias foram: a) finalização dos processos de incorporação das capitanias hereditárias à coroa; b) promoção de uma ambiciosa urbanização e controle das fronteiras territoriais; c) transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro e favorecimento das melhorias urbanas e novas edificações públicas similares àquelas

existentes em Buenos Aires e nas cidades europeias; d) elevação da Colônia à condição de Vice-Reino; e e) estímulo à incipiente, segundo ele, indústria colonial.

O trabalho analítico de Spinola (2009) sugere que a região teria perdido a trilha do desenvolvimento estadual, a partir das condicionantes históricas supracitadas e, mais especificamente, das condicionantes externas e internas. Estas seriam traduzidas basicamente na atroz capacidade dos Estados Unidos da América, após a hegemonia mundial inglesa, de estender mundo afora o seu sistema de livre iniciativa, que influenciou fortemente as autoridades políticas nacionais, com poder de mando em todo período estudado, como descreve o autor. Com isso, tais apostas socioeconômicas teriam contribuído exemplarmente para a situação de pobreza regional atual.

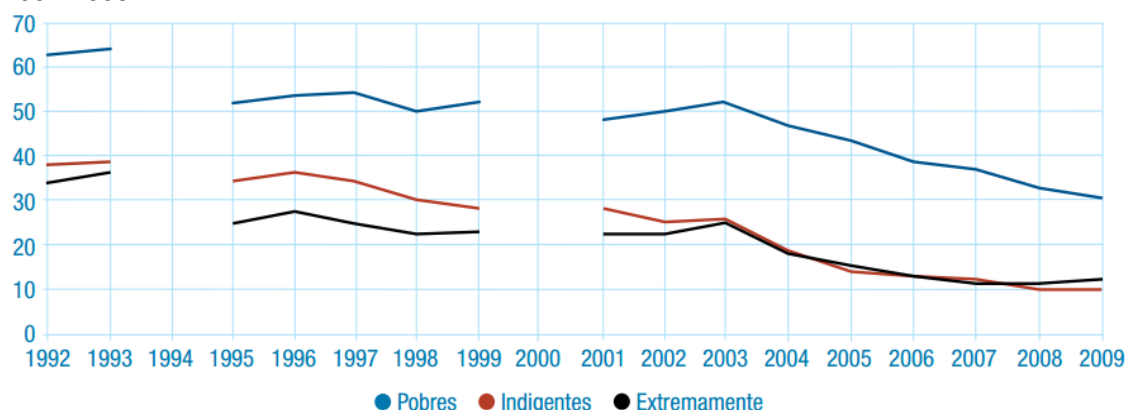
Aliado a esses aspectos, o autor, ao examinar as peculiaridades da pobreza na Bahia, destaca também a singularidade de que

[...] no plano sociológico, é que todos os esforços mobilizados pela catequese jesuítica, objetivando ocidentalizar o negro no curso de uma escravidão cruel, não suprimiu sua cultura ancestral, conservada e transmitida de geração a geração através da história oral. Mas até o ano de 1990, pelo menos, como sequela, o fez acostumar-se com o pouco, num determinismo fatalista que o levou a aceitar pacificamente a pobreza como sendo uma condição (um destino, 'uma sina') dada por Deus e, para a consolidação deste comportamento, contribuiu de forma significativa o papel exercido pela filosofia e evangelização da Igreja Católica, secularmente posta a serviço das classes dominantes. (SPINOLA, 2009, p. 88).

Atualizando a afirmação acima, Spinola (2009) relata que aquele comportamento da população negra vem sendo gradualmente modificado, a partir dos movimentos de afirmação da raça iniciados nos anos 1980.

Com este conjunto de fatores, os indicadores da pobreza no estado da Bahia vão evidenciar este ente federado como o oitavo colocado com maior proporção de pessoas vivendo em estado de pobreza, considerando as características com base na renda que os inclui como pobres, indigentes e extremamente pobres, apesar da tendência de redução desde 2004 dessa pobreza, a partir da implantação de políticas sociais compensatórias (CASTRO NETO; ALVES, 2011), conforme Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2 – Proporção de pessoas em condição de pobreza, indigência e extrema pobreza Bahia – 1992-2009



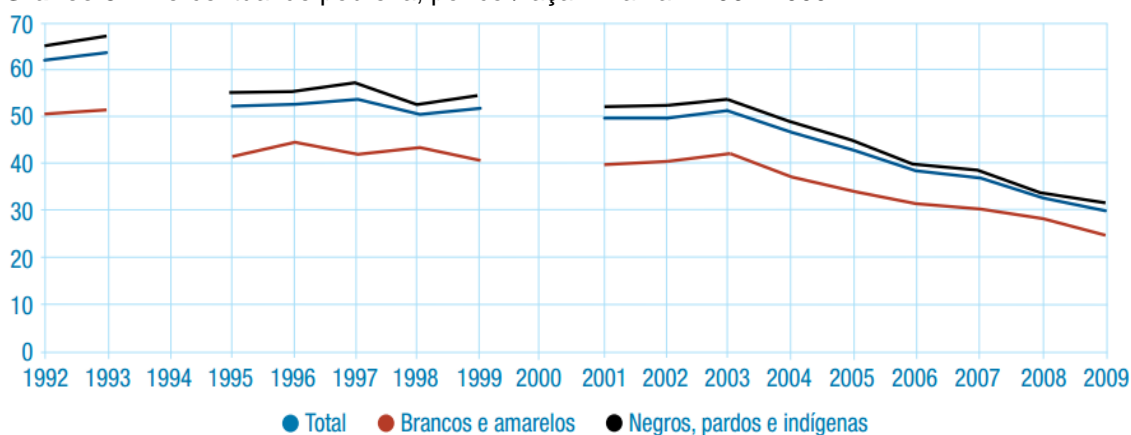
Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI com base nos microdados.

Os números apresentados no Gráfico 2 indicam a redução – na verdade, deslocamento – nos três padrões de pobreza estudados pelos órgãos estaduais de combate ao fenômeno. Contudo, lembramos que, diferentemente da abordagem de pobreza usada nesta pesquisa (abordagem multidimensional), as reduções/deslocamentos apresentadas consideram apenas essas mudanças a partir da variação da renda das famílias estudadas. Ainda assim, em 2009, o estado apresentava o percentual de 11,2% da sua população vivendo em estado de indigência (pessoas com renda domiciliar, *per capita*, inferior a um quarto do salário mínimo vigente).

Quando a análise da pobreza, independentemente do tipo, é feita tomando como variável a raça, obtemos o Gráfico 3, mais adiante, que reforça o argumento relacionado à propalada dívida social do estado para com a raça negra e indígena, detentoras dos maiores contingentes de pobres no estado:

Gráfico 3 – Percentual de pobreza, por cor/raça – Bahia – 1992-2009



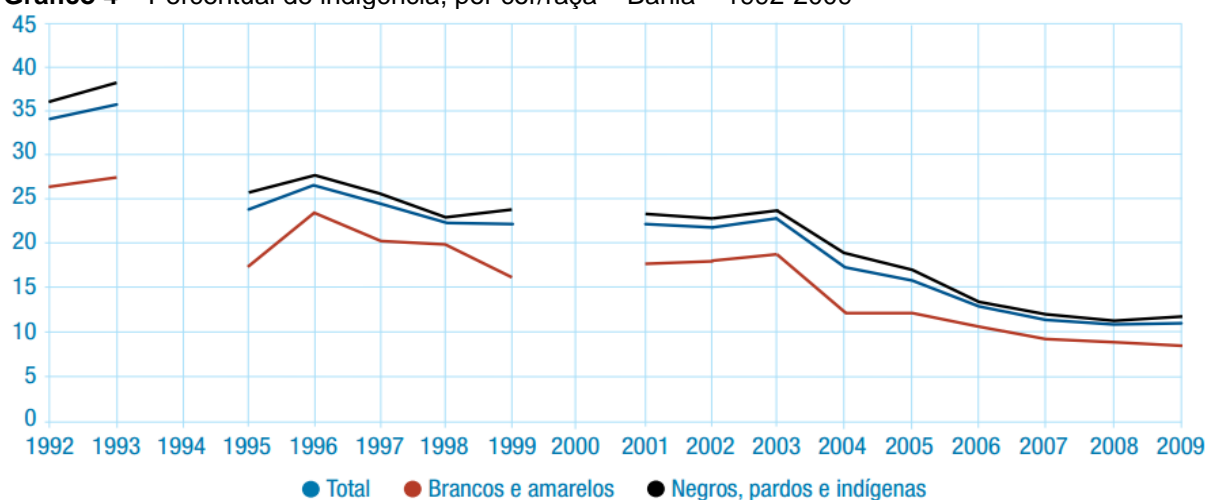
Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI com base nos microdados.

Nesse Gráfico 3, pode-se perceber a tendência de crescimento da população pobre do estado como um todo e particularmente entre os negros, pardos e indígenas no período de 1992 a 1993, e uma curva descendente a partir de 2002, sem indicar mudanças de prevalência da pobreza entre os negros, os pardos e os indígenas.

No contexto de raça e cor, são ainda os negros e os índios os dois maiores grupos de integrantes do conjunto de pobres identificados como indigentes, conforme Gráfico 4:

Gráfico 4 – Percentual de indigência, por cor/raça – Bahia – 1992-2009



Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI com base nos microdados.

Acentuando a condição desprivilegiada das minorias, especialmente os negros e os índios, que, etnicamente, são mais facilmente identificados que os pardos, o Gráfico 4 vem confirmar que, além de este ser o contingente dos mais pobres no estado, também reflete sua maior participação no quantitativo dos considerados indigentes e necessitados da chamada inclusão social.

Quando, na análise da pobreza, define-se como foco a renda obtida pelas famílias, o fenômeno fica mais evidenciado. A leitura da Tabela 3, abaixo, mostra

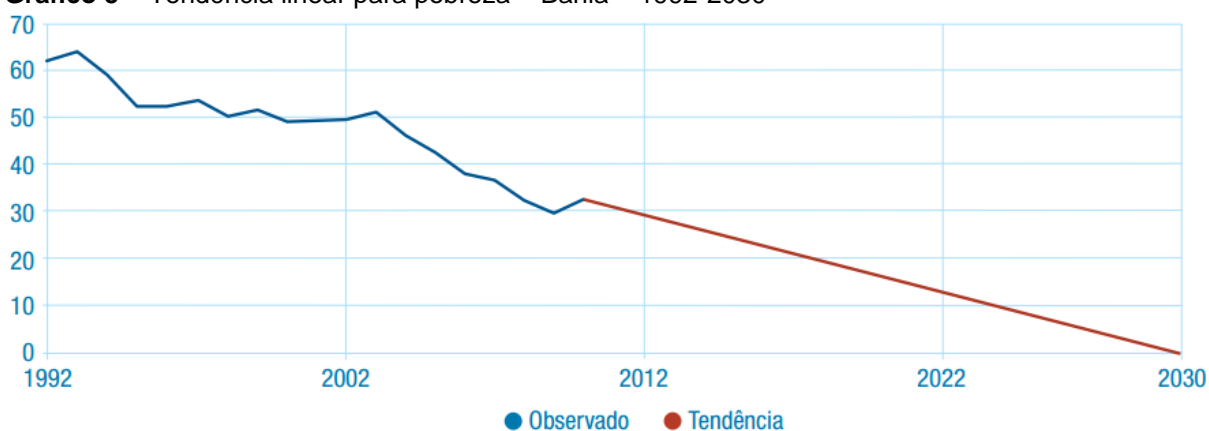
[...] o quanto pobre é desigual no estado. O rendimento médio domiciliar *per capita*, em 2009, era de R\$ 413,51, sendo que, entre os 10% mais pobres, o valor correspondia a R\$ 38,41. Constatase que a apropriação dessa classe não chega a 1% do total do rendimento, sendo que os 10% mais ricos apropriam 44,9%. O valor médio recebido pelos 10% mais “ricos”, era, em 2009, de R\$ 1.858,01 de renda domiciliar *per capita*, um valor 48.4 vezes maior que o rendimento dos 10% mais pobres. (CASTRO NETO; ALVES, 2011, p. 5).

Tabela 3 – Distribuição do Rendimento Familiar per capita, Bahia – 2009

Decil	Média (R\$)	% apropriado da renda total	% apropriado acumulado
1º	38,41	0,9	0,9
2º	88,47	2,1	3,1
3º	126,60	3,1	6,1
4º	162,61	3,9	10,1
5º	209,50	5,1	15,1
6º	260,24	6,3	21,4
7º	332,25	8,0	29,5
8º	439,17	10,6	40,1
9º	619,66	15,0	55,1
10º	1.858,01	44,9	100,0
Total	413,51	100,0	

Fonte: IBGE – PNAD (2009).

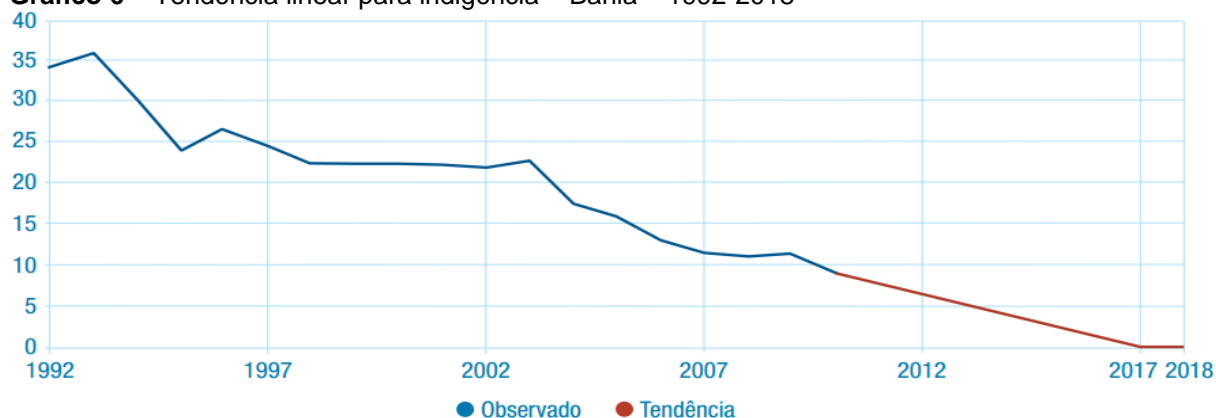
Na perspectiva das Políticas Públicas compensatórias de rendas, levadas a efeito pelos governos estaduais, e considerando que sejam ações de Estado e não de governos, as projeções estatísticas apontam para a erradicação da pobreza total em 2030, demonstrada a evolução de sua redução conforme o Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 – Tendência linear para pobreza – Bahia – 1992-2030

Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI.

Quando a projeção é feita levando-se em consideração a erradicação da pobreza relacionada à indigência, verificamos que, *ceteris paribus*, ela estaria extinta no ano de 2018, conforme o Gráfico 6.

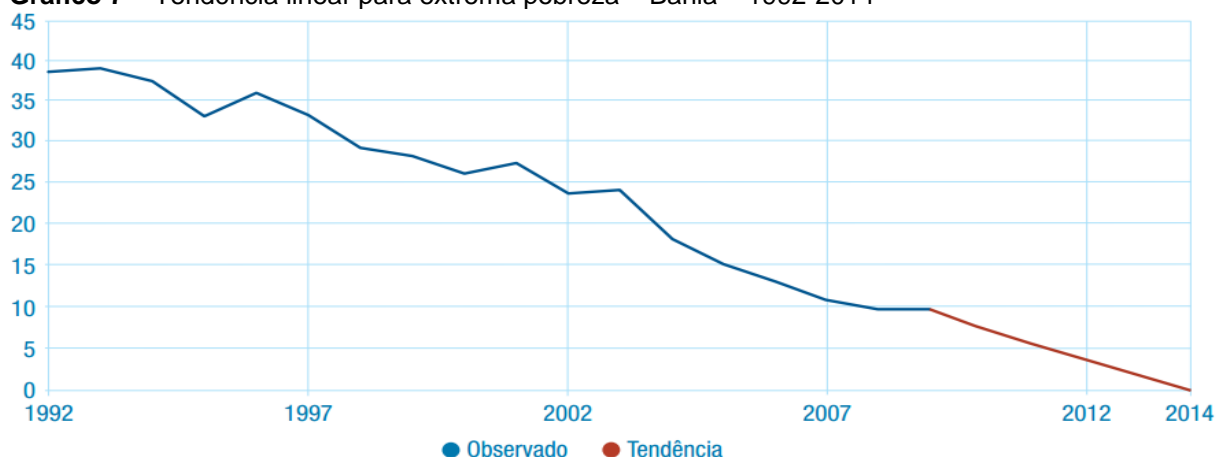
Gráfico 6 – Tendência linear para indigência – Bahia – 1992-2018

Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI.

Já para a extrema pobreza, pode-se verificar um elevado grau de ajuste (R^2 de 0,96), significância dos coeficientes, e uma equação linear correspondente a $Y = 43,5 - 1,90 X$. O coeficiente angular negativo evidencia que, quanto mais longínquo o tempo, menos é o nível de extrema pobreza. Em 2010, a proporção de pessoas vivendo com menos do que R\$66,00 (de 2009) mensais na Bahia seria de 7.2%, chegando a zero em 2014. É importante frisar a limitação dessa previsão, que considera tão somente a tendência da série, excluindo da análise fatores preponderantes para o desempenho de ganhos (ou perdas) em rendimento da população mais pobre. (CASTRO NETO; ALVES, 2011, p. 7).

O Gráfico 7 demonstra o percurso dessa tendência.

Gráfico 7 – Tendência linear para extrema pobreza – Bahia – 1992-2014

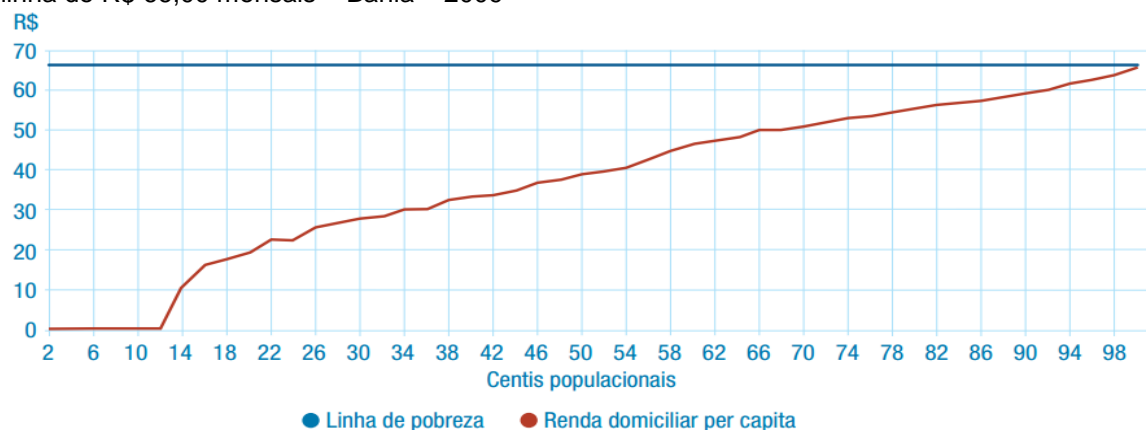
Fonte: IBGE – PNAD, World Bank.

Nota: Cálculos da SEI.

Ainda sob a lógica da pobreza analisada pela ótica de mensuração deste fenômeno a partir, somente da variável renda, os técnicos da SEI (CASTRO NETO; ALVES, 2011) mostram, graficamente, para comparação, o espaço intervalar, em

termos monetários, da distância entre as pessoas extremamente pobres em relação àquelas pessoas que sobrevivem com até R\$66,00 mensais.

Gráfico 8 – Distância em termos monetários das pessoas em condição de extrema pobreza da linha de R\$ 66,00 mensais – Bahia – 2009



Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI com base nos microdados.

Para os técnicos da SEI, o Gráfico 8 evidencia, percentil populacional, a distância dos extremamente pobres em relação à linha que os caracteriza. A linha azul é a de extrema pobreza (R\$66,00) e a vermelha mostra o rendimento domiciliar mensal *per capita* percentil da população. Até os 12% mais pobres (dos extremamente pobres), o rendimento domiciliar médio é zero, com hiato, evidentemente, de R\$66,00 (CASTRO NETO; ALVES, 2011).

A Tabela 4, a seguir, apresenta a diferença média da renda dos extremamente pobres para a linha de pobreza, o quantitativo da população extremamente pobre e o valor total mensal e anual necessário para tirar todos da condição em que vivem, caso cada um receba, adicionalmente, exatamente sua diferença em relação à linha de extrema pobreza.

Tabela 4 – Estimativas para erradicação da extrema pobreza na Bahia

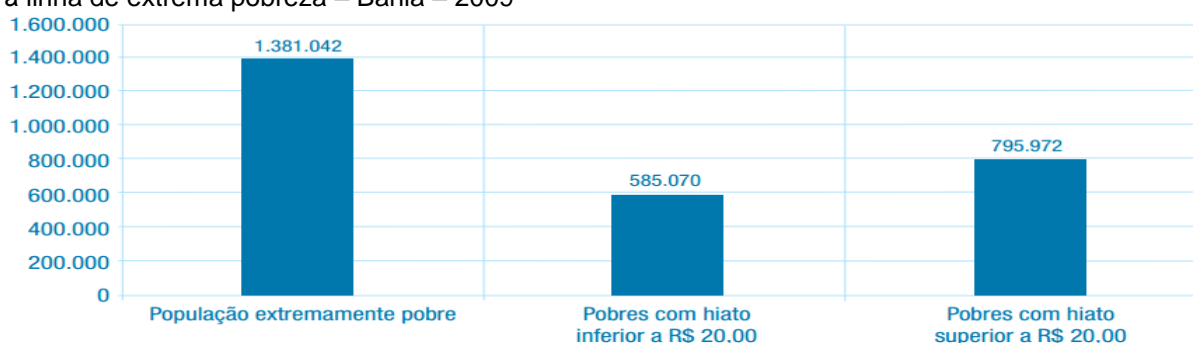
	Hiato da pobreza em milhões de reais mensais	Hiato per capita (R\$)	População abaixo da linha	Valores anuais, em milhões de reais, necessários para erradicar a extrema pobreza
Linha de R\$ 66,00 (conforme critério do Banco Mundial de US\$ 1,25 PPC diários)	39,1	28,31	1.381.042	469,2

Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI.

Sobre o desenvolvimento de Políticas Públicas alternativas para erradicar a pobreza extrema, que, na Bahia, alcançava 9,8% em 2009, equivalentes a 1,38 milhões de baianos, os técnicos da SEI (CASTRO NETO; ALVES, 2011) apuraram que, desse contingente de pobres extremos, 796 mil deles se distanciavam em mais de R\$20,00 da linha da pobreza. Assim, concluíram que o aporte de R\$20,00 na renda de cada um destes pobres extremos permitiria a exclusão de 585 mil baianos da condição de pobres extremos, situação mostrada no Gráfico 9.

Gráfico 9 – População extremamente pobre total e com hiato superior e inferior a R\$ 20,00 em relação à linha de extrema pobreza – Bahia – 2009



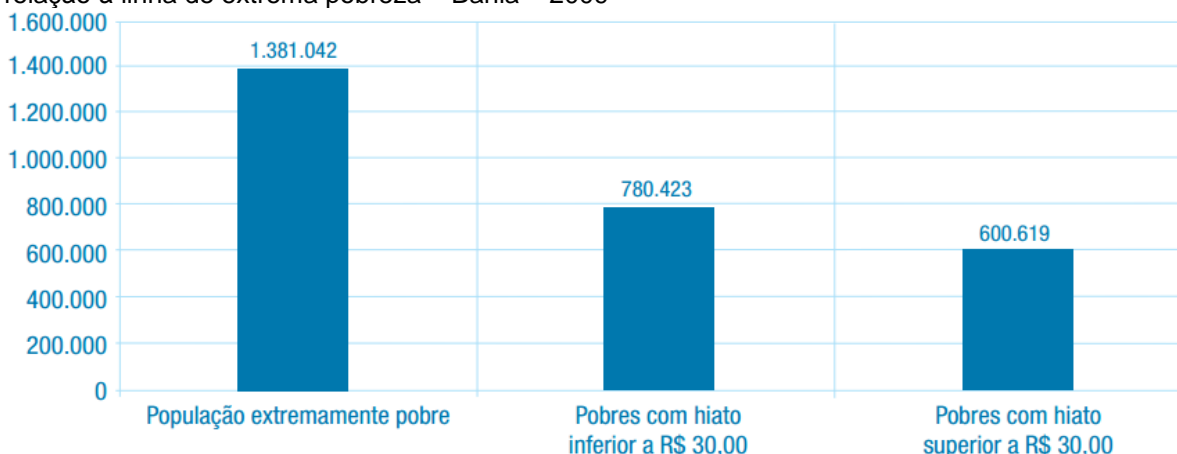
Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI.

O custo estimado na aplicação dessa Política Pública seria de, aproximadamente, R\$27,6 milhões mensais e R\$331,5 milhões anuais. Se, entretanto, o aporte na renda daquele grupo fosse de R\$30,00, diferentemente dos R\$20,00 propostos, o impacto deste incremento na renda proporcionaria a saída de 780 mil pessoas da linha de pobreza extrema, a um custo anual de R\$497 milhões.

Nessa perspectiva teríamos o seguinte gráfico da pobreza extrema na Bahia (Gráfico 10):

Gráfico 10 – População extremamente pobre total e com hiato superior e inferior a R\$ 30,00 em relação à linha de extrema pobreza – Bahia – 2009

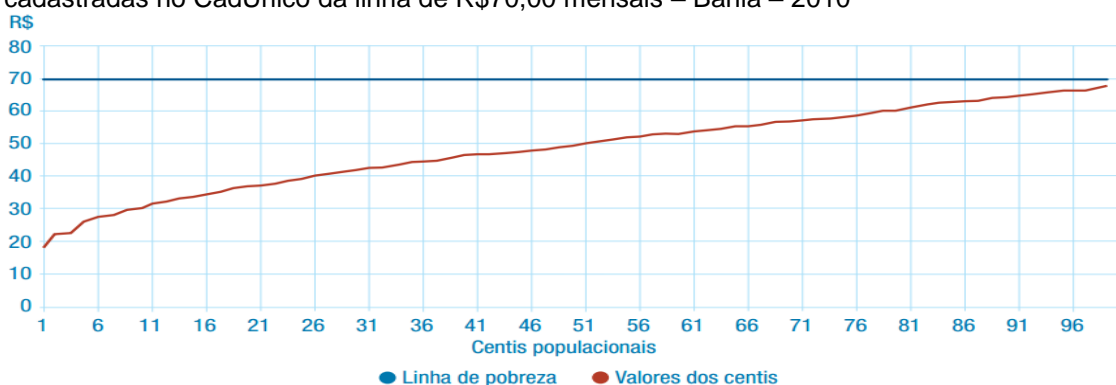


Fonte: IBGE – PNAD (2009).

Nota: Cálculos da SEI com base nos microdados.

Se essa mesma lógica for aplicada aos indivíduos com hiato superior a R\$30,00, e assim, sucessivamente, até o hiato de R\$70,00, teríamos o Gráfico 11, abaixo:

Gráfico 11 – Distância em termos monetários das pessoas em condição de extrema pobreza cadastradas no CadÚnico da linha de R\$70,00 mensais – Bahia – 2010



Fonte: CadÚnico – MDS (2010).

Nota: Cálculos da SEI com base nos microdados do CadÚnico.

Dessa forma, uma estimativa da erradicação da pobreza extrema na Bahia, por meio dos processos de inclusão social, nos moldes sugeridos pela SEI (CASTRO NETO; ALVES, 2011), está representada na Tabela 5.

Tabela 5 – Estimativas, a partir do CadÚnico, para erradicação da extrema pobreza na Bahia

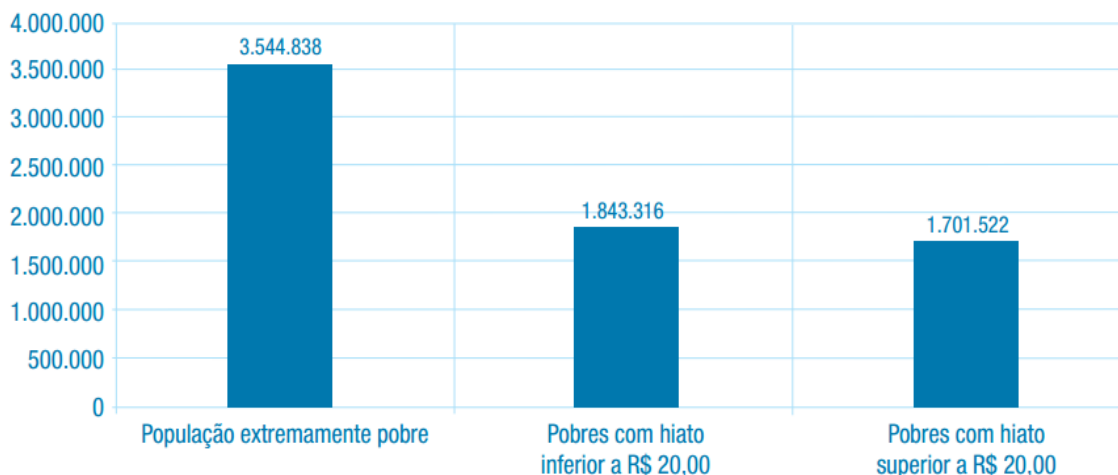
	Hiato da pobreza em milhões de reais mensais	Média do hiato (R\$)	População abaixo da linha	Valores anuais, em milhões de reais, necessários para erradicar a pobreza
Linha de pobreza de R\$ 70,00	74	20,90	3.544.838	888,9

Fonte: CadÚnico – MDS.

Nota: Cálculos da SEI.

Se essas Políticas Públicas fossem aplicadas à situação da pobreza extrema no estado da Bahia, a partir dos dados, ainda não definitivos, levantados no censo de 2010, considerando os hiatos de R\$20,00 e R\$30,00 das populações contidas no universo dos integrantes do grupo dos que sobrevivem em pobreza extrema, teríamos as seguintes situações gráficas (Gráficos 12 e 13):

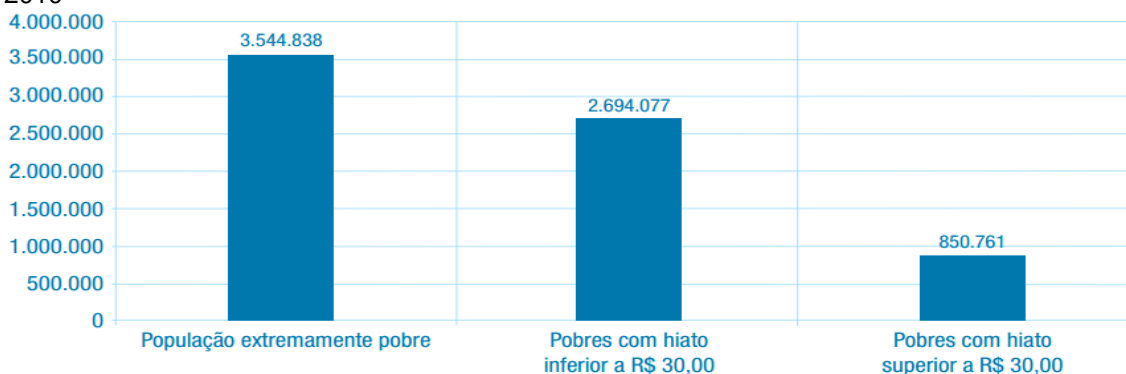
Gráfico 12 – População extremamente pobre na Bahia, total e com hiato superior e inferior a R\$20,00 em relação à linha de extrema pobreza, considerando a base do CadÚnico de junho de 2010



Fonte: CadÚnico – MDS (2010).

Nota: Cálculos da SEI.

Gráfico 13 – População extremamente pobre na Bahia, total e com hiato superior e inferior a R\$30,00 em relação à linha de extrema pobreza, considerando a base do CadÚnico de junho de 2010



Fonte: CadÚnico – MDS (2010).

Nota: Cálculos da SEI.

Apesar da gravidade dos números da pobreza estatística encontrados na Bahia e considerando ainda que a análise desse fenômeno, no âmbito da SEI, foi realizada a partir da mensuração da pobreza com o uso, exclusivamente, da variável renda, somos instados a alertar a pesquisadores em geral e, principalmente, aos mentores de Políticas Públicas de que a análise do fenômeno pobreza sob este viés está muito distante de permitir a compreensão do fenômeno e sua percepção, e para a construção de Políticas Públicas, eficazes e eficientes para o encaminhamento de algumas soluções, ainda que paliativas.

Organismos como a ONU já ensaiam, há alguns anos, a utilização de instrumentos mais amplos para a mensuração da pobreza. Tais instrumentos

incorporam outras e múltiplas variáveis, uma vez que seres humanos não se realizam como tais somente com a satisfação das necessidades materiais de consumo. Seres humanos, nas novas acepções conceituais contemporâneas, demandam, como afirma Sen (2001), capacidades para poder realizar funcionamentos (capacidade de escolhas, por exemplo), o que efetivamente não é necessariamente atendido com o aumento da renda, venha ela de onde vier.

Nesse contexto, apesar da ausência de dados mais confiáveis e disponíveis, sob a perspectiva de análise multidimensional do fenômeno da pobreza recorrente no estado da Bahia, os números apresentados pela SEI (CASTRO NETO; ALVES, 2011) estão muito distantes de retratarem a verdadeira dimensão desta ocorrência, apesar dos já elevados índices encontrados.

Ainda assim, alguns indicadores fornecidos servem para demonstrar o fosso abissal das desigualdades sociais que matizam a população baiana. E o abismo das desigualdades sociais a que nos referimos são estarrecedores e só, talvez, explicados pelos antecedentes históricos dos quais alguns foram apresentados.

5.2 A POBREZA NO MUNICÍPIO DE MORRO DO CHAPÉU

O território baiano, como todo o espaço brasileiro, é dividido tendo como parâmetro determinadas características comuns. Tais características são definidas para permitir leituras socioeconômicas de cidades e regiões, com vistas ao desenvolvimento de Políticas Públicas capazes de reduzir as disparidades sociais mediante o incremento de atividades econômicas a partir de perspectivas desenvolvimentistas. Assim, encontramos tantas divisões territoriais quantas forem as motivações políticas dos organismos planejadores e os ciclos econômicos prevalentes no momento da definição desses territórios, quer no âmbito nacional ou regional.

Como mostrado anteriormente, o desenvolvimento econômico do território nacional foi forjado a partir do modelo econômico implantado pelo colonizador lusitano. Desse modelo econômico, extremamente perverso porque era voltado, exclusivamente, para a dilapidação do patrimônio nacional, sem a preocupação de manutenção de uma produção econômica perene, a expansão territorial do país vai acontecer, então, em atendimento aos anseios expansionistas da Coroa, no afã de retirar da Colônia os produtos que pudessem garantir (1) a riqueza da Corte com seu dispêndio nababesco e, (2) já no século XVIII, o repasse de recursos à Inglaterra,

como garantia de proteção da Corte contra os ataques dos franceses. É neste contexto histórico/econômico que vai acontecendo a interiorização da colonização brasileira.

A área territorial conhecida como Chapada Diamantina (Figura 2) tem sua ocupação socioeconômica resultante da expansão da pecuária no vale do São Francisco e, depois, das descobertas auríferas nas nascentes do rio de Contas, Paramirim e Itapicuru no início do século XVIII. As “bandeiras” exploraram aquelas terras à procura de ouro, pedras preciosas e de índios para escravidão (MDA, 2010, p. 11).

Figura 2 – Municípios que compõem a Chapada Diamantina



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA, 2013).

A cidade de Morro do Chapéu, encravada na zona oriental da Chapada Diamantina, na mesorregião Centro Norte baiana e na microrregião de Jacobina, está a 384 quilômetros de Salvador, a capital do estado. Tem altitude mínima de 1000 e máxima de 1.350 metros, oferece um clima que, mesmo sendo tropical, apresenta

temperaturas que podem chegar a 10 graus centígrados. Seu solo é caracterizado pelo bioma da caatinga e apresenta condições geológicas e clima temperado, com verão ameno e chuvas uniformemente distribuídas, sem estação seca, e a temperatura média nos meses mais quentes não ultrapassa 22 graus centígrados, o que favorece a ocorrência de várias culturas.

Depois de integrar a Comarca de Jacobina, a então localidade de Morro do Chapéu foi elevada à condição de cidade em 8 de agosto de 1909, por efeito da Lei estadual nº. 751. Os dados censitários do ano de 2010, disponibilizados em IBGE (2013), apuraram para o município de Morro do Chapéu uma população residente de 35.164 habitantes, distribuída nos seus 5.742 km² de área territorial, resultando na densidade demográfica de 6,36 habitantes por km². Do total da população municipal apurada, 42,3% habitavam na zona rural.

No ambiente dos estudos econômicos e sociais desenvolvidos por organismos de planejamento regional, nos quais são definidas as variáveis de análise desde os interesses a serem alcançados, encontra-se o município de Morro do Chapéu no rol daqueles detentores de vários índices que os qualificam como pobres, onde, portanto, as desigualdades sociais, e dentre elas aquelas relacionadas ao estado de pobreza, nas suas várias nuances, se consolidam.

Convém observar que os estudos sobre a pobreza no estado da Bahia, segundo Lacerda (2009), estão centralizados na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e nos municípios maiores, com população acima de 200 mil habitantes, excluindo da análise os pequenos municípios, como Morro do Chapéu, por exemplo, que é incluído entre os outros demais municípios, inclusive aqueles com população inferior a 50 mil habitantes.

As Tabelas 6 e 7 mostram o padrão de divisão territorial em relação aos 417 municípios baianos com base na população; ao mesmo tempo informam que dos 417 municípios baianos, 372 possuem população de até 50 mil habitantes, equivalentes, no geral, a 6.726.952 pessoas das 13.950.146 do total populacional do estado. Inversamente, a contribuição desses 372 municípios para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) estadual corresponde a apenas 26%.

Tabela 6 – Distribuição dos Municípios Baianos por número de habitantes – 2006

Grupo de Municípios	Número de Municípios	População total do grupo	Participação (%) na população total do Estado
Região Metropolitana de Salvador	10	3.408.273	24.43
Municípios com mais de 200 mil habitantes ¹	5	1.460.163	10.47
Municípios com número de habitantes entre 100 mil e 200 mil ¹	6	794.872	5.70
Municípios com número de habitantes entre 50 mil e 100 mil ¹	24	1.559.886	11.18
Municípios com até 50 mil habitantes ¹	372	6.726.952	48.22
Bahia	417	13.950.146	100

Fonte: Lacerda (2009), a partir de dados da SEI/IBGE.

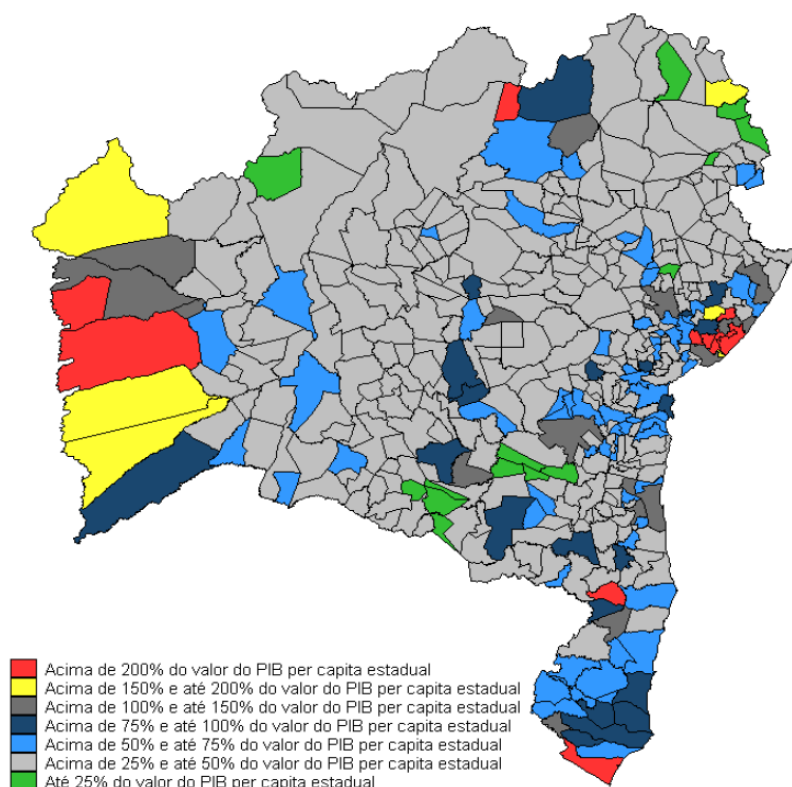
Tabela 7 – Produto Interno Bruto, Produto Interno Per Capita da participação no Produto Interno Bruto estadual, segundo grupos de municípios baianos por estimativa de habitantes em 2005

Grupo de Municípios	Produto Interno Bruto (mil reais)	Produto Interno Bruto <i>per capita</i> anual (reais)	Participação (%) no PIB estadual
Região Metropolitana de Salvador	45.792.495,92	13.667,26	50.35
Municípios com mais de 200 mil habitantes ¹	9.646.639,01	6.690,98	10.61
Municípios com número de habitantes entre 100 mil e 200 mil ¹	5.582.459,38	7.163,89	6.14
Municípios com número de habitantes entre 50 mil e 100 mil ¹	6.294.378,13	4.068,37	6.90
Municípios com até 50 mil habitantes ¹	23.627.020,29	3.528,21	26.0
Bahia	90.942.992,73	6.582,76	100

Fonte: Lacerda (2009), a partir de dados do IBGE/SEI.

Os dados permitem inferir que a situação de pobreza e da necessidade de inclusão social do estado da Bahia está definida geograficamente nas cidades do interior com população de até 50.000 habitantes. A Figura 3 mostra o intervalo do valor do PIB *per capita* dos municípios baianos por número de habitantes.

Figura 3 – Intervalo do valor do PIB per capita dos municípios baianos por número de habitantes

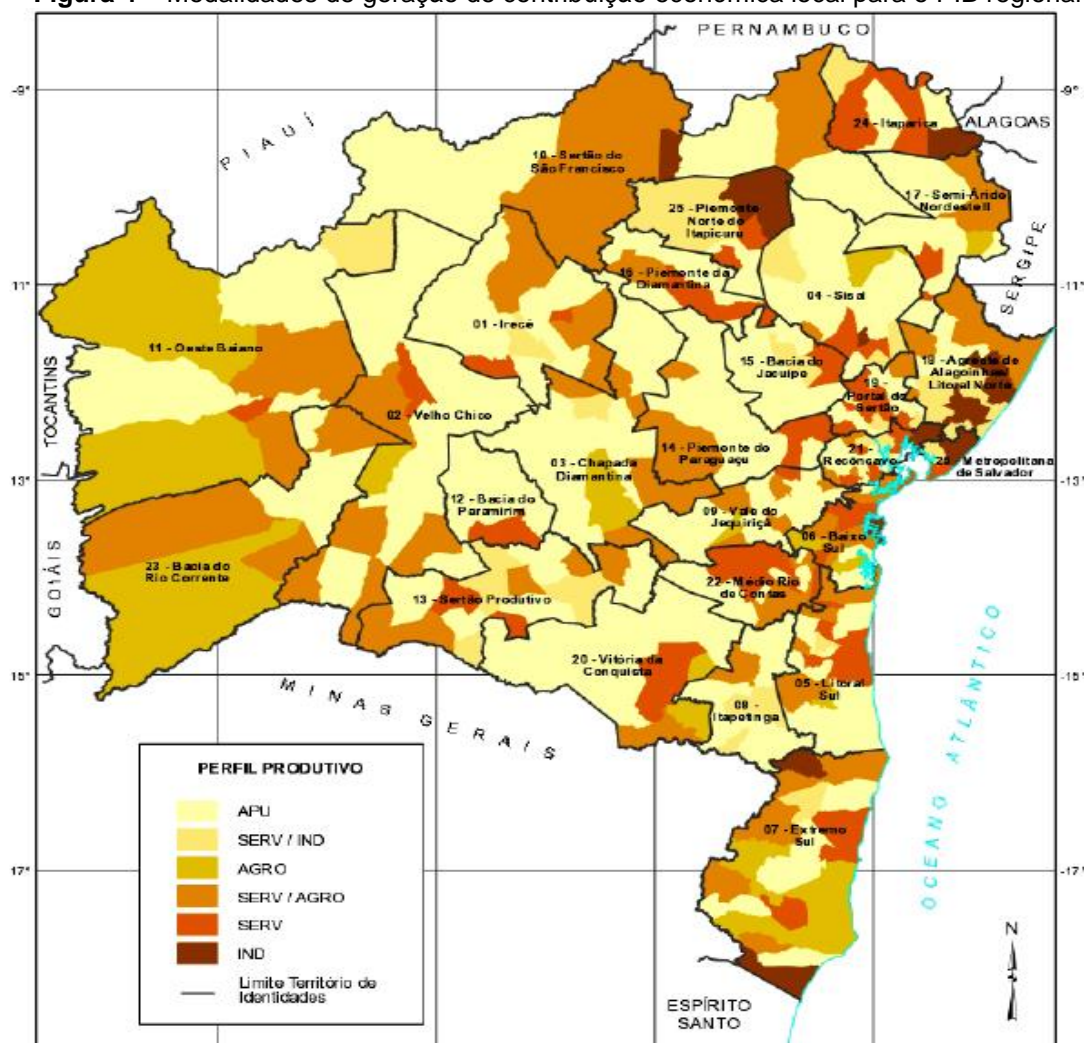


Fonte: Lacerda (2009), a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2007).

A Figura 3 demonstra a distribuição dos valores do PIB *per capita* do estado da Bahia e a disparidade regional ao apresentar regiões que possuem indicadores de PIB com o percentual de 200% acima do estadual, enquanto a maioria dos municípios, notadamente aqueles com até 50.000 habitantes, possuem PIB no montante entre 25% e 50% do apurado pelo estado na sua faixa mais elevada.

Ainda como reforço das condições de pobreza e da necessidade de inclusão social, desde o Produto Interno Bruto *per capita*, mostrado na Tabela 7, demonstra-se a tônica das políticas econômicas estaduais, que são adversas, principalmente, para os municípios baianos cujas populações estão abaixo de 50 mil habitantes, a Figura 4 apresenta as modalidades de geração de contribuição econômica local para o PIB regional, reforçando a situação econômica geral do estado e desses municípios.

Figura 4 – Modalidades de geração de contribuição econômica local para o PIB regional



Fonte: Lacerda (2009), a partir de dados fornecidos pelo IBGE (2007).

Curiosamente, os dados sobre a pobreza no município de Morro do Chapéu, assim como do estado da Bahia, do resto no país e no mundo, teimam em retratar a pobreza como se essa fosse, exclusivamente, um fenômeno provocado pela renda ou a falta desta.

Então, nos defrontamos com uma fartura de dados referentes ao PIB, ao PNB, aos gráficos estatísticos de evolução dos rendimentos populacionais, desde as informações referentes ao crescimento quantitativo e financeiro das atividades econômicas. Em raros momentos, encontramos medidas de outros fatores que impactam e contribuem para o acirramento e manutenção das desigualdades sociais.

Tais dados e análises do fenômeno pobreza por meio dos fatores que promovem a redistribuição ou aumento da renda das populações pobres podem não contemplar todos os aspectos das situações de carências vivenciadas pelo conjunto

da população que forma a base da pirâmide social, mas servem para balizar o limite mínimo diante do qual a própria sobrevivência física torna-se impossível.

A utilização desses índices, do ponto de vista objetivo, parece facilitar a elaboração de Políticas Públicas distributivas, como demonstramos acima, como proposição dos pesquisadores da SEI, para redução do nível de pobreza no estado e eliminação, até 2015, da pobreza extrema no estado da Bahia. Nessa perspectiva, o município de Morro do Chapéu apresenta índices de pobreza elevados. A análise das tabelas acima confirma esta informação.

Efetivamente, as análises atuais sobre a pobreza passaram a incorporar outros fatores para sua determinação, a partir do desenvolvimento da teoria da pobreza multidimensional estudada por Sen (2001), para o qual as situações de pobreza individual ou coletiva, extrema ou não, são o resultado da manifestação de vários fatores que podem ser agrupados nas chamadas *capabilities*, para a realização de funções.

A partir do desenvolvimento dessa teoria, criou-se, como instrumento para mensuração da pobreza, o IDH, por conter entre seus elementos de mensuração outras categorias além da renda. Diante desse contexto, apresentamos abaixo (Tabela 8 e Quadro 4) o conjunto de índices, inclusive o IDH, obtidos a partir dos dados do censo de 2010, realizado pelo IBGE, que demonstram a pobreza do município de Morro do Chapéu. Para tanto, recorreremos às informações sistematizadas e tornadas públicas pelo Portal dos Objetivos do Milênio (ODM) de 2013.

Tabela 8 – Perfil Municipal da Cidade de Morro do Chapéu

Data de instalação	Ano de 1864
População – Censo 2010	35.207 habitantes
Estimativa da população 2012	35.251 habitantes
Crescimento anual da população 2000-2010	0,20 %
Natalidade 2011	585 nascidos vivos
Urbanização – 2010	57,61 %
IDH	0,605
Índice de Gini – 2010	51,65
Área	5.743 km ²
Densidade Demográfica – 2010	6,2 hab./km ²

Fonte: Portal ODM (2013), a partir de dados do IBGE.

Quadro 4 – Situação da pobreza no município de Morro de Chapéu, segundo dados do ODM**Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza e indigência – Morro do Chapéu – 2010**

Neste município, de 2000 a 2010, a proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 reduziu em 27,1%, para alcançar a redução de 50%, deve ter, em 2015 no máximo 30,1%.

Para estimar a proporção de pessoas que estão abaixo da linha de pobreza foi somada a renda de todas as pessoas do domicílio, e o total dividido pelo número de moradores, sendo considerado abaixo da linha de pobreza os que possuem renda per capita até R\$140,00. No caso da indigência, esse valor será inferior a R\$70,00.

Distorção Idade-série no Ensino Fundamental e Médio em Morro do Chapéu – 2012

A distorção série-idade eleva-se à medida que se avança nos níveis de ensino. Entre alunos do ensino fundamental, estão com idade superior à recomendada nos anos iniciais, 19,9% e nos anos finais 44,0%, chegando a 45,7% de defasagem entre os alcançam o ensino médio.

Percentual do Rendimento Feminino em Relação ao Masculino segundo Ocupação Formal e Escolarização em Morro do Chapéu – 2011

Com relação a inserção no mercado de trabalho, havia maior representação das mulheres.

A participação da mulher no mercado de trabalho formal era de 48,7% em 2011.

O percentual de rendimento feminino em relação ao masculino era de 84,7% em 2011, independentemente da escolaridade.

Entre os de nível superior o percentual passa para 66,7%.

Percentual de Crianças Nascidas Vivas por Número de Consultas Pré-natais em Morro do Chapéu – 2011

A proporção de gestante sem acompanhamento pré-natal, em 2011, neste município foi de 5,3%.

As gestantes com 7 ou mais consultas foram 41,7%.

Em 2011, no Município, 98,3%, dos nascidos vivos, tiveram seus partos assistidos por profissionais qualificados de saúde.

Percentual de Crianças Nascidas de Mães Adolescentes em Morro do Chapéu – 2009

O percentual de mães adolescentes era de 28,6%.

Percentual de Moradores com Acesso a Água Ligada à Rede e Esgoto Sanitário Adequado em Morro do Chapéu – 1991 – 2010

Neste município, em 2010, 55,1% dos moradores tinham acesso a rede de água geral com canalização em pelo menos um cômodo e 9,3% possuíam formas de esgotamento sanitário consideradas adequadas.

Fonte: Portal ODM (2013), a partir de dados do Ministério da Saúde e do IBGE.

Complementando os dados do município, o mesmo censo de 2010 indicava que o PIB *per capita* a preços correntes atingia o valor de R\$4.620,89; enquanto o valor do rendimento médio mensal dos domicílios situados na zona rural era de R\$159,00, esse rendimento para os domicílios situados na zona urbana era de R\$235,00.

Uma visão geral, sob a ótica da pobreza multidimensional relativa à situação da pobreza na região da Chapada Diamantina, vai indicar que:

O Território Chapada Diamantina – BA abrange uma área de 30.921,00 Km² e é composto por 24 municípios: Abaíra, Andaraí, Barra da Estiva, Ibitiara, Itaeté, Marcionílio Souza, Morro do Chapéu, Novo Horizonte, Palmeiras, Rio de Contas, Seabra, Souto Soares, Tapiramutá, Utinga, Wagner, Boninal, Bonito, Ibicoara, Iraquara, Jussiape, Lençóis, Mucugê, Nova Redenção e Piatã. A população total do território é de 376.467 habitantes, dos quais 189.114 vivem na área rural, o que corresponde a 50,23% do total. Possui 36.876 agricultores familiares, 3.590 famílias assentadas e 38 comunidades quilombolas. Seu IDH médio é 0,63. (MDA, 2013).

Como se pode inferir dos dados obtidos pelos ODM, apesar de eles indicarem a redução de alguns dos índices que balizam, ou tentam balizar, o estado de pobreza do município, os números apresentados podem até indicar possibilidades estatísticas de redução da pobreza. Mas, como visto, trata-se exclusivamente da pobreza mensurada a partir da renda o que, convenhamos, é insuficiente para dar conta da amplitude e complexidade do fenômeno.

Após a descrição das razões para o estado de pobreza e, nesse contexto, da necessidade de Políticas Públicas de inclusão social, no Brasil, no estado da Bahia e na região de Morro do Chapéu, apresentamos no próximo capítulo os pressupostos metodológicos utilizados nesta pesquisa.

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem como desiderato fundamentar teoricamente e descrever a utilização das técnicas e métodos empregados na execução deste trabalho de pesquisa, na perspectiva da construção de um fio condutor para a compreensão dos resultados encontrados no trabalho empírico. Por isso, são indicados, neste capítulo, os passos dos caminhos percorridos para a obtenção dos resultados encontrados e apresentados no capítulo seguinte.

6.1 CARACTERIZAÇÕES, TIPO E ESCOPO DA PESQUISA

Um trabalho de pesquisa, porque executado por um ou vários pesquisadores, é, em boa parte, resultante das concepções ideológicas (MÉSZÁROS, 2004), filosóficas e sociais das quais esses pesquisadores são fio e tear a um só tempo, como afirma Mills (2009). Nesse sentido, é pertinente compreender que a definição de um objeto de pesquisa é uma escolha particular de um pesquisador a partir da sua vivência e dos seus interesses alimentados pela sua curiosidade científica.

Portanto, definido um objeto de estudo, expõe-se o pesquisador a submeter sua temática ao método de busca das respostas que possam satisfazer plenamente ao problema levantado.

No âmbito dos estudos que focam qualquer ocorrência social, quase que naturalmente, surge como indicativo metodológico a abordagem indutiva de pesquisa porque capaz de captar, em oposição à abordagem dedutiva, às particularidades de um caso ou aspectos de um fenômeno.

Com sua gênese contemporânea relacionada à Escola de Chicago, fundada e especificamente ao seu grupo de professores e pesquisadores do Departamento de Antropologia em 1910, o método qualitativo, segundo Goldenberg (2001, p. 25), está diretamente relacionado aos estudos oriundos do “interacionismo simbólico”⁷, e tem como principais características, segundo Creswell (2001, p. 208-9):

⁷ Segundo Goldenberg (2001, p. 26-7) o “interacionismo simbólico” é obra de George Herbert Mead, que é considerado o arquiteto do interacionismo, para o qual “O interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como interprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que priorizam os pontos de vista dos indivíduos”. O propósito deste método é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social. Como a realidade social só aparece sob a forma de como os indivíduos veem este mundo, o

- A.1 Coleta de dados no “ambiente natural”. Ou seja, pesquisadores qualitativos tendem a realizarem a coleta de dados no local em que os participantes vivenciam ou experimentam o problema que está sendo estudado;
- A.2 A Relevância do papel do pesquisador. Este é elemento fundamental de coleta direta dos dados seja por meio de exame documental, da observação do comportamento dos integrantes do “espaço amostral” ou mediante entrevistas com os participantes;
- A.3 Múltiplas fontes de dados. O pesquisador qualitativo coleta dados em múltiplas fontes, em vez de confiar em uma única. Depois de examinados todos os dados, extrai os sentidos deles e os organiza em categorias ou temas que cubram suas fontes;
- A.4 Análise de dados por indução. Pesquisadores qualitativos criam seus próprios padrões, categorias e temas, em uma estrutura de baixo para cima, organizando os dados em unidades de informação cada vez mais abstrata.
- A.5 Significação dos participantes. Na realização da pesquisa qualitativa os pesquisadores não dão significado ao participante tomando por base o que a literatura expressa. Ao contrário, tentam apreender o significado que os participantes dão ao problema ou à questão em foco.
- A.6 Projeto emergente. Quer dizer, o projeto de pesquisa sob o método qualitativo pode abandonar o plano inicial a partir do contato com o campo de coleta e/ou observação. As questões podem mudar, as formas de coleta de dados podem ser deslocadas e os indivíduos e locais visitados podem ser modificados.
- A.7 Lente teórica. Na pesquisa qualitativa o pesquisador usará “lentes” para enxergar seus estudos. Essas “lentes” referem-se a conceitos, especificação de gênero, raça, classe, cultura, contexto político, social ou histórico do problema que está sendo estudado.
- A.8 Interpretativa. A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa, em que o pesquisador interpreta o que ouve, o que enxerga, o que entende a partir das origens, histórias e contextos.

A.9 Relato holístico. Os pesquisadores qualitativos buscam desenvolver um quadro complexo do objeto estudado. Tal comportamento envolve um relato com múltiplas perspectivas e a identificação dos muitos fatores envolvidos em uma situação, e, em geral, o esboço do quadro mais amplo que emerge.

Nesse sentido, identificamos teoricamente a realização desta pesquisa como qualitativa na medida em que, inicialmente, foi efetivado um estudo de caso etnográfico no período entre 2006 e 2012 junto aos cooperados da COOPAF, com sede no município de Morro do Chapéu e, depois, no mesmo ano de 2012, foi aplicado um questionário aberto aos onze cooperados integrantes do Conselho de Administração da entidade.

Posteriormente, em 2016, retornamos ao município de Morro do Chapéu naturalidade, conforme dados da pesquisa, de 78% dos cooperados e, aplicamos um questionário fechado com vistas a ratificar os dados obtidos com a pesquisa etnográfica, utilizando-se da técnica de pesquisa qualitativa por saturação teórica para a definição da amostra.

Originário dos estudos médicos, os estudos de caso,

[...] assim como o experimento e o levantamento, indica princípios e regras a serem observados ao longo de todo o processo de investigação. Mesmo sem apresentar a rigidez dos experimentos e levantamentos, os estudos de caso envolvem as etapas de formulação e delimitação do problema, da seleção da amostra, da determinação dos procedimentos para a coleta e análise de dados, bem como dos modelos para a sua interpretação. O que implica descartar qualquer definição que apresente o estudo de caso apenas como um método ou técnica de coleta de dados. (GIL, 2009, p. 5).

Desta forma, fundamentamos teoricamente o estudo de caso a partir do conceito utilizado por Gerring (2004, p.12), dentre outros existentes, para o qual este é o “[...] estudo profundo de uma simples unidade (ou fenômeno relativamente limitado) em que o objetivo do pesquisador é elucidar características de uma classe mais ampla de fenômenos similares”.

Segundo Gil (2009a), as origens dos estudos de caso remontam o século XIX, a partir de um dos mais remotos e emblemáticos usos do que veio a se identificar como “Estudos de Caso”. Foi um acidente com explosivos que atingiu o australiano Phineas Gage em 1848, tendo resultado na perfuração do seu cérebro por uma barra de metal. Após tal acidente, Gage teria passado a apresentar mudanças significativas no seu comportamento. Tornou-se, “extravagante, antissocial, praguejador, mentiroso

e não mais conseguiu manter-se em um trabalho por muito tempo nem planejar o futuro” (GIL, 2009, p. 10).

O médico que o atendeu, John Harlow, buscando compreender as mudanças no comportamento de Cage, entrevistou parentes e amigos dele, tendo escrito dois artigos nos quais tentou reconstruir a história médica do paciente.

A conclusão dos estudos médicos desenvolvidas por John Harlow sobre o seu paciente permitiu o entendimento de que

A parte do cérebro que ele havia perdido no acidente, os lobos frontais, até então era considerada estrutura silente, ou seja, sem função. Assim o caso de Cage é considerado como uma das primeiras evidências científicas a indicar que a lesão nos lóbulos frontais pode alterar a personalidade, emoções e a interação social. (DAMÁSIO, 1996, p. 34).

A rigor, a conclusão dos estudos desenvolvidos pelo médico John Harlow reforça um dos principais pressupostos que lastreiam os estudos de caso, ao se afirmar que este “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu reconhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2009, p. 58).

Por isso, entendemos que os procedimentos e instrumentos utilizados para a coleta de dados nos estudos de casos precisam ser pensados e executados com tal nível de envolvimento do pesquisador com o/os pesquisado(s) de tal forma, que os dados coletados expressem efetivamente os sentimentos e a realidade do(s) entrevistado(s) sobre sua situação ou sobre o fenômeno estudado.

Para tanto, alguns procedimentos do pesquisador precisam ser construídos junto ao pesquisado, no sentido de se estabelecer uma relação de confiança e certa cumplicidade emocional sobre o objeto/fenômeno pesquisado, até para evitar o desvio nas informações coletadas.

É como sugerem Latour e Woolgar (1997), quando se referem aos trabalhos de pesquisas desenvolvidas pelas chamadas “Ciências Duras” e seus cientistas com seus trabalhos de mediação da realidade. Então propõem os dois autores que a pesquisa científica deve ter

[...] por finalidade abrir um caminho diferente: aproximar-se da ciência, contornar o discurso dos cientistas, familiarizar-se com a produção dos fatos e depois voltar-se sobre si mesma, explicando o que fazem os pesquisadores, com uma metalinguagem que não deixe nada a dever à linguagem que se quer analisar. Em resumo, trata-se de fazer o que fazem todos os etnógrafos,

e de aplicar à ciência a deontologia habitual às ciências humanas: familiarizar-se com um campo, permanecendo independente dele e à distância. (LATOURE; WOOLGAR, 1997, p. 26).

Quer dizer que, apesar da aparente intimidade relacional que o pesquisador deve estabelecer com o/os pesquisado(s), especificamente no estudo de caso, deve estar lastreado em um conjunto de procedimentos em muito similar aos trabalhos desenvolvidos pelos etnógrafos, quando se dedicam a conviverem com e no ambiente pesquisado, visando a obter, desse convívio, a verdadeira face do objeto estudado.

Os estudos de casos etnográficos devem, em primeiro lugar, corresponder às normativas desse tipo de pesquisa no que concerne à definição do objeto de estudo, as formas de coleta dos dados e sua análise, além de, em segundo lugar, preencher aqueles requisitos emanados dos estudos etnográficos.

A rigor, a etnografia consiste na imersão do pesquisador no ambiente de ocorrência do fenômeno estudado ou o convívio espacial com o grupo populacional que se deseja conhecer e estudar.

Logo, os estudos de casos etnográficos se caracterizam pelo aprofundamento amplo e, na medida do possível irrestrito, de um fenômeno ou grupo populacional de interesse da pesquisa, tudo isso feito com o pesquisador no *locus* das ocorrências, coletando, de várias formas, as suas impressões a partir da observação, conversas e entrevistas, com os sujeitos integrantes do objeto de pesquisa.

Autores como Latour e Woolgar (1997, p.21) informam que, por meio dos estudos etnográficos,

[...] nos últimos 20 anos, a história social da ciência foi totalmente renovada pelos ingleses, que abandonaram os séculos XVII e XIX para se implantarem com bravura no século XX, pondo rapidamente em operação as conjunções com as sociologias, como é o exemplo de Bloor (1982), Collins (1982) ou Pinch (1982). É evidente que nos apoiamos nessa literatura (CALLON ; LATOUR, 1982, 1985). Collins indica o caminho: cumpre estudar a ciência atual, a que está sendo feita, em meio a toda controvérsia, de modo a sair definitivamente do conforto intelectual dos historiadores que estão sempre chegando atrasados. Em lugar de estudar as ciências “sancionadas” cabe estudar as ciências abertas e incertas.

6.2 UNIVERSO DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA ETNOGRÁFICA E ESPECIFICIDADES DO FENÔMENO ESTUDADO

A Política Pública brasileira para a inclusão social de agricultores familiares por meio do uso do biodiesel com certificado social, como descrito anteriormente no capítulo 4, que trata do referencial teórico sobre o biodiesel com certificado social,

evidencia que o braço de execução dessa Política Pública poderá ser constituído por cooperativas, sindicatos de trabalhadores rurais ou associações de trabalhadores rurais.

Assim, focalizamos este estudo na COOPAF, por ser a executora daquela Política Pública na região.

Como as pesquisas que se utilizam da etnografia demandam a necessidade de formas específicas de aproximação do pesquisador ao fenômeno a ser estudado, e considerando que fenômenos sociais são aquelas ocorrências que impactam sob variadas formas a vida das pessoas, fundamentamos, também, as bases teóricas da pesquisa na análise expressa por Bogdan e Bikle (1999, p. 25 *apud* HENRIQUE, 2011, p. 24) quando afirmam que:

[...] essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. [...] [E a recolha dos dados ocorre] em função de um contacto aprofundado com indivíduos, nos seus contextos ecológicos naturais.

Nesse sentido, o trabalho de aproximação aos sujeitos impactados pelo fenômeno a ser estudado deve estar cuidadosamente pensado e elaborado a fim de que se evitem reações de medo, temores, desconfianças ou mesmo indiferença dos sujeitos da pesquisa com o pesquisador em relação aos objetivos deste.

Nesta pesquisa, o trabalho de aproximação se deu a partir da contratação, por indicação, dos serviços profissionais do pesquisador como consultor contábil (junho de 2006) por indicação do gestor de outra cooperativa do ramo de crédito rural, para a constituição da cooperativa que viria a ser um braço executor da Política Pública em estudo.

Desta forma, acreditamos, iniciamos o que viria a se transformar no presente trabalho de pesquisa, a aproximação ao objeto de estudo, da forma mais eficiente possível: a confiança profissional expressada, inicialmente, pelo grupo dos futuros gestores da instituição e ampliada, depois, pelo convívio intenso nas relações operacionais da própria entidade, além da afinidade pessoal expressada nas constantes interlocuções iniciadas naquele ano de 2006.

Quatro anos depois, em 2010, quando efetivamente iniciamos este trabalho de pesquisa, após autorização expressa votada e aprovada em assembleia geral dos cooperados, a COOPAF possuía oito mil cooperados ativos, produzindo e transacionando oleaginosas com a entidade.

Tais cooperados, apesar de possuírem uma característica comum – serem integrantes do contingente do que o Governo Federal considera como agricultores familiares –, habitavam em localidades diferentes e distantes umas das outras, inclusive, em outras regiões do estado. Decorre disso nossa primeira preocupação, que foi reduzir, para viabilizar esta pesquisa, o grupo de cooperados que, pesquisados, pudessem retratar os efeitos da Política Pública estudada.

Para equacionar tal dificuldade, aplicamos um dos principais aspectos que caracterizam os “Estudos de Caso”, expresso por Gerring (2004, p. 341): “estudo profundo de uma simples unidade (ou fenômeno relativamente limitado) em que o objetivo do pesquisador é elucidar uma característica de uma classe mais ampla de fenômenos similares”.

Nesse sentido, delimitamos como “simples unidade” de estudo os onze dirigentes da cooperativa com mandato até o mês de agosto do ano de 2012.

Do ponto de vista da representatividade, os onze membros da direção da cooperativa, cinco conselheiros executivos e seis integrantes do conselho fiscal, incorporavam o perfil dos demais cooperados, porque representavam as diferentes regiões geográficas de residência dos demais, além, e por conta disso, incorporavam, também, o perfil regional dos cooperados, em conformidade com os dados obtidos a partir das fichas de adesão à cooperativa, consultados pelo pesquisador (Anexo A).

Assim, assegurado o recorte da população a ser estudada e já construído o primeiro passo do trabalho etnográfico, a aproximação, conforme descrito acima, continuamos a conviver e a vivenciar com aquele grupo, agora com o olhar de pesquisador, o dia a dia da cooperativa, de forma intensa até o ano de 2013, quando, coletados os dados etnográficos, empreendemos a tarefa de estudo e análise da coleta.

Entretanto, ao efetuar o recorte dos sujeitos a serem pesquisados, nos defrontamos com a seguinte questão: Os onze membros da diretoria e do conselho fiscal seriam suficientes para representar uma amostra do conjunto dos cooperados da COOPAF?

Para responder a esta indagação, recorreremos ao artigo intitulado “*Worker in the Cane*”, escrito por Mintz (1984), que conta a história de vida de um trabalhador rural de Porto Rico chamado Taso Zayas.

No artigo, segundo Henrique (2011, p. 28), Mintz traça um comentário sobre a questão da representação da amostra afirmando que:

Como tentei deixar claro em meus comentários ao livro, Taso não é, ao meu ver [...], representativo de Porto Rico, de trabalhadores, ou mesmo da classe trabalhadora rural de Porto Rico – se o que ‘representatividade’ significa é ‘média’. [...]. Contudo, eu insistiria em que Taso é representativo do seu tempo, de seu lugar e de seu povo, precisamente porque sua narrativa pessoal, [...], incorpora a experiência de uma comunidade, uma região e um país, sendo que cada uma delas em níveis de realidade e de abstração algo diferentes. (MINTZ, 1984, p.55).

O próprio Henrique (2011, p. 28) volta a referenciar o artigo de Mintz (1984), citado acima, quando menciona Clifford Geertz:

Mintz [...] usou a história de vida de um único trabalhador de cana porto-riquenho [...] não para fazer uma análise psicológica, mais para reconstituir uma ‘história dentro da história’, um quadro humano dentro do qual se vê o padrão de mudança social e cultural num *barrio de plantation* costeira durante este século [...] ‘os eventos na vida de Taso corriam paralelos às mudanças ocorridas em torno dele e, assim, oferecem um reflexo fiel dessas mudanças [...]’. O trabalho de Mintz representa um esforço em transformar a máxima de Zola, de que o caráter é cultura vista através de um temperamento, numa ferramenta científica para o estudo do campesinato em geral [...] (MINTZ, 1984, p. 55 e 56).

A abordagem de inclusão social tratada nesta pesquisa, como repetidamente explicitada no capítulo 3, requer instrumentos de análise e medida muito mais sutis e fluidos que aqueles prevalentemente discutidos e estudados no meio acadêmico quando o enfoque sobre o fenômeno recai sobre a variável renda.

Tal afirmação ganha sentido na medida em que os integrantes do grupo dos denominados agricultores familiares não se enquadram nem se enquadrariam, *a priori*, no universo daqueles considerados pobres pelos Objetivos do Milênio (ODM), por exemplo, e/ou por outros organismos nacionais e internacionais, mentores e executores de muitas Políticas Públicas de inclusão social, cujas variáveis de definição da necessidade de inclusão é a renda.

Desta forma, entendemos como suficientemente eficaz a apuração dos dados a partir das manifestações e falas dos próprios agricultores familiares da COOPAF, pois nos estudos de casos etnográficos os instrumentos de coleta são consideravelmente ampliados já que seu conjunto tem como suporte o convívio do pesquisador no *lócus* das ocorrências, preservando o contexto histórico e circunstancial do sujeito em observação para não separá-lo das suas idiossincrasias e efeitos particulares que o fenômeno pode causar no pesquisado.

Então, objetivamente, no processo de coleta dos dados etnográficos utilizamos em muitos momentos, especialmente quando participávamos das reuniões da

diretoria e das assembleias, da observação participante artificial, caracterizada pela integração do pesquisador ao grupo pesquisado, com a finalidade de realizar a sua investigação, sem exercer nenhuma interferência. Concomitantemente, à observação participante artificial, realizamos gravações de voz e imagens e colhemos impressões pessoais dos integrantes do universo pesquisado.

Da percepção etnográfica realizada, foi elaborado um roteiro de entrevistas abertas, executadas em datas, tempo, forma e conteúdos apresentados no apêndice B, que visavam a apurar a percepção dos entrevistados em relação a: 1) História de vida, escolarização, relação de amizade entre os cooperados, filiação política e fonte de subsistência; 2) Avaliação da situação individual e dos demais cooperados da COOPAF, apuração da percepção de mudanças subjetivas identificadas entre os cooperados antes e depois da COOPAF com relação à vida financeira, social e familiar; e, 3) o que esperar da COOPAF no futuro.

Para a catalogação dos dados obtidos nas entrevistas, recorreremos à análise dos discursos nos termos expostos por Bardin (1979), para quem se deve utilizar um conjunto de técnicas sistemáticas nas descrições dos conteúdos, quantitativos ou não, que permitam inferir conhecimentos a partir das condições prevalentes na obtenção das comunicações.

Neste caso, recorreremos à proposta de sistematização anunciada por Minayo (2010), que recomenda:

- a) Ordenação dos dados, feita a partir da audição das entrevistas coletadas e a respectiva transcrição seguida de leitura e posterior organização dos itens coletados;
- b) Classificação dos dados, a partir do levantamento dos sentidos dos dados coletados, os quais foram apurados no contexto do roteiro das entrevistas descrito acima;
- c) Análise dos dados, realizada a partir da perspectiva de atendimento aos objetivos do trabalho, no âmbito do referencial teórico invocado.

A partir desta base teórica apresentamos, no capítulo seguinte, um quadro sinótico com uma síntese das falas e impressões captadas dos onze entrevistados e, com a intenção de reforçar as impressões coletadas por meio dos dados etnográficos, como descrito acima, aplicamos aos mesmos respondentes das entrevistas

supracitada um questionário aberto (Apêndice C), cujos resultados e análises encontram-se expostos, também, no capítulo seguinte.

6.3 ASPECTOS E DEFINIÇÃO DA POPULAÇÃO DA AMOSTRA POR SATURAÇÃO TEÓRICA PARA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS FECHADOS

Contemporaneamente, em função das imensas dificuldades para a obtenção de respostas em pesquisas com o uso de questionários, muitos estudos empíricos, experimentais ou de campo têm utilizado como técnica de definição do tamanho das amostras a pesquisa por saturação teórica, especialmente nas áreas de estudos sociológicos, de saúde, de desenvolvimento regional e outras áreas de estudos que abrangem universos muito grandes ou com características infinitas pela classificação estatística.

Tal tendência parece estar relacionada, também, ao fato de que as pesquisas por saturação teórica têm como base de definição do tamanho da amostra “a suspensão da inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição” (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 17). Quer dizer, a partir do ponto de saturação teórica, os dados adicionais coletados não representam novos nem relevantes aspectos do fenômeno estudado.

Porém, na operacionalização da pesquisa tendo como base a saturação teórica, surge o problema de como quantificar os indivíduos a serem pesquisados para se obter o ponto de saturação.

Do ponto de vista teórico, tal dúvida remete à definição epistemológica do que é mais importante para o cumprimento dos objetivos da pesquisa: A quantidade ou a qualidade dos respondentes? Para Fontanella, Ricas e Turato (2008, p. 20, grifo nosso):

Nos estudos qualitativos, a questão ‘quantos?’ nos parece de importância relativamente secundária em relação à questão ‘quem?’, embora, na prática, representem estratégias inseparáveis. Afinal, o que há de mais significativo nas amostras intencionais ou propositais não se encontra na quantidade final de seus elementos (o ‘N’ dos epidemiologistas, **quer dizer dos quantitativistas**), mas na maneira como se concebe a representatividade desses elementos e na qualidade das informações obtidas deles.

Dessa forma, não é pertinente a utilização da base probabilística na definição da amostra por saturação teórica, como requer a pesquisa quantitativa, sob o risco de perder a qualidade das respostas para a quantidade dos respondentes.

Sem embargo, na pesquisa qualitativa por saturação teórica, o fundamento para a escolha dos respondentes e da amostra sob análise de saturação deverá ser sempre intencional ou proposital, como expressam Fontanella, Ricas e Turato (2008). Ou seja, o pesquisador deverá qualificar os respondentes desde a sua identificação com o objetivo da pesquisa e quantificar o conjunto de respondentes a serem consultados somente a partir do ponto de saturação. Assim, a aplicação do instrumento de coleta não deverá ser realizada em quantidade inferior àquela apontado pelo ponto de saturação. Mas o inverso, quer dizer, a aplicação do instrumento de coleta em uma quantidade superior ao ponto de saturação, não implica em comprometimento das informações.

Assim, diferentemente da coleta de dados etnográficos, a aplicação de questionários fechados exige do pesquisador a utilização de recursos técnicos capazes de determinar o universo de respondentes que possam assegurar a realidade factual do fenômeno estudado.

É nesse sentido que a validação dos estudos científicos, especialmente quando da aplicação de questionários fechados, conduz à

[...] constituição de um subconjunto supostamente representativo do contexto sob investigação (isto é, da realidade empírica pesquisada) **pois é um importante recurso de validação de estudos científicos**, uma vez que os dados a serem trabalhados emergem fundamentalmente – embora parcialmente – dos elementos que compõem tal subconjunto [...]. (FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008, p. 18, grifo nosso).

Portanto, na operacionalização da aplicação dos questionários fechados (Apêndice D), propositalmente, foi definida a aplicação de cinquenta questionários aos cooperados residentes no município de Morro do Chapéu, considerando que 78% (dados da pesquisa) dos integrantes da COOPAF são nativos daquele município onde também se localiza a sede da entidade.

6.4 TÉCNICAS E INSTRUMENTOS DA COLETA DA PESQUISA POR SATURAÇÃO

Para definir, especificamente, quais cooperados comporiam a amostra no que concerne à aplicação dos questionários, executamos o processo de escolha desde os seguintes critérios: a) que os cooperados fossem, também, associados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Morro do Chapéu; b) que parte dos cooperados fosse integrante da diretoria da COOPAF; c) que os respondentes

atendessem à chamada telefônica para o agendamento para responder às questões propostas pelo questionário; e, d) que residissem, também, no município de Morro do Chapéu.

Identificados, segundos esses critérios, cinquenta cooperados, definiram-se os primeiros dez entrevistados como os cooperados que foram submetidos à aplicação dos questionários de teste, incluídos no conjunto da amostra, e, em seguida os demais quarenta respondentes.

Assim, os integrantes da amostra numericamente identificados nos questionários fechados, em uma tentativa de preservar suas identidades nominais, foram cinquenta cooperados residentes na cidade de Morro do Chapéu que, após contato telefônico com o pesquisador, agendaram um encontro, este presencial, para a aplicação do instrumento de coleta, na forma descrita nos parágrafos seguintes.

Todos os questionários foram aplicados no domicílio de cada cooperado, sempre no período da tarde, tendo uma duração máxima de trinta minutos sem nenhuma intercorrência digna de registro.

Dentro do procedimento elementar de aplicação de questionários, submetemos inicialmente a aplicação de questionários testes, em número de 10, tendo sido informado aos respondentes a sua condição de participante em teste, e que suas respectivas respostas comporiam a amostra da pesquisa desde que não fosse identificado nenhum tipo de dificuldade de apreensão e percepção das questões levantadas.

Assim, após a aplicação teste, mais quarenta questionários foram aplicados, superando a quantidade de saturação em todos os itens do questionário, conforme demonstrado no Apêndice E.

No que diz respeito à identificação do ponto de saturação teórica, conforme demonstrado no Apêndice E, observa-se a apuração de saturação mínima com a aplicação de três questionários e saturação com a aplicação máxima de dez questionários. Ou seja, no conjunto dos dados obtidos, a pesquisa extrapolou os quantitativos da saturação, reafirmando a validade da coleta.

Do ponto de vista do período de aplicação dos questionários, março e abril de 2016, quatro anos depois da conclusão da pesquisa etnográfica e da aplicação dos questionários abertos, convém esclarecer que, por conta da subjetividade dos dados coletados no instrumento etnográfico, sentiu-se a necessidade de reafirmar os resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário fechado.

Além do mais, do ponto de vista da fundamentação teórica para análise do fenômeno, voltar ao campo quatro anos depois e coletar, com outro instrumento, dados obtidos em outros momentos e de forma diferente teve a função de, também, ratificar os resultados etnográficos e enseja a percepção de saturação dos dados e a confirmação da tese defendida na pesquisa como demonstrado no capítulo seguinte.

Assim, na perspectiva, também, da construção de um procedimento de triangulação dos dados, os questionários pretendiam obter as seguintes informações, a partir da sua forma estrutural:

Quadro 5 – Relação dos objetivos específicos da pesquisa versus elementos do instrumento de coleta

Objetivos específicos esperados	Bloco de perguntas do instrumento de coleta de dados	Finalidade
Mensuração de data, numeração e local de aplicação dos questionários.	Bloco 01 – Identificação	Manter controle dos questionários aplicados para permitir verificações posteriores caso seja necessário.
Levantamento dos bens de uso domésticos dos integrantes do espaço amostral.	Bloco 02 – Características do domicílio	Demonstrar o nível de bem-estar material do cooperado em relação ao nível de pobreza mensurável exclusivamente pela variável renda.
Identificação do perfil familiar dos integrantes do espaço amostral.	Bloco 03 – Lista e caracterização dos entes familiares	Medir a quantidade e a faixa etária dos integrantes do núcleo familiar
Apuração de aspectos relacionados à migração, idade e sexo dos integrantes do espaço amostral.	Bloco 04 – Migração e Identificação.	Identificar a relação de naturalidade dos integrantes do espaço amostral com o município de Morro do Chapéu, sua faixa etária e sexo.
Identificar o grau de instrução dos integrantes do espaço amostral.	Bloco 5 – Instrução.	Mensurar o grau de instrução escolar dos cooperados.
Medir o padrão de rendimento mensal dos integrantes do espaço amostral e sua origem.	Bloco 6 – Renda.	Medir o nível de renda dos cooperados e a origem dela, bem como os efeitos sobre a melhora ou não de vida deles após a filiação à COOPAF.
Avaliar se o cooperado se sente apto a fazer escolhas pessoais relacionadas ao seu bem-estar e de seus familiares, após sua filiação à COOPAF.	Bloco 7 – Erradicação da pobreza.	Medir o quanto o cooperado se sente apto a fazer escolhas e se sua capacidade de se fazer ouvir e sentir-se bem com seu grupo de referência foi alterado após sua filiação à COOPAF.

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

6.5 TÉCNICAS USADAS NA ANÁLISE DOS DADOS

Rigorosamente o procedimento de análise dos dados de uma pesquisa tem como objetivos organizar e sumariar os dados coletados de forma que estes possam

fornecer as respostas ao problema cujo objetivo o estudo se propôs a resolver, segundo Gil (2009b, p.156).

Assim, a despeito das variadas formas de análise e interpretações atribuídas pelos pesquisadores ao objeto de estudo, autores como Gil (2009b, p. 156) e outros, afirmam que “em boa parte das pesquisas sociais são observados os seguintes passos”:

- a) estabelecimento de categorias;
- b) codificação;
- c) tabulação;
- d) análise estatística dos dados;
- e) avaliação das generalizações obtidas com os dados;
- f) inferência de relações causais;
- g) interpretação dos dados.

Essa estrutura de análise de dados concerne, basicamente, àquelas pesquisas cuja metodologia de coleta utilizada reporta-se ao uso de questionários fechados.

Entretanto, em um estudo de caso etnográfico como este desenvolvido no presente trabalho, os procedimentos de análise dos dados, passam a ter uma dependência direta da capacidade e estilo do pesquisador, por não se tratarem de experimentos ou levantamentos.

Miles e Huberman (1994), na obra em que tratam da pesquisa qualitativa, elencam três etapas a serem seguidas no procedimento de análise de dados:

1. A redução, que consiste no processo de seleção e posterior simplificação dos dados levantados no trabalho de campo. Nessa etapa é feita a seleção, a focalização, a simplificação, a abstração e a transformação dos dados originais em sumários organizados de acordo com os temas ou padrões definidos nos objetivos originais da pesquisa;
2. A apresentação, que consiste na organização dos dados selecionados de forma que a análise possa ser realizada, considerando semelhanças e diferenças com os respectivos inter-relacionamentos; e,
3. A conclusão/verificação, que requer a revisão geral dos dados coletados no sentido de medir sua significação, sua regularidade e os padrões de

explicação, com vistas à verificação das conclusões daí emergentes. Nesse caso, a revisitação aos dados deverá acontecer tantas vezes quantas o pesquisador achar necessário, para assegurar a confiabilidade e a validade da coleta.

Seguindo esse roteiro, tratamos primeiro dos dados relativos ao levantamento documental, selecionando-os e os ordenando por ordem de relevância para o estudo e data de elaboração, visando a estabelecer uma ordem cronológica de evolução econômico-financeira da unidade estudada, cujas informações encontram-se no item do capítulo 4 que se reporta às atuação e ações da COOPAF. Os documentos levantados não demandaram tratamento estatístico específico, por se tratarem de Demonstrações Contábeis elaboradas em conformidade com a legislação brasileira em vigor.

Com relação aos dados oriundos das observações, das audições, dos registros fotográficos, e da coleta de impressões verbais, foi elaborado um roteiro de entrevistas não estruturado, com o objetivo de obter dos entrevistados a opinião e visão quanto à sua caracterização e percepção de mundo no contexto do objeto estudado, conforme exposto no capítulo 7.

Entretanto, com referência aos demais dados qualitativos apurados a partir da aplicação do questionário cuja estruturação e objetivos acham-se demonstrados no Quadro 5, recorreremos à utilização exaustiva de recursos computacionais. Primeiro construindo um banco de dados para a catalogação, tratamento e identificação da saturação dos dados obtidos; depois, nos apropriamos dos recursos fornecidos pelo aplicativo SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), para a realização das análises estatísticas dos dados apresentados no próximo capítulo.

6.6 LIMITES DA PESQUISA

Fenômenos sociais, por sua natureza fluída, são especialmente difíceis de produzirem uma perspectiva teórica duradoura em função da sua característica mutante e mutável no tempo e no espaço.

Assim, este trabalho de pesquisa sobre a Política Pública de inclusão social de agricultores familiares a partir do uso do biodiesel com certificado social se insere no contexto do que Vergara (2000, p. 59) defende que:

[...] é saudável antecipar-se as críticas que o leitor poderá fazer ao trabalho, explicitando quais as limitações que o método escolhido oferece, mas que ainda assim o justificam como o mais adequado aos propósitos da investigação.

7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

O objetivo deste capítulo é fazer a apresentação e análise dos dados coletados no trabalho empírico, tanto no que concerne aos dados qualitativos etnográficos ou não, bem como aos dados obtidos a partir dos questionários fechados aplicados ao grupo de cooperados da COOPAF, selecionados conforme critérios explicitados no capítulo anterior.

Dessa forma, segregamos a apresentação e análise dos dados em dois blocos distintos, a saber:

- a) Apresentação e análise dos dados qualitativos, levantados a partir da técnica etnográfica ou não;
- b) Apresentação e análise dos dados quantitativos obtidos das fichas de inscrição dos cooperados; e,
- c) Apresentação dos resultados obtidos da aplicação dos questionários fechados.

Nessa perspectiva, esperamos confirmar que o conjunto dos dados levantados são capazes de demonstrar a performance, positiva, da aplicação da Política Pública de inclusão social de agricultores familiares, a partir da utilização do biodiesel com certificado social no contexto da COOPAF.

7.1 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS ETNOGRÁFICOS

Da coleta etnográfica executada, conforme descrito acima, construímos os quadros sínteses abaixo, que resumem as falas dos onze representantes do universo dos cooperados, naquilo que interpretamos como percepção positiva da execução da Política Pública estudada sob a luz da pobreza multidimensional.

Quadro 6 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica:
Entrevistado 01

Entrevistado 01
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 34 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 02 • Local de Residência: Morro do Chapéu • Meio de Subsistência: A própria terra • Tamanho da Propriedade: 110 hectares • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “[...] Tinha cooperado aí que só plantava feijão, milho e mandioca e para comprar a mistura, Mas acho que a nossa cooperativa tem muito ainda por fazer. Precisamos mudar algumas coisas, mas sei que temos futuro. Tinha que dar um dia de trabalho aqui e ali. “É interessante observar que esses caras se transformaram totalmente depois da cooperativa.” • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “[...] Mas acho que a nossa cooperativa tem muito ainda por fazer. Precisamos mudar algumas coisas, mas sei que temos futuro.” • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 7 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica:
Entrevistado 02

Entrevistado 02
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 30 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 01 • Local de Residência: Morro do Chapéu • Meio de Subsistência: A própria terra • Tamanho da Propriedade: 110 hectares • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “[...] Tinha pessoas, fiquei sabendo, que só andava nas vendas tomando pinga e brigando com a mulher e os filhos. Gente se separando da família. E depois da cooperativa, quando eles primeiro puderam aumentar a produção deles com a mamona que a cooperativa dá assistência técnica para plantar e, ainda, garante a compra pagando uma parte antecipada e depois, com as reuniões eles foram ficando mais espertos [...]”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “[...] acho que a cooperativa tem muita coisa, ainda, para fazer. Vou continuar cooperado e defendendo a nossa cooperativa.” • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 8 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica:
Entrevistado 03

Entrevistado 03
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 42 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 02 • Local de Residência: Salvador • Meio de Subsistência: A própria terra e outras fontes • Tamanho da Propriedade: 100 hectares • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “[...] com certeza depois da cooperativa e dessa coisa da mamona e do biodiesel a vida desse pessoal mudou muito para melhor em todos os aspectos [...]”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “[...] A COOPAF tem um longo e bom futuro para frente, você vai ver [...]”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 9 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica:
Entrevistado 04

Entrevistado 04
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 48 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 04 • Local de Residência: Tapiramutá • Meio de Subsistência: A própria terra. • Tamanho da Propriedade: 80 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Eles são desconfiados. Mas mudaram muito [...]”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Tenho fé e temos muito ainda para fazer”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 10 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 05

Entrevistado 05
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 62 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 02 • Local de Residência: Morro do Chapéu • Meio de Subsistência: A própria terra e salário de Vereador. • Tamanho da Propriedade: 60 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Eu acho que a cooperativa mudou a vida de muita gente”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Acho que a COOPAF vai sair da crise que está e vamos crescer muito”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 11 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 06

Entrevistado 06
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 36 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 02 • Local de Residência: Morro do Chapéu • Meio de Subsistência: A própria terra e salário de Vereador. • Tamanho da Propriedade: 50 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “A cooperativa trouxe mais recursos para a cidade, ajudou os cooperados no seu plantio, além de, pelos cursos de cooperativismo que faz, educou muita gente”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Mas acho que com a eleição do novo Presidente em agosto, vai mudar muita coisa e nós vamos voltar a ter credibilidade e retomar nossas atividades e seguir em frente ajudando a comunidade”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 12 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 07

Entrevistado 07
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 45 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 03 • Local de Residência: Irecê • Meio de Subsistência: A própria terra • Tamanho da Propriedade: 80 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Esse povo daqui parece muito satisfeito com a cooperativa. Eles acham o auxílio técnico muito bom e sempre falam que os cursos promovidos pela cooperativa ajuda eles em muitas coisas [...]. Tem deles aí que não valiam nada. Só queriam saber de cachaça e de confusão, agora não, frequentam as reuniões, até do sindicato, e participam das decisões”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Já participei de outra cooperativa que quebrou. Também tinha muita gente enrolada nela. Não vi na COOPAF nada assim grave que possa trazer dificuldades no futuro”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 13 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 08

Entrevistado 08
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 29 • Estado Civil: Solteiro • Quantidade de Filhos: Não tem filhos. • Local de Residência: Morro do Chapéu. • Meio de Subsistência: A própria terra. • Tamanho da Propriedade: 50 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Tenho ouvido e visto muitas coisas dos cooperados. Mas no geral acho que a cooperativa melhorou a vida de todo mundo e da cidade. Não só pelos recursos que trouxe e traz para a cidade. Mas, também, as informações e esclarecimentos. Isso termina mudando a cabeça e o entendimento do povo”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Penso que a cooperativa tem futuro. Só precisamos consertar e ajustar as coisas”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 14 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 09

Entrevistado 09
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 40 • Estado Civil: Solteiro • Quantidade de Filhos: Não tem filhos. • Local de Residência: Morro do Chapéu. • Meio de Subsistência: A própria terra. • Tamanho da Propriedade: 70 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Acho que a cooperativa faz um bom trabalho com os cooperados. Posso dizer por que acompanho os cooperados lá de Bom Jesus da Lapa e tenho visto e contribuído para o progresso deles. Não só o progresso financeiro, mas também a forma deles agirem depois da participação deles nos cursos que a COOPAF oferece. Sem falar na capacitação técnica que eles recebem [...]”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Apesar dos problemas que a cooperativa está passando, eu acredito muito nela e vejo que ela tem um bom futuro pela frente [...]”. • Filiação Partidária: PC do B

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 15 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 10

Entrevistado 10
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 48 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 05 • Local de Residência: Morro do Chapéu. • Meio de Subsistência: A própria terra. • Tamanho da Propriedade: 100 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Para mim, a cidade de Morro do Chapéu era uma antes da COOPAF e outra, muito melhor depois da COOPAF. A COOPAF deu oportunidade para muita gente com a compra das sementes para revender à Brasil Ecodiesel e agora para a Petrobras, além dos cursos de formação cooperativa e dos cursos e dos cursos técnicos”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> " Eu acho que depois da gente mudar a diretoria, a COOPAF vai ficar bem melhor. A diretoria atual já fez o que tinha de fazer [...]. Inclusive de coisas erradas... Agora é hora de mudar e, com certeza, vamos mudar para continuar a melhorar a cidade e a vida das pessoas”. • Filiação Partidária: Sem filiação partidária.

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quadro 16 – Síntese dos dados coletados nas entrevistas a partir da análise etnográfica: Entrevistado 11

Entrevistado 11
<ul style="list-style-type: none"> • Idade: 66 • Estado Civil: Casado • Quantidade de Filhos: 08 • Local de Residência: Morro do Chapéu. • Meio de Subsistência: A própria terra. • Tamanho da Propriedade: 100 hectares. • Qual a situação dos cooperados após a COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Se você for hoje conversar com os cooperados você vai ver o quanto eles estão felizes e mais esclarecidos. E isso é muito bom para as pessoas e a cidade”. • Situação futura da COOPAF: <ul style="list-style-type: none"> “Vou te contar uma coisa. Mexer com gente é muito difícil. E mexer com gente com dinheiro na mão é muito mais complicado... Não vi na COOPAF nada assim grave que possa trazer dificuldade no futuro”. • Filiação Partidária: Sem filiação partidária.

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Na perspectiva de atendimento aos objetivos deste trabalho, os dados etnográficos compilados e apresentados nos quadros de números 6 a 16, acima, visam em primeiro lugar a expressar o perfil subjetivo e percepção da representação dos cooperados a partir das suas condições materiais, político-partidária e, especialmente, a visão deles quanto às condições de vida dos cooperados a partir da sua inserção na COOPAF e qual a tendência de futuro da entidade.

Do ponto de vista teórico, as falas e impressões expressas corroboram os enunciados de Sen (2001), no que concerne ao que o autor identifica como “conjuntos capacitários” expressos na capacidade individual de fazer avaliações do bem-estar e da liberdade para buscar esse bem-estar.

Portanto, Sen (2001) conclui que o bem-estar da pessoa é concebido em termos da qualidade (a “bem-dade” [*well-ness*]), do estado pessoal. Assim, afirma o autor,

Viver pode ser visto como consistindo num conjunto de “funcionamentos” inter-relacionados, que compreendem estados e ações [*beings and doings*]. A realização de uma pessoa pode ser concebida, sob esse aspecto, como o vetor de seus funcionamentos. Os funcionamentos relevantes podem variar desde coisas elementares como estar nutrido adequadamente, estar em boa saúde, livre de doenças que podem ser evitadas e da morte prematura, etc.,

até realizações mais complexas, tais como se feliz, ter respeito próprio, tomar parte na vida da comunidade, e assim por diante. (SEN, 2001, p. 79).

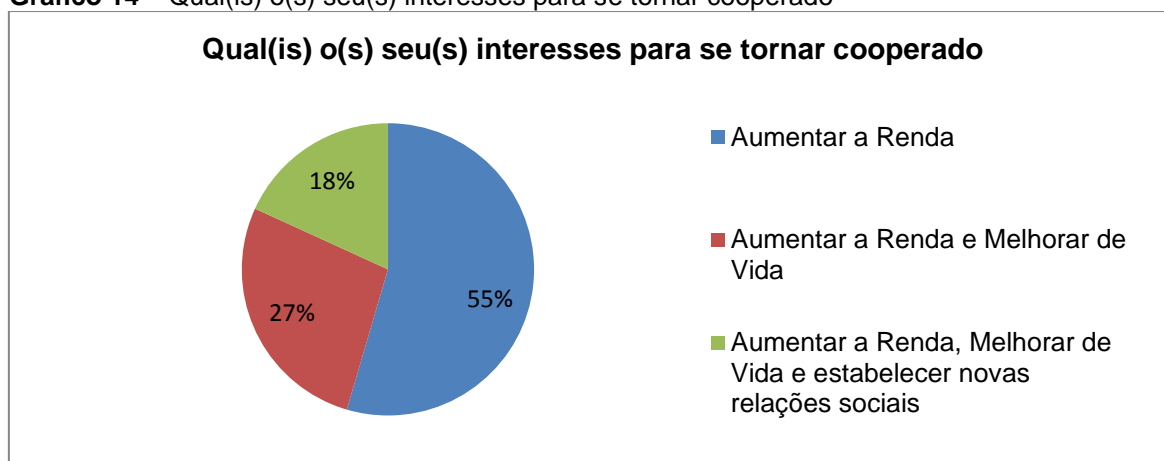
Desta forma, os dados coletados expressam a realização do que Sen (2001) classifica como “Funcionamentos e Capacidade”, expressos pelos cooperados nas suas várias falas e constatado pelos dados, na medida em que muitos dos elementos constitutivos dos “Funcionamentos e Capacidade” como “estar nutrido adequadamente”, “ter respeito próprio”, “tomar parte na vida da comunidade”, dentre outros, parecem estar satisfeitos segundo a percepção dos onze entrevistados.

Assim, reforçamos com os presentes dados que o tipo de inclusão social que a Política Pública em estudo visa a atender é aquela inserida no contexto multidimensional, quer dizer, muito além do contexto de inclusão social mediada unicamente pela variável renda com seus desdobramentos quantitativos.

Na intenção de reforçar os dados etnográficos levantados, aplicou-se, também, ao mesmo contingente de cooperados, um questionário aberto, conforme exposto acima, em uma tentativa de triangulação dos dados apurados.

Observa-se da leitura dos resultados obtidos, conforme apresentado abaixo, a confirmação dos dados levantados nas entrevistas resumidas acima, ratificando o acerto da metodologia aplicada na coleta dos dados e ampliando a realização de “funcionamentos” nos termos já citados.

Gráfico 14 – Qual(is) o(s) seu(s) interesses para se tornar cooperado

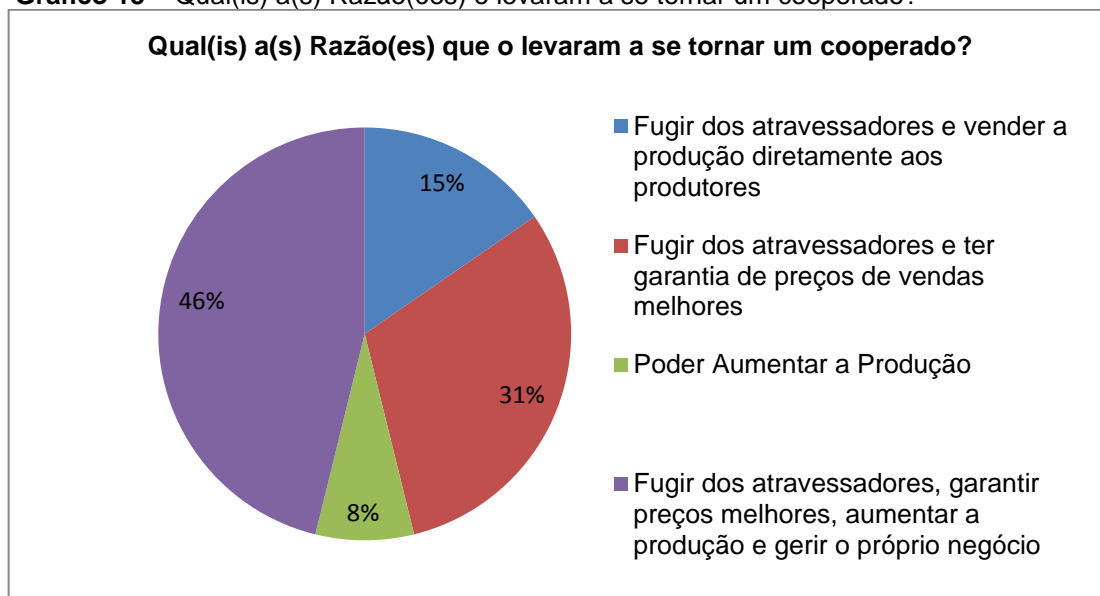


Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Na mesma linha de obtenção dos estímulos do pesquisado para se tornar um cooperado, e mensurar, indiretamente, os efeitos da variável renda como incentivo à participação na cooperativa, se indagou quais as razões para o entrevistado se tornar

um cooperado uma vez que, regularmente, alguns dos entrevistados já comercializavam oleaginosas.

Gráfico 15 – Qual(is) a(s) Razão(ões) o levaram a se tornar um cooperado?



Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Para efeito de apuração do nível de participação social dos cooperados, nos seus grupos de referência, associações, sindicatos, grupos religiosos, etc. indagou-se: Você participa de algum outro grupo social que não esta cooperativa, e quais grupos? Obtivemos as seguintes respostas:

Gráfico 16 – Você participa de outros grupos? Quais?

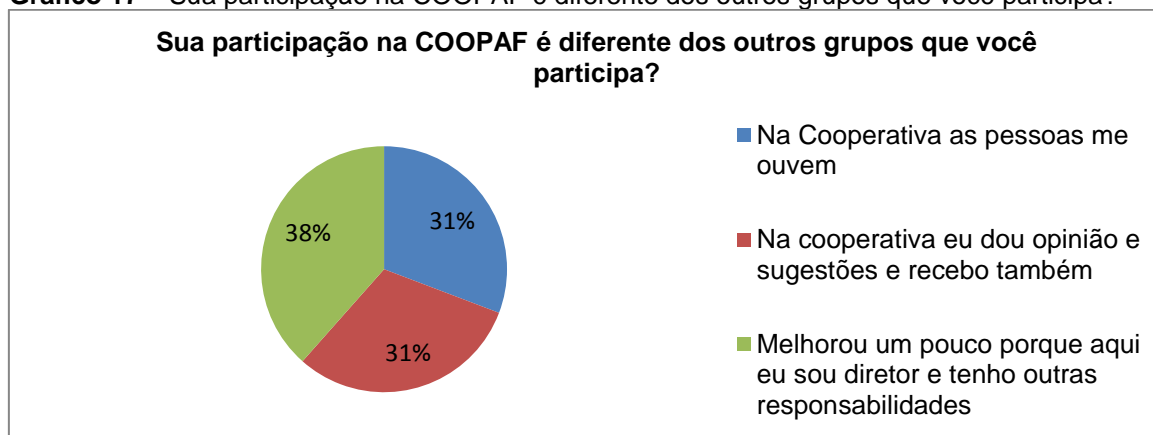


Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Quanto aos aspectos relacionados com a potencialidade de atuação dos cooperados, no contexto do exercício da capacidade de se fazer ouvir e ser ouvido, indagou-se: qual(is) a(s) diferenças de participação na atuação na COOPAF e nos

demais grupos de referência dos cooperados. Dos 11 entrevistados, obtiveram-se as seguintes respostas:

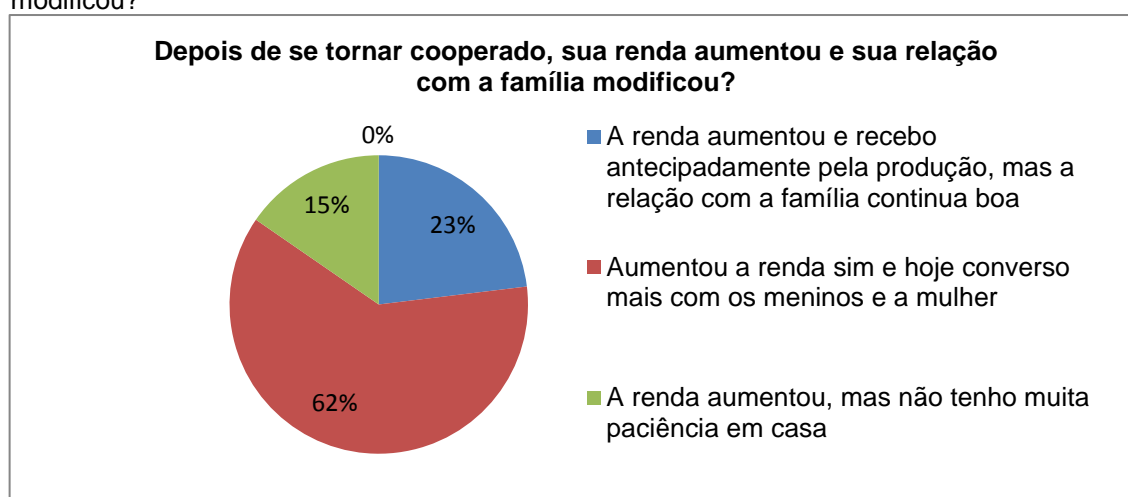
Gráfico 17 – Sua participação na COOPAF é diferente dos outros grupos que você participa?



Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Para medir a ocorrência de mudanças financeiras no grupo familiar dos cooperados e mudanças no âmbito das respectivas relações interpessoais, inclusive no seio familiar, indagou-se: Depois da cooperativa, sua renda aumentou ou diminuiu? E sua relação; o diálogo, a compreensão e a tolerância, com os entes familiares, sofreu alguma mudança?

Gráfico 18 – Depois de se tornar cooperado, sua renda aumentou e sua relação com a família modificou?

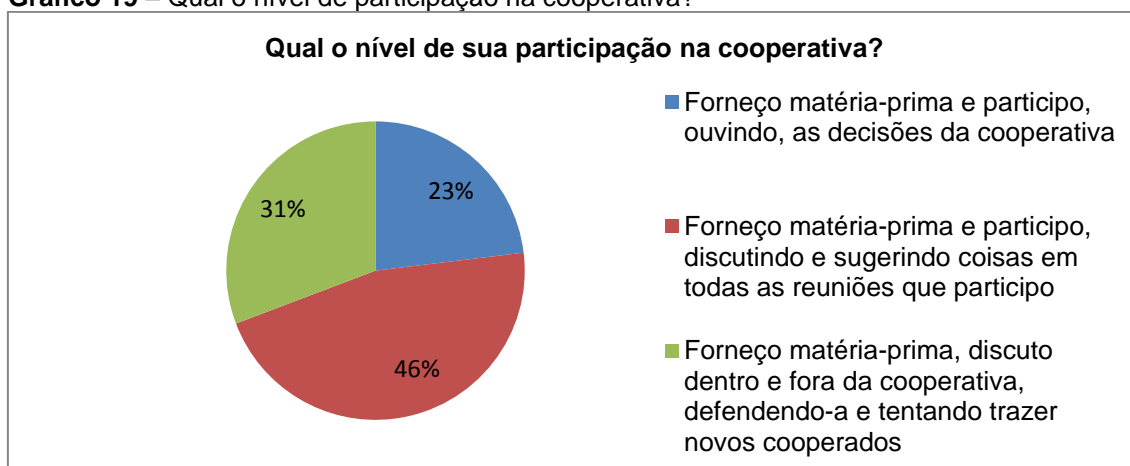


Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Para mensurar o volume e qualidade da participação dos cooperados, uma vez que tais medidas indicam o grau de comprometimento e, portanto, de retorno tanto

financeiro quanto de incorporação de novos valores pelo cooperado, foi solicitado que os entrevistados indicassem seu nível e forma de participação na cooperativa. As indagações nesse quesito visavam a obter respostas para os seguintes questionamentos: Você só fornece matéria-prima e participa como ouvinte das reuniões? Você fornece matéria-prima e participa ativamente da vida da cooperativa? Você fornece matéria-prima, participa ativamente da vida da cooperativa trabalhando, inclusive, para a captação de mais cooperados?

Gráfico 19 – Qual o nível de participação na cooperativa?



Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Buscou-se também, mensurar o nível de autoestima dos cooperados, a partir da sua inserção no processo de produção de biodiesel no país, desde a sua condição de cooperado. Então se indagou: Hoje que você é um cooperado responsável pela produção de matérias primas para a produção de biodiesel no país. Que sensação isso lhe traz? Obtiveram-se as seguintes respostas:

Gráfico 20 – Como você se sente, hoje, sendo um dos cooperados da COOPAF?



Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Para mensurar aspectos subjetivos relacionados ao sentimento de pobreza dos cooperados, indagou-se se eles se consideravam pobres antes de terem se tornado cooperados. As respostas obtidas estão no gráfico abaixo:

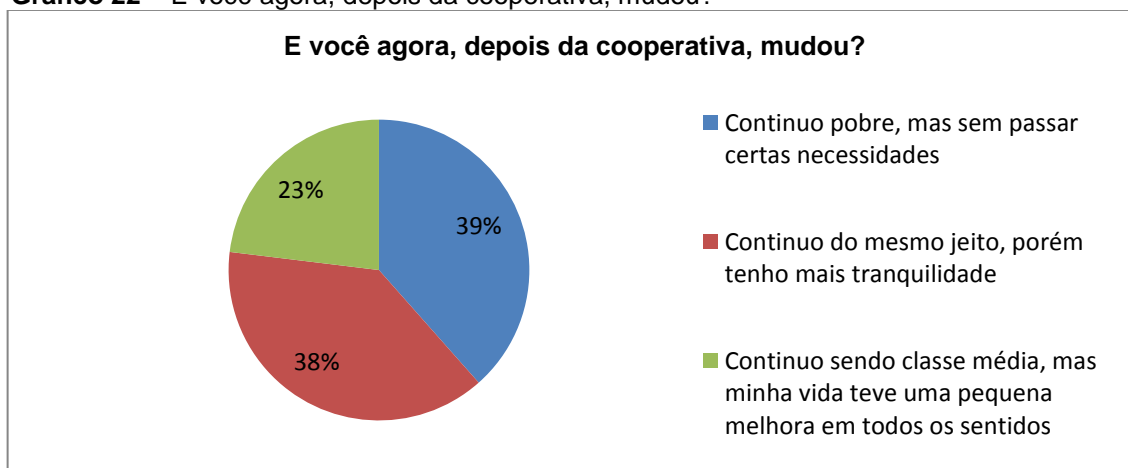
Gráfico 21 – Antes de se tornar cooperado você era pobre ou o quê?



Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

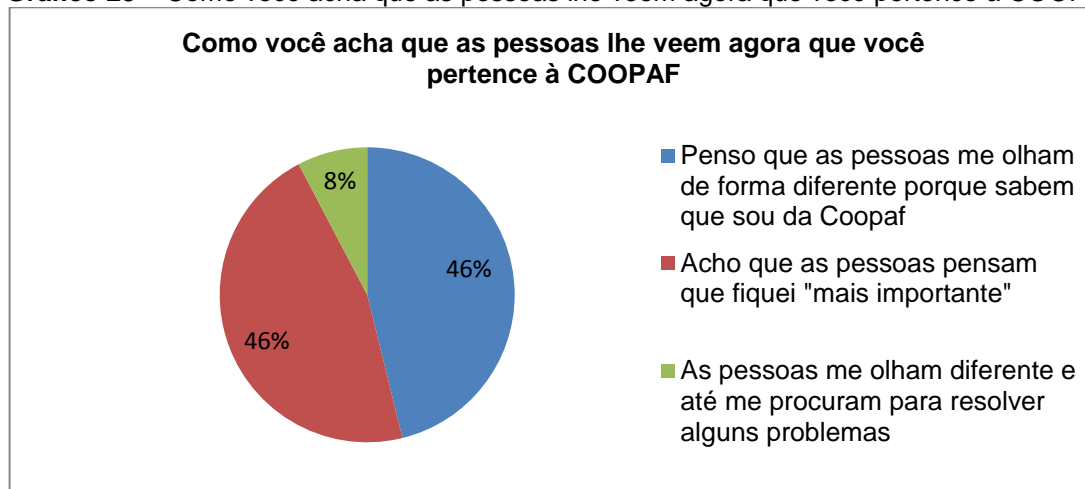
Sob a mesma perspectiva indagamos: E agora, com a cooperativa, você mudou a sua situação? As respostas foram:

Gráfico 22 – E você agora, depois da cooperativa, mudou?



Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Finalmente, buscou-se reafirmar a autopercepção da estima dos cooperados, mediante a seguinte indagação: O que as pessoas da sua comunidade pensam sobre você, agora, que eles sabem que você é um cooperado e que é um dos fornecedores locais de matéria-prima para o biodiesel? O gráfico a seguir apresenta as respostas:

Gráfico 23 – Como você acha que as pessoas lhe veem agora que você pertence à COOPAF?

Fonte: Elaborado pelo autor desta tese (2016).

Como podemos observar, os dados coletados por meio do questionário aberto reafirmam o sentido de pobreza tratado no trabalho e a performance da Política Pública estudada no que concerne à construção de valores subjetivos, como a capacidade de escolha, a potencialidade do cooperado ouvir e ser ouvido, bem como pela característica do grupo estudado, a satisfação das classificadas necessidades básicas coletivas.

Ainda assim, como explicitado no capítulo sobre Metodologia, recorreremos também, na perspectiva de triangulação dos dados, ao levantamento quantitativo de dados, os quais são apresentados no próximo item.

7.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO DOS COOPERADOS E DOS QUESTIONÁRIOS FECHADOS

Os dados abaixo resultaram de duas formas de coleta. A primeira, obtida mediante o levantamento dos dados contidos nas fichas de filiação dos cooperados (Anexo C), com o objetivo de traçar seu perfil geral, em uma tentativa de confirmação de que eles não integram o universo dos considerados pobres a partir unicamente da variável renda. A segunda forma de coleta, conforme citado anteriormente, consistiu na aplicação dos questionários fechados sob a técnica da pesquisa por saturação teórica e na aplicação de um questionário fechado cuja análise e apresentação dos dados segue abaixo.

Na estrutura dos questionários fechados, definiu-se o primeiro bloco como de identificação, no qual se atribuiu um número para cada questionário; o local, cidade, de aplicação; a data e a indicação do entrevistador, o próprio pesquisador, como elementos de identificação e controle do instrumento para futuras consulta.

7.2.1 Perfil e análise dos cooperados da COOPAF

Os dados abaixo correspondem ao levantamento das informações coletadas nas fichas de admissão dos cooperados, e têm como objetivo levantar o perfil dos integrantes da COOPAF, visando a reafirmar que estes não se enquadram no conjunto dos classificados pobres desde a conceituação de pobreza que tem por base a variável renda. Assim, os dados indicam que:

- a) À época do levantamento (2012), todos os 8.000 (oito mil) cooperados possuíam ou detinham a posse de propriedades nas zonas rurais de seus respectivos municípios e se encontravam classificados como integrantes da agricultura familiar, nas condicionantes estabelecidas pela legislação pertinente;
- b) Aproximadamente 95% (noventa e cinco por cento) dos cooperados eram residentes nas respectivas unidades rurais das quais obtinham os recursos para provimento da sobrevivência;
- c) Dos 8.000 cooperados, 7 (sete), quer dizer, 0,0875 % (oitocentos e setenta e cinco milésimos por cento), possuíam a titularidade das suas áreas de terra, por meio da posse concedida pelo Governo do Estado da Bahia, depois de, à força, terem tomado posse a partir da ação, por invasão, de área particular considerada improdutiva;
- d) O nível de escolaridade dos cooperados situava-se entre 80% (oitenta por cento) de pessoas que tinham cursado até o equivalente à 4ª série do ensino fundamental; 15% (quinze por cento) tinham cursado até a 8ª série do ensino fundamental, e 5% (cinco por cento) tinham prosseguido nos estudos escolares após o ensino fundamental;
- e) Todos praticam a agricultura de subsistência, quer dizer, plantam e colhem mandioca para o fabrico de farinha, feijão para o próprio consumo, algumas

leguminosas, além de mamona nas áreas de terra remanescente ou concomitantemente;

- f) Todos possuem, na própria área produtiva, casa de residência, e destes, 10% (dez por cento) possuem outra unidade residencial na área urbana;
- g) A faixa etária dos cooperados situa-se no intervalo entre 26 anos, o mais novo cooperado, e 73 anos, o mais velho;
- h) Todos tiveram como justificativa para se tornarem cooperados a possibilidade de aumentarem suas respectivas rendas;
- i) Os dados de localização das propriedades indicam que 90% dos cooperados residem no entorno do município de Morro do Chapéu; 5% na região nordeste do estado; e os restantes 5% estão espargidos na região norte do estado;
- j) O tamanho, *per capita* das propriedades dos cooperados encontra-se assim definida: 80% dos cooperados possuem áreas que vão de cinco a vinte hectares; 10% possuem áreas entre vinte e um e cinquenta hectares; e, 10% com áreas acima de cinquenta hectares, chegando ao máximo de cento e dez hectares, por um cooperado;
- k) Na questão de gênero, constata-se que 100% dos cooperados são do sexo masculino.

Com este conjunto de dados classificados aqui como quantitativos, reforçamos a tese de que a inclusão social tratada por essa Política Pública está distante de atendimento ao conceito de inclusão social difundido por algumas Políticas Públicas tais como aquela preconizada pelos ODM, que se referem à pobreza extrema e à pobreza moderada, nos moldes anteriormente explicados.

Ou seja, existem outros tipos de pobres com necessidade de inclusão social, como tratado neste trabalho, os quais, além de não integrarem o universo dos pobres extremos e/ou moderados, e de possuírem propriedades e, de alguma forma, terem suas necessidades substantivas atendidas pelo uso dos seus recursos, terras produtivas, por exemplo, são também pobres no contexto de pobreza proposto por Amartya Sen (2001), conforme descrito em capítulo antecedente.

Assim, os dados expostos acima também reforçam, até certo ponto, que, para muito além da variável renda, a pobreza e a necessidade de inclusão social podem e devem ser consideradas a partir de outros fatores menos óbvios que aqueles

relacionados à carência de recursos para a satisfação de necessidades substantivas como a fome e uma moradia digna.

Dessa forma, o universo dos cooperados da COOPAF, embora não padeçam de algumas das necessidades que caracterizam a maioria dos pobres que são sujeitos de várias Políticas Públicas para a erradicação da pobreza e inclusão social criadas e praticadas por governos e instituições nacionais e internacionais, são considerados pobres e necessitados de inclusão social, também, na medida em que não lhes é garantida a realização de algumas das funções propiciadas pelas *capabilities* (SEN, 2001).

7.2.2 Apresentação e análise dos dados obtidos a partir da aplicação dos questionários fechados

Os dados apresentados e analisados a seguir foram obtidos a partir da aplicação do questionário fechado (Apêndice D), realizada durante o mês de março e abril de 2016 pelo próprio pesquisador em visita aos domicílios dos integrantes do espaço amostral, nos termos descritos no capítulo 6. No contexto deste trabalho de pesquisa, o objetivo dessa atividade foi reafirmar os dados achados nos demais instrumentos de coleta.

7.2.2.1 Características dos domicílios

Em conformidade com os objetivos descritos no capítulo relativo à Metodologia (Quadro 5), a análise das características dos domicílios dos integrantes da amostra tem como objetivo demonstrar o nível de bem-estar material do cooperado em relação ao nível de pobreza mensurável exclusivamente pela variável renda. No que concerne aos objetivos da pesquisa, tais dados desejam expressar que os cooperados da COOPAF não se enquadram no padrão de pobreza e de inclusão social que tem como base a variável renda. Os dados da Tabela 9 indicam o que, em termos de entendimento da pobreza multidimensional, poder-se-á evidenciar como satisfação parcial do que se classifica como “necessidades substantivas”, uma vez que algumas dessas chamadas necessidades, especialmente as de caráter utilitarista, estão satisfeitas.

Para o levantamento desses dados, levaram-se em consideração quinze itens de apuração, a saber:

- a) Tipo de posse exercida pelo cooperado em relação à sua casa de residência;
- b) Número de cômodos do imóvel;
- c) Número de dormitórios;
- d) Se o domicílio possui televisão;
- e) Se o domicílio possui TV à Cabo;
- f) Se o domicílio possui rádio;
- g) Se o domicílio possui DVD, Blue-Ray, Videogame;
- h) Se o domicílio possui máquina de lavar roupa;
- i) Se o domicílio possui forno de micro-ondas;
- j) Se o domicílio possui linha telefônica instalada;
- k) Se o domicílio possui computador, notebook ou tablet;
- l) Se as pessoas residentes possuem veículo para uso particular;
- m) Se as pessoas residentes possuem moto para uso particular;
- n) Se o domicílio possui acesso à Internet;
- o) Se o domicílio tem geladeira.

Tabela 9 – Distribuição relativa da existência de bens e serviços na residência do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Bens e Serviços			Total
	Sim	Não	
Televisão	100,0%	0,0%	100,0%
TV por Assinatura	80,0%	20,0%	100,0%
DVD, Blu-ray, etc.	28,0%	72,0%	100,0%
Lavadora	44,0%	56,0%	100,0%
Micro-ondas	86,0%	14,0%	100,0%
Linha Telefônica	24,5%	75,5%	100,0%
Computador/Notebook	94,0%	6,0%	100,0%
Acesso à Internet	92,0%	8,0%	100,0%
Geladeira	100,0%	0,0%	100,0%
Automóvel Particular	76,0%	24,0%	100,0%
Moto Particular	42,0%	58,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Como demonstrado na Tabela número 9, à medida que, por exemplo, 76% dos cooperados possuem automóvel particular e que 24% dispõem de motocicleta; 80% usam TV por assinatura; 44% utilizam máquina de lavar roupa; 94% possuem computador ou notebook; 92% dispõem de acesso à internet; alinhado aos outros serviços dos quais detêm a posse elencada na Tabela, conclui-se que, a rigor, parte das chamadas “necessidades substantivas” no contexto da pobreza mediada pela posse utilitarista de bens propiciados pela renda estão satisfeitas, como afirmado anteriormente, indicando, portanto, que a demanda por inclusão social da amostra refere-se a um tipo de inclusão cuja subjetividade reforça os caracteres que matizam a pobreza multidimensional demonstrada por Sen (2001).

A Tabela 10 indica que 75,9% dos integrantes do espaço amostral possuem casa própria, totalmente quitada, e que 100% desses cooperados residem em imóveis com no mínimo três e no limite máximo cinco cômodos ou mais; também retrata que apenas 17,2% dos membros da COOPAF estão em processo de quitação da sua casa própria, e que 3,4% dos coopeados residem em casas cedidas por familiares e, outros 3,4% residem em domicílios alugados de terceiros, com 81% dos integrantes da amostra residindo em domicílios com cinco ou mais quartos entre os cooperados com casas quitadas.

Tabela 10 – Distribuição relativa da quantidade de cômodos segundo a condição domiciliar do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Condição do Domicílio	Número de Cômodos			Total
	Um a dois	Três a quatro	Cinco ou mais	
Própria (Quitando)	0,0%	17,2%	19,0%	18,0%
Cedida por Familiar	0,0%	3,4%	0,0%	2,0%
Alugada	0,0%	3,4%	0,0%	2,0%
Própria (Quitado)	0,0%	75,9%	81,0%	78,0%
Total	0,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Os dados coletados reforçam o que consideramos como a satisfação parcial das “necessidades substantivas” e, portanto, da satisfação de inclusão social no âmbito utilitarista concernente com os pressupostos da inclusão social cuja variável é a renda. Assim, reafirmamos que a inclusão social demandada pelos cooperados situa-se no âmbito teórico da pobreza multidimensional. Tal afirmação pode ser confirmada pelos achados expostos na Tabela 11, que indica a quantidade de dormitórios dos domicílios em relação à quantidade de entes familiares residentes.

Tabela 11 – Distribuição relativa da quantidade de dormitórios segundo o número de entes familiares no domicílio do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Número de Dormitórios	Número de Entes Familiares				Total
	Um a dois	Três a quatro	Cinco a seis	Mais que seis	
Um a dois	0,0%	20,0%	60,0%	20,0%	100,0%
Três a quatro	2,3%	13,6%	70,5%	13,6%	100,0%
Cinco ou mais	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	2,0%	14,0%	68,0%	16,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A Tabela 11 indica que, à medida que a totalidade dos domicílios dos cooperados possui no mínimo três a quatro quartos, a distribuição dos habitantes dos imóveis acomoda 16% em unidades residenciais com três a quatro dormitórios, 68% em imóveis com cinco ou seis dormitórios e 16% em imóveis com mais de seis dormitórios. Os dados apontam, portanto, para um padrão de ocupação de dormitórios que ultrapassa o padrão descrito de pobreza e da necessidade de inclusão social sob a égide da variável renda. Isso indica, mais uma vez, uma demanda de inclusão social em nível multidimensional de avaliação de pobreza.

7.2.2.2 Caracterização dos entes familiares

A caracterização dos entes familiares tem por finalidade indicar a quantidade e a faixa etária dos membros das famílias dos cooperados. Para tanto, os itens abordados foram: sexo dos entes do grupo familiar, idade e se o ente familiar estuda ou não. No âmbito desta pesquisa, tais informações pretendem, mais uma vez, confirmar o distanciamento desse grupo de pesquisados do perfil atribuído aos pobres de forma geral, cuja base de análise da pobreza e da necessidade de inclusão social é a renda no seu aspecto meramente utilitarista.

Tabela 12 – Idade média dos entes familiares residentes no domicílio do trabalhador associado à COOPAF, segundo o sexo e condição de estudo do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Estuda	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	15	14	15
Não	40	34	38
Total	27	23	25

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A Tabela 12 apresenta que a idade média dos homens residentes nos domicílios dos cooperados é de 27 anos e das mulheres 23 anos. Considerados apenas os residentes que estudam, as idades médias de homens e mulheres são, respectivamente, 15 e 14 anos. Quando observados os residentes que não mais estavam estudando, homem e mulher têm a idade média de 40 e 34 anos, o que denota que apenas os adolescentes entre 14 e 15 anos dos dois sexos estudam, independentemente do nível de escolaridade.

A análise da Tabela 12 aponta para o fato de que os residentes em idade escolar regular, 14/15 anos, frequentam unidades de ensino, o que é indicativo da sua inclusão social no sistema educacional regular. Assim, essa inclusão social demandada pelo contingente expresso na amostra se dá em outro nível, que não aqueles expressos objetivamente, o que, no nosso entendimento, se refere à inclusão social de base relacional com o seu grupo primário de referência, a família, nos termos preconizados por Sen (2001).

A Tabela 13 mostra que 54,2% dos residentes nos domicílios dos cooperados são do sexo masculino e que, portanto, 45,7% são do sexo feminino. Quando se observa entre os residentes a relação entre estudarem ou não, verifica-se que 46,3% das mulheres estudam e 45,7% não estudam. Concomitantemente, 53,7% dos homens estudam e 54,3% não estudam. Assim, se considerarmos que homens e mulheres que não estudam já estudaram, entendemos que, mais uma vez, a inclusão social demandada é em outro nível, a qual evidenciamos como sendo subjetiva.

Tabela 13 – Distribuição relativa dos entes familiares residentes no domicílio do trabalhador associado a COOPAF, segundo o sexo e condição de estudo do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Estuda	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Sim	53,7%	46,3%	100,0%
Não	54,3%	45,7%	100,0%
Total	54,2%	45,8%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

7.2.2.3 Dados referentes à migração e identificação dos cooperados

O conjunto dos dados levantados neste tópico do questionário tem por objetivo identificar a naturalidade do pesquisado, seu sexo e sua faixa etária na perspectiva de estabelecer uma relação de pertença dos integrantes da amostra com a cidade de Morro do Chapéu e, por extensão, com a própria cooperativa cuja sede está localizada no município. Tal relação visa a demonstrar o nível de afinidade que o sujeito tem com a cidade, enquanto grupo de referência, o que auxilia na apuração da capacidade de o cooperado ouvir e se fazer ouvir, como aspecto subjetivo de inclusão social em nível da pobreza multidimensional.

A Tabela 14 indica que, independentemente da faixa etária, os cooperados da COOPAF sabem ler. Portanto, não padecem da necessidade de inclusão social no que concerne à educação básica, em relação ao acesso à leitura. Nesse caso, evidencia-se que a necessidade de inclusão demandada, como afirmado anteriormente, situa-se no âmbito das categorias de inclusão social propugnada pela pobreza multidimensional.

Tabela 14 – Distribuição relativa dos associados à COOPAF que sabem ler, segundo a faixa etária do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Faixa Etária	Sabe Ler		Total
	Sim	Não	
Até 24 anos	0,0%	0,0%	0,0%
De 25 a 29 anos	8,0%	0,0%	8,0%
De 30 a 39 anos	32,0%	0,0%	32,0%
De 40 a 49 anos	42,0%	0,0%	42,0%
50 anos ou mais	18,0%	0,0%	18,0%
Total	100,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A Tabela 15 indica que 72% dos integrantes da COOPAF são nativos da cidade de Morro do Chapéu, e que 28% são residentes no município. Nesse sentido, ações de inclusão social devem fortalecer o nível íntimo de pertença dos cooperados, como previsto nas análises sob a tônica da pobreza multidimensional, a partir da satisfação da capacidade de o cooperado ouvir e ser ouvido, por exemplo.

Tabela 15 – Distribuição relativa dos cooperados, que são naturais de Morro do Chapéu – Bahia – 2016

Naturalidade	Total
Sim	72,0%
Não	28,0%
Total	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

7.2.2.4 Dados referentes à instrução escolar

Para a coleta de dados referentes à instrução escolar dos pesquisados, indagou-se sobre:

- a) Se o cooperado frequenta a escola, e se esta é particular ou pública;
- b) Qual curso de grau mais elevado frequentou, na hipótese de atualmente não o estar fazendo;
- c) Se sabe ler e escrever e se compreende os textos que lê.

Em consonância com o Quadro 4, e no que tange aos objetivos da pesquisa, tais dados satisfazem a um dos pressupostos da realização de “funcionamentos” ou “capacidade” do indivíduo para fazer escolhas mais complexas, no sentido daquelas definidas por Sen (2001).

A Tabela 16 indica que 88% dos cooperados da COOPAF não frequentam nenhuma unidade escolar, mas já frequentaram, e que 12% do total da amostra continuam frequentando unidades escolares, dos quais 6% em rede de ensino particular e 6% em rede pública. Ou seja, são ou foram atendidos socialmente no quesito inclusão educacional e, supomos, necessitam agora de inclusão em níveis menos elementares e objetivos, conduzindo-os para necessidades de inclusão social

no aspectos relacionados às subjetividades características da pobreza multidimensional.

Tabela 16 – Distribuição percentual dos cooperados, que frequentam instituições de ensino – Morro do Chapéu – Bahia – 2016

Frequenta Instituição de Ensino	Total
Sim – Rede Particular	6,0%
Sim – Rede Pública	6,0%
Não, já frequentou	88,0%
Nunca frequentou	0,0%
Total	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A Tabela 17 indica os cursos frequentados pelos 6% dos cooperados que ainda estudam. Na mesma tabela é confirmado que 94% dos integrantes da amostra não mais estudam. Assim, os cooperados que estudam (6%), o fazem frequentando o ensino superior. Tais dados são reforçados na Tabela 18, na qual é apresentada a distribuição percentual dos cursos que foram frequentados pelos cooperados. Nesse caso, 18% frequentaram os programas de Educação de Adultos; 4% cursaram o ensino fundamental I; 22%, o ensino fundamental II; 8% concluíram um curso superior; 42% cursaram o ensino médio; e os 6% restante estão, ainda, fazendo um curso superior.

Tabela 17 – Distribuição relativa dos associados à COOPAF, segundo o curso que frequentam – Morro do Chapéu – Bahia – 2016

Curso Frequentado	Total
Não Frequentam	94,0%
Alfabetização de Adultos	0,0%
Ensino Fundamental I	0,0%
Ensino Fundamental II	0,0%
Ensino Médio	0,0%
Pré-Vestibular	0,0%
Superior – Graduação	6,0%
Mestrado ou Doutorado	0,0%
Total	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Tabela 18 – Distribuição relativa dos associados COOPAF que não estudam, segundo o curso mais elevado que frequentou – Morro do Chapéu – Bahia – 2016

Nível de Instrução	Total
Alfabetização de Adultos	18,0%
Ensino Fundamental I	4,0%
Ensino Fundamental II	22,0%
Ensino Médio	42,0%
Superior – Graduação	8,0%
Mestrado ou Doutorado	0,0%
Ainda Estudam	6,0%
Total	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Assim, compreendemos que tratar de inclusão social neste contexto refere-se exclusivamente a aspectos subjetivos relacionados à capacidade de realização dos funcionamentos nos moldes senianos.

7.2.2.5 Dados referentes à renda

Em obediência aos objetivos descritos no Quadro 5, o conjunto dos dados apresentados, a seguir, indica o nível de renda dos cooperados e o percentual dessa renda não auferida com a atividade relacionada com a Política Pública estudada.

Do ponto de vista da pobreza e da inclusão social abordada neste trabalho, a renda, para os integrantes da amostra, não admite sua classificação como pobres sob a análise da variável renda. Por isso, ratifica-se a condição da busca por inclusão social em níveis que extrapolam a análise utilitarista.

Ainda assim, para a classificação da classe social dos cooperados integrantes da amostra, foi utilizado o padrão classificatório fornecido pelo IBGE, que tem por base a renda, por permitir melhor compreensão e possibilidade de análise de crescimento real da inclusão social, no aspecto financeiro, dos cooperados após a adesão à COOPAF.

Dessa forma, os aspectos analisados foram:

- a) Renda familiar *per capita*;
- b) Origem de outros rendimentos além daqueles auferidos das atividades com a COOPAF;
- c) Se a vida do cooperado melhorou, financeiramente, após a sua associação à COOPAF.

A Tabela 19, ao indicar que, segundo a escala de definição de classe social utilizada pelo IBGE, dentre os cooperados da COOPAF, 36% encontram-se classificados com integrantes da Classe Alta na subcategoria Baixa e 64% se encontram classificados como Classe Alta na subcategoria Alta, reafirma o ponto de vista de que a Política Pública de erradicação de inclusão social sob a perspectiva da pobreza multidimensional, a partir da utilização do biodiesel com certificado social, na medida em que elegeu como seus beneficiários os agricultores familiares, visa ao atendimento exclusivo da inclusão social no seu aspecto multidimensional.

Tabela 19 – Distribuição relativa dos associados à COOPAF, segundo a classe social do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Classes Sociais		Total
Classe Baixa	Extremamente Pobre	0,0%
	Pobre	0,0%
	Vulnerável	0,0%
Classe Média	Baixa	0,0%
	Média	0,0%
	Alta	0,0%
Classe Alta	Baixa	36,0%
	Alta	64,0%
Total		100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Ainda com relação à renda dos cooperados, a Tabela 20, abaixo, reafirma os achados da pesquisa etnográfica, ao indicar que apenas 6% dos cooperados auferem rendas que não exclusivamente aquelas oriundas do uso da terra. Nesse caso, os valores adicionados à renda obtida com a utilização da própria terra referem-se a importâncias oriundas de aposentadoria rural dos cooperados.

Tabela 20 – Distribuição relativa da existência de outros rendimentos do cooperado, segundo a fonte – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Fontes de Rendimento	Sim	Não	Total
Aposentadoria	0,00%	100,00%	100,00%
Aluguel	0,00%	100,00%	100,00%
Pensão Alimentícia, Mesada, Doações	0,00%	100,00%	100,00%
Programas Assistenciais	0,00%	100,00%	100,00%
Seguro-Desemprego	0,00%	100,00%	100,00%
Outros	6,00%	94,00%	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

7.2.2.6 *Dados sobre a inclusão social com base na condição de cooperado da COOPAF*

Com o conjunto de dados levantados neste item, intenta-se obter percepções subjetivas que possam indicar a performance da Política Pública estudada como instrumento de inclusão social sob a perspectiva da pobreza multidimensional, como demonstrado neste estudo. No âmbito teórico relatado na pesquisa, a identificação subjetiva dos estados dos cooperados é que deverão indicar as suas potencialidades de realizar os “funcionamentos”, desde as “*capabilities*”, adquiridas com a sua inserção na COOPAF.

Reafirma-se, pelo nível da classe social dos cooperados, conforme Tabela 21, que a pobreza tratada aqui não se enquadra no patamar do que propõem as Políticas Públicas compensatórias. Trata-se, portanto, do provimento de outros e subjetivos tipos de necessidades, como defendido por Sen (2001).

Para o levantamento dos dados em análise buscaram-se informações com base nas seguintes questões:

- a) O que aconteceu com suas possibilidades de escolha em relação a sua vida, após a COOPAF;
- b) O que aconteceu com as possibilidades de escolhas para a sua família após a COOPAF;
- c) O que aconteceu com suas possibilidades financeiras após a COOPAF;
- d) O que aconteceu com seu bem-estar individual após a COOPAF;
- e) O que aconteceu com seu bem-estar coletivo após a COOPAF;

- f) O que aconteceu com sua capacidade de ampliar seu bem-estar após a COOPAF;
- g) O que aconteceu com sua relação com a comunidade após a COOPAF;
- h) O que aconteceu com a sua alimentação após a COOPAF;
- i) O que aconteceu com a alimentação dos seus familiares após a COOPAF;
- j) O que aconteceu com seu modo de vestir-se e dos seus familiares após a COOPAF;
- k) O que aconteceu com seu modo de reagir em casos de violência familiar após a COOPAF;
- l) O que aconteceu com sua relação familiar após a COOPAF;
- m) O que aconteceu com seu poder aquisitivo após a COOPAF.

A Tabela 21 capta a percepção do cooperado quanto a sua possibilidade de escolhas na sua vida e no seu núcleo familiar a partir da sua inserção na COOPAF. Nesse caso, 73,5% indicam melhoras totais, enquanto 26,7% indicam melhoras parciais em relação a escolhas individuais. No tocante às percepções de melhoras nas escolhas da vida do núcleo familiar, os números indicam que para 26,5% houve melhoras totais, e 73,5%, melhoras parciais. Portanto, do ponto de vista da inclusão social sob a perspectiva da pobreza multidimensional, é perceptível, pelos dados, a boa performance da Política Pública estudada.

Tabela 21 – Distribuição relativa da percepção, segundo as possibilidades de escolhas na vida e por possibilidades de escolha para família do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Possibilidades de Escolha à Vida	Possibilidades de Escolha à Família					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	73,5%	26,5%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	26,7%	73,3%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	58,0%	40,0%	0,0%	2,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

No que concerne às possibilidades financeiras, a Tabela 22 demonstra a percepção de que 82,9% dos cooperados melhoraram totalmente; 28,6% melhoraram parcialmente, e que somente para 2% da amostra a ação da COOPAF na execução da Política Pública foi indiferente. Quando tais possibilidades se relacionam com a

percepção de poder aquisitivo, 17,1% indicam que houve melhoras totais, contra 71,4% que relatam melhoras parciais, e 2% que informam indiferença nas suas vidas.

Tabela 22 – Distribuição relativa da percepção, segundo as possibilidades financeiras e por poder aquisitivo do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Poder Aquisitivo	Possibilidades Financeiras					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	82,9%	17,1%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	28,6%	71,4%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	72,0%	26,0%	2,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Na medição da percepção de estados de bem-estar, tanto individual como coletivamente, os dados indicam, conforme Tabela 23, que o bem-estar individual melhorou totalmente para 86,1% dos cooperados e melhorou parcialmente para 13,9%. Quando a percepção se refere ao bem-estar coletivo e individual, concomitantemente encontramos que para 80% houve melhoras totais, para 18% melhoras parciais e para 2% a situação foi indiferente. Tais achados dão lastro à tese defendida nesta pesquisa, no que se refere à eficiência da Política Pública quando a análise de inclusão social se reveste dos pressupostos da pobreza multidimensional.

Tabela 23 – Distribuição relativa da percepção, segundo o bem-estar coletivo e por bem-estar individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Bem-estar Individual	Bem-estar Coletivo					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	86,1%	13,9%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	81,8%	18,2%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	80,0%	18,0%	2,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A Tabela 24 indica que, para 96,6% dos cooperados, a possibilidade de ampliação do bem-estar individual melhorou totalmente, e parcialmente para 3,4%.

Com relação à ampliação do bem-estar coletivo, para 63,2% houve melhora total, para 31,6% melhora parcial, e foi indiferente para 5,3%.

Tabela 24 – Distribuição relativa da percepção, segundo o bem-estar coletivo e por capacidade de ampliar o bem-estar individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Capacidade de Ampliar Bem-estar Individual	Bem-estar Coletivo					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	96,6%	3,4%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	63,2%	31,6%	5,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Total	80,0%	18,0%	2,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A Tabela 25 indica que, no geral, a relação individual com a comunidade melhorou totalmente para 84% dos cooperados; melhorou parcialmente para 10% e foi indiferente para 6%.

Tabela 25 – Distribuição relativa da percepção, segundo o bem-estar coletivo e por relação com a comunidade do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Bem-estar Coletivo	Relação Com a Comunidade					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	95,0%	2,5%	2,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	44,4%	44,4%	11,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	84,0%	10,0%	6,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

No aspecto alimentação, com base na Tabela 26, os cooperados indicam que, individualmente, ela melhorou totalmente para 60% e foi indiferente para 40%, mantidos os mesmos percentuais quando a análise se refere à alimentação do núcleo familiar como um todo.

Tabela 26 – Distribuição relativa da percepção, segundo a alimentação dos familiares e por alimentação individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Alimentação Individual	Alimentação Familiar					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	60,0%	0,0%	40,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	0,0%	60,0%	40,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	6,0%	6,0%	88,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

A leitura e interpretação da Tabela 27 indicam que os modos de vestir dos cooperados e dos seus familiares mudaram totalmente para 4%, mudaram parcialmente para 18% e foram indiferentes para 78%. Nesse sentido, percebe-se que no grupo estudado a inclusão social não está relacionada ao modo de vestir.

Tabela 27 – Distribuição relativa da percepção, segundo o vestuário dos familiares e por vestuário individual do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Modo de Vestir Individual	Modo de Vestir dos Familiares					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	0,0%	42,1%	57,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	6,7%	3,3%	90,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	4,0%	18,0%	78,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

Para os cooperados da COOPAF, a relação familiar e a reação, positiva, aos casos de violência familiar, melhoraram totalmente para 42%, parcialmente para 38% e, para 20%, o fato de estar inserido na COOPAF foi indiferente quando se refere à relação familiar e reação à violência familiar, conforme indica a Tabela 28.

Tabela 28 – Distribuição percentual da percepção, segundo a relação com a família e por reação em conflitos familiares do cooperado – Morro do Chapéu, Bahia – 2016

Relação Familiar	Reação à Violência Familiar					Total
	Melhoraram Totalmente	Melhoraram Parcialmente	Indiferente	Pioraram Parcialmente	Pioraram Totalmente	
Melhoraram Totalmente	58,8%	26,5%	14,7%	0,0%	0,0%	100,0%
Melhoraram Parcialmente	9,1%	72,7%	18,2%	0,0%	0,0%	100,0%
Indiferente	0,0%	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Parcialmente	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Pioraram Totalmente	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Total	42,0%	38,0%	20,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Resultados da pesquisa (2016).

O conjunto dos dados acima permite um volume significativo e variado de análises sobre a mostra. Entretanto, como o objetivo dessa pesquisa é tão somente um estudo de caso sobre a Política Pública de Uso do Biodiesel com Certificado Social para a Inclusão Social dos Agricultores Familiares sob a Perspectiva da Pobreza Multidimensional, focamos a análise na perspectiva de demonstrar a performance desta Política Pública à luz do conceito de pobreza multidimensional proposto por Sen (2001). Assim, no capítulo seguinte, apresentamos as considerações finais e recomendações do que pudemos colher da fundamentação teórica e dos dados levantados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

À luz das bases teóricas tratadas neste trabalho, bem como do levantamento e análise dos dados coletados, o presente capítulo tem como finalidade apresentar as considerações finais e recomendações possíveis a partir dos resultados apurados com a pesquisa, com a intenção de, em atendimento ao método científico, responder ao problema da pesquisa e fornecer indicações para ampliação das discussões levantadas.

8.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como definido na introdução do trabalho, o objetivo geral desta pesquisa é mensurar a performance da utilização do biodiesel com certificado social como um instrumento da Política Pública de inclusão social de agricultores familiares, tomando como fundamento as nuances teóricas da pobreza multidimensional, com base no corolário de leis e regras que formataram este instrumento de inclusão social, mediante um estudo de caso em uma cooperativa enquanto braço executor dessa Política Pública.

Por esta razão, espera-se que os resultados alcançados pela pesquisa possam fornecer alguma contribuição teórica sobre a temática, ao tempo em que seja possível propiciar novos encaminhamentos empíricos para o tratamento da inclusão social nos termos em que a pesquisa os coloca, ou seja, sob a multipluralidade do conceito de inclusão e, especialmente, da inclusão social tratada sob a perspectiva da pobreza multidimensional, com o enfoque dado por Amartya Sen (1976, 1983a, 1983b, 2000, 2001).

Dessa forma, com relação ao estudo desenvolvido, pelo menos uma questão tratada no trabalho demanda conjecturas teóricas adicionais, para justificar a opção adotada na pesquisa com relação à categoria “inclusão social”.

A expressão “inclusão social”, explicitada no texto da Lei que criou o biodiesel com certificado social, não dá margem à definição precisa da categoria social à qual faz referência. Nesse sentido, objetivamente fica evidente a dificuldade de entendimento sobre qual sentido deve ser atribuído ou de que inclusão social se refere o legislador com a criação dessa Política Pública.

Afinal, que tipo de inclusão social essa Política Pública quer expressar exatamente? E em que nível? Ademais, qual a base teórica usada pelo legislador na definição do que a Lei define como inclusão social?

No contexto do estudo, identificamos o procedimento de inclusão social sob a perspectiva da pobreza multidimensional, pois, considerando o universo dos sujeitos da Política Pública, os agricultores familiares, não caberia tratar de inclusão em outra esfera de demandas inclusivas que não aquelas que privilegiam noções subjetivas de realização social.

A simples análise dos perfis dos agricultores familiares apurados pelos dados empíricos, de antemão, nos permite compreender que os integrantes da amostra, os agricultores familiares, não padecem de inclusão social no âmbito da pobreza analisada sobre outro viés que não aquele relacionado à pobreza multidimensional.

Também seria, deveras, abrangente tratar neste estudo a inclusão social sob o enfoque atribuído a essa categoria social por autores como Martins (1987) e Castel (2010), como explicitado em capítulo antecedente.

Por essa razão, e fiel aos objetivos gerais e específicos da pesquisa, assumiu-se que a inclusão social aqui tratada se reporta à perspectiva da obtenção das capacidades para a realização do que Sen (2001) classifica como funcionamentos.

Assim, optamos pela apresentação dessas considerações finais em três blocos distintos, mas interdependentes, visto que tratarão individualmente do biodiesel com certificação social e sua evolução no país; da inclusão social dos agricultores familiares desde os aspectos da pobreza multidimensional; e, finalmente, da COOPAF e dos seus cooperados como braço executor e população beneficiária daquela Política Pública, e os resultados apurados pela análise dessa Política Pública, desde a manifestação dessa população.

8.1.1 1º Bloco: O biodiesel com certificado social como Política Pública de inclusão social

Embora as preocupações voltadas para a substituição gradual dos combustíveis fosseis pelos renováveis no Brasil tenham iniciado na década de 30 do século XX, com a adição do então álcool, de cana-de-açúcar, à gasolina importada pelo país, somente no ano de 2004 o país inseriu de forma definitiva na sua cadeia de

produção energética o biodiesel. E o fez em conformidade com o Decreto-Lei Federal nº. 5.297 de 06 de novembro de 2004.

Com os incentivos fornecidos pelo Governo Federal brasileiro, pelo rápido crescimento da demanda local e mundial, e pelas condições vantajosas da vastidão territorial do país para a produção de biodiesel, rapidamente o país alcançou a sexta posição entre os maiores produtores mundiais de biodiesel (CASTRO; LIMA; SILVA, 2010).

Entretanto, o biodiesel firmou-se como uma Política Pública de inclusão social de agricultores familiares somente com a promulgação do Decreto Lei Federal nº. 11.097/2005 (BRASIL, 2005), que criou o “Selo Combustível Social”, e definiu que toda a produção de biodiesel em solo nacional deve ter como fornecedor de matérias-primas o agricultor familiar, no limite mínimo de 20% de toda a produção do óleo. Em outras palavras, todo o biodiesel produzido e comercializado no país deverá ter como matéria-prima 20% de oleaginosas, produtoras do óleo, fornecidas por agricultores familiares representados por sindicatos, cooperativas ou associações da categoria.

Dessa forma, em janeiro de 2013, o balanço das empresas produtoras de biodiesel no Brasil, possuidoras do Selo Combustível Social, conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) (2013), indicava que 70% das unidades produtoras de biodiesel no país, 40 usinas de produção, possuíam este selo.

Por outro lado, a inserção de agricultores familiares no processo de produção do biodiesel com certificado social e, portanto, beneficiários da Política Pública até o ano de 2010, atingia um contingente de 100.000 (cem mil) famílias (PNUD, 2011). Se considerarmos a média de cinco membros por grupamento familiar, estamos nos referindo à inclusão social de 500.000 (quinhentos mil) brasileiros, em última instância, no processo social de produção. Ou seja, em apenas cinco anos de execução dessa Política Pública, parte considerável dos agricultores familiares do país foram alcançados. Assim, podemos apontar a boa performance na execução da Política Pública.

8.1.2 2º Bloco: A Inclusão Social sob a perspectiva da pobreza multidimensional

A pobreza é um fenômeno multifacetado e de difícil unanimidade conceitual. No aspecto quantitativo, sua face mais proeminente é aquela que aponta a ausência

ou escassez de renda, qualquer que seja a origem desta, como fator definidor do estado de pobreza. Nesse sentido, inclusão social manifesta-se como a potencialização do poder utilitarista da renda. Quer dizer, inserção dos pobres nos processos de consumo maciço de bens.

Entretanto, mensurar a pobreza a partir desta variável enseja o que autores como Martins (1997) consideram como uma grave e “proposital inclusão precária e instável, marginal”, porque incapaz de atender ao conjunto dos elementos que definem o estado de pobreza. Assim, estados de pobreza resultantes de deficiências estruturais e/ou conjunturais do contexto social em que se vive são vistos como solucionáveis a partir de Políticas Públicas desenvolvimentistas, ainda, ou políticas públicas de redistribuição de rendas, como o brasileiro Programa Bolsa Família (PBF) ou como o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCV), dentre tantos que governos e instituições supragovernamentais e transnacionais, como a ONU, por exemplo, insistem em aplicar.

Por outro lado, se o entendimento da pobreza, mesmo sem a unanimidade conceitual, abandona o seu caráter utilitarista no qual a renda é capaz de disponibilizar alguns recursos materiais, e mergulha no entendimento de que o indivíduo deixa de ser pobre apenas quando uma vez atendido nas “necessidades substantivas” (“estar nutrido adequadamente”; “estar em boa saúde e livre das doenças que podem ser evitadas”; “ter moradia digna e emprego com remuneração justa”), ele exercita o seu “conjunto capacitário”. Segundo Sen (1976, 1983a, 1983b, 2000, 2001), isso significa sua capacidade de exercer “os funcionamentos”, traduzidos na liberdade que os indivíduos devem ter para “escolher dentre vidas possíveis”, logo, estamos então tratando do que se denomina como pobreza multidimensional com as resultantes formas de inclusão social, que se traduzem na potencialização de aspectos subjetivos dos indivíduos e das coletividades.

Assim, no contexto da multidimensionalidade da categoria pobreza, a renda é apenas um dos seus elementos constitutivos enquanto capaz de atendimento a algumas das muitas “necessidades substantivas”. Se considerarmos um contexto em que é, também, “necessidade substantiva” o direito individual de se fazer escolhas, quaisquer que sejam tais escolhas, entenderemos o quão importante é o trabalho de inclusão social nesse aspecto.

Destarte, os vários índices de medição do estado de pobreza usualmente aplicados mundo afora são insuficientes para captar as subjetividades da pobreza sob

a égide multidimensional e a consequente inclusão social nos seus termos. Por essa razão, o presente trabalho utilizou-se também da pesquisa qualitativa etnográfica como mecanismo de captação das impressões do universo amostral estudado para mensuração do objeto do estudo.

No ambiente do que se denomina de pobreza multidimensional, o “conjunto capacitário” para a realização de “funcionamentos” como instrumento de erradicação da pobreza, corresponde à condição intrínseca do indivíduo propiciar o seu bem-estar. Em acordo com os pressupostos definidos por Sen (2001), para este estudo a condição de bem-estar é definida como a condição de, satisfeitas as “necessidades substantivas”, o direito e o poder de o indivíduo poder fazer escolhas para si e para seu grupo de referência – família, parentes, amigos, grupos que participe -, em quaisquer níveis; o poder do indivíduo ouvir e ser ouvido em todas as circunstâncias, por exemplo.

Nesse sentido, a análise dos dados coletados da COOPAF com relação à execução da Política Pública estudada indica a consecução dos objetivos de inclusão sob a lógica multidimensional, uma vez que a maioria dos integrantes da amostra relatam qualitativa e quantitativamente o seu poder de, satisfeitas as necessidades básicas do uso e aquisição de bens, ouvir e se fazer ouvir; melhorar-se individual e coletivamente, bem como a ampliação das suas potencialidades de fazer escolhas.

8.1.3 3º Bloco: A COOPAF e os resultados obtidos por seus cooperados com a execução da Política Pública do biodiesel com certificado social

Do ponto de vista legal (Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971) (BRASIL, 1971), as cooperativas são caracterizadas como sociedades de pessoas “com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades”, podendo ter como objeto social qualquer atividade econômica.

Dessa forma, sociedades cooperativas desenvolvem atividades econômicas visando ao enriquecimento dos seus membros, lastreadas na doutrina cooperativa firmada nos sete princípios cooperativos, a saber:

1. A adesão livre e voluntária dos cooperados;
2. A gestão democrática e livre dos negócios cooperativos;

3. A participação econômica dos associados com a cooperativa;
4. A autonomia e a independência das cooperativas;
5. A educação, formação e informação dos cooperados;
6. A Intercooperação entre os cooperados e as demais cooperativas;
7. A preocupação pela comunidade, atualmente, a chamada “responsabilidade social”, por parte do sistema cooperativista.

No contexto da execução da Política Pública do biodiesel com certificado social, a COOPAF foi fundada em 2006, com o apoio integral da unidade da FETAG no estado da Bahia, que contribuiu financeiramente, concedendo empréstimos para que um grupo de agricultores do município de Morro do Chapéu, Bahia, após quase um ano de discussões, fundassem a cooperativa com o objetivo de “entrar no negócio de fornecer mamona para fazer biodiesel” conforme relato gravado de um cooperado.

Até o ano de 2011, do ponto de vista financeiro, a COOPAF obteve como receitas o montante de R\$ 57.496.281,38 (cinquenta e sete milhões, quatrocentos e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e um reais e trinta e oito centavos), promovendo a um só tempo um aumento significativo do PIB local e, na medida em que esses recursos eram repassados para os cooperados, justifica-se a classificação desses sujeitos como integrantes da Classe Social Alta, com perfil Alto (64% dos cooperados), e da Classe Social Alta, com perfil Baixo (36% dos cooperados), nos termos definidos pelo IBGE, como demonstrado na Tabela 19.

Outrossim, reafirmamos que o aporte desses recursos para os cooperados, como pagamento pelo fornecimento à cooperativa de oleaginosas, proporcionou a satisfação de algumas das “necessidades substantivas”, especialmente aquelas relacionadas à aquisição de bens materiais, como indicam as Tabelas 9 e 10.

Sob o ponto de vista de análise de políticas de erradicação da pobreza multidimensional, a variável renda, como já demonstrado acima, é insuficiente porque é utilitarista na sua concepção. Assim, a análise de informações mais sensíveis como aquelas que expressam o sentimento particular do cooperado em relação à situação da sua capacidade de escolhas para a sua vida e a da sua família (Tabela 21); à sua situação em relação ao convívio com seus grupos de referência (Tabela 25); à sua situação com referência às suas escolhas para o convívio familiar nas situações de violência doméstica (Tabela 28) expressam, nesta pesquisa, a eficácia da política estudada no universo amostral.

Em outra perspectiva de análise, essa realizada a partir dos dados etnográficos transformados em uma entrevista semiestruturada e aberta, retratam-se também aspectos subjetivos da manifestação de bem-estar dos cooperados em relação a eles próprios no relato das suas histórias de vida, bem como com relação aos demais cooperados e a própria COOPAF, conforme relata o entrevistado número 05:

[...] Eu acho que a cooperativa melhorou a vida de muita gente. Não vou dizer que a cooperativa matou a fome de ninguém porque, graças a Deus, aqui quem tem um pedacinho de terra não passa fome. Mas a cooperativa ajudou muita gente a melhorar sua renda e, muito mais, ajudou muita gente a ser melhor. Tinha muita gente aí, que não sabia nem falar nem chegar nos lugares e hoje é diferente. Você vai em uma reunião, no Sindicato, ou na Igreja ou mesmo nas assembleias e você vê o sujeito falando e dando opinião. Isso é muito importante.

[...] Quando eu encontro essas pessoas eu fico feliz e acho que quem ajudou muito esse pessoal foi a cooperativa com as reuniões e os encontros que a gente faz.

Ou o entrevistado número 06, ainda em relação aos demais cooperados,

[...] Agora, tem muito cooperado que eu não conheço. Se não me engano são quase oito mil ou mais. Tive olhando as fichas de admissão [...].

[...] Eu sou daqui do Morro, nasci e me criei aqui. Conheço todo mundo. Os mais novos desde criança, os mais velhos me viram crescer. Então posso falar que duas coisas mudaram muito a vida das pessoas da cidade. Primeiro a fundação do sindicato, que terminou por facilitar a vida das pessoas na hora da aposentadoria e na obtenção de algumas vantagens como o Pronaf. A outra coisa importante foi a Cooperativa. Com ela, a vida de todo mundo e da cidade melhorou muito, né? [...].

[...] A cooperativa trouxe mais recursos para a cidade, ajudou os cooperados no seu plantio, além de, pelos cursos de cooperativismo que faz, educou muita gente. Hoje temos já novos líderes religiosos e comunitários graças a cooperativa, sem falar no aumento da renda dos membros da agricultura familiar.

[...] Dá gosto, hoje, conversar com os cooperados. Aprendemos muito nessa labuta de comprar e vender sementes e fazer contatos com os empresários e o povo do Governo.

Portanto, os resultados empíricos encontrados na pesquisa ao tempo que confirmam o referencial teórico apresentado, ensejam também um maior aprofundamento dos estudos relacionados à Política Pública do biodiesel com certificado social como Política Pública de combate à pobreza no que concerne à pobreza multidimensional, principalmente em função da subjetividade e sensibilidade dos elementos que a constituem. Por outro lado, a necessidade da continuidade dos estudos sobre a pobreza se fazem necessários em função, principalmente, das formas que ela assume em quaisquer contextos sociais.

8.2 RECOMENDAÇÕES

Um trabalho de pesquisa, pela sua natureza de produtor de conhecimentos, nunca está pronto.

Se, em um primeiro momento, a pesquisa deve ter como norte o atendimento, na forma de uma resposta, ao problema da pesquisa, após essa fase descortina-se e desvela-se (tira-se o véu) um sem número de outros problemas desde a resolução do problema inicial.

Ademais, a própria pesquisa em si mesma, e pela sua natureza reducionista, deixa lacunas no seu trajeto, além de comportar limitações metodológicas, ideológicas e até mesmo técnicas.

Dessa forma, a conclusão de um trabalho de pesquisa deve ser um convite a várias outras pesquisas, inclusive com vieses diametralmente opostos.

Nesse sentido, o presente trabalho não foge à regra.

Assim, mais que recomendações, listamos abaixo ações que pensamos desenvolver ao longo dos próximos anos, com a intenção de aprimorar este trabalho.

- a) Produção de artigos científicos a partir da pesquisa no sentido de construir instrumentos menos subjetivos de análise da pobreza multidimensional;
- b) Desenvolvimento de estudo econômicos, com relação ao biodiesel certificado socialmente e não certificado, em relação aos preços atuais do petróleo fóssil e o impacto das novas descobertas de petróleo fóssil nas camadas do pré-sal;
- c) Desenvolvimento de estudos e produção de artigos sobre as oleaginosas típicas do semiárido e sua performance na qualidade, medidas internacionalmente, do biodiesel produzido a partir do seu uso.
- d) Estudos sobre a composição de quadros diretivos de cooperativas, de modo geral, como instrumento de análise da situação e atuação dessas entidades.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **Ipea recomenda diversificação da produção agrícola e redução dos custos para consolidar programa do biodiesel**. Brasília: EBC Serviços, 1 mar. 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-03-01/ipea-recomenda-diversificacao-da-producao-agricola-e-reducao-dos-custos-para-consolidar-programa-do-b>>. Acesso em: 9 set. 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALKIRE, Sabina; SANTOS, Maria Emma. **Acute Multidimensional Poverty: A New Index for Developing Countries**. Oxford: Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI), 2010. Working Paper OPHI, n. 38. Disponível em: <<http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp38.pdf>>. Acesso em: 8 jul. 2011.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

AZEVEDO, Tasso. Matriz energética global. **Planeta sustentável**: Blog do Clima, São Paulo, 24 jun. 2014. Disponível em: <<http://planetasustentavel.abril.com.br/blog/blog-do-clima/2014/06/24/matriz-energetica-global/>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

BALSA, Casimiro; SOULET, Marc-Henry; BONETI, Lindomar Wessler (Org.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional**. Ijuí, RS: Unijuí, 2006.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **A política das Políticas Públicas**. Progresso econômico e social na América Latina: Relatório 2006. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BAPTISTELLA, Juliana Carolina Frigo. **Os impactos dos programas de transferência condicionada de renda na desigualdade do rendimento domiciliar per capita nas macro-regiões brasileiras pós-2000**. 2010. Monografia (Finanças Públicas)-XV Prêmio Tesouro Nacional, Homenagem a Joaquim Nabuco, Brasília, 2010.

BARDINI, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa. Edições 70, 1979.

BENEDICTO, José Luís Luzón; CARVALHO, Márcia Cardim de. La pobreza según los objetivos del milenio, y las políticas sociales europeas. ¿Hacia una nueva relación centro periferia? **Bahia análise e dados**, Salvador: SEI v. 17, n. 1. p. 799/822, abr./jun. 2007.

BÍBLIA Sagrada. Versão Almeida Revista e Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

BOURDIEU, Pierre (Coord.). **A miséria do mundo**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Controladoria Geral da União. **Transferência de recursos por ação de governo**: transferência de renda diretamente às famílias em condição de pobreza e extrema pobreza. Brasília: CGU, 2009. Disponível em: <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Acesso em: 30 maio 2013.

_____. Decreto de 2 de julho de 2003. Institui Grupo de Trabalho Interministerial encarregado de apresentar estudos sobre a viabilidade de utilização de óleo vegetal - biodiesel como fonte alternativa de energia, propondo, caso necessário, as ações necessárias para o uso do biodiesel. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 jul. 2003a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn9920.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Decreto de 23 de dezembro de 2003. Institui a Comissão Executiva Interministerial encarregada da implantação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal - biodiesel como fonte alternativa de energia. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 dez. 2003b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/2003/Dnn10093.htm>. Acesso em: 22 jun. 2014.

_____. Decreto nº. 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 17 set. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm>. Acesso em: 29 jun. 2013.

_____. Decreto nº. 5.297 de 6 de dezembro de 2004. Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel, sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 02, 07 dez. 2004.

_____. Decreto nº. 6.458 de 14 de maio de 2008. Altera o art. 4º do Decreto nº. 5.297, de 6 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os coeficientes de redução diferenciados das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 01, 15 maio 2008.

_____. Decreto nº. 6.606, de 21 de outubro de 2008. Dá nova redação ao art. 3º do Decreto nº. 5.297, de 6 de dezembro de 2004, que reduz as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação e a comercialização de biodiesel. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 01, 22 out. 2008.

_____. **Instrução Normativa nº. 01 de 19 de fevereiro de 2009.** Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do selo combustível social. Brasília: MDA, 2009. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78149>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Instrução Normativa nº. 02 de 30 de setembro de 2005.** Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos ao enquadramento de projetos de produção de biodiesel ao selo combustível social Brasília: MDA, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_627/IN%2002%20-%202005%20MDA.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. Lei nº. 11.097 de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nºs. 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 08, 14 jan. 2005.

_____. Lei nº. 11.116, de 18 de maio de 2005. Dispõe sobre o Registro Especial, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, de produtor ou importador de biodiesel e sobre a incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins sobre as receitas decorrentes da venda desse produto; altera as Leis nºs 10.451, de 10 de maio de 2002, e 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 19 maio 2005.

_____. Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Lei da Agricultura Familiar. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 25 jul. 2006.

_____. Lei nº. 11.977, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº. 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 2, 8 jul. 2009c.

_____. Lei nº. 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Lei do Cooperativismo. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, Seção 1, p. 10354, 16 dez. 1971.

_____. Ministério da Fazenda. **Orçamento social do Governo Federal 2001-2004.** Brasília: MF, 2005. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2005/OS200429abr.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

_____. Ministério de Minas e Energia. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº. 2, de 13 de março de 2008.** Estabelece em três por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado

ao consumidor final, nos termos do art. 2o da Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Brasília: MME; CNPE, 2008. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139153/Resolucao02.pdf/afaedc9e-51a5-410b-ab80-ac5e767e658a>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. Ministério de Minas e Energia. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº. 3, de 23 de setembro de 2005**. Reduz o prazo de que trata o § 1º do art. 2º da Lei nº. 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e dá outras providências. Brasília: MME; CNPE, 2008. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br/documents/10584/1139147/Resolucao03.pdf/ea0bcfa0-378c-4ff7-88d6-a3ad9cfa2457>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. Ministério de Minas e Energia. Conselho Nacional de Política Energética. Resolução Nº. 7 do CNPE de 5 de dezembro de 2007. Estabelece as diretrizes para a formação de estoques de biodiesel no Brasil, com fornecimento restrito a produtores com concessão de uso do Selo Combustível Social. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 dez. 2007, Seção 1, p.3.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Conselho Nacional de Política Energética. **Resolução nº. 5, de 3 de outubro de 2007**. Estabelece que o volume de biodiesel necessário para atender o mercado obrigatório de biodiesel a partir de 2008, por meio de leilões públicos, e dá outras providências. Brasília: MDA, CNPE, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/VTS5o0>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instrução Normativa nº. 01, de 20 de junho de 2011**. Dispõe sobre a participação de cooperativas agropecuárias do agricultor familiar como fornecedoras de matéria-prima aos produtores de Biodiesel para os fins de concessão e manutenção do Selo Combustível Social. Brasília: MDA, 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/wEYVfu>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº. 60 de 06 de setembro de 2012**. Brasília: MDA; SAF, 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Portaria nº. 97 do MDA, de 14 de novembro de 2006**. Brasília: MDA; SAF, 2006.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Resolução nº. 3, de 11 de setembro de 2006. Incentiva os agricultores familiares participantes do programa do biodiesel ao cultivo da mamona combinada com o feijão desde que estejam em municípios que aderirem ao Garantia-Safra e desde que a área mínima combinada seja de 1,5 ha. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 set. 2006, Seção 1, p.79.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Resolução nº. 49, de 16 de novembro de 2004. Aprova Recomendações sobre o Programa Nacional do Biodiesel. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 nov. 2006, Seção 1, p.61.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. 2009. Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/o_programa_bolsa_familia>. Acesso em: 1 jun. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil**. Brasília: MDCF, 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/peti>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. **Economia brasileira: uma introdução crítica**. 3. ed. São Paulo: Edições 34, 1998.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Consulta de benefícios por UF**. Brasília: CEF, 2012. Disponível em: <https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.0000_00.asp>. Acesso em: 14 mar. 2013.

CALLON, Michel (Org.). **The laws of the markets**. Oxford: Blackwell, 1998.

CAMUS, Albert. **Calígula: uma peça em três atos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **O Tao da Física: um paralelo entre a física moderna e o misticismo oriental**. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTEL, Robert. **A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones?** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. Classes sociais, desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). **Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 63-77.

CASTRO NETO, Armando Affonso de; ALVES, Luís André de Aguiar. **Considerações sobre a pobreza na Bahia: tendências e estimativas de efeitos de política de transferência direta**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), 2011 (Série Textos para Discussão, nº. 3). Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_03.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2013.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; SILVA, João Flávio Veloso (Eds.). **Complexo agroindustrial de biodiesel no Brasil**: competitividade das cadeias produtivas de matérias-primas. Brasília: Embrapa, 2010.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CIMADORE, Alberto; DEAN, Hartley; SIQUEIRA, Jorge (Org.). **A pobreza do estado**: reconsiderando o papel do estado na luta contra a pobreza global. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

CODES, Ana Maria Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza**: em direção a uma visão complexa. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão; nº. 1332.)

COIMBRA, Marcos Antônio. Abordagens teóricas ao estudo das políticas sociais. In: ABRANCHES, Sérgio H.; COIMBRA, Marcos Antônio; SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Política Social e Combate à Pobreza**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987. p. 65-104.

COSTA, Aldacy de Paiva. **Políticas públicas**: programas sociais federais de transferência de renda – Bolsa Família. 2005. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Universidade Estadual da Paraíba; Governo do Estado da Paraíba, João Pessoa, 2005. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/2M.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAMÁSIO, Antônio R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. **Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 105-114, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v10n1/v10n1a12.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

DOURADO, Mailena Silva. **Esterificação etílica dos ácidos graxos residuais obtidos da purificação do glicerol gerado na produção industrial de biodiesel, utilizando ácido nióbbico como catalisador**. 2015. 70f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Industrial) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Industrial, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2015.

EUFRÁSIO, Mário. **Estrutura urbana e ecologia humana**: a escola sociológica de Chicago (1915-1940). São Paulo: Edições 34, 1999.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FONTANELLA, Bruno José Lacerda; RICAS, Janete; TURATO, Egberto Ribeiro. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 17-27, jan. 2008.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GALBRAITH, John Kenneth. **A natureza da pobreza das massas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

_____. **The New Industrial State**. Boston: Houghton Mifflin, 1967.

GALVÊAS, Ernane. Apresentação. In: MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 5-19. (Os Economistas).

GEREMECK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia – 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GERRING, John. What is a case study and what is it good for? **American Political Science Review**, Cambridge, v. 98, n. 2, p. 341-354. 2004.

GIDDENS, Anthony. **Contemporary Critique of Historical Materialism**. Vol. II: The Nation-State and Violence. Cambridge: Polity Press, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Estudo de caso**. São Paulo: Atlas, 2009a.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009b.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GREEN, Duncan. **Da pobreza ao poder: Como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo**. São Paulo: Cortez, 2009.

HABERMAS, Jurgen. **O futuro da natureza humana**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HENRIQUE, Trazíbulo. **Informática na educação: as professoras**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

HOFFMANN, R. As transferências não são as causas da redução da desigualdade. **Revista Econômica**, Rio de Janeiro, v. 7 n. 2, p. 335-341, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v7n2/rodolfo.pdf>>. Acesso em: 5 jul. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006: Brasil, Grandes regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e Políticas Públicas.** Brasília, 2009.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil.** São Paulo: Edições 34, 2009.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas.** 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

LACERDA, Fernanda Calazans Costa. **A pobreza na Bahia sob o prisma multidimensional: uma análise baseada na abordagem das necessidades básicas e na abordagem das capacitações.** 2009. 210 f. Dissertação (Mestrado em Economia)– Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, Minas Gerais, 2009.

LATOURETTE, Bruno. **Jamais fomos modernos.** São Paulo: Edições 34, 1997a.

_____. **Science in action: how to follow scientists and engineers through society.** Cambridge: Harvard University Press, 1997b.

LATOURETTE, Bruno; WOOLGAR, Steve. **A vida em laboratório: a produção dos fatos científicos.** Rio de Janeiro: Relume; Dumará, 1997.

LAVINAS, Lena. **Pobreza desigualdade e exclusão social: contextos atuais.** Documento de Base URB-AL 10. Brasília: FONSEAS – Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social, 2003.

MACHADO, Kenys. Pobreza como insuficiência de renda: vantagens e limitações. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 155, p. 30-35, abr./jun. 2007. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/publi_ba_c onj_plan.php>. Acesso em: 19 fev. 2013.

MAIOR, Aline Souto. **Trajatória da transferência de renda: considerações sobre o Programa Bolsa Família e panorama atual na América Latina.** Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG); United Nations Development Programme (UNDP), 2008. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/publications/mds/3M.pdf>>. Acesso em: 3 jun. 2012.

MALTHUS, Thomas Robert. **Princípios de Economia Política e Considerações Sobre sua Aplicação Prática.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Os Economistas).

MARTINI, Ricardo Agostini. **Um ensaio sobre os aspectos teóricos e metodológicos da economia da pobreza.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPAR, 2009 (Textos para discussão; n. 369.)

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos.** São Paulo: Martin Claret, 2010.

MÉSZÁROS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MILLS, C. Wright. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Plano territorial de desenvolvimento sustentável do território da Chapada Diamantina**. 2. ed. Seabra. MDA, 2010.

_____. **Sistema de Informações Territoriais**. Brasília: MDA, 2013. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

MOLLAT, Michel. **Os pobres na Idade Média**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

MAX-NEFF, Manfred; ELIZALDE, Antonio; OPENHAYN, Martín. **Desarrollo a escala humana: una opción para el futuro**. Santiago de Chile: CEPAUR, Fundacion Dag; Hammarskjold, 1986.

NÚCLEO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS (NEPP). **O sistema de proteção social no Brasil**. Projeto: Social policies for the urban poor in southern Latin America. Welfare reforms in a democratic contest. Campinas-SP: UNICAMP, 1991.

OLIVEIRA, Gilson Batista de Oliveira; LIMA, José Edmilson de Souza. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**, Curitiba, V.6, n. 2, p. 29-37. nov./dez. 2003. Disponível em: <http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v6_n2/03_Gilson.pdf>. Acesso em: 8 jul. 2011.

OLIVEIRA, Leonardo Santos de. **Três Ensaios sobre Pobreza Multidimensional**. Rio de Janeiro, 2010. 123 p. Tese (Doutorado em Economia)– Programa de Doutorado em Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Rio de Janeiro. 2010.

OLIVEIRA, Luciel Henrique de. **Introdução aos Agronegócios**. Pós-Graduação em Gestão Executiva de Negócios. Lavras, MG: PUC Minas; UFLN, 2008 (Apostila). Disponível em: <<http://goo.gl/4gbK7A>>. Acesso em: 21 jul. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio 2013**. Nova York: ONU; IED, 2013. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/mdg/MDG-PT-2013.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. **Relatório Sobre os Objectivos de Desenvolvimento de Milénio 2009.** Nova York: ONU; IED, 2009. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/pdf/2009/Relatorio-ODM-2009.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PAHL, Greg. **Biodiesel: Growing a New Energy Economy.** Vermont: Chelsea Green, 2004.

PAUGAM, Serge. **Desqualificação social:** ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.

PEDRÃO, Fernando. Superar a pobreza ou reverter o empobrecimento? Uma revisão das raízes da pobreza na Bahia. In: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS. **Pobreza e Desigualdades Sociais.** Salvador: SEI, 2003. p. 235-248 (Série Estudos e Pesquisas; v. 63). Disponível em: <www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/Bahia_analise/publi_ba_sep.php>. Acesso em: 16 fev. 2012.

PETROBRAS. **Biocombustíveis:** 50 perguntas e respostas sobre este novo mercado. Rio de Janeiro: Setprint. 2007.

_____. Produção no pré-sal bate novo recorde e ultrapassa a barreira de 500 mil barris de petróleo por dia. **Blog Fatos e dados**, [s.l.], 01 jul. 2014. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/fatos-e-dados/mais-uma-conquista-no-pre-sal-500-mil-barris-por-dia.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2015.

POLANYI, Karl. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PORTAL ODM. **Relatórios dinâmicos:** Indicadores Municipais – acompanhamento municipal dos objetivos do milênio. Brasília: UNIRIC, 2012. Disponível em: <<http://www.unric.org/pt/objectivos-de-desenvolvimento-do-milenio-actualidade>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Relatório do Desenvolvimento Humano 2004:** Liberdade Cultural num Mundo Diversificado. Brasília: PNUD; ONU, 2004.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2010:** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD; ONU, 2010.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2011:** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD; ONU, 2011.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2012:** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD; ONU, 2012.

_____. **Relatório do Desenvolvimento Humano 2013:** A Verdadeira Riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano. Brasília: PNUD; ONU, 2013.

ROCHA, Sônia. **Pobreza no Brasil**. Afinal do que se trata?. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2003.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Qual a origem da desigualdade entre os homens e se ela é autorizada pela lei natural**. São Paulo: Escala, 2007.

SANTOS, Ariovaldo dos; GOUVEIA, Fernando; VIEIRA, Patrícia. **Contabilidade das sociedades cooperativas**: aspectos gerais e prestação de contas. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campos, 1979.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Desigualdade reexaminada**. São Paulo: Record, 2001.

_____. **Poverty and Famines**: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1983a.

_____. Poverty, relatively speaking. **Oxford Economic Papers**, Oxford, v. 35, p. 153-169, 1983b.

_____. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica**, Princeton, v. 44, n. 2, p. 219-231, mar. 1976.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Os programas de transferência de renda enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza no Brasil: possibilidades e limites. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BEM-ESTAR SOCIAL, 32., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais – CBCISS; Conselho Internacional de Bem-estar Social – ICSW, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/peuDVK>>. Acesso em: 06 jun. 2012.

SIMMEL, G. **Les Pauvres**. Paris: Quadrige, PUF, 1998.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

SOUZA, Cremildo Atanazio de. Políticas públicas para a minoração da pobreza no Brasil: o biodiesel. In: SEMINÁRIO APEC, 17., 2012. Barcelona. **Anais...** Barcelona: APEC, 2012. p. 597-611.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Unifacs, 2009.

STEIM, Helena Rosa. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **Ser Social**, Brasília, n. 6, 2000. Disponível em: <http://seer.bce.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/235/379>. Acesso em: 23 jul. 2013.

SUAREZ, Paulo A. Z.; MENEGHETTI, Simoni P. M. 70º Aniversário do biodiesel em 2007: evolução histórica e situação atual no Brasil. **Química Nova**, v. 30, n. 8, p. 2067-2071, 2007.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; BUARQUE, Cristovam. Garantia de renda mínima para erradicar a pobreza: o debate e a experiência brasileiros. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 79-93, maio/ago. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n30/v11n30a07.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2011.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Pobreza e morte em Portugal na idade média**. Lisboa: Presença, 1989.

UNITED STATE DEPARTMENT ENERGY (USDE). **Renewable energy data book: biofuels**. Washington, DC: Office of Energy Efficiency & Renewable Energy, 2008. Disponível em: <<http://www.eere.energy.gov/>>. Acesso em: 31 jan. 2009.

WASSERMANN, Rogério. Novo índice aponta menos pobres no Brasil do que o governo. **BBC Brasil**, São Paulo; Londres, 14 jul. 2010. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/07/100714_pobreza_multidimensional_indice_rw.shtml>. Acesso em: 23 jan. 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS DIRECIONADAS

- I. História de vida com relatos sobre a família, escolarização, relação de amizade, filiação política caso tenha, profissão ou que faz para sobreviver.
- II. Como você avalia a sua própria situação e a situação dos cooperados da COOPAF? Você consegue identificar alguma diferença entre como eles, os cooperados, eram antes e são agora com relação à vida financeira, social e familiar?
- III. O que você espera, no futuro, da COOPAF?

APÊNDICE B – ENTREVISTAS DIRECIONADAS

Entrevista direcionada com o pesquisado 01⁸

Identificação

O pesquisado identificado como 01 tem 34 anos de idade, é casado, pai de dois filhos, um com 09 anos em 2012 e outro com apenas 5 anos, frutos de seu único casamento, que, “apesar das brigas” já dura 15 anos. “Ela foi minha primeira namorada”, enfatiza o entrevistado.

O entrevistado 01 reside no município de Morro do Chapéu, sempre foi produtor rural, por origem familiar, possui atualmente 110 tarefas de terra localizadas na zona rural no município de Morro do Chapéu, no estado da Bahia. Possui o ensino médio completo. Foi um dos articuladores da criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Morro do Chapéu e, por orientação de um primo, deputado estadual. Posteriormente eleito deputado federal no ano de 2006, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil – PC do B, pelo qual foi candidato a prefeito municipal no ano de 2008. Foi um dos mentores e fundadores da COOPAF, sendo seu primeiro presidente, mantendo-se no cargo até agosto de 2012. No ano de 2015, continuava residindo no município e plantando mamona, para a produção de biodiesel e frutas em sua propriedade.

Nas suas 110 tarefas de terra, plantava verduras e frutas, passando a plantar, desde 2006, ano da fundação da COOPAF, também, mamona para a produção de biodiesel.

A entrevista

Conforme descrito no capítulo “Metodologia”, o objetivo específico destas entrevistas é, com base nas observações participantes realizadas, identificar a visão de mundo dos entrevistados e, com relação à Política Pública estudada, identificar os efeitos dela sob a ótica deste cooperado, tentando mensurar o seu sentimento em

⁸ A identificação dos entrevistados por meio de numeração que vai de 01 a 11 não determina nenhum procedimento de hierarquia entre eles. Representa, sim, a ordem de obtenção das entrevistas, considerando as circunstâncias de disponibilidade do pesquisador e de cada um dos entrevistados.

relação ao seu grupo de referência quanto aos efeitos da sua participação efetiva na COOPAF enquanto braço executor da Política Pública do uso do biodiesel com certificado social na minoração da pobreza. Em atendimento ao procedimento de “triangulação”, este e os demais, dez cooperados, citados anteriormente, responderam, também, a um questionário (Apêndice A), relatado nos gráficos apresentados no tópico correspondente.

Esta entrevista foi tomada no dia 15 de maio de 2012, na sede da COOPAF, em Morro do Chapéu, após a realização de uma reunião do Conselho de Administração. Para tanto, nos utilizamos de um minigravador de fitas, além de anotações, na perspectiva de não “perder” quaisquer informações expressas pelo entrevistado.

Das duas horas e trinta minutos de duração da entrevista, resgatamos as seguintes falas:

1. História de vida

“[...] nasci na zona rural de Morro do Chapéu em uma fazenda que meu pai tinha, herdado do meu avô por parte de mãe. Sempre gostei das coisas da roça.

Aos 17 anos, por influência de meu primo, que hoje é deputado Federal me filiei ao partidão e logo em seguida, junto com outros colegas e integrantes do partido, invadimos uma área de 1500 hectares de terra, aquela terra ali que fica próxima à Cachoeira do Ferro Doido, foi um pau doido, meu irmão. Mas, pela influência do meu primo, que também era presidente da FETAG, conseguimos o documento de posse dado pelo governo do estado e hoje estamos assentados naquela área.

Cada um de nós ficou com 110 tarefas de terra. Hoje, boa parte daquele povo que iniciou o movimento, vendeu parte ou toda a sua área, como Francisco de Tal⁹.

Antes mesmo da gente conseguir a posse da terra invadida, a gente reuniu a turma de invasores que era do partido e fundamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Morro do Chapéu, do qual eu fui o primeiro presidente.

Vou te contar, a gente só consegui fundar o sindicato por causa da FETAG e do deputado.

⁹ Trata-se de um nome fictício, como será usado em todas as demais citações, para salvaguardar a identidade das pessoas referidas nominalmente.

Quando foi em 2004, o deputado se reuniu comigo e com mais umas seis pessoas, e começou a falar com a gente do biodiesel e que queria que a gente formasse uma cooperativa para fornecer mamona para a Petrobrás. O deputado falou que não queria o sindicato nisso, porque ele não tinha tanto controle sobre o sindicato.

Neste período o presidente do sindicato era Antonio de Tal, que não concordava com muita coisa do que o deputado pensava.

Continuamos nos reunindo de três em três meses e depois, acho que em 2006, não foi?, com sua ajuda profissional fundamos a cooperativa.

No início a cooperativa só dava prejuízo porque não conseguimos fechar um contrato de fornecimento com a empresa Brasilecodiesel. Depois que fechamos o contrato melhorou muito e ficou melhor quando fechamos o contrato de fornecimento com a Petrobras. Aí foi que eu percebi que a cooperativa era muito importante para o município. A gente botava muito dinheiro na cidade e ajudava muita gente.

Com a cooperativa eu pensei que podia ganhar a prefeitura. Mas na eleição fui traído e perdi. [...]

2. A situação dos Cooperados

[...] Tinha cooperado aí que só plantava feijão, milho e mandioca e para comprar a mistura (carnes de forma geral) tinha que dá um dia de trabalho aqui e ali.

A primeira coisa que a gente fez foi se reunir com esse pessoal e mostrar que a cooperativa podia ajudar eles a melhorar a vida. Nas reuniões, a gente conseguiu que junto com o feijão, o milho e a mandioca eles plantassem mamona que a cooperativa compraria pelo valor do mercado e ainda daria a eles assistência técnica.

Para tanto eles precisavam se tornar cooperados e participar das reuniões e cursos sobre cooperativismo.

Com isso a gente conseguiu trazer muitos cooperados, chegamos a 8.000.

Interessante é observar que esses caras se transformaram totalmente depois da cooperativa. Também a gente fez um trabalho bom viu? Era três quatro reuniões por dia em locais diferentes. Minha mulher se retava comigo, a gente quase se separa. Eu não parava em casa, rapaz!

A dó que tenho, é que alguns desses cooperados, de vez em quando, recebiam a nossa assistência e depois vendiam, às vezes, a mamona para outras empresas

sem ser a cooperativa. Isso porque com a nossa cooperativa o mercado da região ficou sem mamona aí os caras aumentavam o preço de compra e o cooperado vendia.

Mas conseguimos mudar isso, se aproximando ainda mais dos cooperados e passamos a ouvir mais eles e trazê-los para dentro da cooperativa, transformando-os em conselheiros ou representantes das suas comunidades.

Dá gosto hoje ouvir certos cooperados. Manoel “de Tal”, por exemplo, era um tapado. Hoje, nas assembleias, fala pra caramba, rapaz. E tem até umas posições boas. [...]

3. O Futuro da COOPAF

[...] Se eu tivesse ganho a prefeitura tu ia ver essa cooperativa se desenvolver mais ainda. Mas como eu perdi, ficou difícil. Ainda temos quase R\$ 5.000.000,00 de reais em mamona que temos de entregar à Petrobras. Precisamos ampliar também as atividades da cooperativa. Estou pensando em comprar, quer dizer, a cooperativa agilizar para passar a produzir derivados de leite para a merenda escolar para a gente conseguir mais recursos.

Mas acho que essas coisas vai ficar para o próximo Presidente. Na próxima assembleia deve ter eleição e eu não sou candidato.

Mas acho que a nossa cooperativa tem muito ainda por fazer. Precisamos mudar algumas coisas, mas sei que temos futuro.

Entrevista direcionada com o pesquisado 02

Identificação

O pesquisado 2 tem 30 anos de idade, é casado e tem um filho de 7 anos. Estudou até o ensino médio. Natural de Morro do Chapéu, residiu em Salvador por três anos quando concluiu seus estudos ao mesmo tempo em que era funcionário da FETAG, o que lhe permitiu sobreviver na capital. “Passei muita dificuldade. Dormia na própria FETAG porque não tinha como alugar uma casa ou apartamento. Só vinha para o Morro de quinze em quinze dias”. Filiado ao PC do B, “por influência dos amigos. Todos nos filiamos no mesmo dia”, foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Morro do Chapéu e depois articulador e

fundador da COOPAF, e, à época da entrevista, era Diretor Administrativo, com mandato até o mês de agosto de 2012. Passou a ser proprietário rural, depois de obter junto ao Governo Estadual o título de posseiro em assentamento fundiário a partir da invasão de 1.500 hectares de terras improdutivas, nas proximidades da Cachoeira do Ferro Doido no município de Morro do Chapéu. Atualmente (2015), reside na Colômbia, onde cursa Medicina e pretende retornar para Morro do Chapéu após a conclusão do curso.

A entrevista

Esta entrevista foi realizada em um domingo do ano de 2012, precisamente no dia 15 de abril, na cidade de Feira de Santana, em um escritório de contabilidade, enquanto o entrevistado aguardava a impressão das Demonstrações Contábeis da COOPAF do ano de 2011.

A interlocução durou cerca de 90 minutos. No processo foi utilizado um gravador de fitas, além de anotações.

1. História de vida

[...] meu pai tem 200 tarefas de terra na estrada que vai para Bonito. Lá ele sempre plantou e tem umas 15 vacas para tirar leite. Mas nasci na cidade do Morro onde estudei e conheci o pessoal que me estimulou a entrar no partidão (PC do B), e ser o que sou hoje.

Como Morro é uma cidade pequena, todo mundo se conhece. Os meus amigos mais próximos, como o (Pesquisado 01), foi muito importante na minha vida.

Foi através dele que conheci o seu primo, o deputado, e consegui emprego na FETAG e fui pra Salvador, terminar o segundo grau.

Quando voltei, formamos o grupo que invadiu as terras ali próximas da Cachoeira do Ferro Doido e depois começamos logo a plantar, cada um na sua gleba para tornar difícil a reintegração. Com a ajuda do deputado conseguimos o documento de posse definitiva e tenho hoje minhas 110 tarefas e sou, graças a Deus, um agricultor familiar.

Junto com o grupo do partidão fundamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu e depois, com a ajuda e orientação do deputado, fundamos a COOPAF e ainda vamos fundar uma Cooperativa de Crédito aqui no Morro [...].

2. A Situação dos Cooperados

[...] Você sabe que no Morro (do Chapéu) a gente conhece todo mundo. Fui nascido e criado lá. Minha família mora lá e todo mundo é de lá. Menos meu pai que nasceu em Ruy Barbosa e veio para cá ainda menino. A maioria dos cooperados é aqui do Morro, por isso posso dizer que a cooperativa e esse negócio da mamona para o biodiesel mudou a vida de todos. E mudou de vários jeitos.

Tinha pessoas, fiquei sabendo, que só andava nas vendas tomando pinga e brigando com a mulher e os filhos, gente se separando da família e depois da cooperativa quando eles, primeiro puderam aumentar a produção deles com a mamona que a cooperativa da assistência técnica para plantar e, ainda, garante a compra pagando uma parte antecipada e depois, com as reuniões eles foram ficando mais espertos.

Você mesmo viu na última assembleia as falas de um bocado de gente que antes nem falava. Hoje tem cooperado que se transformou em líder comunitário e está com relacionamento melhor com suas famílias. Isso eu acho importante.

Por isso que eu digo a todo mundo: a cooperativa mudou a minha vida, a vida da cidade e a vida de muita gente. [...].

3. O Futuro da COOPAF

[...] Eu acho que o Presidente pisou na bola e comprometeu a nossa cooperativa quando se meteu com a sua eleição para prefeito. Sabe por que? Porque as pessoas passaram a ver a nossa cooperativa como se fosse um partido político como outro qualquer. Teve um tempo que quando eu saía na rua, durante a campanha eleitoral, vinham me pedir para pagar contas do supermercado dizendo que foi o presidente, que era candidato, que mandou. Isso foi muito ruim.

E ficou pior depois que o Presidente perdeu a eleição. O Candidato que ganhou passou a perseguir todas as ações da cooperativa.

Com isso veio o desgaste. Muita gente falando muita coisa.

Por isso, devemos na próxima assembleia deixar a direção, para que novos diretores aprumem o rumo da cooperativa.

Afinal temos uma dívida alta com a Petrobras e precisamos resolver e só resolveremos produzindo mais. Por isso acho que a cooperativa tem muita coisa, ainda, para fazer. Vou continuar cooperado e defendendo a nossa cooperativa.

Entrevista direcionada com o entrevistado 03

Identificação

O entrevistado 03 tem 42 anos de idade, é natural da cidade de Salvador, capital do estado da Bahia, é casado com uma médica obstetra com a qual tem duas filhas maiores de idade. Na data da concessão desta entrevista, março de 2012, confessou estar em processo de separação litigiosa. Este entrevistado, não é um agricultor de origem. Originalmente era funcionário de um Banco particular no qual exercia a função de técnico em informática. Demitido desse emprego, transformou-se em assessor financeiro da FETAG, sob as ordens diretas do Presidente da entidade, do qual recebeu a missão de orientar o pessoal de Morro do Chapéu para a criação da COOPAF. Fundada a cooperativa em 2006, no ano de 2008 o entrevistado adquiriu 100 tarefas de terra na zona rural do município e iniciou o plantio de mamona para a produção de biodiesel, ao tempo em que se tornou cooperado da COOPAF. Na Assembleia Geral Extraordinária da entidade realizada em agosto de 2012, foi eleito Presidente da entidade.

A entrevista

A distância em quilômetros da cidade de Feira de Santana para o município de Morro do Chapéu é de aproximadamente 225 quilômetros que são percorridos, de carro próprio, em 4 horas. Partindo de Salvador com destino a Morro do Chapéu, este entrevistado, quase sempre ao passar em Feira de Santana, encontrava com o pesquisador, consultor contábil da cooperativa, e ambos viajavam para a Cidade de Morro do Chapéu.

Esta entrevista foi tomada durante este percurso, em três viagens diferentes, sendo a última, na qual foi finalizada a entrevista, realizada no dia 15 de março de 2012, durante o trajeto de ida para Morro do Chapéu.

Para a gravação da entrevista, recorreremos exclusivamente ao uso de um minigravador de fita.

1. História de vida

[...] Sou o quarto filho dos oito que dona Antonia teve. Sou da cidade de Mata de São João e, ainda criança, aos sete anos viemos, toda a família, morar em Salvador. Meu pai tinha uma fazendinha lá em Mata de São João que vendeu uma parte quando viemos para Salvador, e continuou com umas 60 tarefas onde plantava coco e produzia uns 20 a 30 litros de leite por dia.

Minha vida em Salvador foi muito boa. Muita curtidão. Mas minha mãe sempre forçava para que a gente concluísse pelo menos o segundo grau. E isso eu fiz. Com 22 anos, terminei um curso técnico de informática e fui trabalhar como digitador no Bradesco. Dava um duro retado rapaz. Mas era o melhor digitador da agência.

Casei com 25 anos e agora estou no processo de separação. Minha mulher é muito complicada e me preocupo porque ela tá fazendo a cabeça das minhas duas meninas. Uma delas por sinal, está fazendo medicina na Faculdade Baiana [...].

[...] Com 22 anos me filiei ao Partido Comunista do Brasil. Foi quando conheci o deputado, com qual fiz uma boa amizade. A amizade rendeu vantagens para mim. Pois quando fui demitido do Bradesco o deputado me convidou para trabalhar na FETAG. Comecei tomando conta da parte financeira da FETAG e depois o deputado, que era o presidente da FETAG, me transformou em seu assessor direto, o que me fez chegar aos meninos de Morro do Chapéu e à COOPAF, depois.

Hoje em Morro eu conheço todo mundo. Você viu quando eu chego lá. Adoro a cidade pois tem um povo bom e tem um clima e terras boas para se plantar o que se quiser. [...].

Em 2008, comprei 100 tarefas de terra na estrada do Bonito, para plantar mamona. Inicialmente o negócio não deu muito certo porque eu não podia tomar conta. Mas, pretendo me mudar definitivamente para o Morro depois que resolver tudo da separação, e tentar tocar meu negócio de plantação de mamona e direção da cooperativa.

2. A situação dos cooperados

[...] Eu acompanho esses meninos do Morro desde o ano de 2000. Conheço profundamente cada um deles e posso te dizer que eles têm seus defeitos, mas são trabalhadores e, por conta do partidão, aprenderam a lutar para obter benefícios para a comunidade.

Foram eles que fundaram o sindicato dos trabalhadores rurais, claro que com a influência do deputado e da FETAG e nossa assessoria, foram eles também que lideraram a invasão das terras na Cachoeira do Ferro Doido e foram eles que brigaram para a legalização fundiária do assentamento.

[...] Na fundação da cooperativa houve muita briga. Uma parte do pessoal queria que a mamona para o biodiesel fosse feita através do sindicato a outra parte não aceitava. Achava melhor fundar uma cooperativa.

[...] Aí o deputado interferiu mostrando que a atual diretoria do sindicato não era confiável para ele e que, portanto, deveria ser criada uma cooperativa, o que foi feito, você sabe.

[...] Rapaz, acho que a situação dos cooperados, hoje, é tranquila. Antes da cooperativa eles só tinham o sindicato que funcionava muito mais como um braço do INSS para garantir a aposentadoria dos associados. Hoje, todos os associados do sindicato são também cooperados e, por conta do trabalho de educação cooperativa que é feito, consigo ver o progresso individual daqueles que conheço mais de perto.

[...] Os caras se tornaram melhores. Porém, uma boa parte, ainda é dominada pelas ideias do presidente. Mas alguns já não concordam tanto.

[...] Com certeza depois da cooperativa e dessa coisa da mamona e do biodiesel a vida desse pessoal mudou muito, para melhor em todos os aspectos [...].

3. O futuro da COOPAF

[...] Você, tanto quanto eu, sabe que a situação financeira da cooperativa não está boa diante das besteiras que o presidente fez quando da candidatura dele para prefeito. Fez muita besteira, inclusive com o dinheiro e o nome da cooperativa. Ainda bem que poucos cooperados sabem desta situação e ainda bem que o aspecto de formação intelectual dos cooperados não foi interrompido [...].

[...] Mas a COOPAF, acabou de fechar um acordo com a Petrobras para a entrega das sementes que devemos à Petrobras que em valores originais dá uns R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais). Mas estamos nos articulando para cumprir este compromisso [...].

[...] Em agosto devo me eleger Presidente e vou mudar muita coisa na COOPAF. Quero ampliar as atividades dela e, uma coisa te digo, vou mudar a sede administrativa da COOPAF para Salvador, pois fica mais fácil para estabelecer os contatos [...]

[...] A COOPAF tem um longo e bom futuro para frente, você vai ver [...].

Entrevista direcionada com o entrevistado 04

Identificação

O entrevistado 04 tem 48 anos de idade, é natural e reside na cidade de Tapiramutá, distante cerca de 60 quilômetros de Morro do Chapéu. Sendo diretor da Cooperativa, passa de 2ª a 6ª feira em Morro do Chapéu, hospedado em um hotel e viaja todo final de semana para a cidade de Tapiramutá. É casado e tem quatro filhos: duas moças com 17 e 15 anos e dois meninos, um com 12 e outro com 9 anos. Todos estudam e moram na Zona Rural de Tapiramutá. Agricultor de origem, herdou do seu pai 80 tarefas de terra na Zona Rural de Tapiramutá de onde sempre plantou o tirou o seu “ganha pão”. Foi fundador e primeiro Presidente do Sindicato Rural dos Trabalhadores da Agricultura da Cidade de Tapiramutá.

A entrevista

Esta entrevista foi tomada em uma quarta-feira, dia 18 de abril de 2012, na sala de atendimento aos técnicos da cooperativa. Durante a entrevista, que durou cerca de 60 minutos, chegamos a ser interrompidos por cerca de 10 minutos quando o entrevistado precisou se ausentar para conversar com um cooperado

Na entrevista, utilizamos um minigravador de fita além de um caderno para eventuais anotações.

1. História de vida

[...] Sou filho único, nascido e criado na Zona Rural de Tapiramutá. Meus pais, que graças a Deus ainda estão vivos sempre viveram na roça onde fui criado. Estudei o [curso] primário na Zona Rural e no Ginásio da Cidade. Foi quando me filiei ao PC do B e conheci os meninos de Morro do Chapéu. Com a ajuda deles criamos o Sindicato de Tapiramutá, acho que foi no ano de 1999 ou 2000. Em 2007 virei cooperado da COOPAF e em 2010, virei diretor.

Sempre vivi da terra e Graças a Deus, passei sim algumas dificuldades, mas nossa terra sempre garantiu nosso sustento. Meu e da minha família. Hoje tenho meu carrinho, minha casinha na roça e outra na cidade e graças a Deus meus filhos todos estudam e minha mulher ainda faz uns docinhos de encomenda lá em Tapiramutá. Ela não está muito satisfeita comigo passando a semana aqui no Morro não. Mas, graças a Deus ela compreende que a cooperativa precisa de mim e eu preciso da cooperativa.

2. A situação dos cooperados

[...] Rapaz eu conheço esse povo da Zona Rural muito bem. São muito desconfiados. Me lembro que quando fundamos o sindicato de Tapiramutá, o interesse de todos eles era só a garantia da aposentadoria e dos recursos do PRONAF que vinham pelo Sindicato. Para trazer aquele pessoal de Tapiramutá para a cooperativa tivemos que fazer muita reunião e mostrar para eles que esta era uma forma de agente se tornar melhor.

[...] Já hoje meu amigo, tá todo mundo achando bom. E nas assembleias e nas reuniões você vê todo mundo querendo dá opinião e reclamando quando identifica alguma coisa errada. O ruim ainda é que nem todo mundo vem na cooperativa acompanhar as coisas com a gente, mas é assim mesmo.

[...] De vez em quando eu encontro um ou outro e logo puxam conversa sobre a cooperativa e eles começam a falar das mudanças na vida deles depois da COOPAF. Você precisa ver como alguns deles se acham agora importantes. Isso é muito bom de ver.

[...] Eu penso que a cooperativa mudou a vida de muita gente, viu? [...]

3. O futuro da COOPAF

[...] Vou ser sincero, eu acho que o nosso Presidente fez muita besteira. Esse negócio de misturar o partido com a cooperativa não funciona. Todo mundo aconselhou ele a não sair candidato a prefeito. Mas ele é cabeça dura. Saiu, perdeu a eleição e ainda criou uma situação difícil para a nossa cooperativa.

[...] Mas eu acho que em agosto, com o novo Presidente que a gente vai eleger, penso que a coisa vai voltar a ficar boa. Tenho fé e temos muito, ainda, para fazer.

Entrevista direcionada com o entrevistado 05

Identificação

O entrevistado 05 tem 62 anos de idade. É um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Cidade de Morro do Chapéu, do qual já foi seu Presidente, é vereador na cidade, membro fundador da COOPAF e filiado ao PC do B. É natural da Zona Rural de Morro do Chapéu e detém a posse de 60 hectares de terra, de onde sempre tirou seu sustento e da sua família. É casado, pai de dois filhos homens, um com 30 e outro com 35 anos. Atualmente, é também membro efetivo do Conselho Fiscal da Cooperativa. Estudou até a 5ª série do ensino básico na cidade de Morro do Chapéu.

A entrevista

Esta entrevista foi realizada na sala de reuniões da COOPAF em uma segunda-feira do mês de maio de 2012. Teve a duração de uma hora e meia e as informações obtidas foram gravadas em um minigravador de fita e um caderno para eventuais anotações complementares. Durante a realização da entrevista, fomos interrompidos em três oportunidades com duração de cinco a seis minutos pela chegada de pessoas que desejavam conversar com o entrevistado.

1. História de vida

[...] Meu pai teve oito filhos e eu sou o mais velho. Meu pai e minha mãe, que já morreram nasceram e se criaram aqui no Morro [do Chapéu]. Minha família sempre teve roça e nos sempre moramos na roça. Eu mesmo, quando era moleque, só vinha para a cidade estudar. Mas eu não gostava muito não, viu? Preferia ficar na roça plantando e ajudando meus pais e meus irmãos. Com 18 anos foi que eu vim para a cidade para me alistar no Tiro de Guerra e acabei ficando aqui na cidade na casa de um tio. Foi quando conheci o pessoal da FETAG e do PC do B, ao qual me filiei. Filiado ao Partidão fundamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Morro de Chapéu e depois organizamos a invasão das terras improdutivas perto da Cachoeira do Ferro Doido. Depois, com a força do Sindicato, em 2002, me candidatei a vereador e fui eleito. Em 2005, começamos a discutir sobre a cooperativa para a produção de mamona para o biodiesel e, como você sabe, em 2006 fundamos a cooperativa e estamos aí na batalha para melhorar as coisas.

2. A situação dos cooperados

[...] Eu acho que a cooperativa melhorou a vida de muita gente. Não vou dizer que a cooperativa matou a fome de ninguém porque graças a Deus, aqui quem tem um pedacinho de terra não passa fome. Mas a cooperativa ajudou muita gente a melhorar sua renda e, muito mais, ajudou muita gente a ser melhor. Tinha muita gente aí, que não sabia nem falar nem chegar nos lugares e hoje é diferente. Você vai em uma reunião, no Sindicato, ou na Igreja ou mesmo nas assembleias e você vê o sujeito falando e dando opinião. Isso é muito importante.

[...] Quando eu encontro essas pessoas eu fico feliz e acho que quem ajudou muito esse pessoal foi a cooperativa com as reuniões e os encontros que a gente faz.

3. O futuro da COOPAF

[...] Olha, tá acontecendo um bocado de coisa na cooperativa que eu não concordo. Você já viu que eu falo mesmo e brigo e não concordo. Mas, como tudo é na base do voto e tem o presidente que as vezes fica manipulando o povo, acabo

sendo vencido no voto. Mas tem muita coisa que não concordo mesmo e nunca vou concordar [...].

[...] Mas acho que a COOPAF vai sair da crise que está e vamos voltar a crescer muito. Fico esperando que a nova diretoria aja de forma diferente e que a gente volte a ser forte e respeitado na cidade [...].

Entrevista direcionada com o entrevistado 06

Identificação

Este entrevistado tem 36 anos de idade, é casado e tem dois filhos: Uma menina com 8 anos, e um menino com 10 anos de idade. Ambos estudam em uma escola municipal, cursando respectivamente a 3ª e 5ª séries do ensino fundamental. Este cooperado é o atual Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Morro do Chapéu, tendo sido um dos seus fundadores, e acumula, também, a função de Diretor de Patrimônio da COOPAF. É filiado ao PC do B e cursou até a 8ª série do ensino fundamental na própria cidade de Morro do Chapéu. É detentor de aproximadamente 50 hectares de terra produtiva, situada no assentamento próximo à Cachoeira do Ferro Doido, distante cerca de 25 quilômetros da sede do município, onde planta feijão, mandioca, algumas frutas e, também, mamona. A posse dessa área de terra se deu por meio de invasão já relatada anteriormente.

A entrevista

Esta entrevista, previamente agendada, foi realizada na sala da Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu, na tarde do dia 03 de maio de 2012, no horário das 14h às 16h. Para coleta das informações, recorreremos ao uso de um minigravador de fita e um caderno para eventuais anotações complementares.

1. História de vida

[...] Sou o terceiro filho de uma família de cinco filhos, três homens e duas mulheres, todos, Graças a Deus, vivos. Meu pai e minha mãe nasceram e se criaram em Morro do Chapéu e herdaram dos pais do meu pai, umas 300 tarefas de terra, na

estrada que vai para Bonito, (cidade vizinha à Morro do Chapéu). Lá é que fomos criados na labuta com a terra. Foi daquela terra que meu pai tirou o sustento da gente.

[...] Sempre morei e estudei no Morro. Aqui fiz as amizades que tenho, inclusive, foi através de meu amigo Fulano de Tal, (entrevistado número 1), que iniciei minha vida política, filiando-me ao partidão e depois me politizando ao ponto de ajudar a fundar e ser hoje o Presidente deste sindicato. Foi graças à minha politização que conseguimos invadir as terras ali próximas da Cachoeira do Ferro Doido e transformar aquela área em uma área produtiva. Também foi com todo o pessoal do partido que resolvemos fundar a COOPAF. O Deputado e a FETAG ajudaram. Mas se não fosse a nossa raça, nada teria sido feito nesta cidade. Já, já vamos fundar também uma cooperativa de crédito para melhorar a situação dos nossos agricultores familiares[...].

2. A situação dos cooperados

[...] Agora, tem muito cooperado que eu não conheço. Se não me engano são quase oito mil ou mais. Tive olhando as fichas de admissão [...].

[...] Eu sou daqui do Morro, nasci e me criei aqui. Conheço todo mundo. Os mais novos desde criança, os mais velhos me viram crescer. Então posso falar que duas coisas mudaram muito a vida das pessoas da cidade. Primeiro a fundação do sindicato, que terminou por facilitar a vida das pessoas na hora da aposentadoria e na obtenção de algumas vantagens como o Pronaf. A outra coisa importante foi a Cooperativa. Com ela, a vida de todo mundo e da cidade melhorou muito, né? [...].

[...] A cooperativa trouxe mais recursos para a cidade, ajudou os cooperados no seu plantio, além de, pelos cursos de cooperativismo que faz, educou muita gente. Hoje temos já novos líderes religiosos e comunitários graças a cooperativa, sem falar no aumento da renda dos membros da agricultura familiar.

[...] Dá gosto, hoje, conversar com os cooperados. Aprendemos muito nessa labuta de comprar e vender sementes e fazer contatos com os empresários e o povo do Governo.

3. O futuro da COOPAF

[...] Tem coisa na cooperativa que não concordo, viu? Esse negócio do presidente sair candidato mesmo é errado. Fui contra e falei com ele. Mas ele não

ouve ninguém. Quando quer fazer uma coisa faz mesmo. O resultado foi endividar a cooperativa e criar uma situação ruim com a prefeitura. Ainda bem que não precisamos da prefeitura. Mas, você sabe, é melhor estar de bem com esse povo [...].

[...] Mas acho que com a eleição do novo Presidente em agosto, vai mudar muita coisa e nós vamos voltar a ter credibilidade e retomar nossas atividades e seguir em frente ajudando a comunidade.

Entrevista direcionada com o entrevistado 07

Identificação

Este entrevistado tem 45 anos de idade, é casado e tem três filhos. Uma moça casada com 23 anos, uma menina com 16 anos de idade e um menino com 13 anos de idade. Com exceção da sua filha moça casada, os outros dois filhos estudam em escolas públicas na cidade de Irecê, distante aproximadamente 130 quilômetros do município de Morro do Chapéu, onde o entrevistado reside com a esposa. Este entrevistado é agricultor por origem. Filho de pais agricultores nascidos e criados na cidade de Irecê, herdou deles, sendo filho único, uma área de terra na zona rural daquela cidade, medindo 220 tarefas, aproximadamente 85 hectares, onde planta feijão, mandioca, algumas verduras e mamona para a produção de biodiesel. É filiado ao PC do B desde o ano de 1998 e se confessa liderado pelo deputado presidente da FETAG. Foi um dos fundadores, e é o atual (2012), presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Cidade de Irecê, além de ser membro efetivo do Conselho Fiscal da COOPAF. Estudou até a 6ª série do ensino fundamental e tornou-se cooperado da COOPAF no ano de 2007, representando os agricultores familiares da COOPAF na região de Irecê, também cooperados. Reside na zona rural de Irecê, apesar de possuir uma pequena “propriedade” na cidade onde reside a filha mais velha com a família dela e os outros dois irmãos que estudam na cidade.

A entrevista

Esta entrevista, que foi antecipadamente agendada, foi realizada na sala da Presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Irecê, na manhã do dia 01 de junho de 2012, tendo iniciado às 09h e, encerrado às 11h. Na entrevista, utilizamos

um minigravador de fita para a gravação das respostas e um caderno para eventuais anotações complementares.

1. História de vida

[...] Nasci aqui mesmo na zona rural de Irecê. Sou, graças a Deus, filho único e fui criado com muito amor e zelo pelos meus pais..., logo cedo comecei a trabalhar nas plantações com meu pai. Quando fiz sete anos, comecei a estudar em uma escola perto da roça. Depois, quando entrei no ginásio vim pra cidade estudar. Mas vinha pra cidade e voltava todo dia pra casa. Até que fiquei enfadado disso e deixei o ginásio e fui cuidar da vida. [...]

[...] Com 18 anos, tive que me alistar no exército e voltei a morar na cidade. Foi aí que conheci minha mulher e fiz contato com a turma do partidão. [...]. Me filiei e começamos a agir, pensando em tomar o Sindicato Rural da cidade que já existia, mas estava nas mãos dos pelego de direita (pessoal vinculado aos PSDB), na época. Com a ajuda da FETAG ganhamos a eleição em 2000, eu fui o candidato e permaneço presidente até hoje, trabalhando muito para ajudar os associados[...].

[...] Em 2005 os meninos do Morro de Chapéu me procuraram para ajudar a fundar a COOPAF. Não pude ajudar [...]. Mas garanti que iria mobilizar os agricultores familiares associados ao sindicato, para se tornarem cooperados [...].

[...] Em 2007, eles voltaram a me procurar, foi quando me tornei cooperado e cooperei também quase mil associados do sindicato [...].

[...] Em 2011 fui eleito para integrar o Conselho Fiscal da Cooperativa. Pude me tornar membro do Conselho porque como membro, não preciso estar no Morro do Chapéu todo dia, senão não dava né?

2. A situação dos cooperados

[...] Dos cooperados de outras regiões e do Morro do Chapéu não posso falar muito porque não tenho muito contato. Só de vez em quando nas reuniões e assembleias. Nestes momentos a gente só trata dos assuntos gerais. Mas dos cooperados aqui da região de Irecê, esses eu posso falar pois fui eu que filiei cada um à cooperativa e conheço eles [...].

[...] Esse povo daqui parece muito satisfeito com a cooperativa. Eles acham o auxílio técnico muito bom e sempre falam que os cursos promovidos pela cooperativa, ajudam eles em muitas coisas [...]. Tem deles aí que não valiam nada. Só queriam saber de cachaça e de confusão, agora não, frequentam as reuniões, até do sindicato, e participam das decisões [...].

[...] Na última assembleia da COOPAF saímos daqui de Irecê com três ônibus lotados de cooperados para a assembleia, foi muito bom [...].

[...] Tinha gente aí que nem conta em banco tinha, hoje todo mundo tem conta, pois é mais fácil para a COOPAF fazer os pagamentos da compra das sementes. Acho que a COOPAF melhorou muito a vida dos cooperados e das suas famílias [...].

3. O futuro da COOPAF

[...] Eu já participei de outra cooperativa e ela quebrou. Também tinha muita gente enrolada nela [...].

[...] Não vi na COOPAF nada assim grave que possa trazer dificuldade no futuro [...].

[...] Temos coisas para concertar e ajustar, mas penso que com a eleição da nova diretoria as coisas vão entrar no prumo [...]. Mas acho que com a eleição do novo Presidente em agosto vai mudar muita coisa e nós vamos voltar a ter credibilidade e retomar nossas atividades e seguir em frente ajudando a comunidade.

Entrevista direcionada com o entrevistado 08

Identificação

Este entrevistado tem 29 anos de idade, é solteiro e mora com os pais na zona urbana de Morro do Chapéu. Sua família possui uma área de terra na zona Rural da cidade medindo 300 tarefas, e ele é um dos posseiros da área de terra invadida nas proximidades da Cachoeira do Ferro Doido, detendo a posse de 50 hectares onde planta feijão, mandioca, verduras em consórcio com mamona para a produção de biodiesel, de onde tira seu sustento, juntamente com os valores que recebe pela prestação habitual de serviços como técnico agrícola. É filiado ao PC do B e, é Técnico

Agrícola, formado em uma escola estadual na cidade de Catu, onde residiu por três anos entre 2000 e 2003.

A entrevista

Esta entrevista, que foi antecipadamente agendada, foi realizada na sala de reuniões da COOPAF no dia 10 de junho de 2012, tendo iniciado às 14h e encerrado às 15h30. Na entrevista, utilizamos um minigravador de fita para a gravação das respostas e um caderno para eventuais anotações complementares.

1. História de vida

[...] Minha família é daqui mesmo do Morro do Chapéu, onde nasci e me criei [...].

[...] Nasci na zona rural na casa de meus pais, juntamente com meus dois irmãos. Fiz o primeiro grau lá mesmo na zona rural.

[...] Depois vim para a cidade fazer o ginásio, foi quando conheci o pessoal do partidão e me filiei.

[...] quando terminei o ginásio fiz a seleção para a escola técnica de Catu e como eu passei fui morar lá. Foram três anos em sistema de internato. Eu só vinha para o Morro duas vezes por ano [...].

[...] Mas valeu a pena. Quando me formei voltei para o Morro. Somente em 2006 me filiei à COOPAF e, depois, passei a integrar seu quadro de Técnicos Agrícolas e hoje sou coordenador dos Técnicos Agrícolas. Somos 52 técnicos que regularmente vamos em cada propriedade prestar e coletar informações técnicas, preenchendo os laudos de visitas e acompanhamento e registrando a produção de cada cooperado. [...].

[...] É um trabalho muito bom, porque estamos em contato direto com os cooperados [...].

2. A situação dos cooperados

[...] Vou te contar uma coisa: se há alguém pode falar dos cooperados, esse alguém são os Técnicos Agrícolas. São eles que fazem o contato direto com as pessoas depois que elas se tornam cooperados [...].

[...] Tenho ouvido e visto muitas coisas dos cooperados. Mas no geral acho que a cooperativa melhorou a vida de todo mundo e da cidade. Não só pelos recursos que trouxe e trás para a cidade. Mas, também, as informações e esclarecimentos. Isso termina mudando a cabeça e o entendimento do povo [...].

3. O futuro da COOPAF

[...] Penso que a cooperativa tem futuro. Só precisamos consertar e ajustar as coisas [...].

[...] Fazer a cooperativa se organizar mais [...]. Tornar a cooperativa mais profissional. Acho que é o que o novo Presidente vai fazer [...].

[...] estou torcendo por isso pois o futuro da gente depende dessa cooperativa, acredito [...].

Entrevista direcionada com o entrevistado 09

Identificação

Este entrevistado é o responsável pelo atendimento e acompanhamento de 50 cooperados cujas áreas de produção estão situadas na zona rural do município de Bom Jesus da Lapa. O entrevistado tem 40 anos de idade, é solteiro, tem curso de Técnico Agrícola, equivalente ao ensino de segundo grau. Sua família (pais e irmãos) é natural e residente na cidade de Morro do Chapéu e, por conta da sua ligação com o município de Bom Jesus da Lapa, ele reside naquela cidade, embora quinzenalmente visite a sede da cooperativa em Morro do Chapéu para prestar contas das suas atividades e, nas datas definidas, participar das reuniões e assembleias da cooperativa. É filiado também ao PC do B, pela influência dos seus amigos de adolescência, sendo um dos detentores de 70 hectares de terra no assentamento localizado nas imediações da Cachoeira do Ferro Doido. Sua área de terra, onde

cultiva feijão, mandioca, frutas, legumes e mamona, é gerida por um dos seus irmãos mais velho. É um dos fundadores da COOPAF.

A entrevista

Esta entrevista, antecipadamente agendada, foi realizada na sala de reuniões da COOPAF, após o entrevistado ter prestado contas das suas atividades quinzenais ao Diretor Administrativo da COOPAF. Era 09h da manhã do dia 13 de junho de 2012, quando demos início a esta entrevista, tendo sido encerrada às 10h30. Na entrevista, utilizamos um minigravador de fita e um caderno para eventuais anotações complementares.

1. História de vida

[...] Apesar dos meus pais terem 150 hectares de terra na zona rural de Morro do Chapéu, daqui a 60 quilômetros pela estrada do feijão como quem vai para Irecê, nasci na zona urbana de Morro do Chapéu na casa de minha avó materna [...].

[...] Fiz até o ginásio aqui no Morro. Depois fiz uma seleção para a escola Técnica Agrícola de Catu e fui morar lá. Só voltei depois de formado [...].

[...] Quando voltei a primeira coisa que fiz foi me filiar ao PC do B e junto com o pessoal fundamos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais daqui do Morro, invadimos aquela área de terra perto da Cachoeira do Ferro Doido e depois ajudei a fundar a COOPAF, da qual eu tenho um orgulho muito grande [...].

[...] Sonho ser o presidente da COOPAF, um dia.

2. A situação dos cooperados

[...] Acho que a cooperativa faz um bom trabalho com os cooperados. Posso dizer porque acompanho os cooperados lá de Bom Jesus da Lapa e tenho visto e contribuído para o progresso deles [...].

[...] Não só o progresso financeiro. Mas também a forma deles agirem depois da participação deles nos cursos que a COOPAF oferece. Sem falar na capacitação técnica que eles recebem [...].

[...] Penso que a cooperativa é tudo de bom para os cooperados e para cidade de Morro do Chapéu [...].

3. O futuro da COOPAF

[...] Apesar dos problemas que a cooperativa está passando, eu acredito muito nela e vejo que ela tem um bom futuro pela frente [...].

[...] Com certeza as coisas vão mudar com a eleição de uma nova diretoria na próxima assembleia [...].

Entrevista direcionada com o entrevistado 10

Identificação

O entrevistado 10 tem 48 anos, é casado, pai de cinco filhos. É produtor rural nascido e criado em Morro do Chapéu. Estudou até a oitava série do ensino fundamental. Apesar de não ser filiado a nenhum partido político tem muita simpatia pelo PC do B, ao ponto de participar das reuniões do diretório local e, “de vez em quando participar de algumas atividades com o pessoal do partido”. O entrevistado é titular de 100 hectares de terra, onde planta “feijão, mandioca, milho, coentro, tomate, cebola e algumas frutas, além de mamona e peão roxo”. É um dos integrantes efetivos do Conselho Fiscal da Cooperativa, da qual é filiado desde o ano de 2006.

A entrevista

Esta entrevista, que foi antecipadamente agendada, realizou-se na sala de reuniões da COOPAF, ao final de uma reunião do Conselho Fiscal na manhã do dia 22 de junho de 2012, tendo iniciado às 10h e encerrado às 11h30. Na entrevista utilizamos um minigravador de fita e um caderno para eventuais anotações complementares.

1. História de vida

[...] Sou do Morro mesmo. Minha família é toda daqui. Minha mãe quando era viva, contava que nossos parentes mais velhos ajudaram a fundar o povoado que depois se transformou na cidade [...] Tenho muito orgulho de ser morrense [...]. Por isso não deixo esta cidade por nenhum motivo [...].

[...] Já pensei em montar uma distribuidora de frutas e verduras em Salvador, mas desistir, não ia guentiar ficar longe do Morro [...].

[...] Meus pais são daqui, nasci e me criei aqui, meus amigos são daqui, meus filhos nasceram e se criaram aqui, por que vou sair? [...].

[...] Graças a Deus estou muito bem aqui, e acho que com a COOPAF podemos fazer muito mais pela cidade [...]. Imagina como vamos ficar quando os meninos fundarem a cooperativa de crédito? Vamos ter um banco só nosso [...]. Vamos poder ajudar a muita gente.

2. A situação dos cooperados

[...] Para mim, a cidade de Morro do Chapéu era uma antes da COOPAF e outra, muito melhor depois da COOPAF [...].

[...] A COOPAF deu oportunidade para muita gente com a compra das sementes para revender à Brasil Ecodiesel e agora para a Petrobras, além dos cursos de formação cooperativa e dos cursos técnicos [...].

[...] As pessoas e a cidade mudou muito depois da COOPAF. Deus ajude que continue assim [...].

3. O futuro da COOPAF

[...] Eu acho que depois da gente mudar a diretoria, a COOPAF vai ficar bem melhor. A diretoria atual já fez o que tinha de fazer [...]. Inclusive de coisas erradas [...].

[...] Agora é hora de mudar e, com certeza, vamos mudar para continuar a melhorar a cidade e a vida das pessoas [...].

Entrevista direcionada com o entrevistado 11

Identificação

O entrevistado identificado pelo número 11 é um senhor com 66 anos de idade, casado e pai de oito filhos, o mais novo com 27 anos e o mais velho com 42. É nativo de Morro do Chapéu, nunca tendo morado fora dessa cidade. Possui, por herança, cem hectares de terra onde planta feijão, verduras e mandioca, de onde tira seu sustento. Possui uma casa de residência na “roça e outra na cidade”. Desde jovem, “uns 20 anos”, mesmo não sendo filiado ao PC do B, sempre participou de movimentos populares. Nunca exerceu cargos executivos. No máximo, como agora, exerceu cargos de Conselheiro Fiscal, inclusive no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Morro do Chapéu. Estudou até a oitava série do curso ginásial, mas se diz “muito curioso” e gosta muito de ler.

A entrevista

Esta entrevista, que foi antecipadamente agendada, foi realizada na sala da de reuniões da COOPAF, no dia 22 de junho de 2012, no horário das 14h às 16h. Para a coleta da entrevista utilizamos um minigravador de fita e um caderno para eventuais anotações complementares.

1. História de vida

[...] Nasci aqui mesmo na zona rural de Morro do Chapéu. Sou o terceiro filho de uma família de cinco filhos homens [...].

[...] Desde pequeno fui criado para trabalhar na agricultura, pois meu pai, tudo que fazia botava para eu fazer também. Aprendi com ele a cuidar e zelar da terra [...].

[...] Conheço todo mundo no Morro, de rico a pobre de preto a branco. Sei tudo sobre essa cidade [...].

[...] O deputado foi meu amigo de infância e tenho muita amizade por ele apesar de não ter atendido o pedido dele, de filiação ao partido [...].

[...] Mas ele tem ajudado muita gente. Foi através dele que fundamos o Sindicato e depois a COOPAF da qual sou cooperado desde o início [...]. Sou muito

feliz aqui no Morro. Tudo que tenho foi conseguido com meu trabalho na minha terra com minha família [...].

[...] Sou muito feliz aqui [...].

2. A situação dos cooperados

[...] Vivi, desde o início as dificuldades e idas e vindas e as discussões para a fundação da COOPAF.

[...] Nos primeiros anos, pensei que não ia dar certo. As dificuldades eram muitas e a diretoria não tinha, ainda, a experiência com cooperativas [...].

[...] Com o tempo fomos aprendendo e com a ajuda do Deputado as coisas mudaram com o Contrato com a Brasil Ecodiesel e depois com o Contrato da Petrobras [...].

[...] Então a cooperativa pode promover os cursos de educação cooperativa e depois a capacitação técnica dos cooperados para o plantio das sementes para o biodiesel [...].

[...] A partir daí as coisas mudaram e os cooperados passaram a participar mais e aprender mais [...].

[...] Se você for, hoje, conversar com os cooperados você vai ver o quanto eles estão felizes e mais esclarecidos. E isso é muito bom para as pessoas e a cidade[...].

3. O futuro da COOPAF

[...] Vou te contar um coisa. Mexer com gente é muito difícil. E mexer com gente com dinheiro na mão é muito mais complicado [...]. [...] Não vi na COOPAF nada assim grave que possa trazer dificuldade no futuro [...].

[...] Acho que foi isso que aconteceu com a diretoria da COOPAF, apesar dos avisos que todos deram ao Presidente [...].

[...] Por isso a COOPAF hoje enfrenta dificuldades. Mas tudo vai se resolver na próxima eleição [...].

[...] Você vai ver que a nossa cooperativa ainda vai crescer muito [...].

APÊNDICE C – PERGUNTAS DO QUESTIONÁRIO ABERTO APLICADO AOS COOPERADOS

NÚMERO DE ORDEM	PERGUNTAS
1	Qual(is) o(s) seu(s) interesse(s) para se tornar cooperado?
2	Qual(is) a(s) razões que o levaram a se tornar um cooperado?
3	Você participa de outros grupos? Quais?
4	Sua participação na COOPAF é diferente dos outros grupos que você participa?
5	Depois de se tornar cooperado, sua renda aumentou e sua relação com a família modificou?
6	Qual o nível de sua participação na cooperativa?
7	Como você se sente, hoje, sendo um dos cooperados da COOPAF?
8	Antes de se tornar cooperado, você era pobre ou o que?
9	E você agora, depois da cooperativa, mudou?
10	Como você acha que as pessoas lhe veem agora que você pertence à COOPAF?

() 2. ENSINO FUNDAMENTAL I	() 6. MESTRADO OU DOUTORADO
() 3. ENSINO FUNDAMENTAL II	() 7. NÃO SOUBE RESPONDER
() 4. ENSINO MÉDIO OU 2º GRAU	() 8. NÃO SE APLICA (Passe para o quesito 5.04)
5.04 – SABE LER, ESCRREVER E COMPREENDE OS TEXTOS QUE LÊ?	
() 1. SIM	
() 2. NÃO	
BLOCO 6. RENDA	
6.01 – RENDA FAMILIAR PER CAPITA (CLASSES SOCIAIS)?	
() 1. ATÉ R\$ 107,20	() 5. DE R\$ 583,65 A R\$ 848,33
() 2. DE R\$ 107,20 A R\$ 214,40	() 6. DE R\$ 848,34 A R\$ 1.348,59
() 3. DE R\$ 214,41 A R\$ 385,12	() 7. DE R\$ 1.348,60 A R\$ 3.282,15
() 4. DE R\$ 385,13 A R\$ 583,64	() 8. MAIS DE R\$ 3.282,15
POSSUÍA OUTROS RENDIMENTOS NO MÊS DE REFERÊNCIA?	
6.02 – APOSENTADORIA, PENSÃO?	6.05 – PROGRAMAS ASSISTENCIAIS?
() 1. SIM	() 1. SIM
() 2. NÃO	() 2. NÃO
6.03 – ALUGUEL?	6.06 – SEGURO-DESEMPREGO?
() 1. SIM	() 1. SIM
() 2. NÃO	() 2. NÃO
6.04 – PENSÃO ALIMENTÍCIA, MESADA, DOAÇÕES?	6.07 – OUTROS?
() 1. SIM	() 1. SIM – QUAL
() 2. NÃO	() 2. NÃO
6.08 – SUA VIDA MELHOROU APÓS ASSOCIAR-SE À COOPAF?	
() 1. SIM?	
() 2. NÃO	
BLOCO 7. ERRADICAÇÃO DA POBREZA	
COM BASE NA SUA PARTICIPAÇÃO/ASSOCIAÇÃO NA COOPAF, RESPONDA:	
7.01 – SUAS POSSIBILIDADES DE ESCOLHA EM RELAÇÃO A VIDA:	7.02 SUAS POSSIBILIDADES DE ESCOLHAS PARA SUA FAMÍLIA:
() 1. MELHORARAM TOTALMENTE	() 1. MELHORARAM TOTALMENTE
() 2. MELHORARAM PARCIALMENTE	() 2. MELHORARAM PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIORARAM PARCIALMENTE	() 4. PIORARAM PARCIALMENTE
() 5. PIORARAM TOTALMENTE	() 5. PIORARAM TOTALMENTE
7.03 – SUAS POSSIBILIDADES FINANCEIRAS:	7.04 – SEU BEM ESTAR INDIVIDUAL:
() 1. MELHORARAM TOTALMENTE	() 1. MELHOROU TOTALMENTE
() 2. MELHORARAM PARCIALMENTE	() 2. MELHOROU PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIORARAM PARCIALMENTE	() 4. PIOROU PARCIALMENTE
() 5. PIORARAM TOTALMENTE	() 5. PIOROU TOTALMENTE
7.05 – SEU BEM ESTAR COLETIVO:	7.06 – SUA CAPACIDADE DE AMPLIAR SEU BEM ESTAR:
() 1. MELHOROU TOTALMENTE	() 1. MELHOROU TOTALMENTE
() 2. MELHOROU PARCIALMENTE	() 2. MELHOROU PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIOROU PARCIALMENTE	() 4. PIOROU PARCIALMENTE
() 5. PIOROU TOTALMENTE	() 5. PIOROU TOTALMENTE
7.07 – SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE:	7.08 – SUA ALIMENTAÇÃO:
() 1. MELHOROU TOTALMENTE	() 1. MELHOROU TOTALMENTE
() 2. MELHOROU PARCIALMENTE	() 2. MELHOROU PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIOROU PARCIALMENTE	() 4. PIOROU PARCIALMENTE
() 5. PIOROU TOTALMENTE	() 5. PIOROU TOTALMENTE
7.09 – A ALIMENTAÇÃO DOS SEUS FAMILIARES:	7.10 – SEU MODO DE VESTIR-SE:
() 1. MELHOROU TOTALMENTE	() 1. MELHOROU TOTALMENTE
() 2. MELHOROU PARCIALMENTE	() 2. MELHOROU PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIOROU PARCIALMENTE	() 4. PIOROU PARCIALMENTE
() 5. PIOROU TOTALMENTE	() 5. PIOROU TOTALMENTE
7.11 – O MODO DE VESTIR-SE DOS SEUS FAMILIARES:	7.12 – SUA REAÇÃO EM CASOS DE VIOLÊNCIA FAMILIAR:
() 1. MELHOROU TOTALMENTE	() 1. MELHOROU TOTALMENTE
() 2. MELHOROU PARCIALMENTE	() 2. MELHOROU PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIOROU PARCIALMENTE	() 4. PIOROU PARCIALMENTE
() 5. PIOROU TOTALMENTE	() 5. PIOROU TOTALMENTE
7.13 – SUA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA:	7.14 – SEU PODER AQUISITIVO:
() 1. MELHOROU TOTALMENTE	() 1. MELHOROU TOTALMENTE
() 2. MELHOROU PARCIALMENTE	() 2. MELHOROU PARCIALMENTE
() 3. INDIFERENTE	() 3. INDIFERENTE
() 4. PIOROU PARCIALMENTE	() 4. PIOROU PARCIALMENTE
() 5. PIOROU TOTALMENTE	() 5. PIOROU TOTALMENTE

APÊNDICE E – TABELAS DE APURAÇÃO DO PONTO DE SATURAÇÃO

V101	V102	V103	V104	V201	V202	V203	V204	V205	V206	V207	V208	V209	V210	V211	V212	V213	V214	V215	V305	V401	V402	V403	V501	V502	V503	V504	V601	V602	V603	V604	V605	V606	V607	V608	V701	V702	V703	V704	V705	V706	V707	V708	V709	V710	V711	V712	V713	V714		
1	.	.	.	1	3	2	1	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	2	2	2	4	1	3	1	5	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	3	3	2	3	3	3	3	3	3	3	3	3	
2	.	.	.	3	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	3	2	5	1	3	1	5	1	7	2	2	2	2	2	2	0	3	4	3	4	2	5	3	4	3	3	3	3	3	4	5	
3	.	.	.	1	2	1	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	2	1	4	1	4	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2	1	2	2	1	2	3	3	3	3	2	2	2	
4	.	.	.	1	3	2	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	1	2	3	1	5	1	3	1	3	1	8	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2	3	2	3	2	3	3	3	3	3	3	2	2	2
5	.	.	.	1	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	3	2	4	1	1	10	8	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	2	1	1	1	3	3	3	3	3	2	2	2	
6	.	.	.	1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	3	1	4	1	3	1	3	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	1	2	2	1	3	3	2	3	3	2	2	2	
7	.	.	.	4	2	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	3	2	4	1	3	1	1	1	7	2	2	2	2	2	2	0	1	1	1	1	2	2	1	3	3	3	3	2	2	1		
8	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	4	2	4	1	3	1	1	1	8	2	2	2	2	2	1	0	1	1	1	1	2	2	2	3	3	2	3	2	2	1		
9	.	.	.	4	2	1	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	2	1	3	1	3	1	3	1	1	1	7	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	2	2	2	3	3	2	3	1	1	1		
10	.	.	.	4	2	1	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	2	1	2	1	3	1	3	1	3	1	7	2	2	2	2	2	2	0	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2	2	1	2	1		
11	.	.	.	4	2	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	3	1	4	1	3	1	3	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	1	2	3	3	2	3	2	1	1			
12	.	.	.	4	2	2	1	1	1	2	1	2	1	1	1	1	1	3	1	2	1	3	1	3	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	1	1	1	1	3	3	3	3	3	3	1	1		
13	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	3	2	4	1	2	1	2	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	1	1	1	1	3	3	1	1	1			
14	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	3	1	5	1	3	1	1	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	2	1	3	3	2	2	1	1	1			
15	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	2	3	1	3	1	1	10	8	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	2	1	2	1	2	3	3	3	3	2	2	2		
16	.	.	.	4	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	2	1	2	3	2	1	10	8	1	7	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	2	1	2	1	3	3	3	3	3	3	1		
17	.	.	.	4	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	2	3	1	4	1	3	1	1	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	2	2	1	2	1	3	3	3	3	3	2	2	1		
18	.	.	.	4	2	2	1	1	1	2	2	1	1	1	1	1	2	1	3	1	3	1	3	1	3	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	2	2	1	1	
19	.	.	.	4	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	4	1	3	1	1	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	2	3	3	3	3	3	1	1	1		
20	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	2	3	2	5	1	2	1	3	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	3	3	1	1		
21	.	.	.	4	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	2	4	1	4	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	1	2	1	3	3	2	2	2	1	2			
22	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	2	1	4	1	2	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	2	1	3	3	3	3	3	1	1		
23	.	.	.	4	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	3	1	4	1	2	1	3	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	1	1	1		
24	.	.	.	4	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	1	2	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	1	3	3	2	3	1	1	1			
25	.	.	.	4	3	2	1	1	1	2	1	2	1	1	1	2	1	3	2	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	2	1	1	1	1	1	3	3	2	2	3	1	1			
26	.	.	.	4	3	2	1	2	1	2	2	2	2	2	2	1	1	2	3	1	3	1	3	1	1	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	3	3	2	3	2	1	1		
27	.	.	.	4	3	2	1	2	1	2	2	2	2	1	1	1	1	2	4	1	5	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	1	1	1	3	3	3	3	1	1	1		

28	-	-	-	4	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	1	1	1	2	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	1	1	1					
29	-	-	-	4	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	3	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	1	1	1		
30	-	-	-	4	2	2	1	2	1	2	2	1	2	2	2	1	2	1	3	1	5	1	3	1	1	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	2	1	3	3	3	3	1	1	1		
31	-	-	-	4	2	0	1	2	1	2	1	2	2	1	2	1	1	2	4	1	3	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	1	1	1	1			
32	-	-	-	4	2	2	1	2	1	2	2	2	2	2	1	1	1	1	2	3	2	5	1	3	1	1	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	3	3	3	3	1	1	1		
33	-	-	-	4	2	2	1	2	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	3	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	3	3	3	3	3	1	1		
34	-	-	-	4	3	2	1	2	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	3	1	5	1	3	1	5	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	2	2	1	1	2	1	1	2	1	3	3	3	3	2	2	2
35	-	-	-	4	2	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1	1	3	2	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	2	2	1	3	3	3	3	1	1	1		
36	-	-	-	1	2	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	2	1	3	1	3	1	3	1	3	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	2	1	3	3	3	3	1	1	1		
37	-	-	-	4	3	2	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	1	2	2	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	1	1	1		
38	-	-	-	4	3	2	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	2	3	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	1	1	1	1		
39	-	-	-	4	3	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	3	1	3	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	3	3	2	3	2	1	1		
40	-	-	-	4	2	2	1	1	1	2	1	1	2	2	2	1	1	2	2	1	3	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	1	1	1		
41	-	-	-	4	3	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1	1	3	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	3	3	3	2	3	2	2	1		
42	-	-	-	4	3	2	1	2	1	2	1	1	2	1	1	1	1	2	4	2	5	1	3	1	2	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	2	1	2	1	2	1	3	3	2	3	2	3	1			
43	-	-	-	1	2	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	2	1	3	1	3	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2	3	2	3	1		
44	-	-	-	4	2	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1	2	3	1	3	1	3	1	5	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1	1		
45	-	-	-	4	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	2	3	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	2	1	1	1	1	1	1	3	3	2	2	1	1	1		
46	-	-	-	4	2	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	1	1	3	1	4	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	1	1	1	
47	-	-	-	4	2	2	1	1	1	2	1	1	1	1	1	1	1	4	2	3	1	3	1	3	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	3	3	2	1	1		
48	-	-	-	1	2	2	1	1	1	2	2	1	2	1	1	1	2	1	2	1	3	1	3	1	3	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	1	1	1	
49	-	-	-	1	3	2	1	1	1	2	1	1	0	1	1	1	1	2	2	1	3	1	3	1	4	1	7	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	2	2	3	3	2	1	1	
50	-	-	-	2	2	2	1	1	1	2	1	1	2	1	1	1	1	2	2	2	3	1	3	1	4	1	8	2	2	2	2	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	3	3	2	3	2	1	1	

V300
V301
V302
V303

1	1	42	2
2	2	39	2
3	2	16	1
4	1	54	2
5	2	42	2
6	2	15	1
7	1	13	1
8	2	1	2
9	1	42	2
10	1	35	2
11	1	16	1
12	2	15	1
13	2	10	1
14	1	55	2
15	1	27	2
16	2	19	2
17	2	13	1
18	2	10	1
19	1	40	1
20	1	17	1
21	2	35	2
22	2	15	1
23	2	10	1
24	1	42	2
25	1	13	1
26	2	37	2
27	2	10	1
28	1	40	2
29	1	15	1
30	1	11	1

31	2	10	2
32	2	35	1
33	1	45	2
34	1	25	2
35	1	17	1
36	1	13	1
37	2	42	2
38	2	12	1
39	1	39	2
40	1	10	1
41	2	33	2
42	2	12	1
43	1	30	2
44	1	7	1
45	2	28	2
46	1	42	2
47	2	37	2
48	2	13	1
49	2	10	1

ANEXO A – FICHA DE INSCRIÇÃO NA COOPAF

COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AGRICULTURA FAMILIAR DA REGIÃO DE MORRO DO CHAPÉU

Ficha de Associação Nº _____

1. Identificação e Qualificação do Cooperado

Nome do Associado: _____

Filiação: _____

Endereço Completo: _____

Número do CPF: _____

Número da Cédula de Identidade _____

Órgão Emissor: _____ Estado: _____

Número do Título de Eleitor: _____

Zona Eleitoral nº _____

Certificado de Reservista Nº _____

R. Militar _____

Número de Inscrição no PIS _____

Inscrição no INSS nº _____

Inscrição Sindical número _____

Sindicato: _____

Número da CTPS _____ Série: _____

Conta Corrente número _____

Banco: _____ Agência _____

Estado Civil: _____

Escolaridade: _____

Nome do Cônjuge: _____

CPF do Cônjuge: _____

Número da Cédula de Identidade do Cônjuge _____

Órgão Emissor: _____ Estado: _____

Outros Dependentes (Nome, Grau de parentesco, idade e escolaridade):

Indique pelo menos uma razão para se tornar cooperado _____

 _____.

Data de Adesão ao quadro de cooperados ____/____/____

Quantidade de Cotas Adquiridas _____

Valor Unitário de Cada Cota Adquirida: _____

Valor Total das Cotas Adquiridas: _____.

Datas de Aumento de Cotas:

____/____/____

____/____/____

____/____/____

____/____/____

____/____/____

____/____/____

____/____/____

____/____/____

Valores totais das Subscrições após aumentos das quantidades de cotas:

2. Identificação e Qualificação do Imóvel Rural do Cooperado

Tamanho da área de propriedade do cooperado (em tarefas) _____

Localidade específica da localização (Município, Distrito, Localidade, ponto de referência) _____

Data de aquisição ou posse da área _____

Culturas Plantadas na área _____

Reside no imóvel? () Sim () Não

Possui meio de transporte próprio? () Sim () Não

O associado acima identificado e abaixo assinado, na condição de cooperado da Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura da Familiar da Região de Morro do Chapéu, autoriza a diretoria da instituição, a em seu nome, e nos limites da sua responsabilidade enquanto associado, assumir todo e quaisquer compromissos que venha a propiciar o bom andamento administrativo e financeiro da mesma.

Morro do Chapéu, Estado da Bahia, em ____/____/____.

 Associado

Nos termos do Estatuto Social da COOPAF, o associado acima identificado e assinado é aceito como cooperado da mesma respondendo de forma solidária pelos atos cooperativos, nos termos estatutários.

Morro do Chapéu, Estado da Bahia ____/____/____.

Erico de Oliveira
Presidente

Jose Trajano
Secretário

Testemunhas:

ANEXO B – ESTATUTO SOCIAL DA COOPAF**COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO
DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ESTADO DA BAHIA**

Estatuto Social da Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia – **COOPAF**, aprovado em Assembleia de Constituição, realizada em 19 de dezembro de 2005.

CAPÍTULO I**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, PRAZO DE DURAÇÃO, ÁREA DE AÇÃO E ANO SOCIAL.**

Art. 1º – A Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar do Estado da Bahia – **COOPAF** é uma cooperativa principalmente de agricultores familiares e pequenos produtores, constituída na forma de uma sociedade de natureza civil e de responsabilidade limitada, sem fins lucrativos, constituída no dia 19/12/2005, que se rege pelos valores e princípios do Cooperativismo, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão e por este estatuto, tendo:

- a) Sede administrativa localizada na cidade de Morro do Chapéu, na Praça Odilon Gomes da Rocha, 229 – Centro – CEP 44.850.000 e foro jurídico na Comarca de Morro do Chapéu, Estado da Bahia;
- b) Área de ação, para fins de admissão de cooperantes, abrangendo todo o território nacional.
- c) Prazo de duração indeterminado e ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

CAPÍTULO II**DOS OBJETIVOS**

Art. 2º – A cooperativa objetiva prestar serviços aos cooperantes, congregando as agricultoras familiares de sua área de ação, realizando o interesse econômico das

mesmas, através das seguintes atividades:

- a) Receber, transportar, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção agrícola de seus cooperantes, registrando suas marcas, se for o caso;
- b) Produzir e/ou adquirir e repassar aos cooperantes bens de produção e insumos necessários ao desenvolvimento de suas atividades;
- c) Prestar assistência tecnológica ao quadro social, em estreita colaboração com órgãos públicos atuantes no setor;
- d) Fazer, quando possível, adiantamento em dinheiro sobre o valor dos produtos recebidos dos cooperantes ou que ainda estejam em fase de produção;
- e) Observar, quando possível, os critérios de acesso a mercados relativos ao comércio ético, justo e solidário, os mais importantes são:
 1. Contato direto entre produtores e mercado consumidor;
 2. Transparência dentro da cadeia produtiva e comercial;
 3. Transferência de informações do mercado para os produtores;
 4. Preço mínimo para o produto;
 5. Produtores reunidos democraticamente;
 6. O benefício do comércio atingindo toda comunidade produtora;
 7. Leis (trabalhistas) nacionais e internacionais respeitadas.
- f) Obter recursos para financiamento do custeio de lavouras e investimentos dos cooperantes;
- g) Fomentar e organizar atividades agregadoras de renda à atividade rural e à unidade familiar de interesses das mulheres e/ou novas atividades exploradas pela unidade familiar;
- h) Promover, com recursos próprios ou convênios, a capacitação cooperativista e profissional do quadro social, funcional, técnico, executivo e diretivo da cooperativa;
- i) Prestar outros serviços relacionados com a atividade econômica da cooperativa e/ou seus cooperantes;
- j) Incentivar a filiação das agricultoras familiares associadas ao Sindicato dos

Trabalhadores Rurais da região.

- k) Prestação de assistência técnica, extensão rural e pesquisa agropecuária voltadas para o aproveitamento, preservação e recuperação dos recursos naturais com técnicas de gerenciamento, formação de conselhos de desenvolvimento rural e convênios com programas de governo, elaboração de projetos de crédito para custeio e investimento, bem como pesquisa agropecuária para geração e difusão de conhecimentos através de métodos de extensão rural que assegure formação e capacitação profissional para seus cooperados.

§ 1º – A cooperativa poderá participar de empresas não cooperativas para desenvolver atividades complementares de interesse do quadro social.

§ 2º – A cooperativa poderá, quando houver capacidade ociosa, operar com terceiros até o limite de 30% (trinta por cento), ou 100% (cem por cento) do maior montante das transações realizadas nos 3 (três) últimos exercícios.

§ 3º – A cooperativa poderá filiar-se a outras cooperativas congêneres, quando for do interesse do quadro social.

§ 4º – A cooperativa realizará suas atividades sem discriminação política, religiosa, racial e social.

CAPÍTULO III DOS COOPERANTES

a) DA ADMISSÃO, DEVERES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES.

Art. 3º – Poderá associar-se à cooperativa, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços, principalmente agricultores familiares e pequenos produtores ou não, tais como posseiros, meeiros, parceiros, agregados, comodatários e assemelhados que exercem atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho executado em condições de mútua dependência e colaboração, dentro da área de ação da cooperativa, podendo dispor livremente de si e de seus bens, sem prejudicar os interesses e objetivos da cooperativa, nem colidir com os mesmos.

Parágrafo único – O número de cooperantes não terá limite quanto ao máximo, mas não poderá ser inferior a 20 (vinte) pessoas físicas.

Art. 4º – Para associar-se, o interessado preencherá a Ficha de Matrícula, com a sua assinatura e de mais duas testemunhas, bem como a declaração de que optou livremente por associar-se.

§1º – O interessado, quando possível, deverá frequentar, com aproveitamento, um curso básico de cooperativismo, que será ministrado pela cooperativa ou outra entidade credenciada.

§2º – Concluído o curso, a Diretoria da Cooperativa analisará a proposta de admissão e, se houver possibilidade técnica de prestação de serviços, a deferirá, devendo então o interessado subscrever quotas-partes do capital, nos termos deste estatuto, e assinar o livro de matrícula.

§ 3º – A subscrição das quotas-partes do Capital Social e a assinatura no livro de matrícula complementam a sua admissão na cooperativa.

Art. 5º – Poderão ingressar na cooperativa, excepcionalmente, pessoas jurídicas de direito civil, sem fins lucrativos, que tenham por finalidade o desenvolvimento de atividades que possam colaborar para o desenvolvimento da Cooperativa.

§ 1º – A representação da pessoa jurídica junto à cooperativa se fará por meio de pessoa natural especialmente designada, mediante instrumento específico que, nos casos em que houver mais de um representante, identificará os poderes de cada um, tendo apenas um deles poder de voto.

§ 2º – O ingresso de pessoas jurídicas na Cooperativa deverá ser aprovado pela assembleia geral extraordinária da entidade.

Art. 6º – Cumprido o que dispõe o art. 4º, o cooperante adquire os direitos e assume os deveres decorrentes da lei e deste estatuto.

Art. 7º – São direitos do cooperante:

- a) Participar das Assembleias Gerais, discutindo e votando os assuntos que nela forem tratados;
- b) Propor a Diretoria, ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Ética, se houver, ou às Assembleias Gerais medidas de interesse da cooperativa;
- c) Solicitar o desligamento da cooperativa quando lhe convier;

- d) Solicitar informações sobre seus débitos e créditos;
- e) Dirimir conflitos relacionados com a cooperativa, através do Conselho de Ética da Cooperativa;
- f) Solicitar informações sobre as atividades da cooperativa e, a partir da data de publicação do edital de convocação da Assembleia Geral Ordinária, consultar os livros e peças do Balanço Geral, que devem estar à disposição do cooperante na sede da cooperativa.

§ 1º – A fim de serem apreciadas pela Assembleia Geral, as propostas dos cooperantes, referidas na alínea "b" deste artigo, deverão ser apresentadas a Diretoria com antecedência e constar do respectivo edital de convocação.

§ 2º – Havendo conflitos entre cooperantes ou entre estes e a Administração da Cooperativa, não resolvidos pelo Conselho de Ética, a Assembleia Geral poderá aprovar a instituição de órgão de arbitragem para dirimir esses conflitos, respeitando a disciplina da Lei n. 9.307/96.

Art. 8º – São deveres do cooperante:

- a) Subscrever e integralizar as quotas-partes do capital nos termos deste estatuto e contribuir com as taxas de serviço e encargos operacionais que forem estabelecidos;
- b) Cumprir com as disposições da lei, do estatuto e, se houver, do código de ética, bem como respeitar as resoluções tomadas pela Diretoria e as deliberações das Assembleias Gerais;
- c) Satisfazer pontualmente seus compromissos com a cooperativa, dentre os quais o de participar ativamente da sua vida societária e empresarial;
- d) Realizar com a cooperativa as operações econômicas que constituam sua finalidade;
- e) Prestar à cooperativa, informações relacionadas com as atividades que lhe facultaram se associar;
- f) Cobrir as perdas do exercício, quando houver, proporcionalmente às operações que realizou com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-las;

- g) Prestar à cooperativa, esclarecimentos sobre as suas atividades;
- h) Levar ao conhecimento do Conselho de Ética, se houver, ou a Diretoria e/ou Conselho Fiscal a existência de qualquer irregularidade que atente contra a lei, o estatuto e, se houver, o código de ética;
- i) Zelar pelo patrimônio material e moral da cooperativa.

Art. 9º – O cooperante responde subsidiariamente pelos compromissos da cooperativa até o valor do capital por ele subscrito e o montante das perdas que lhe couber.

Art.10 – As obrigações dos cooperantes falecidos, contraídas com a cooperativa, e as oriundas de sua responsabilidade como cooperante em face a terceiros, passam aos herdeiros, prescrevendo, porém, após um ano do dia da abertura da sucessão.

Parágrafo único – Os herdeiros do cooperante falecido têm direito ao capital integralizado e demais créditos pertencentes ao "de cujus", assegurando-se-lhes o direito de ingresso na cooperativa.

b) DA DEMISSÃO, ELIMINAÇÃO E EXCLUSÃO.

Art. 11 – A demissão do cooperante dar-se-á a seu pedido, formalmente dirigido a Diretoria da cooperativa, e não poderá ser negado.

Art. 12 – A eliminação do cooperante, que será realizada em virtude de infração de lei, do código de ética ou deste estatuto, será feita pela Diretoria, após duas advertências por escrito.

§1º – A Diretoria poderá eliminar o cooperante que:

- a) Mantiver qualquer atividade que conflite com os objetivos sociais da cooperativa;
- b) Deixar de cumprir as obrigações por ele contratadas na cooperativa;
- c) Deixar de realizar, com a cooperativa, as operações que constituem seu objetivo social.

§2º – Cópia autêntica da decisão será remetida ao cooperante, por processo que comprove as datas da remessa e do recebimento.

§3º – O cooperante poderá, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data

do recebimento da notificação, interpor recurso, que terá efeito suspensivo até a primeira Assembleia Geral.

Art. 13 – A exclusão do cooperante será feita:

- a) Por dissolução da pessoa jurídica;
- b) Por morte da pessoa física;
- c) Por incapacidade civil não suprida;
- d) Por deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa.

Art. 14 – O ato de exclusão do cooperante, nos termos do inciso "d" do artigo anterior, será efetivado por decisão da Diretoria, mediante termo firmado pelo Presidente no documento de matrícula, com os motivos que o determinaram e remessa de comunicação ao interessado, no prazo de 30 (trinta) dias, por processo que comprove as datas de remessa e recebimento.

Art. 15 – Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o cooperante terá direito só à restituição do capital que integralizou devidamente corrigido, das sobras e de outros créditos que lhe tiverem sido registrados.

§ 1º – A restituição de que trata este artigo somente poderá ser exigido depois de aprovado, pela Assembleia Geral, o Balanço do exercício em que o cooperante tenha sido desligado da cooperativa.

§ 2º – A Diretoria da cooperativa poderá determinar que a restituição desse capital seja feita em até 10 (dez) parcelas, a partir do exercício financeiro que se seguir àquele em que se deu o desligamento.

§ 3º – No caso de morte do cooperante, a restituição de que trata o parágrafo anterior será efetuada aos herdeiros legais em uma só parcela, mediante a apresentação do respectivo formal de partilha ou alvará judicial.

§ 4º – Ocorrendo demissões, eliminações ou exclusões de cooperantes em número tal que as restituições das importâncias referidas neste artigo possam ameaçar a estabilidade econômico-financeira da cooperativa, esta poderá restituí-las mediante critérios que resguardecam a sua continuidade.

§ 5º – Quando a devolução do capital ocorrer de forma parcelada deverá

manter o mesmo valor de compra a partir da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o Balanço.

§ 6º – No caso de readmissão do cooperante, este integralizará a vista e atualizado o capital correspondente ao valor atualizado da cooperativa por ocasião do seu desligamento.

Art. 16 – Os atos de demissão, eliminação ou exclusão acarretam o vencimento e pronta exigibilidade das dívidas do cooperante na cooperativa, sobre cuja liquidação caberá a Diretoria decidir.

Art. 17 – Os direitos e deveres de cooperantes eliminados ou excluídos perduram até a data da Assembleia Geral que aprovar o balanço de contas do exercício em que ocorreu o desligamento.

CAPÍTULO IV

DO CAPITAL

Art. 18 – O capital da cooperativa, representado por quotas-partes, não terá limite quanto ao máximo e variará conforme o número de quotas-partes subscritas, mas não poderá ser inferior a R\$ 2.000,00 (Dois mil reais).

§ 1º – O capital é subdividido em quotas-partes no valor de R\$ 1,00 (hum real), cada uma.

§ 2º – A quota-parte é indivisível, intransferível a não cooperantes, não podendo ser negociado de modo algum, nem dada em garantia, e sua subscrição, integralização, transferência ou restituição será sempre escriturada no livro de matrícula.

§ 3º – A transferência de quotas-partes entre cooperantes será escriturada no livro de matrícula mediante termo que conterá as assinaturas do cedente, do cessionário e do Presidente da cooperativa.

§ 4º – O cooperante deve integralizar 100 (cem) quotas-parte à vista, de uma só vez, ou subscrevê-las em prestações periódicas, independentemente de chamada, ou por meio de contribuições.

§ 5º – Para efeito de integralização de quotas-partes ou de aumento do capital

social, poderá a cooperativa receber bens, avaliados previamente e após homologação da Assembleia Geral.

§ 6º – Nos ajustes periódicos de contas com os cooperantes, a cooperativa pode incluir parcelas destinadas à integralização de quotas-partes do capital.

Art. 19 – O número de quotas-partes do capital social, a ser subscrito pelo cooperante por ocasião de sua admissão, não poderá ultrapassar a um terço do total subscrito.

CAPÍTULO V

DA ASSEMBLEIA GERAL

a) DA DEFINIÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 20 – A Assembleia Geral dos Cooperantes, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão supremo da cooperativa, cabendo-lhe tomar toda e qualquer decisão de interesse da entidade; suas deliberações vinculam todos, ainda que ausentes ou discordantes.

Art. 21 – A Assembleia Geral será habitualmente convocada e dirigida pelo Presidente.

§ 1º – Poderá também ser convocado pelo Conselho Fiscal, se ocorrerem motivos graves e urgentes ou, ainda, após solicitação não atendida, por 1/5 (um quinto) dos cooperantes em pleno gozo de seus direitos sociais.

§ 2º – Não poderá votar na Assembleia Geral o cooperante que tenha sido admitido após a convocação.

Art. 22 – Em qualquer das hipóteses, referidas no artigo anterior, as Assembleias Gerais serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias, com o horário definido para as três convocações, sendo de uma hora o intervalo entre elas.

Art. 23 – O quórum para instalação da Assembleia Geral é o seguinte:

- a) 2/3 (dois terços) do número de cooperantes em condições de votar, em primeira convocação;
- b) Metade mais um dos cooperantes, em segunda convocação;
- c) Mínimo de 10 (dez) cooperantes, em terceira convocação.

§ 1º – Para efeito de verificação do quórum de que trata este artigo, o número de cooperantes presentes, em cada convocação, será contado por suas assinaturas, seguidas do respectivo número de matrícula, apostas no Livro de Presença.

§ 2º – Constatada a existência de quórum no horário estabelecido no edital de convocação, o Presidente instalará a Assembleia e, declarando o número de cooperantes presentes, a hora do encerramento e da convocação correspondente, fará transcrever estes dados na respectiva ata.

Art. 24 – Não havendo quórum para instalação da Assembleia Geral, será feita nova convocação, com antecedência mínima de 10 (dez) dias.

Parágrafo único – Se ainda assim não houver quórum para a sua instalação, será admitida a intenção de dissolver a cooperativa.

Art. 25 – Dos editais de convocação das assembleias gerais deverão constar:

- a) A denominação da cooperativa e o número de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, seguidas da expressão: Convocação da Assembleia Geral, Ordinária ou Extraordinária, conforme o caso;
- b) O dia e a hora da reunião, em cada convocação, assim como o local da sua realização, o qual, salvo motivo justificado, será sempre o da sede social;
- c) A sequência ordinal das convocações;
- d) A Ordem do Dia dos trabalhos, com as devidas especificações;
- e) O número de cooperantes existentes na data de sua expedição para efeito do cálculo do quórum de instalação;
- f) Data e assinatura do responsável pela convocação.

§ 1º – No caso de a convocação ser feita por cooperantes, o edital será assinado, no mínimo, por 1/5 dos cooperantes em pleno gozo de seus direitos.

§ 2º – Os editais de convocação serão afixados em locais visíveis das dependências geralmente frequentadas pelos cooperantes, publicados em jornal de circulação local ou regional, ou através de outros meios de comunicação.

Art. 26 – É da competência das Assembleias Gerais, Ordinárias ou Extraordinárias, a destituição dos membros da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do Conselho de Ética.

Art. 27 – Os trabalhos das Assembleias Gerais serão dirigidos pelo Presidente, com o auxílio do secretário da Cooperativa.

Parágrafo único – Quando a Assembleia Geral não tiver sido convocada pelo Presidente, os trabalhos serão dirigidos por um cooperante, escolhido na ocasião, e secretariados por outro, convidado por aquele, compondo a mesa dos trabalhos os principais interessados na sua convocação.

Art. 28 – Os ocupantes de cargos eletivos, como quaisquer outros cooperantes, não poderão votar nas decisões sobre assuntos que a eles se refiram direta ou indiretamente, entre os quais os de prestação de contas, mas não ficarão privados de tomar parte nos respectivos debates.

Art. 29. – Nas Assembleias Gerais em que forem discutidos os balanços das contas, inclusive o Balanço Social, o Presidente da cooperativa, logo após a leitura do Relatório da Diretoria, das peças contábeis e do parecer do Conselho Fiscal, solicitará ao plenário que indique um cooperante para coordenar os debates e a votação da matéria.

§ 1º – Transmitida à direção dos trabalhos, o Presidente e demais diretores e conselheiros fiscais, deixarão a mesa, permanecendo no recinto, à disposição da Assembleia Geral para os esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§ 2º – O coordenador indicado escolherá, entre os cooperantes, um Secretário "ad hoc" para auxiliá-lo na redação das decisões a serem incluídas na ata pelo secretário da Assembleia Geral.

Art. 30 – As deliberações das Assembleias Gerais somente poderão versar sobre assuntos constantes do edital de convocação.

§ 1º – Os assuntos que não constarem expressamente do edital de convocação e os que não satisfizerem as limitações deste artigo, somente poderão ser discutidos depois de esgotada a Ordem do Dia, sendo que sua votação, se a matéria for considerada objeto de decisão, será obrigatoriamente assunto para nova Assembleia Geral.

§ 2º – Para a votação de qualquer assunto na assembleia, devem-se averiguar os votos a favor, depois os votos contra e, por fim, as abstenções. Caso o número de abstenções seja superior a 50% dos presentes, o assunto deve ser melhor esclarecido

antes de submetê-lo à nova votação ou ser retirado da pauta, quando não seja do interesse do quadro social.

Art. 31 – O que ocorrer na Assembleia Geral deverá constar de ata circunstanciada, lavrada no livro próprio, aprovada e assinada ao final dos trabalhos pelos administradores e fiscais presentes, por uma comissão de 03 (três) cooperantes designados pela Assembleia Geral.

Art. 32 – As deliberações nas Assembleias Gerais serão tomadas por maioria de votos dos cooperantes presentes com direito de votar, tendo cada cooperante direito a 01 (um) só voto, qualquer que seja o número de suas quotas-partes.

§ 1º – Em regra, a votação será a descoberto, mas a Assembleia Geral poderá optar pelo voto secreto.

§ 2º – Caso o voto seja a descoberto, deve-se averiguar os votos a favor, os votos contra e as abstenções.

Art. 33 – Prescreve em 04 (quatro) anos a ação para anular as deliberações da Assembleia Geral viciadas de erro, dolo, fraude ou simulação, ou tomadas com violação de lei ou do estatuto, contado o prazo da data em que a Assembleia Geral tiver sido realizada.

c) DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Art. 34 – A Assembleia Geral Ordinária, que se realizará obrigatoriamente uma vez por ano, no decorrer dos 03 (três) primeiros meses após o término do exercício social, deliberará sobre os seguintes assuntos, que deverão constar da

Ordem do Dia:

- a) Prestação de contas dos Órgãos de Administração, acompanhada do Parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

Relatório da Gestão;

Balanço Geral;

Demonstrativo das sobras apuradas, ou das perdas, e Parecer do Conselho Fiscal;

Plano de atividade da cooperativa para o exercício seguinte;

- b) Destinação das sobras apuradas ou o rateio das perdas, deduzindo-se, no

primeiro caso, as parcelas para os fundos obrigatórios;

- c) Eleição e posse dos componentes da Diretoria, do Conselho Fiscal e de outros conselhos, quando for o caso;
- d) Fixação, **quando for previsto**, dos honorários, gratificações e da cédula de presença para os componentes do Conselho e Administração e do Conselho Fiscal;
- e) Solução de conflitos entre cooperantes ou entre estes e a Administração da Cooperativa;
- f) Quaisquer assuntos de interesse social, excluídos os específicos de competência da Assembleia Geral Extraordinária.

§ 1º – Os membros dos órgãos de administração e fiscalização não poderão participar da votação das matérias referidas nos itens "a" e "d" deste artigo.

§ 2º – A aprovação do relatório, balanço e contas dos órgãos de administração não desonera seus componentes da responsabilidade por dolo, fraude ou simulação, bem como por infração da lei ou deste estatuto.

d) DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Art. 35 – A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á sempre que necessário, podendo deliberar sobre qualquer assunto de interesse da cooperativa, desde que mencionado no edital de convocação.

Art. 36 – É da competência exclusiva da Assembleia Geral Extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) Reforma do estatuto;
- b) Fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) Mudança de objeto da sociedade;
- d) Dissolução voluntária e nomeação de liquidantes;
- e) Contas do liquidante;
- f) Constituição de convênios;
- g) Deliberações sobre empréstimos.

Parágrafo único – Será necessário o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos cooperantes presentes para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

e) DA ELEIÇÃO E MANDATO DE DELEGADOS

Art. 37 – Opcionalmente, grupos de associados com no mínimo cinquenta (50) e no máximo duzentos (200), associados poderão eleger um delegado que poderá representá-los nas Assembleias, desde que obedecidos os seguintes preceitos:

- a) Cada delegado será eleito em votação direta nas suas comunidades, com a respectiva lavratura de Ata circunstanciada da referida eleição.
- b) O mandato representativo de cada delegado eleito terá duração de doze (12) meses, a partir da data de eleição, permitida uma única reeleição.
- c) Todo o processo eleitoral previsto neste Artigo, será organizado e executado exclusivamente pela comunidade interessada em conceder a delegação.

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 38 – Caberá à Diretoria Executiva da Cooperativa a convocação da Assembleia Geral Extraordinária para eleição da Comissão Eleitoral, composto de três membros, todos não candidatos a cargos eletivos na cooperativa, para coordenar os trabalhos em geral, relativos à eleição dos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal, e, se houver, do Conselho de Ética.

§ Único – A convocação da assembleia de eleição da Comissão Eleitoral deverá ocorrer no período de 90 a 60 dias antes do término do mandato da Diretoria em exercício.

Art. 39 – No exercício de suas funções, compete à Comissão Eleitoral:

- a) Certificar-se dos prazos de vencimento dos mandatos dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes;
- b) Divulgar entre os cooperantes, através de circulares e/ou outros meios adequados, o número e a natureza das vagas a preencher;

- c) Registrar os nomes dos candidatos, pela ordem de inscrição, verificando se estão no gozo de seus direitos sociais;
- d) Verificar, por ocasião da inscrição, se existem candidatos sujeitos às incompatibilidades previstas no parágrafo único do artigo 40 e no parágrafo 1º do artigo 52 deste estatuto, fazendo com que assinem declaração negativa a respeito;
- e) Organizar fichas contendo o currículo dos candidatos, das quais constem, além da individualização e dados profissionais, as suas experiências e práticas cooperativistas, sua atuação e tempo de cooperante na cooperativa e outros elementos que os distingam;
- f) Divulgar o nome e o currículo de cada candidato, inclusive tempo em que está associado à cooperativa, para conhecimento dos cooperantes;
- g) Estudar as impugnações, prévia ou posteriormente formuladas por cooperantes no gozo de seus direitos sociais, bem como as denúncias de irregularidades nas eleições, encaminhando suas conclusões à Assembleia Geral, para que ela tome as providências legais cabíveis.

§ 1º – A Comissão fixará prazo para a inscrição de candidatos de modo que, os mesmos, possam ser conhecidos e divulgados a pelo menos 20 (vinte) dias antes da data da Assembleia Geral que vai proceder às eleições.

§ 2º – Não se apresentando candidatos ou sendo o seu número insuficiente, caberá ao Comitê proceder à seleção entre interessados que atendam às condições exigidas e que concordem com as normas e formalidades aqui previstas.

§ 2º – Em caso de empate na eleição de qualquer cargo, considera-se eleito o candidato que tiver número de matrícula mais antiga na cooperativa.

§ 3º – Os eleitos, para suprirem vacância na Diretoria Executiva ou Conselho Fiscal, exercerão os cargos somente até o final do mandato dos respectivos antecessores.

§ 4º – A posse ocorrerá sempre na Assembleia Geral em que se realizarem as eleições, depois de encerrada a Ordem do Dia.

Art. 40 – São inelegíveis, além das pessoas impedidas por lei, os condenados a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime

falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VII

DA ADMINISTRAÇÃO

a) CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 41 – O Conselho de Administração é o órgão superior na hierarquia administrativa, sendo de sua competência a responsabilidade pela decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da cooperativa ou de seus cooperantes, nos termos da lei, deste estatuto e de recomendações da Assembleia Geral.

Art. 42 – O Conselho de Administração será composto por 07(sete) membros, todos cooperantes no gozo de seus direitos sociais, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 03(três) anos, sendo obrigatória, ao término de cada mandato, a renovação de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos seus componentes.

Parágrafo único – Não podem fazer parte do Conselho de Administração, além dos inelegíveis enumerados nos casos referidos no artigo 39 deste estatuto, os parentes entre si até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral.

Art. 43 – Os membros do Conselho de Administração escolherão entre si, no ato de sua posse, aqueles que exercerão as funções de Diretor Presidente, Diretor Administrativo e Diretor Secretário.

§ 1º – Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias de um dos diretores, o Conselho de Administração indicará o substituto escolhido entre os seus membros.

§ 2º – Se o número de membros do Conselho de Administração ficar reduzido a menos da metade de seus membros deverá ser convocada Assembleia Geral para o preenchimento das vagas.

Art. 44 – O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

- a) Reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente, da maioria do próprio Conselho, ou, ainda, por solicitação do Conselho Fiscal;

- b) Delibera validamente com a presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas pela maioria simples de votos dos presentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;
- c) As deliberações serão consignadas em atas circunstanciadas lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas no fim dos trabalhos pelos membros do Conselho presentes.

Parágrafo único – Perderá automaticamente o cargo o membro do Conselho de Administração que, sem justificativa, faltar a três reuniões ordinárias consecutivas ou a seis reuniões durante o ano.

Art. 45 – Cabem ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e deste estatuto, as seguintes atribuições:

- a) Propor à Assembleia Geral as políticas e metas para orientação geral das atividades da cooperativa, apresentando programas de trabalho e orçamento, além de sugerir as medidas a serem tomadas;
- b) Avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e dos meios necessários ao atendimento das operações e serviços;
- c) Estimar previamente a rentabilidade das operações e serviços, bem como a sua viabilidade;
- d) Estabelecer as normas para funcionamento da cooperativa;
- e) Elaborar, juntamente com lideranças do quadro social, Regimento Interno para a organização do quadro social;
- f) Estabelecer sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abuso cometidos contra disposições de lei, deste estatuto, ou das regras de relacionamento com a entidade que venham a ser estabelecidas;
- g) Deliberar sobre a admissão, demissão, eliminação e exclusão de cooperantes e suas implicações;
- h) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral e estabelecer sua Ordem do Dia;
- i) Estabelecer a estrutura operacional da administração executiva dos

negócios, criando cargos e atribuindo funções, e fixando normas para a admissão e demissão dos empregados;

- j) Fixar as normas disciplinares;
- k) Julgar os recursos formulados pelos empregados contra decisões disciplinares;
- l) Avaliar a conveniência e fixar o limite de fiança ou seguro de fidelidade para os empregados que manipulam dinheiro ou valores da cooperativa;
- m) Fixar as despesas de administração em orçamento anual que indique a fonte dos recursos para a sua cobertura;
- n) Contratar, quando se fizer necessário, um serviço independente de auditoria;
- o) Indicar banco ou bancos nos quais serão feitos negócios e depósitos de numerário, e fixar limite máximo que poderá ser mantido no caixa da cooperativa;
- p) Estabelecer as normas de controle das operações e serviços, verificando mensalmente, no mínimo, o estado econômico-financeiro da cooperativa e o desenvolvimento das operações e serviços, através de balancetes e demonstrativos específicos;
- q) Adquirir, alienar ou onerar bens imóveis da sociedade, com expressa autorização prévia da Assembleia Geral;
- r) Contrair obrigações, transigir, adquirir, alienar e onerar bens móveis, ceder direitos e constituir mandatários;
- s) Fixar anualmente taxas destinadas a cobrir depreciação ou desgaste dos valores que compõem o ativo permanente da entidade;
- t) Zelar pelo cumprimento da legislação do Cooperativismo e outras aplicáveis, bem como pelo atendimento da legislação trabalhista e fiscal perante seus colaboradores (empregados).

§ 1º – O Presidente providenciará para que os demais membros do Conselho de Administração recebam, com a antecedência mínima de 03 (três) dias, cópias dos balancetes e demonstrativos, planos e projetos e outros documentos sobre os quais

tenham que pronunciar-se, sendo-lhes facultado, ainda anteriormente à reunião correspondente, inquirir empregados ou cooperantes, pesquisar documentos, a fim de dirimir as dúvidas eventualmente existentes.

§ 2º – O Conselho de Administração solicitará, sempre que julgar conveniente, o assessoramento de quaisquer colaboradores (empregados) graduados para auxiliá-lo no esclarecimento dos assuntos a decidir, podendo determinar que qualquer deles apresente, previamente, projetos sobre questões específicas.

§ 3º – As normas estabelecidas pelo Conselho de Administração serão baixadas em forma de Resoluções, Regulamentos ou Instruções que, em seu conjunto, constituirão o Regimento Interno da cooperativa, se for o caso.

Art. 46- Ao Diretor Presidente, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Supervisionar as atividades da Cooperativa, através de contatos assíduos com os outros diretores;
- b) Assinar cheques em conjunto com o Diretor Administrativo ou Diretor Secretário;
- c) Assinar contratos e demais documentos constitutivos de obrigações, em conjunto com os outros diretores;
- d) Convocar e presidir a Assembleia Geral e as reuniões da Diretoria;
- e) Apresentar à Assembleia Geral o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial, o Demonstrativo de Sobras Apuradas ou das Perdas Decorrentes das Insuficiências das Atribuições para a cobertura das despesas da sociedade, e o Parecer do Conselho Fiscal, bem como os Planos de Trabalho para o ano entrante;
- f) Representar a Cooperativa em juízo ou fora dele, ou nomear qualquer um dos sócios para fazê-lo;
- g) Participar de licitações, representando os associados, nos limites deste Estatuto e do Regimento Interno, e firmar contratos com empresas privadas, podendo consultar os associados interessados no trabalho;
- h) Fazer pesquisas de preços, buscando melhores condições de trabalho e novos contratos; apresentando-os aos cooperados;
- i) Representar a Cooperativa, nas Assembleias Gerais da Federação de Cooperativas a que for filiada, como Delegado Efetivo.

Art. 47 – Ao Diretor Administrativo, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Auxiliar o Diretor Presidente, interessando-se, permanentemente, pelo seu trabalho;
- b) Substituir o Diretor Presidente, nos seus impedimentos até 60 dias;
- c) Assinar cheques em conjunto com os outros Diretores;
- d) Assinar documentos constitutivos de obrigações, em conjunto com os outros Diretores;
- e) Representar a Cooperativa nas Assembleias de Federações como 1º Delegado Suplente, nos impedimentos do Delegado Efetivo;
- f) Superintender todos os serviços da Cooperativa e associados a estes subordinados;
- g) Responsabilizar-se pela arrecadação das receitas e pagamento das despesas da Cooperativa devidamente autorizadas, bem como pelo numerário em caixa, títulos e documentos relativos a negócios;

Art. 48 – Ao Diretor Secretário, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Secretariar e lavrar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembleias Gerais, responsabilizando-se pelos livros, documentos e arquivos referentes;
- b) Assinar com os demais diretores, cheques, contratos e outros documentos constitutivos de obrigações;
- c) Supervisionar a documentação fiscal e financeira;
- d) Auxiliar nas licitações.

Art. 49 – Os administradores, eleitos ou contratados, não serão pessoalmente responsáveis pelas obrigações que contraírem em nome da cooperativa, mas responderão solidariamente pelos prejuízos resultantes de desídia e omissão ou se agirem com culpa, dolo ou má-fé.

§ 1º – A cooperativa responderá pelos atos a que se refere este artigo, se os houver ratificado ou deles logrado proveito.

§ 2º – Os que participarem de ato ou operação social em que se oculte a natureza da sociedade, podem ser declarados pessoalmente responsáveis pelas obrigações em nome dela contraídas, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

§ 3º – O membro do Conselho de Administração que, em qualquer momento

referente a essa operação, tiver interesse oposto ao da cooperativa, não poderá participar das deliberações relacionadas com essa operação, cumprindo-lhe declarar seu impedimento.

§ 4º – Os componentes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal ou outros, assim como os liquidantes, equiparam-se aos administradores das sociedades anônimas para efeito de responsabilidade criminal.

§ 5º – Sem prejuízo da ação que possa caber a qualquer cooperante, a cooperativa, por seus dirigentes, ou representada por cooperantes escolhidos em Assembleia Geral, terá direito de ação contra os administradores, para promover a sua responsabilidade.

Art. 50 – Poderá o Conselho de Administração criar comitês especiais, transitórios ou não, para estudar, planejar e coordenar a solução de questões específicas, relativas ao funcionamento da cooperativa.

DA ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVA

Art. 51 – As funções da Administração Executiva dos negócios sociais poderão ser exercidas por técnicos contratados, segundo a estrutura que for estabelecida pela Diretoria da Cooperativa.

CAPÍTULO VIII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 52 – Os negócios e atividades da cooperativa serão fiscalizados assídua e minuciosamente por um Conselho Fiscal, constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes, todos cooperantes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral, sendo permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

§ 1º – Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, além dos inelegíveis enumerados no artigo 39 deste estatuto, os parentes dos Conselheiros de Administração até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até esse grau.

§ 2º – Os cooperantes não podem exercer cumulativamente cargos na Diretoria, Conselho Fiscal e, se houver, de Ética.

Art. 53 – O Conselho Fiscal reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e,

extraordinariamente, sempre que necessário, com a participação de três (três) dos seus membros.

§ 1º – Em sua primeira reunião, os conselheiros escolherão, entre si, um secretário para a lavratura de atas e um coordenador, este incumbido de convocar e dirigir as reuniões.

§ 2º – As reuniões do Conselho Fiscal poderão ser convocadas, ainda, por qualquer de seus membros, por solicitação da Diretoria ou da Assembleia Geral.

§ 3º – Na ausência do Coordenador, será escolhido um substituto, na ocasião, para dirigir os trabalhos.

§ 4º – As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de ata, lavrada em livro próprio, lida, aprovada e assinada ao final dos trabalhos de cada reunião, por 3 (três) conselheiros presentes, indicados pela Assembleia Geral.

Art. 54 – Ocorrendo três ou mais vagas no Conselho Fiscal ou no Conselho de Ética (se houver), a Diretoria determinará a convocação da Assembleia Geral para eleger substitutos.

Art. 55 – Compete ao Conselho Fiscal exercer assídua fiscalização sobre as operações, atividades e serviços da cooperativa, examinando livros, contas e documentos, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Conferir, mensalmente, o saldo do numerário existente em caixa, verificando, inclusive, se o mesmo está dentro dos limites estabelecidos pelo Conselho de Administração;
- b) Verificar se os extratos de contas bancárias conferem com a escrituração da cooperativa;
- c) Examinar se o montante das despesas e investimentos realizados estão de conformidade com os planos e decisões do Conselho de Administração;
- d) Verificar se as operações realizadas e serviços prestados correspondem em volume, qualidade e valor às conveniências econômico-financeiras da cooperativa;
- e) Certificar se a Diretoria vem se reunindo regularmente e se existem cargos vagos na sua composição;

- f) Averiguar se existe reclamações dos cooperantes quanto aos serviços prestados;
- g) Inteirar-se se o recebimento dos créditos é feito com regularidade e se os compromissos sociais são atendidos com pontualidade;
- h) Averiguar se há problemas com empregados;
- i) Certificar-se se há exigências ou deveres a cumprir junto a autoridades fiscais, trabalhistas ou administrativas e quanto aos órgãos do Cooperativismo;
- j) Averiguar se os estoques de materiais, equipamentos e outros estão corretos, bem como se os inventários periódicos ou anuais são feitos com observância das regras próprias;
- k) Examinar os balancetes e outros demonstrativos mensais, o balanço e o relatório anual do Conselho de Administração, emitindo parecer sobre estes para a Assembleia Geral;
- l) Dar conhecimento ao Conselho de Administração das conclusões dos seus trabalhos, denunciando a este, à Assembleia Geral, as irregularidades constatadas, e convocar Assembleia Geral, se ocorrerem motivos graves e urgentes;
- m) Convocar Assembleia Geral, quando houver motivos graves e o Conselho de Administração se negar a convocá-la;
- n) Conduzir o processo eleitoral, coordenando os trabalhos de eleição, proclamação e posse dos eleitos, fiscalizando também o cumprimento do estatuto, Regimento Interno, Resoluções, Decisões de Assembleia Geral e do Conselho de Administração.

§ 1º – Para o desempenho de suas funções, o Conselho Fiscal terá acesso a quaisquer livros, contas e documentos, a empregados, a cooperantes e outros, independente de autorização prévia do Conselho de Administração.

§ 2º – Poderá o Conselho Fiscal ainda, com anuência do Conselho de Administração e com autorização da Assembleia Geral, contratar o necessário assessoramento técnico especializado, correndo as despesas por conta da cooperativa.

CAPÍTULO IX

DOS LIVROS E DA CONTABILIDADE

Art. 56 – A cooperativa deverá, além de outros, ter os seguintes livros:

a) Com termos de abertura e encerramento subscritos pelo Presidente:

1. Matrícula;
2. Presença de cooperantes nas Assembleias Gerais;
3. Atas das Assembleias;
4. Atas do Conselho de Administração;
5. Atas do Conselho Fiscal.

b) Autenticados pela autoridade competente:

1. Livros fiscais;
2. Livros contábeis.

Parágrafo único – É facultada a adoção de livros de folhas soltas ou fichas, devidamente numeradas.

Art. 57 – No Livro de Matrícula os cooperantes serão inscritos por ordem cronológica de admissão, dele constando:

- a) O nome, idade, estado civil, nacionalidade, profissão e residência dos cooperantes;
- b) A data de sua admissão e, quando for o caso, de seu desligamento, eliminação ou exclusão;
- c) A conta corrente das respectivas quotas-partes do capital social;
- d) Assinatura de duas testemunhas.

CAPÍTULO X

DO BALANÇO GERAL, DESPESAS, SOBRES, PERDAS E FUNDOS

Art. 58 – A apuração dos resultados do exercício social e o levantamento do balanço geral serão realizados no dia 31 (trinta e um) de dezembro de cada ano.

Art. 59 – Os resultados serão apurados segundo a natureza das operações ou serviços, pelo confronto das respectivas receitas com as despesas diretas e indiretas.

§ 1º – As despesas administrativas serão rateadas na proporção das operações, sendo os respectivos montantes computados nas apurações referidas neste artigo.

§ 2º – Os resultados positivos, apurados nos termos deste artigo, serão distribuídos da seguinte forma:

- a) 10% (dez por cento) ao Fundo de Reserva;
- b) 5% (cinco por cento) ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES;
- c) 85% (oitenta e cinco por cento) ficará à disposição da Assembleia Geral.

§ 3º – Além do Fundo de Reserva e FATES, que são indivisíveis entre os cooperantes, a Assembleia poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

§ 4º – Os resultados negativos serão rateados entre os cooperantes, na proporção das operações de cada um, realizadas com a cooperativa, se o Fundo de Reserva não for suficiente para cobri-los.

Art. 60 – O Fundo de Reserva destina-se a reparar as perdas do exercício e atender ao desenvolvimento das atividades, revertendo em seu favor, além da taxa de 10% (dez por cento) das sobras:

- a) Os créditos não reclamados pelos cooperantes, decorridos 05 (cinco) anos;
- b) Os auxílios e doações sem destinação especial.

Art. 61 – O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES, destina-se à prestação de serviços aos cooperantes e seus familiares, assim como aos empregados da cooperativa, podendo ser prestados mediante convênio com

entidades especializadas.

§ 1º – Ficando sem utilização mais de 50% (cinquenta por cento) dos recursos anuais deste fundo, durante dois anos consecutivos, será procedida a revisão dos planos de aplicação, devendo a Assembleia Geral seguinte ser informada e fazer as recomendações necessárias ao cumprimento das finalidades objetivadas.

§ 2º – Revertem em favor do FATES, além da percentagem referida no parágrafo 2º, do artigo 59, as rendas eventuais de qualquer natureza, resultantes de operações ou atividades nas quais os cooperantes não tenham tido intervenção.

CAPÍTULO XI

DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 62 – A cooperativa se dissolverá de pleno direito:

- a) Quando assim deliberar a Assembleia Geral, desde que os cooperantes, totalizando o número mínimo exigido pela Lei Cooperativista, não se disponham a assegurar a continuidade da cooperativa;
- b) Devido à alteração de sua forma jurídica;
- c) Pela redução do número de cooperantes a menos de vinte ou do Capital Social mínimo, se até a Assembleia Geral subsequente, realizada em prazo não superior a 06 (seis) meses, esses quantitativos não forem restabelecidos;
- d) Pela paralisação de suas atividades por mais de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 63 – Quando a dissolução for deliberada pela Assembleia Geral, esta nomeará um ou mais liquidantes e um Conselho Fiscal de 03 (três) membros para proceder à liquidação.

§ 1º – A Assembleia Geral, nos limites de suas atribuições, pode, em qualquer época, destituir os liquidantes e os membros do Conselho Fiscal, designando seus substitutos;

§ 2º – O liquidante deve proceder à liquidação de conformidade com os dispositivos da Legislação Cooperativista em vigor;

§ 3º – O remanescente da cooperativa, inclusive os fundos indivisíveis, depois

de realizado o ativo social, pago o passivo e reembolsados os associados de suas quotas-partes, é destinado ao Tesouro Nacional.

Art. 64 – Quando a dissolução da cooperativa não for promovida voluntariamente, nas hipóteses previstas no Art. 62, essa medida poderá ser tomada judicialmente a pedido de qualquer cooperante.

CAPÍTULO XII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 65 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com os princípios doutrinários e os dispositivos legais.

Morro do Chapéu, 30 de março de 2006.

Érico Sampaio
Diretor Presidente

Leandro Wilker de Souza Silva
Diretor Administrativo

Gleudson Rocha Martins
Diretor Secretário